



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
ESCOLA SUPERIOR DE ARTES E TURISMO



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO ACADÊMICO

ALANA PATRÍCIA PIRES DE OLIVEIRA ALANO

**COMERCIALIZANDO ASPECTOS AMBIENTAIS E SOCIOCULTURAIS: O CASO DO
PASSEIO SAFÁRI AMAZÔNICO NO CONTEXTO DO (ECO)TURISMO E O
IMAGINÁRIO TURÍSTICO**

MANAUS – AM

2021

ALANA PATRÍCIA PIRES DE OLIVEIRA ALANO

**COMERCIALIZANDO ASPECTOS AMBIENTAIS E SOCIOCULTURAIS: O CASO DO
PASSEIO SAFÁRI AMAZÔNICO NO CONTEXTO DO (ECO)TURISMO E O
IMAGINÁRIO TURÍSTICO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas (PPGICH/UEA) como exigência para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas, área de concentração: Teoria, História e Crítica da Cultura.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Edilza Laray de Jesus

Coorientadora: Prof^ª. Dr^ª. Cristiane Barroncas M. Costa
Novo

MANAUS – AM

2021

A presente pesquisa foi realizada com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM). Resolução nº 003/2019- POSGRAD UEA- Edição 2019.



Ficha Catalográfica

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
Sistema Integrado de Bibliotecas

A319c Alano, Alana Patrícia Pires de Oliveira
Comercializando aspectos ambientais e socioculturais: o caso do passeio Safári Amazônico no contexto do (eco)turismo e o imaginário turístico /Alana Patrícia Pires de Oliveira Alano; orientadora Edilza Laray de Jesus; coorientadora Cristiane Barroncas Maciel Costa Novo. - - Manaus: [s.n], 2021.

213f. : color. ; 30 cm + 1 CD-ROM (versão digital).

Dissertação (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas). Escola Superior de Artes e Turismo. Universidade do Estado do Amazonas, 2021.

Inclui bibliografia.

Disponível em: <http://repositorioinstitucional.uea.edu.br/>

1. Safári. 2. (Eco)turismo. 3. Imaginário Turístico - Amazonas. 4. Safári Amazônico – Amazonas. I. Jesus, Edilza Laray de (Orient.) II. Novo, Cristiane Barroncas Maciel Costa (Coorient.) III. Universidade do Estado do Amazonas. IV. Comercializando aspectos ambientais e socioculturais.

CDU1997- 379.85(811.3)(043.3)

Catálogo na fonte/Bibliotecária responsável: Sásghala Maciel - CRB11/673 AM

FOLHA DE APROVAÇÃO

Dissertação de mestrado apresentada à banca examinadora no dia 15 de junho de 2021, às 14h00 por videoconferência, considerada APROVADA e apta para receber o título de Mestre em Ciências Humanas pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas (PPGICH/UEA), área de concentração: Teoria, História e Crítica da Cultura.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Edilza Laray de Jesus
(Orientadora - Presidente)

Prof^ª. Dr^ª. Cristiane Barroncas Maciel Costa Novo
(Coorientadora)

Prof^ª. Dr^ª. Jocilene Gomes da Cruz
(Examinador interno)

Prof^º Dr^º. Alexandre Panosso Netto
(Examinador externo)

MANAUS – AM

2021

Dedico

Primeiramente ao meu papai do céu - Deus – que me guia, me honra, protege e presenteia com o dom da vida, sua misericórdia e amor infinito.

A minha mãe Maria Zuleide, meu maior tesouro. Obrigada por seu amor incondicional e pelo apoio sem o qual eu não teria chegado até aqui. És o melhor exemplo de mulher e de ser humano que eu poderia ter nesta vida.

A comunidade do lago Catalão, as comunidades indígenas das RDSs Tupé e Puranga Conquista, e as comunidades do Januari que junto aos elementos de fauna e flora expressam quão tamanha é a capacidade de dinamismo e a complexidade do fenômeno turístico.

AGRADECIMENTOS

Desde a graduação venho aprendendo na prática e na teoria que uma pesquisa funciona como uma colcha de retalhos onde cada campo, cada palavra, frase e parágrafo são peças que darão corpo e forma a um tecido. Essa (re)construção do “ser” pesquisador não é um processo simples e demanda uma conexão entre o sujeito pesquisador, sua subjetividade e o contexto que o cerca. Em vista disso, é preciso romper com a ciência cartesiana onde não se admite essa inter-relação, pois não é possível separar, sem danos, o tecido conjuntivo - que é o sujeito pesquisador - construído a partir de conexões diversas, sentimentos, emoções, medos, dúvidas, enfim, de complexidade.

Sendo assim, agradeço primeiramente a Deus, a quem eu tanto pedi em oração que me abençoasse com a aprovação no processo seletivo deste mestrado: primeiro na seleção para turma de 2018, sem êxito; e depois para a turma de 2019, quando finalmente pude gozar dessa benção. Só Deus sabe o quanto sonhei, almejei e o quão foi difícil o caminho percorrido para chegar até aqui. Dentre alguns acontecimentos pessoais que me abalaram psicologicamente e minha saúde física, agradeço a Deus por ter me resguardado a vida e a vida de meus familiares próximos nessa pandemia mundial de COVID-19 que tem nos causado tanta dor e nos bagunçado em todos os aspectos. Por isso, agradeço! Agradeço! E agradeço!

Agradeço a minha mãe, Maria Zuleide, por todo apoio de sempre, mas em especial durante o mestrado, me possibilitando estudar sem precisar me preocupar com outras coisas em casa. Obrigada por todo cuidado e preocupação com a minha saúde física, emocional e psicológica, por toda compreensão e chocolates quentes preparados durante as madrugadas em que você acordava e eu estava estudando. Obrigada por sempre acreditar em mim e na minha capacidade de alcançar meus objetivos ainda que eu mesma duvide, às vezes. Obrigada por me ensinar que tudo bem quando as coisas não saem do jeito que eu quero, e que eu não preciso ser forte o tempo todo. Por todo esse amor incondicional, eu te amo muito.

Agradeço a minha família, meus irmãos Heldelene e Heldson, aos meus pais Antônio Alano e Antônio Heleno, e a minha dinda Graça Rebouças pelo constante apoio e incentivo na busca por alcançar meus objetivos e sonhos. Vocês são a melhor parte de mim, amo vocês.

Agradeço a minha amiga Ana Rosa Proença pela parceria, amizade, conversas, trocas e ajuda de tantas maneiras. Dividir minha jornada acadêmica com você foi e/é um grande presente do universo. Te amo!

Agradeço ao meu amor e melhor amigo Josiel Duque por todo companheirismo, compreensão, carinho e apoio em todos os sentidos. Ter você ao meu lado foi fundamental para que eu conseguisse concluir essa dissertação mediante todas as dificuldades que enfrentei. Amo você!

Agradeço imensamente, de coração, às minhas orientadoras Edilza Laray e Cristiane Costa Novo por toda orientação, direcionamento, sugestões, conhecimento compartilhado, trocas, conselhos, carinho, afeto e por terem sido entusiastas desta pesquisa. Tê-las como minhas orientadoras durante essa jornada no mestrado tornou todo o processo mais agradável e feliz. Vocês sempre serão importantes referências profissionais e de mulheres fortes e guerreiras.

Agradeço também a minha querida amiga, professora Jocilene Gomes, que sempre me apoiou para que eu fizesse o processo seletivo do mestrado e quando entrei, me acompanhou e apoiou de diversas maneiras. Obrigada por todo conhecimento e afeto compartilhado, você é um ser humano incrível.

Agradeço também aos meus amigos e irmãos de vida representados aqui por Cleibson Pacheco que sempre estão na torcida para que eu realize meus planos, sonhos, se alegrando pelas minhas conquistas, dividindo momentos felizes e importantes com os quais eu sei que sempre posso contar. Amo vocês!

Agradeço a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e a Escola Superior de Artes e Turismo (ESAT) que desde a graduação em Turismo tem me acolhido e sido minha segunda casa, onde cresci e amadureci não só profissionalmente, mas também como ser humano. Agradeço também ao meu querido Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) e a todos os professores do programa com os quais tive o prazer e o privilégio de compartilhar, aprender e experienciar o mundo da pesquisa.

Agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) que possui papel fundamental em minha construção como pesquisadora, me apoiando desde a graduação onde fui bolsista na Iniciação Científica com dois projetos. Tal apoio fornecido foi de extrema importância para qualidade dos trabalhos desenvolvidos, bem como, para minha chegada ao mestrado onde mais uma vez tive a oportunidade de ser bolsista.

Agradeço também ao meu amado grupo de pesquisa NEICAM que me acolhe desde a graduação, onde pude/posso desfrutar de um espaço livre para trocas de conhecimento, experiências, lugares de fala, profissionalismo, para a construção de um olhar crítico e também de

muito carinho e afeto. Participar de um grupo de pesquisa assim, me faz sentir privilegiada e muito me honra.

Agradeço a minha querida turma do mestrado de 2019, com os quais foi muito bom compartilhar o espaço de fala, a sala de aula e viver experiências com cada um de vocês. Participar dessa turma foi muito importante para que minha jornada pelo mestrado fosse mais leve, divertida e amável. Levarei cada um de vocês dentro do meu coração com muito carinho.

Por último, mas não menos importante. Agradeço a Paulo Freire, patrono da educação brasileira que nos últimos anos vem sofrendo ataques à sua honra e ao seu legado. No momento em que lhe conheci por meio dos livros, me apaixonei. Foi quando entendi de onde vinha toda dedicação e amor pela formação do ser humano presente em muitos professores que tive durante toda minha formação até aqui. Que a educação brasileira continue avançando no sentido de promover e possibilitar aos estudantes uma formação libertadora, cada vez menos opressora e alienante. Obrigada por me possibilitar uma formação na qual minhas vivências importam, conectada com minha subjetividade e pela possibilidade/necessidade de poder admitir que estamos sempre em constante construção e reconstrução, pois somos seres inacabados. Viva Paulo Freire! O patrono da educação brasileira.

Epígrafe

Seu objeto, no formato de sua complexidade, desafia uma epistemologia social para o entendimento de sua gênese. Assim, as categorias como tempo, espaço, tecnologia, economia, comunicação, ideologia, imaginário, hospitalidade, diversão, entre outras, constituem-se na sua *práxis*. *Práxis* turística não disjuntiva, nem linear, mas sim uma construção dinâmica, permanente, na qual o sujeito turístico em sua transumância se move, constrói de forma imaginal, comunica seus desejos mais íntimos, em processos objetivos de fluxos (deslocamento/viagem/transportes), de fixos (estada, hospedagem, alimentação, acolhimento e segurança) e de prazer (o encontro cultural, a diversão) [...] (BENI & MOESCH, 2017, p. 454).



RESUMO

A presente pesquisa buscou contribuir com as discussões já existentes sobre os efeitos de uma prática turística difundida na cidade de Manaus - Amazonas, o Safári Amazônico. Um passeio que também pode ser encontrado por outros nomes e que com o passar dos anos vem sendo reformulado e adequado ao momento presente, mas que, em suma, parece objetivar manter a memória e a proposta dos “safáris ecológicos na Amazônia” existentes nessa região desde os primeiros anos da década de 1960. O atual formato do Safári Amazônico comercializa, justificando-se como proposta de (eco)turismo, aspectos da fauna e flora no Parque Ecológico do Janauari, o boto cor-de-rosa na região do baixo rio Negro, o modo de vida das comunidades indígenas recém-criadas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Tupé (Municipal) e Puranga Conquista (Estadual) e a comunidade ribeirinha Nossa Senhora Aparecida do lago do Catalão no município de Iranduba, onde é feita a atividade de provisionamento do peixe de cativeiro conhecido popularmente como Pirarucu, um dos maiores peixes de água doce do mundo. Diante de informações sobre impactos que essa prática turística tem causado nesses locais, elegeu-se o referido passeio como objeto de estudo desta dissertação de mestrado com o intuito de analisar como e se as práticas dos comercializadores/operadores do Safári Amazônico contribuem para a valorização dos aspectos ambientais e socioculturais dos locais de parada do passeio, baseando-se no preconiza o ecoturismo. Por se tratar de um contexto amplo, a presente pesquisa limitou-se a contextualizar e descrever a estrutura operacional do passeio e alguns reflexos dessa prática em cada uma das realidades envolvidas, além de buscar compreender também como o atual formato de promoção e operacionalização do passeio pode estar alimentando os imaginários turísticos a respeito dessa região. A pesquisa esteve norteada pelo estudo de caso, pautada pela abordagem qualitativa, com procedimentos técnicos e bibliográficos de campo, documental, exploratório e descritivo e com aplicação de formulário online aos comercializadores/operadores do passeio, aos turistas e entrevista com os moradores da comunidade do lago Catalão. A escolha do termo “safári” para promover o passeio, chama atenção por se tratar de uma prática comum nos territórios africanos, onde, para além de uma atividade turística, o safári possui um contexto histórico, social e cultural. Atividades como o safári, compõem a dicotomia que busca valorizar por meio da comercialização de aspectos ambientais e socioculturais, justificando-se em uma possível minimização do turismo de massa. Diante da dificuldade em encontrar estudos em âmbito nacional que busquem discutir teoricamente as implicações do termo e os efeitos de tal prática, esta pesquisa também pretendeu contribuir por meio de um levantamento sistemático de pesquisas nacionais e internacionais que pudessem ajudar na compreensão do mesmo. Em síntese, os resultados apontam que as comunidades inseridas no Safári Amazônico, encontram-se atualmente em situação de vulnerabilidade socioeconômica, reduzidas a atrativos e prestadores de serviços, sem dominialidade e imersas em um turismo convencional que se utiliza do discurso da sustentabilidade e do (eco)turismo como um rótulo. Trata-se de um turismo de aparências, onde alguns atuam no limite do que é considerado legal e outros na informalidade.

Palavras-chave: Safári; (Eco)turismo; Imaginário Turístico; Safári Amazônico; Amazonas.

RESUMEN

Esta investigación pretendía contribuir a los debates existentes sobre los efectos de una práctica turística muy extendida en la ciudad de Manaus - Amazonas, el Safari Amazónico. Un recorrido que también se puede encontrar con otros nombres y que a lo largo de los años se ha reformulado y adaptado al momento actual, pero que, en definitiva, parece pretender mantener la memoria y la propuesta de los "safaris ecológicos en el Amazonas" existentes en esta región desde principios de los años 60. El formato actual del Safari Amazónico vende, justificándose como una propuesta de (eco)turismo, aspectos de la fauna y flora en el Parque Ecológico Janauari, el delfín rosado de río en la región del bajo río Negro, el modo de vida de las comunidades indígenas de reciente creación de la Reserva de Desarrollo Sostenible (RDS) Tupé (Municipal) y Puranga Conquista (Estatal) y de la comunidad ribereña Nossa Senhora Aparecida do Lago do Catalão en el municipio de Iranduba, donde la actividad de aprovisionamiento se realiza con peces cautivos conocidos popularmente como Pirarucu, uno de los mayores peces de agua dulce del mundo. Ante la información sobre los impactos que esta práctica turística ha causado en estos lugares, se eligió este tour como objeto de estudio de esta tesis de maestría con el fin de analizar cómo y si las prácticas de los comerciantes/operadores del Safari Amazónico contribuyen a la mejora de los aspectos ambientales y socioculturales de los lugares de parada del tour, en base a lo que el ecoturismo propugna. Por tratarse de un contexto amplio, esta investigación se limitó a contextualizar y describir la estructura operativa del tour y algunas reflexiones de esta práctica en cada una de las realidades involucradas, además de buscar entender cómo el formato actual de promoción y operación del tour puede estar alimentando los imaginarios turísticos sobre esta región. La investigación fue guiada por el estudio de caso, orientado por el enfoque cualitativo, con procedimientos técnicos y bibliográficos de campo, documentales, exploratorios y descriptivos y con aplicación de formulario en línea a los comercializadores/operadores del tour, turistas y entrevistas con los residentes de la comunidad del Lago Catalão. La elección del término "safari" para promocionar el viaje llama la atención porque es una práctica habitual en los territorios africanos, donde, además de una actividad turística, el safari tiene un contexto histórico, social y cultural. Actividades como el safari conforman la dicotomía que busca potenciar, a través de la comercialización, aspectos ambientales y socioculturales, justificándose en una posible minimización del turismo de masas. Dada la dificultad de encontrar estudios a nivel nacional que traten de discutir teóricamente las implicaciones del término y los efectos de dicha práctica, esta investigación también pretende contribuir mediante un estudio sistemático de las investigaciones nacionales e internacionales que puedan ayudar a su comprensión. En resumen, los resultados indican que las comunidades insertas en el Safari Amazónico, se encuentran actualmente en una situación de vulnerabilidad socioeconómica, reducidas a atracciones y prestadoras de servicios, sin dominialidad e inmersas en un turismo convencional que utiliza el discurso de la sostenibilidad y el (eco)turismo como etiqueta. Es un turismo de apariencias, en el que unos operan al límite de lo que se considera legal y otros en la informalidad.

Palabras clave: Safari; (Eco)turismo; Imaginario Turístico; Safari Amazónico; Amazonas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Projeto de estudo de caso único integrado (Tipo 2) proposto.....	29
Figura 2. Mapa de localização dos pontos de parada do Safári Amazônico.....	32
Figura 3. Mapa da regionalização turística do continente africano.....	46
Figura 4. Mapa das cidades mais visitadas do Brasil por turistas estrangeiros entre 2011 e 2015.....	53
Figura 5. Estrutura do Safári Amazônico de acordo com o significado de safári.....	58
Figura 6. “Humanos em exposição”	59
Figura 7. Animais abatidos durante safári de caça.....	66
Figura 8. Exemplos de material publicitário do pacote de viagem intitulado “1000 Miles up the Amazon”	91
Figura 9. Lugares turísticos próximos de Manaus até 1930.....	92
Figura 10. Matéria da <i>Revista Manchete</i> “A redescoberta da Amazônia”	94
Figura 11. Matéria da <i>Revista Manchete</i> sobre o projeto “Operação Férias”	95
Figura 12. Matéria da <i>Revista Manchete</i> sobre as intenções da Embratur para o turismo na Amazonas.....	96
Figura 13. Indígenas na comunidade São João do Tupé fazendo apresentações culturais a turistas, ano 2000.....	98
Figura 14. Comunitários no Catalão no manejo da mandioca.....	102
Figura 15. O viver sobre as águas no Catalão.....	103
Figura 16. O Catalão e a escola no período da cheia e da vazante do rio.....	104
Figura 17. O viveiro do peixe pirarucu no Catalão.....	110
Figura 18. Ocas de apresentação das comunidades.....	116
Figura 19. Turistas em visita às comunidades indígenas.....	118
Figura 20. Victorias amazônicas no lago Janauari.....	123
Figura 21. Registros de turistas com animais no Janauari.....	127
Figura 22. Turistas em interação com o boto cor-de-rosa.....	130
Figura 23. Fluxograma dos elementos necessários à operação do passeio.....	135
Figura 24. Exemplos de material publicitário do passeio Safári amazônico.....	153
Figura 25. Registros das comunidades indígenas disponibilizadas nas redes sociais.....	155
Figura 26. Turistas manuseando animais silvestres durante o passeio Safári Amazônico.....	174
Figura 27. Turistas em interação com o boto cor-de-rosa.....	176
Figura 28. Turistas em interação com o peixe pirarucu.....	177

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Participantes da pesquisa.....	34
Quadro 2. Procedimentos e técnicas da pesquisa.....	37
Quadro 3. Estratégia e Técnica analítica escolhida para análise das evidências do caso.....	38
Quadro 4. Marco lógico metodológico da pesquisa.....	40
Quadro 5. Significado da palavra safári de acordo com os dicionários português, inglês, francês, italiano e espanhol.....	57
Quadro 6. Levantamento de pesquisas que abordam a prática de safári.....	61
Quadro 7. Efeitos negativos da pesca esportiva nos respectivos municípios.....	71
Quadro 8. Alguns princípios para desenvolver o ecoturismo segundo a ONU, TES e Swarbrooke.....	84
Quadro 9. Dados históricos sobre a criação do passeio e escolha do termo safári.....	97
Quadro 10. Trechos de relatos dos moradores do Catalão sobre a presença do turismo.....	105
Quadro 11. Etnias presentes e quantidade de membro por comunidades.....	117
Quadro 12. Problemas decorrentes da ausência de políticas públicas nas comunidades.....	120
Quadro 13. Modalidades em que é possível encontrar o passeio Safári Amazônico.....	132
Quadro 14. Dados sobre as embarcações, lotação, segurança e primeiros socorros.....	136
Quadro 15. Gastos operacionais do passeio.....	138
Quadro 16. Impressão dos turistas sobre o que é um safári e a Amazônia.....	157
Quadro 17. Possíveis impactos positivos e negativos sobre a dimensão sociocultural de comunidades anfitriãs.....	163
Quadro 18. Alguns efeitos positivos e negativos do turismo em UC.....	171
Quadro 19. As contribuições do Safári Amazônico para a conservação ambiental.....	178

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1.** Os destinos africanos no cenário do turismo mundial em ordem alfabética e seus respectivos índices de desenvolvimento humano (IDH) no *ranking* global de 2014 segundo o PNUD.....48
- Tabela 2.** Os melhores destinos brasileiros em relação ao desempenho turístico internacional (recepção).....52
- Tabela 3.** Os destinos brasileiros e seus respectivos índices de desenvolvimento humano (IDH) no *ranking* nacional por Unidade Federativa (estado) segundo o PNUD.....54

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES

AMAZONASTUR	Empresa Estadual de Turismo do Amazonas
AMPA	Associação Amigos do Peixe-boi
APA	rea de Proteção Ambiental
ASTA	American Society of Travel Agents
CADASTUR	Cadastro de Prestadores de Servios Turísticos
CBNRM	Programa de Gestão de Recursos Naturais de Base Comunitária
CEMAAM	Conselho Estadual do Meio Ambiente
CMOP	Comercializador/operador
CEP	Comitê de tica em Pesquisa
COMUCT	Comunitários do Catalão
DEPRO	Departamento de Turismo e Promoção
EMANTUR	Empresa Amazonense de Turismo
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
ESEC	Estação Ecológica
FAPEAM	Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas
FEI	Fundação Estadual do ndio
FUNAI	Fundação Nacional do ndio
GT Indígena	Grupo de Trabalho Institucional para o Ordenamento Turístico dos Núcleos Indígenas do Baixo Rio Negro
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geográfico de Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes
IDH	ndice de Desenvolvimento Humano
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPF	Ministério Público Federal
MTUR	Ministério do Turismo
NEICAM	Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Cultura Amazônica
OCBs	Organizações de Base Comunitária
ONU	Organização das Nações Unidas
OMT	Organização Mundial do Turismo

PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PRT	Programa Nacional de Regionalização do Turismo
PROECOTUR	Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal
PPGICH	Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas
REVIS	Refúgio de Vida Silvestre
SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente
SEMMAS	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TBC	Turismo de Base Comunitária
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TES	Sociedade Internacional de Ecoturismo
TI	Terra Indígena
TUR	Turista
UC	Unidade de Conservação
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UF	Unidade Federativa
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNWTO	Organização Mundial do Turismo das Nações Unidas
UNEP/ONU	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
WWF	World Wide Fund for Nature

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	20
CAPÍTULO I – CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	27
CAPÍTULO II - A PRÁTICA DE SAFÁRI: DESTINOS, APROXIMAÇÕES E EXPERIÊNCIAS.....	42
2.1 OS DESTINOS AFRICANOS E BRASILEIROS: APROXIMAÇÕES E DESEMPENHO NO TURISMO INTERNACIONAL.....	43
2.1.1 Os destinos africanos.....	45
2.1.2 Os destinos brasileiros.....	50
2.2 SIGNIFICANDO A PALAVRA SAFÁRI.....	56
2.2.1 Algumas pesquisas dos últimos 19 anos sobre a prática de safári.....	61
2.3 EXPERIÊNCIAS COM O SAFÁRI DE CAÇA.....	65
2.4 EXPERIÊNCIAS DE SAFÁRI FOTOGRÁFICO.....	73
CAPÍTULO III – O SAFÁRI AMAZÔNICO NO CONTEXTO DO (ECO)TURISMO: ASPECTOS HISTÓRICOS, DE COMPOSIÇÃO E OPERACIONAIS.....	79
3.1 (ECO)TURISMO: CONCEITOS, PRINCÍPIOS E PRÁTICAS.....	80
3.2 ASPECTOS HISTÓRICOS: UM RESGATE SOBRE OS PRECEDENTES DO SAFÁRI AMAZÔNICO.....	90
3.3 A COMPOSIÇÃO DO PASSEIO.....	100
3.3.1 A comunidade Nossa Senhora Aparecida do lago Catalão.....	100
3.3.1.1 O viveiro de pirarucu localizado na comunidade do lago do Catalão.....	108
3.3.2 As comunidades indígenas das RDSs Tupé e Puranga Conquista.....	113
3.3.3 O Parque Ecológico do Janauari.....	122
3.3.4 As plataformas de interação com os botos cor-de-rosa (<i>Inia geoffrensis</i>)	128
3.4 ASPECTOS OPERACIONAIS DO PASSEIO.....	132
CAPÍTULO IV - O SAFÁRI AMAZÔNICO NA CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO TURÍSTICO E SEUS IMPACTOS.....	142
4.1 O IMAGINÁRIO NA CONSTRUÇÃO DE DESTINOS TURÍSTICOS.....	143
4.2 CONSTRUINDO OLHARES A PARTIR DO ROTEIRO SAFÁRI AMAZÔNICO.....	150
4.3 IMPACTOS SOCIOCULTURAIS: AS COMUNIDADES COMO ATRATIVOS TURÍSTICOS.....	161
4.4 IMPACTOS AMBIENTAIS: OS ANIMAIS SILVESTRES NO JANAUARI E AS CONTRADIÇÕES DA INTERAÇÃO COM OS BOTOS E OS PIRARUCUS.....	168

CONCLUSÕES	181
REFERÊNCIAS.....	191
APÊNDICES.....	198
APÊNDICE A - FORMULÁRIO APLICADO AOS COMERCIALIZADORES.....	198
APÊNDICE B – FORMULÁRIO APLICADO AOS TURISTAS.....	200
APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O PROPRIETÁRIO DO VIVEIRO.....	201
APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA NA COMUNIDADE DO CATALÃO.....	202
ANEXOS.....	203
ANEXO A – COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA.....	203
ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO AOS COMERCIALIZADORES (TCLE).....	204
ANEXO C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TURISTAS).....	205
ANEXO D – TERMO DE ANUÊNCIA COMUNIDADE CATALÃO.....	206
ANEXO E - RECOMENDAÇÃO Nº 06, DE 01 JUNHO DE 2018.....	207
ANEXO F - RESOLUÇÃO/CEMAAM Nº28, de 22 DE JANEIRO DE 2018.....	212

INTRODUÇÃO

Pensar o turismo como uma prática humana que é fluida, volátil e se interliga aos diversos aspectos de vida de uma sociedade para além do econômico, tem sido cada vez mais urgente levando em conta o seu alcance e os efeitos desse fenômeno. A própria concepção do que seja “o turismo” ou “fazer turismo”, pode ser diferente de pessoa para pessoa e autor para autor, mesmo existindo conceituações dadas por órgãos oficiais sobre tal atividade.

Com isso, as diversas motivações humanas para praticar o turismo passaram a ser entendidas pela lógica do mercado como oportunidades para sua segmentação por meio da criação de serviços e produtos especializados, algo que possibilitou ao mercado criar e ao turista escolher. Entretanto, ao entender a necessidade de olhar para o turismo como campo de estudo, preocupa as suas constantes fragmentações para atender às imposições do capital, como se tudo pudesse ser adequado para o turismo. Fato que pode dificultar cada vez mais a investigação de suas imbricações, à medida em que ele vem sendo subdividido e observado separadamente.

Dentre os diversos e crescentes segmentos, o ecoturismo vem sendo apontado como uma alternativa para mitigar os efeitos nocivos decorrentes do turismo de massa e, também, como um mecanismo para a valorização da cultura e desenvolvimento sustentável de comunidades, estejam elas localizadas ou não no interior de áreas protegidas.

No Brasil, os primeiros estudos voltados para o ecoturismo aconteceram na década de 1980, quando o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) deu início ao “Projeto Turismo Ecológico”, criado por uma Comissão Técnica Nacional em parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama). Mas foi somente em 1992, na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Rio-92) que esse segmento ganhou visibilidade e passou a fazer parte das pautas de discussões a nível mundial (BRASIL, 2010). O conceito, os princípios e caminhos para o seu desenvolvimento no Brasil foram elaborados em 1994 pelo Governo Federal, quando foram estabelecidas as diretrizes para compor a Política Nacional de Ecoturismo, sendo este o primeiro documento elaborado para balizar as práticas de ecoturismo no país.

Pensando sobre a *práxis* do ecoturismo no Amazonas, mais especificamente na cidade de Manaus, Pennington (2009), Andrade (2010) e Manfredo (2017) apontam que há registros de turismo com interesse nos aspectos de fauna, flora e nas comunidades locais desde pouco antes dos anos 1930, quando a cidade passou a receber turistas em um cruzeiro cuja viagem era denominada

“1000 Miles up the Amazon”¹, com um roteiro que inicialmente partia de Liverpool, Inglaterra. Nos estudos de Pennington (2009), Andrade (2010) e Manfredo (2017) é possível encontrar registros da primeira viagem feitos por um passageiro em um diário, detalhando o mercado, a fauna, o rio negro.

Três décadas à frente, de acordo com registros encontrados em matérias da *Revista Manchete* datadas de 1966 e 1967, um projeto de turismo nomeado “Operação Férias” buscou alavancar o turismo no estado apostando na beleza cênica da floresta, nas praias, cachoeiras e como um lugar onde os turistas poderiam conhecer “os fascínios de uma Amazônia virgem e inexplorada” (Revista Manchete, 1966, p. 5). Na década de 1970, Pires (2002) relata que experiências de turismo concebidas como “safáris ecológicos na Amazônia” já aconteciam ao longo do baixo rio Negro, nas proximidades de Manaus.

Enquanto atividade turística, o safári fotográfico/observação nasce primeiramente nos países africanos como uma reformulação do safári de caça, uma prática herdada da colonização onde animais de grande porte eram abatidos e suas peles e chifres retirados como lembranças (NORTON, 1996; SAN SOLO & CRUZ, 2011). Com o crescimento da quantidade dos parques nacionais e o avanço nas discussões sobre as áreas protegidas para o redirecionamento do uso irracional dos bens naturais - o que por sua vez, inclui o turismo de massa - legislações específicas foram desenvolvidas para delimitar o safári de caça, sendo o safári fotográfico/observação criado como alternativa de atividade nociva nos parques nacionais de países como África do Sul, Bostwana, Tanzânia e outros (PIRES, 2002; SANTANA, 2008).

Desse modo, Norton (1996), Salazar (2009), Sansolo e Cruz (2011) assinalam que destinos como os países africanos, onde os aspectos socioculturais e os elementos de fauna e flora, historicamente exotizados pelas descrições carregadas de superlativos dos viajantes europeus – e aqui se pode incluir o Amazonas e a região Amazônica -, passaram a atrair cada vez mais os novos turistas ecológicos interessados em experiências onde era possível entrar em contato com toda exotividade e exuberância disseminada por meio de textos, notícias, imagens em jornais, revistas e nos demais meios de comunicação de massa que alimentavam/alimentam os imaginários sociais e turísticos a respeito desses lugares. Para MacCannell (1973) a criação ou manutenção de cenários turísticos como o que acontece nas experiências de safári, faz parte da tentativa do mercado em atender aos anseios de fuga, de regresso ao passado e de contato com elementos ancestrais

¹A mil milhas da Amazônia.

solapados pelo modelo de produção capitalista.

Em Manaus, a estrutura dos safáris ecológicos propagados desde a década de 1960, acabou por intensificar nos anos 1990, a migração (que já vinha ocorrendo em decorrência do estabelecimento da Zona Franca de Manaus) de famílias para a capital do Amazonas e proximidades, buscando uma oportunidade de geração de renda e melhorias de condições de vida (CRUZ; AUZIER; DIAS, 2019).

Atualmente, essa ideia de safáris ecológicos parecem ainda orientar e influenciar passeios turísticos em operação na cidade, a exemplo, o Safári Amazônico. Com duração aproximada de 7 horas, composto pelos seguintes atrativos: plataforma de interação com o boto cor-de-rosa (*Inia geoffrensis*); comunidade indígena; lago Janauari (onde é feita observação de fauna e flora); comunidade flutuante do lago Catalão para observação do modo de vida flutuante e simulação da pesca do peixe pirarucu (*Arapaima gigas*), conhecido como o gigante da Amazônia; e, por último, o encontro das águas dos rios Negro e Solimões.

O referido passeio é vendido e operacionalizado por agências e guias de turismo locais, alguns legalmente regulamentados e outros não, representando um dos maiores problemas enfrentados no combate aos efeitos nocivos do turismo, que é agravado pela falta de uma fiscalização mais efetiva nas áreas sob protegidas por leis ambientais. Fato que contribui para a coexistência de atividades nos atrativos do passeio Safári Amazônico e destoam das orientações preceituadas pelo segmento do ecoturismo. É possível citar como práticas contrárias às diretrizes do ecoturismo:

- a) A exposição de animais silvestres no lago Janauari (categorizado como Parque Ecológico dentro da APA² Encontro das Águas e APA Paduari/Solimões);
- b) A quantidade de turistas acima do permitido para o nado com botos;
- c) O uso da imagem da comunidade do Catalão sem retorno para a mesma e os riscos do atual modelo de interação com o pirarucu de cativeiro; e
- d) A inexistência de ordenação do turismo nas quatro comunidades indígenas das RDSs Tupé e Puranga Conquista (Tatuyo, Cipiá, Diakuru e Tuyuka).

No lago Janauari, os animais são capturados por alguns moradores das comunidades no intuito de obterem algum ganho financeiro. Os animais são mantidos em cativeiro e apresentados aos turistas para registros em fotos e vídeos. Vale observar que não são todos os comercializadores

²Área de Preservação Ambiental (APA) – categoria de UC.

do roteiro que compactuam com essa prática, ficando a atividade turística restrita a uma localidade do lago onde é possível fazer somente a observação das vitórias amazônicas (denominada também como vitórias-régias); visita a feira de artesanato e aos restaurantes flutuantes onde acontece o almoço.

A atividade com os botos é regulamentada pelo Ibama e Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema) por meio da Resolução/CEMAAM N°28, de 22.01.2018. Uma das normas é que façam a orientação sobre a retirada de acessórios para evitar ferimentos na pele frágil dos botos, além de recomendar também que o uso de produtos corporais como repelentes, hidratantes, óleos e filtro solar seja feito somente após a interação para evitar que os animais entrem em contato com tais substâncias que podem se diluir na água. Mesmo assim, não há como garantir que todos os turistas que entram na água não tenham feito uso de produtos e não há monitoramento da saúde desses animais para saber se, e o quanto esses produtos podem ser prejudiciais ou como a própria alimentação artificial, e interação com turistas pode estar sendo nociva. A ausência de uma fiscalização diária tem dado margem para o não cumprimento das normas estabelecidas pela Resolução N°28, como a quantidade permitida de turistas. Vale ressaltar que o boto cor-de-rosa já é considerado um animal com perigo de extinção pela Associação Amigos do Peixe-boi (Ampa), parceira do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa).

Outro lugar de parada do roteiro é a comunidade Nossa Senhora Aparecida do lago Catalão (conhecida como comunidade do Catalão), escolhida como atrativo turístico por dois motivos: i) a simulação da pesca do peixe pirarucu em viveiro de propriedade privada; e ii) para registrar aspectos do modo de vida flutuante dos comunitários que podem ser capturados por meio de fotografias e vídeos. Embora o nome da comunidade não apareça em todos os materiais publicitários e descritivos dos comercializadores/operadores, o modo de vida da comunidade é explorado como atrativo (sem retorno financeiro para a comunidade) que agrega valor a experiência de provisionamento do peixe pirarucu, cujo viveiro de propriedade privada fica localizado na comunidade. É como algo posto em uma prateleira para o turista observar e fotografar.

A respeito da participação das comunidades indígenas, as práticas que permeiam o turismo nesses locais têm ocasionado diversos conflitos. Foi constatado por Cruz, Auzier e Dias (2019) ao realizarem um estudo socioantropológico nas referidas comunidades (Núcleo do Diakuru, Aldeia Tuyuka, comunidade Cipiá e Tatuyo) que existe uma exigência por parte dos comercializadores -

ou agentes externos como denominam as autoras – para que os indígenas transpareçam “naturalidade” e que também existe interferência direta nas decisões como, o valor pago pelas apresentações - dentre outros problemas. Conforme aponta o relatório final do Estudo Socioantropológico das autoras, trata-se de um turismo convencional, de massa e que não proporciona uma experiência de qualidade para ambos os sujeitos (turistas e indígenas).

Localizadas essas práticas, chegou-se a seguinte problemática geral da pesquisa: Será que as práticas dos comercializadores do Safári Amazônico contribuem para a valorização dos aspectos socioculturais e ambientais dos locais de parada do roteiro, alinhando-se aos princípios e diretrizes do ecoturismo?

Para delineamento e orientação da pesquisa foram elaboradas as seguintes questões norteadoras:

- i) Quais as principais características do safári e como ele se configurou em uma atividade turística que comercializa elementos socioculturais e ambientais?
- i) Como o passeio Safári Amazônico surgiu e por que ele foi estruturado com tais atrativos sugerindo seguir uma proposta de ecoturismo?
- ii) Como as estratégias de promoção e operacionalização do passeio podem estar relacionadas com a (re)construção do imaginário turístico sobre a Amazônia?

A pesquisa se justifica pela ausência de estudos científicos em literatura que tenham como foco de análise as práticas dos comercializadores do roteiro Safári Amazônico. E, embora comunidades no Amazonas já trabalhem o turismo de forma organizada, os locais inseridos no Safári Amazônico ainda carecem de estudos e políticas de ordenamento que priorizem a minimização dos seus efeitos nocivos e a observação de como as práticas provenientes dos passeios turísticos têm de fato contribuído para o desenvolvimento – não só do ponto de vista econômico, mas também para o desenvolvimento humano - das comunidades locais e para a conservação do ambiente.

Pelo exposto, considera-se o estudo necessário, pois esses comercializadores/operadores são os principais responsáveis por levar turistas a essas localidades e podem estar contribuindo com a manutenção da ideia de submissão da natureza para o deleite dos turistas e para a afirmação de uma imagem estereotipada sobre a cultura amazônica. Para aprofundar tal discussão, os objetivos da pesquisa foram transformados em capítulos, de forma que os resultados são apresentados de acordo com a ordem dos objetivos, buscando assim, seguir um caminho de

discussões interligadas.

O suporte teórico metodológico foi baseado em Yin (2015), Flick (2009), Minayo (2009) e Gil (2008). Sendo assim, a metodologia da pesquisa esteve norteadada pelo estudo de caso com abordagem qualitativa, utilizando-se de multitécnicas de coletas de dados. É importante frisar que a presente pesquisadora não foi a campo nas comunidades indígenas (Núcleo do Diakuru, Aldeia Tuyuka, comunidade Cipiá e Tatuyo), portanto, todos os dados apresentados e discutidos na dissertação são exclusivamente oriundos do Relatório Final do Estudo Socioantropológico. A pesquisa de campo realizada na comunidade do Catalão aconteceu antes da pandemia de COVID-19 chegar a cidade de Manaus, quando a pesquisadora estava a serviço de outro projeto de pesquisa que integrava a época³.

Com o avanço da pandemia na cidade foi necessário reformular as técnicas de coleta utilizando-se de questionários online respondidos por turistas e pelos comercializadores/operadores do passeio – ambos também sujeitos da pesquisa. Quanto aos dados apresentados sobre as comunidades indígenas das RDSs Tupé e Puranga Conquista foram retirados de fonte exclusivamente documental, a saber, do relatório socioantropológico das pesquisadoras Cruz, Auzier e Dias (2019) integrantes do grupo de pesquisa “Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Cultura Amazônica” (Neicam). Do mesmo modo, também foram utilizados outros documentos e fontes bibliográficas para complementar a discussão a respeito do turismo no Parque ecológico do Januari e nas plataformas de interação com os botos cor-de-rosa, lugares onde também não foi possível realizar campo.

Dito isso, o Capítulo I da dissertação apresenta os caminhos metodológicos percorridos e ferramentas utilizadas. Nele, estão apresentados os objetivos da pesquisa, método, coleta de dados, sujeitos participantes, ferramentas de análise e os desafios encontrados durante todas as etapas da pesquisa.

O Capítulo II traz uma contextualização histórica, social e cultural da prática de safári, como ela se dá, suas diferentes formas e como essa atividade representa mais uma forma de comercializar elementos materiais e imateriais antes não vinculados ao lucro. Com o intuito de lançar uma discussão teórica a respeito da atividade de safári e suas tentativas de adequação, buscou-se

³ Projeto de Pesquisa intitulado: “INDICADORES ANTRÓPICOS: Fatores socioambientais e patrimoniais na tradução de índices de antropização em povos e comunidades Amazônicas (2019-2023)”, composto pelos Programas de Pós-Graduação PPGEEA/UFPA, PPGICH/UEA e PGET/UFSC e, que está vinculado ao Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia - PROCAD Amazônia fomentado pela CAPES.

primeiramente traçar uma aproximação entre os destinos africanos e brasileiros, buscando enxergar as similitudes entre seus processos de formação frente a colonização e tal processo os posicionou enquanto destinos no cenário internacional do turismo. Além disso, foi realizado um estado da arte das pesquisas dos últimos 19 anos sobre safári no Brasil e no exterior com o intuito também de investigar como e se a atividade de safári é discutida dentro do âmbito acadêmico no Brasil.

No Capítulo III, buscou-se revisitar brevemente discussões acerca dos movimentos ambientalistas resultantes do rompimento com o “paradigma social dominante” para o surgimento do que Diegues (2001) chamou de “novo ecologismo”, momento a partir do qual o mercado enxerga um novo nicho de clientes ávidos por “produtos verdes” a serem consumidos sob o rótulo da sustentabilidade. Tal fato possibilitou o surgimento exponencial do que Santana (2008) chama de (eco)empreendimentos com objetivos e práticas de sustentabilidade não claras. Além disso, neste capítulo, são apresentados alguns aspectos históricos que podem ser identificados na estrutura do passeio Safári Amazônico, além da descrição de cada localidade (dos “atrativos”) e dados sobre a operacionalização do passeio.

Por fim, o Capítulo IV pretendeu compreender como o imaginário turístico a respeito do destino Amazônia parece ser alimentado historicamente por representações que mantêm um olhar etnocêntrico sobre esse lugar. Para isso, foram utilizados autores como MacCannell (1973), Urry (2001), Salazar (2009) e Gravari-Barbas e Graburn (2012), além de procurar se alinhar às discussões teóricas presentes no relatório socioantropológico de autoria das pesquisadoras Cruz, Auzier e Dias (2019) que apontam a partir de autores como Gondim (2007), Oliveira (2003) e Manfredo (2017) a presença de um “índio ideal” nas comunidades indígenas que fazem parte do Safári Amazônico. Salienta-se ainda que apesar de alguns dados terem sido obtidos por meio de questionário online aplicado aos turistas e aos comercializadores/operadores, bem como, a seleção de algumas imagens divulgadas como material publicitário do passeio. Os dados utilizados a respeito das comunidades indígenas – não só no capítulo IV, como também no capítulo III – foram obtidos de fonte unicamente documental (o relatório socioantropológico). No último tópico do capítulo, apresenta-se também uma síntese dos impactos socioculturais e ambientais presentes em cada um dos locais inseridos no passeio.

CAPÍTULO I

CAMINHOS METODOLÓGICOS

Um dos maiores desafios de quem se propõe ao estudo do Turismo é produzir conhecimento científico partindo de uma abordagem qualitativa e integradora, por ser um fenômeno que historicamente é visto primeiro e, quase unicamente, como um conjunto de produtos e serviços lucrativos, reduzindo-o ao seu aspecto econômico. Sob este olhar reducionista, Morin (1977, p. 17) explica que assim como “o homem, o mundo está dividido entre as ciências, fragmentado entre as disciplinas, pulverizado em informações” e, por isso, na contemporaneidade em que vivemos “[...] a nossa necessidade histórica é de encontrar um método que detecte e não oculte as ligações, as articulações, as solidariedades, as implicações, as imbricações, as interdependências, as complexidades” (Ibid., 2008, p. 29).

Em vista disso, exigir um método de estudo fechado ou que se reduza apenas aos aspectos quantitativos da atividade, é limitar um fenômeno que é multidimensional. Para isso, Beni e Moesch (2017, p. 430) propõem uma análise do Turismo apoiando-se em abordagens qualitativas críticas por considerarem que em tal fenômeno acontecem trocas “[...] cuja relação de sujeito/objeto reconstrói-se organicamente e de forma complexa [...]”, revelando assim os aspectos humanos e científicos do Turismo. Tais autores contribuem ainda para essa reflexão nos dizendo que:

Seu objeto, no formato de sua complexidade, desafia uma epistemologia social para o entendimento de sua gênese. Assim, as categorias como tempo, espaço, tecnologia, economia, comunicação, ideologia, imaginário, hospitalidade, diversão, entre outras, constituem-se na sua *práxis*. *Práxis* turística não disjuntiva, nem linear, mas sim uma construção dinâmica, permanente, na qual o sujeito turístico em sua transumância se move, constrói de forma imaginal, comunica seus desejos mais íntimos, em processos objetivos de fluxos (deslocamento/viagem/transportes), de fixos (estada, hospedagem, alimentação, acolhimento e segurança) e de prazer (o encontro cultural, a diversão) [...] (BENI & MOESCH, 2017, p. 454).

Embora existam controvérsias sobre seu surgimento, independente de ser uma prática que sempre esteve presente ao longo da história da humanidade, ou se é um fenômeno moderno possibilitado pelo capitalismo e por conquistas como o tempo livre, de ócio, salários e férias remuneradas, não se pode negar o seu entrelaçamento as dinâmicas de vida dos sujeitos, principalmente dos destinos receptores. Mediante essa compreensão, Panosso Netto (2011) nos diz que um pouco antes dos anos 1960, já haviam estudos fora do Brasil no campo das Ciências Sociais

buscando explicar o Turismo e sua epistemologia por meio das Teorias Sociais. Desde então, o turismo passou a ser visto não só como um fator econômico, mas como algo que causa consideráveis e até irreversíveis impactos, portanto, necessário de ser investigado (Ibid., 2011).

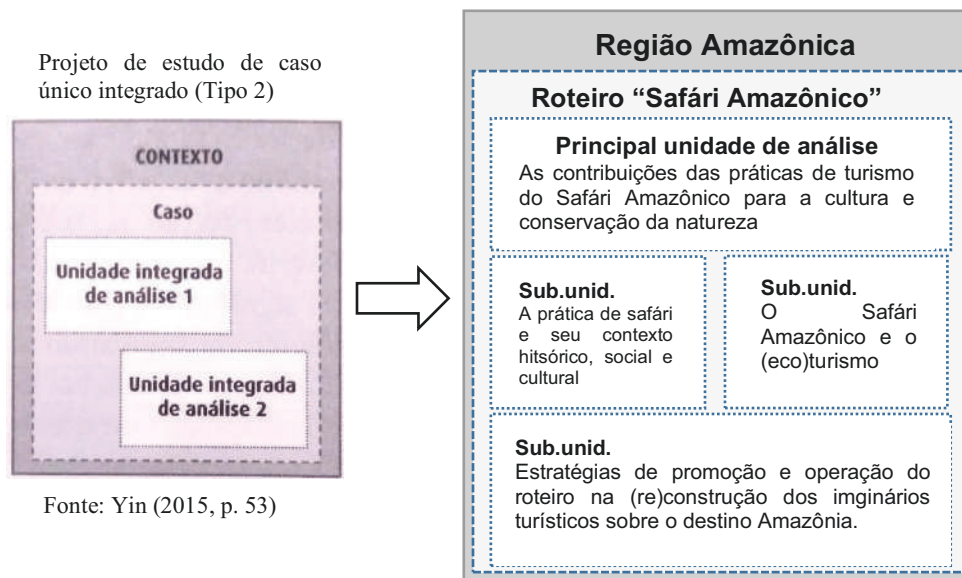
Para Vasconcellos (2013) a ciência que fragmenta, separa e busca a simplificação - ou seja, a ciência tradicional/cartesiana - já mostrou ser inadequada quando lidamos com situações complexas e instáveis. A autora endossa ainda que a “ciência está de fato revendo muitos de seus conceitos, mas não chega a essas conclusões pelo abandono do procedimento científico, e sim pela descoberta das limitações intrínsecas aos conceitos e métodos que até então utilizava” (Ibid., 2013, p. 22 e 23).

Desse modo, considerando que o turismo possui pré-disposição para fragmentação devido a pressão do mercado, buscou-se analisar o Safári Amazônico entendendo que apesar das limitações encontradas em campo era necessário exercitar um olhar que buscasse enxergar o objeto de estudo em sua totalidade e não em apenas uma fração dele, pois mesmo que geograficamente os locais de parada do passeio - ou atrativos como são compreendidos - estejam razoavelmente próximos, em cada um desses lugares é possível deparar-se com diferentes sujeitos e realidades sociais. Realidades estas que interligam-se pela presença do turismo, onde o mesmo interfere no ambiente, na rotina, nas relações entre os comunitários, no modo como concebem sua cultura, na relação de trabalho, nas necessidades infraestruturais, na saúde, nas territorialidades, na proteção e gestão do território, além de outros aspectos que possam ser futuramente identificados.

Assim, os objetivos metodológicos desta pesquisa foram exploratórios e descritivos, onde propôs-se como objetivo geral analisar se e como as práticas dos comercializadores/operadores do Safári Amazônico contribuem para a valorização dos aspectos socioculturais e ambientais dos locais de parada do roteiro, alinhando-se aos princípios e diretrizes do ecoturismo. Para isso buscou-se: i) contextualizar **a prática de safári** e sua vinculação com os processos de comercialização no turismo; ii) caracterizar o Safári Amazônico no contexto do **(eco)turismo** e quanto aos seus aspectos históricos, de composição e operacionais; e iv) compreender as possíveis relações entre as estratégias de promoção e operacionalização do roteiro para a (re)construção do **imaginário turístico** sobre a Amazônia. Vislumbrando-se assim, chegar ao objetivo geral refletindo sobre os impactos ambientais e socioculturais do passeio tendo como ponto de partida para análise as práticas de turismo de seus comercializadores/operadores.

A presente pesquisa foi delineada a partir do estudo de caso único do tipo integrado (figura 1). O estudo de caso único do tipo integrado consiste na seleção de um único caso a ser analisado a partir de duas ou mais unidades, “isso ocorre quando em um caso único, a atenção também é dirigida a uma subunidade ou mais” (YIN, 2015, p. 58). Em razão disso, apesar da necessidade natural à toda pesquisa científica de objetivar, delimitar e assim selecionar sujeitos específicos para o estudo, considerou-se não ser possível analisar “o caso” sem levar em conta as relações intrínsecas e os efeitos oriundos de tais práticas nestas localidades que apesar de vivenciarem realidades distintas, estão conectadas pelo fenômeno turístico.

Figura 1. Projeto de estudo de caso único integrado (Tipo 2) proposto à pesquisa.



Elaboração: Oliveira Alano (2021) - adaptado de Yin (2015).

O estudo de caso único do tipo integrado e qualitativo não utiliza a técnica da amostragem, pois seu objetivo não é representar um universo e nem apresentar probabilidades intencionando uma generalização estatística, mas sim discutir, expandir, aprofundar e generalizar teorias. Os dados no estudo de caso são generalizáveis as proposições teóricas – categorias discutidas teoricamente – e não a universos populacionais (YIN, 2015).

O suporte teórico-metodológico da pesquisa é encontrado em Yin (2015) que apresenta esse tipo de pesquisa como um método de “investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo (o “caso”) em profundidade e em seu contexto de mundo real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não puderem ser claramente evidentes” (Ibid.,

2015, p. 17). Além disso, para o autor, independente da área em que se está pesquisando, o método do estudo de caso se apresenta como necessário quando “surge o desejo de entender fenômenos sociais complexos” (Ibid., 2015, p. 4).

A presente pesquisa também se apoiou teórica e metodologicamente na abordagem qualitativa que é apontada por Flick (2009, p. 24) como um tipo de abordagem em que os “pesquisadores qualitativos estudam o conhecimento e a prática dos participantes”. Sendo característica desse tipo de abordagem a possibilidade de “se apropriar de métodos e teorias, perspectivas dos participantes e sua diversidade, reflexividade do pesquisador e da pesquisa [...]” (Ibid., 2009, p. 23). Outra referência pode ser encontrada em Minayo et al. (2009, p. 21), para quem “a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa nas Ciências Sociais com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com universo dos significados [...]”.

Seguindo o que propõe Yin (2015) a pesquisa está fundamentada em três categorias elegidas de acordo com os objetivos visando a apresentação e discussão dos dados. A primeira categoria refere-se à prática de safári, onde buscou-se contextualizar essa atividade por meio de estudos e autores internacionais, sobretudo de pesquisas em países africanos onde a prática de safári nasceu, sendo um objeto de estudo amplamente discutido entre autores como Norton (1996), Duffy e Moore (2010) e Akama et al. (2011) que analisam a prática de safári nos países africanos a partir de uma perspectiva histórica e crítica pós-colonial, enfatizando o aspecto da mercantilização e neoliberalização da natureza. Além de Mbaiwa (2004, 2008 e 2017) e Shepherd (2002) que apresentam experiências, benefícios, impactos econômicos, sociais e culturais do turismo de safári em algumas localidades como Botswana, Quênia e Tailândia.

A segunda categoria busca apresentar com base em autores como Pires (2002), Santana (2008), Dias (2008), Faria (2008) e Irving, Azevedo e Lima (2018) as diferentes nuances que permeiam o segmento ecoturismo resultantes das diferentes concepções que direcionavam os movimentos ambientais e deram origem a (eco)empreendimentos movidos pela oportunidade de explorar um novo segmento de mercado para atender a um público ávido por consumir, mas consumir de forma “consciente”. A partir destes autores também se apresenta os princípios e diretrizes pensadas para o segmento para que ele fosse/seja desenvolvido de forma ética e voltado a práticas sustentáveis, tentando localizar o Safári Amazônico dentro do segmento a partir de suas práticas.

Já a terceira categoria fundamenta-se em MacCannell (1973), Urry (2001), Salazar (2009), Gravari-Barbas e Graburn (2012) que buscam discutir como o imaginário turístico que é criado e alimentado por meio de dispositivos sociais como a turistificação de lugares e elementos da cultura local, onde grupos étnicos mediante as exigências do mercado turístico acabam sendo assimilados em situações onde é necessário “provar” uma suposta autenticidade para atender aos anseios dos turistas que buscam por resquícios do homem primitivo e ancestral.

Ressalta-se que a proposta de eleger como categoria o “imaginário turístico”, também foi pensada a partir das discussões teóricas presentes no relatório final do Estudo Socioantropológico realizado por Cruz, Auzier e Dias (2019) nas comunidades indígenas das RDSs Tupé e Puranga Conquista, onde as autoras identificaram a presença desse imaginário a respeito do que é ser “índio de verdade”. Tais discussões também são apresentadas pelas autoras em artigos e capítulos de livros nos quais constam os resultados das pesquisas realizadas pelas referidas autoras. Desse modo, alguns autores presentes no relatório socioantropológico também foram selecionados para compor o referencial teórico desta dissertação a exemplo de Gondim (2007), Oliveira (2003) e Manfredo (2017) discutem elementos históricos relacionados a difusão desse olhar estereotipado e místico entre os países ocidentais alimentando e (re)criado os imaginários sociais sobre a Amazônia.

O passeio Safári Amazônico acontece na região do baixo rio Negro e Solimões, abrangendo comunidades pertencentes aos municípios de Manaus e Iranduba, no estado do Amazonas. Como já mencionado na introdução, fazem parte do passeio: a) as comunidades indígenas das RDSs Tupé e Puranga Conquista pertencentes aos limites do município de Manaus; b) a comunidade flutuante Nossa Senhora Aparecida do lago Catalão (onde fica o viveiro de pirarucu) que pertence ao município de Iranduba; c) o lago do Janauari; e d) as plataformas de interação com o boto cor-de-rosa, os dois últimos também pertencentes ao município de Iranduba.

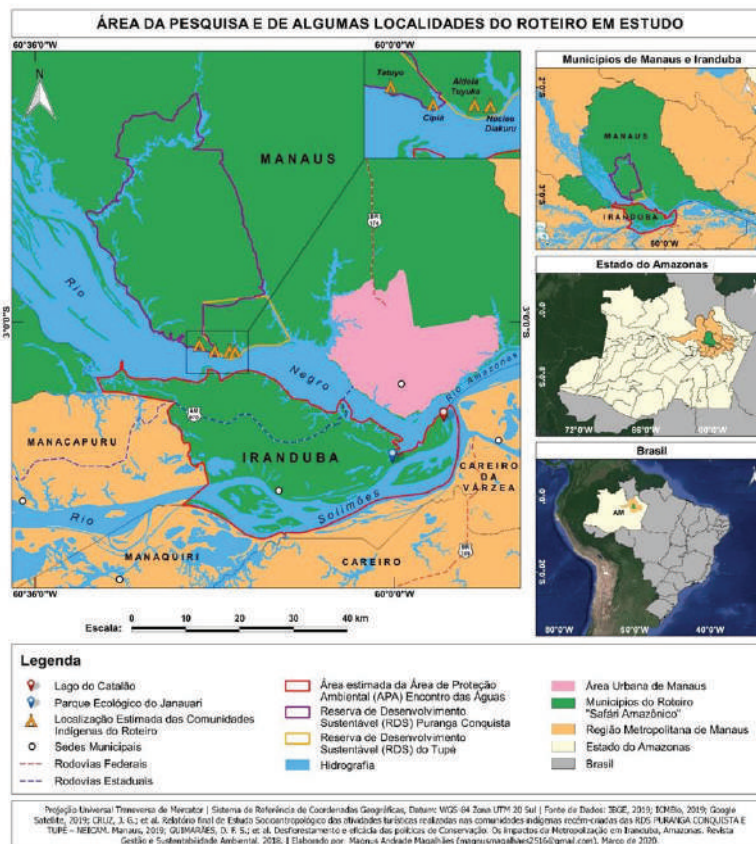
O lago Janauari, está localizado à margem direita do rio Negro e é banhado pelo rio Solimões, incorporado ao município de Iranduba pela Lei N°129/2006. Na região do lago, que é entrecortado por duas Áreas de Proteção Ambiental (APA) onde existe o Parque Ecológico do Janauari, estão localizadas as comunidades ribeirinhas: Janauarilândia, São Pedro, Vila Brasil, Peruano, Nacional, Fast e Vila Nova, envolvidas no turismo a partir do artesanato e fornecimento de refeições nos restaurantes próximos.

Segundo o levantamento realizado por Cruz et al. (2019) as quatro comunidades indígenas

(Diakuru, Tatuyo, Cipiá e Tuyuka) são multiétnicas e estão localizadas dentro de duas Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS): Tupé e Puranga Conquista, no município de Manaus. Na figura 2, dentre outras informações da área de pesquisa, o mapa traz uma localização estimada dessas comunidades tendo como base um mapa não oficial elaborado pelas autoras Cruz et al. (2019) para o relatório socioantropológico. Lembrando que se trata de indígenas em RDSs e não em Terra Indígena, o que implica uma situação diferenciada.

A plataforma de interação com o pirarucu de cativeiro fica localizada na comunidade flutuante do lago Catalão, estando o viveiro localizado na entrada da comunidade e contava, à época da pesquisa, com quatro tanques em funcionamento. A plataforma de propriedade privada funciona há 14 anos, e inicialmente foi aberta para criação e venda licenciada do peixe, mas acabou por se tornar um atrativo turístico há mais de 12 anos. As plataformas de interação com o boto cor-de-rosa, podem ser encontradas ao longo do baixo rio Negro, nas proximidades do município de Iranduba e Novo Airão.

Figura 2. Mapa de localização dos locais de parada do passeio Safári Amazônico.



Elaboração: Magalhães (2020) com base em Cruz et al. (2019).

Quanto aos sujeitos da pesquisa, eles estão assim identificados: i) os comercializadores/operadores do roteiro identificados como agências de turismo, guias de turismo e os profissionais informais, delimitando aos que desenvolvem o passeio incluindo como um dos atrativos a comunidade do lago Catalão e trabalhem com o passeio há pelo menos cinco anos; ii) turistas nacionais e internacionais que se dispuseram a participar voluntariamente após terem realizado o Safári Amazônico, maiores de 18 anos, não residentes em Manaus, com acesso a internet e em condições de responder ao questionário online nos idiomas português ou inglês. Sendo estes (i e ii) considerados "os sujeitos do caso". Além desses sujeitos, também foram realizadas entrevistas na comunidade do lago Catalão, sendo estes considerados “os sujeitos do contexto”.

Tal delimitação entre “sujeitos do caso” e “sujeitos do contexto”, foi baseada no que preceitua Yin (2015, p. 36) para quem “delimitar o caso dessa maneira ajudará a determinar o escopo de sua coleta de dados e, particularmente, como irá distinguir os dados sobre o sujeito do seu estudo de caso (o “fenômeno”) dos dados externos ao caso (o “contexto”)”. Sendo os sujeitos do “contexto” considerados como fontes de dados importantes para a compreensão do “caso” em sua totalidade. Considerar a participação de diferentes sujeitos também é relevante por “[...] levar em consideração como os grupos sociais constroem seu olhar turístico, e uma boa maneira de perceber o que está acontecendo na “sociedade normal” (URRY, 2001, p. 17).

Sobre os comercializadores/operadores a abordagem a esses sujeitos foi feita por meio da técnica bola de neve, onde após o aceite em participar, o link da pesquisa foi encaminhado via e-mail ou *WhatsApp*. Ressalta-se que foram feitos cerca de 10 contatos, no entanto, foram recebidos apenas seis questionários respondidos. O cenário de pandemia da COVID-19, foi posto como justificativa para a falta de tempo ou esquecimento em responder.

Quanto aos turistas, houve a participação de 18 pessoas de diferentes localidades alcançadas por meio das redes sociais onde o link do questionário foi disponibilizado, além de grupos de *WhatsApp*, grupos de viagem e de pesquisa do *Facebook* e *Instagram*. Dentre os 18 questionários recebidos, 4 foram descartados por não atenderem aos requisitos previamente estabelecidos: três residiam em Manaus e o outro tratava-se de uma duplicidade.

Sobre as entrevistas realizadas na comunidade Nossa Senhora Aparecida do lago Catalão participaram 7 moradores, dentre eles a líder comunitária e o proprietário do viveiro de pirarucu. No entanto, uma das entrevistas precisou ser desconsiderada, pois a participante morava na

comunidade há apenas 11 meses, e era necessário residir há pelo menos 5 anos. Para a realização da pesquisa na comunidade foi solicitada autorização prévia da líder comunitária e salienta-se também que durante o campo foi respeitada a recusa em participar, gravar e até mesmo identificar em áudio os sujeitos participantes que se mostraram bastante interessados em colaborar (não houve pedidos do gênero). As entrevistas foram transcritas e organizadas em quadros, colocando cada resposta correspondente à pergunta realizada e a identificação codificada de cada participante.

Seguindo as normas éticas de não identificação dos sujeitos na pesquisa, foram criadas siglas para cada participante, considerando o grupo ao qual pertenciam: Comercializador/operador (CMOP); Turista (TUR); Comunitários do Catalão (COMUCT). No quadro 1, estão organizados os sujeitos participantes e alguns dados de identificação na pesquisa de acordo com o grupo ao qual pertencem.

Quadro 1. Sujeitos da pesquisa.

Sujeitos do Caso				
Comercializadores/operadores participantes				
Identificação na pesquisa	Tempo de atuação	Cargo	Cadastur	Venda e ou operação do passeio?
CMOP01	24 anos	Sócio Diretor	Sim	Venda
CMOP02	6 anos	Agente de Viagens	Não	Venda e operação
CMOP03	21 anos	Guia de Turismo	Sim	Venda e operação
CMOP04	4 anos	Guia de turismo e proprietário	Sim	Venda e operação
CMOP05	25 anos	Guia de Turismo	Sim	Venda e operação
CMOP06	19 anos	Turismóloga/Agente de Turismo	Sim	Venda e operação
Turistas participantes				
Identificação na pesquisa	Idade	Estado de origem	Quantidade de dias na cidade	
TUR01	31	Porto Alegre	6 a 10	
TUR02	27	São Paulo	7	
TUR03	33	Paraíba	10	
TUR04	57	Paraíba, Queimadas	10	
TUR05	39	Paraíba- Campina Grande	3	

TUR06	42	São Paulo, Hortolândia	2
TUR07	34	Rio de Janeiro, RJ	5
TUR08	70	Roraima, Boa Vista	7
TUR09	31	Minas Gerais, Pitangui	5
TUR10	53	Paraíba, Campina Grande	30
TUR11	38	Nova Iguaçu, RJ	9
TUR12	46	Rio de Janeiro, RJ	7
TUR13	50	Roraima, Boa Vista	3
TUR14	29	Rio de Janeiro, RJ	7
Sujeitos do Contexto			
Comunitários do lago Catalão			
Identificação na pesquisa	Idade	Tempo de moradia	
COMUCT01	39	5 anos	
COMUCT02	31	21 anos	
COMUCT03	55	30 anos	
COMUCT04	71	39 anos	
COMUCT05	33	18 anos	
PROPRIETÁRIO DO VIVEIRO	41	15 anos	

Organização: Oliveira Alano (2021).

Foram escolhidos os sujeitos do caso e estabelecidos critérios para participação, entretanto, em relação à quantidade, a pesquisa foi realizada com aqueles aos quais se teve acesso considerando a técnica bola de neve e a saturação dos dados, onde a repetição das respostas revela o indicativo de um padrão e a possibilidade de encerrar a pesquisa.

A pesquisa também fez uso do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), do Termo de Anuência na comunidade do Catalão, além de ser submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) por meio da Plataforma Brasil. Tais procedimentos foram necessários para garantir aos sujeitos participantes a garantia de direitos como o sigilo e confidencialidade de suas identidades, assim como a preocupação com o respeito aos valores individuais, profissão e leitura dos fatos.

Ressalta novamente que a presente pesquisadora não realizou campo nas comunidades indígenas, dispensando assim, autorizações dos líderes das comunidades e de órgãos como a Funai ou os gestores das RDSs. Alguns dados como a fala de turistas e de comercializadores/operadores do passeio foram obtidos por meio dos questionários online aplicados pela presente pesquisadora,

mas em suma, os dados que descrevem as comunidades indígenas, bem como, a história de formação de cada uma e a atual situação social, econômica, cultural, política, geográfica, de educação, saúde e do turismo nesses locais tem como fonte exclusiva o documento do relatório final do Estudo Socioantropológico realizado entre os anos de 2017 a 2019, pelas autoras Jocilene Cruz, Katiuscia Auzier e Luana Dias representantes do grupo de pesquisa Neicam e da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, convidadas pelo Ministério Público Federal (MPF) para realizarem tal estudo e a integrarem uma equipe que até o presente momento (as atividades estiveram suspensas em razão da pandemia de COVID-19) desenvolvem atividades nas referidas comunidades com o intuito de ordenar a atividade turística nesses locais.

Do mesmo modo, por não ter sido realizado campo no Parque Ecológico do Januari e nem nas plataformas de interação com o boto cor-de-rosa, também não houve necessidade de autorização dos responsáveis por esses locais. Assim, foram utilizados como fonte de dados os questionários respondidos pelos turistas e pelos comercializadores/operadores do passeio, juntamente com documentos (Leis, Resoluções e Recomendações) e fontes bibliográficas com estudos já realizados sobre esses locais.

Sobre as entrevistas realizadas na comunidade do Catalão, aconteceu antes da pandemia de COVID-19 chegar à cidade, nos dias 05 e 06 de março de 2021. A presente pesquisadora foi à campo na ocasião juntamente com sua orientadora realizar a aplicação de um questionário pré-teste para a pesquisa intitulada: “INDICADORES ANTRÓPICOS: Fatores socioambientais e patrimoniais na tradução de índices de antropização em povos e comunidades Amazônicas (2019-2023)”, composta pelos Programas de Pós-Graduação PPGEEA/UFPA, PPGICH/UEA e PGET/UFSC e, que está vinculada ao Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia - PROCAD Amazônia fomentado pela CAPES. Assim, na oportunidade, a presente pesquisadora solicitou autorização da líder comunitária para realizar as entrevistas para a dissertação durante a aplicação do questionário pré-teste.

A pesquisa de estudo de caso possui, segundo aponta Yin (2015), a necessidade do uso de fontes de evidências diversificadas, por isso, os procedimentos de coleta de dados utilizados foram: pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Usando como técnicas de coleta de dados: questionários online, entrevistas, anotações em diário de campo, registros fotográficos e observação direta – tais procedimentos estão referenciados no quadro 2.

Quadro 2. Procedimentos e Técnicas da pesquisa.

Procedimentos	Referencial
Bibliográfica	“A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. [...]A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço”(GIL, 2008, p. 50).
Documental	“A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”(GIL, 2008, p. 51).
Campo	“[...] os estudos de campo procuram muito mais o aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis. Como conseqüência, o planejamento do estudo de campo apresenta muito maior flexibilidade, podendo ocorrer mesmo que seus objetivos sejam reformulados ao longo do processo de pesquisa. Outra distinção é a de que no estudo de campo estuda-se um único grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social, ou seja, ressaltando a interação de seus componentes. Assim, o estudo de campo tende a utilizar muito mais técnicas de observação do que de interrogação” (GIL, 2008, p. 57).
Técnicas	Referencial
Questionários	“[...] podem ser respondidos na forma escrita ou oralmente [...]. Uma característica dos questionários é sua extensiva padronização. Os pesquisadores vão determinar a formulação e a sequenciação das perguntas e as possíveis respostas. Às vezes, também são incluídas algumas questões de texto aberto ou livre, as quais os respondentes podem responder com suas próprias palavras” (FLICK, 2013, p. 110).
Entrevistas curtas	“Uma das fontes mais importantes de informação para o estudo de caso é a entrevista” (YIN, 2015, p. 115). “As entrevistas curtas “em vez de ocorrer durante um período extenso ou em muitas sessões, muitas entrevistas de estudo de caso podem ser mais focadas e tomar apenas cerca de uma hora. Nessas situações, as entrevistas até podem permanecer abertas e ser em tom de conversa, mas é provável que se siga o seu protocolo do estudo de caso (ou uma parte dele) mais rigorosamente” (YIN, 2015, p. 115)
Diário de campo	“As notas do pesquisador feitas durante o trabalho de campo; podem variar em termos de formalidade de breves anotações a narrativas formais e podem incluir desenhos e outros materiais não escritos produzidos pelo pesquisador” (YIN, 2015, p. 246).
Fotografias e Mapas	“Os dados visuais, tais como fotos, filmes e vídeos, têm atraído a atenção como documentos os serem utilizados na pesquisa. [...] as câmeras podem ser usadas como instrumentos para coleta de dados e as imagens podem ser produzidas para propósitos de pesquisa; ou ainda as imagens já existentes podem ser selecionadas para a pesquisa e analisadas” (FLICK, 2013, p. 126).
Observação direta	“[...] as observações diretas podem ser feitas durante seu trabalho de campo, incluindo as ocasiões em que outras evidências, como as das entrevistas, estão sendo coletadas. Por exemplo, a condição do ambiente imediato ou dos locais de trabalho podem indicar algo sobre a cultura da organização; igualmente, a localização ou o mobiliário do escritório de um entrevistado pode ser um indicador da sua situação na organização” (YIN, 2015, p.118).

Fonte: Gil (2008), Flick (2013) e Yin (2015).

Organização: Oliveira Alano (2021), adaptado de Costa Novo (2019).

Por ser possível utilizar mais de uma fonte de evidência, “a vantagem mais importante apresentada pelo uso de fontes múltiplas de evidência é o desenvolvimento de *linhas convergentes*

de investigação” de forma que seja possível realizar uma triangulação dos dados coletados (YIN., 2015, p. 124). Ao realizar a triangulação, a convergência das evidências é revelada, o que “[...] ajuda a reforçar a *validade do constructo* do seu estudo de caso. As múltiplas fontes de evidência proporcionam, essencialmente, várias avaliações do mesmo fenômeno” (Ibid., 2015, p. 125).

Dessa forma, a triangulação foi utilizada na presente pesquisa como técnica de análise combinada ao que o autor Yin (2015) propõe como estratégia de “condução dos dados por meio de proposições teóricas” e a técnica de “construção da explicação” - ambas apresentadas no quadro 3. Tal forma de análise foi uma oportunidade e tentativa de olhar o objeto de forma integrada e apresentar como o “caso” se revela a partir das diferentes localidades.

Como ferramenta de análise complementar, também utilizou-se para a análise dos dados obtidos por meio dos dois questionários aplicados e do material publicitário selecionando, a técnica da análise de conteúdo, que segundo Bardin (2011, p. 50) é um método que “procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça [...] é uma busca de outras realidades por meio de mensagens” estejam elas escritas ou comunicadas através de imagens.

Quadro 3. Estratégia e Técnica analítica escolhida para análise das evidências do “caso”.

Estratégia	Técnica
Condução dos dados por <i>proposições teóricas</i>	<i>Construção da explicação</i> do “caso” com as evidências coletadas
“Os objetivos originais e o projeto para o estudo de caso foram baseados, presumidamente, nessas proposições que, por sua vez, refletiram um conjunto de questões de pesquisa, revisões de literatura e novas hipóteses ou proposições. [...] A proposição mostra como uma orientação teórica guiou a análise do estudo de caso. A proposição ajudou a organizar toda a análise, apontando condições relevantes a seres descritas, bem como explicações a serem examinadas” (YIN, 2015, p. 141).	“Aqui o objetivo é analisar os dados do estudo de caso construindo uma explicação sobre o caso”. [...] Explicar um fenômeno é estipular um conjunto presumido de elos causais sobre ele, ou “como” ou “por que” algo acontece. Os elos causais podem ser complexos e difíceis de medir de uma maneira precisa. Na maioria dos estudos de casos, a construção da explicação ocorre de forma narrativa. Como essas narrativas não podem ser precisas, os melhores estudos de caso são aqueles cujas explicações refletem algumas proposições teoricamente significativas, das quais as magnitudes podem começar a compensar a carência de precisão. [...] a explicação final é, provavelmente, o resultado de uma série de interações: realização de uma declaração teórica inicial ou uma proposição explicativa inicial; comparação das descobertas de um caso inicial com essa declaração ou proposição; revisão da declaração ou proposição; comparação dos outros detalhes do caso com a revisão [...]” (YIN, 2015, p. 152-154).
Análise de conteúdo	
A análise de conteúdo, por seu lado, visa o conhecimento de variáveis de ordem psicológica, sociológica, histórica etc., por meio de um mecanismo de dedução com base em indicadores reconstruídos a partir de uma amostra de mensagens particulares (BARDIN, 2011, p. 50).	

Fonte: Yin (2015).

Organização: Oliveira Alano (2021).

Os dados coletados por meio das diversas fontes de evidências foram organizados inicialmente em quadros e tabelas com o uso de ferramentas como o Word Office e Excel. O

material publicitário do passeio foi adquirido por meio dos sites e páginas das redes sociais dos (*Instagram e Facebook*) comercializadores/operadores, e também de registros fotográficos feitos na oportunidade de campo que a pesquisadora teve. Os dados obtidos por meio da observação direta foram registrados em diário de campo à medida em que alguns dados foram considerados como relevantes. Por último, os dados obtidos por fonte documental foram lidos e fichados, fazendo a separação de todo conteúdo a ser utilizado.

Tais ferramentas de organização, assim como as estratégias/técnicas de análise, foram pensadas previamente com o intuito de facilitar a fase da análise dos dados. Seguindo as orientações de Yin (2015), o autor aconselha veementemente a pensar na organização dos dados, bem como, nas estratégias e técnicas de análise das evidências antes de ir a campo, pois sem realizar esta etapa o autor considera uma escolha perigosa realizar o campo, uma vez que ela está interligada às proposições, objetivos, questões norteadoras e aos instrumentos de coleta de dados.

Acredita-se que, mesmo a etapa de campo tendo sido prejudicada pela pandemia de COVID-19, impossibilitando o desenrolar do campo para entrevistas, registros e observação sistemática previamente planejada, a pesquisa contribui para compreensão da estrutura presente no passeio Safári Amazônico - dentre os tantos outros nomes que ele recebe – e como os locais de parada do passeio, sobretudo a comunidade do lago Catalão e as comunidades indígenas das duas RDS (especificamente pelo embasamento presente no denso trabalho realizado pelas pesquisadoras do Neicam, sistematizado no Estudo Socioantropológico) inserem-se nesta atividade como atrativos e prestadores de serviço.

Salienta-se ainda que a presente pesquisa foi limitada para o alcance dos objetivos propostos, no entanto, a mesma está e continuará aberta a críticas que venham somar e melhorar a pesquisa, considerando que a construção do conhecimento se dá, sobretudo, com a ajuda dos dados empíricos e a realidade observada pode necessitar de outras formas de análise, ferramentas de apoio e até mesmo de reformulações.

Quadro 4. Sintetização da estrutura da pesquisa.

Marco Lógico Metodológico							
Tema: Comercializando aspectos ambientais e socioculturais: o caso do passeio Safári Amazônico no contexto do (eco)turismo e o imaginário turístico.							
Problema Será que as práticas dos comercializadores do Safári Amazônico contribuem para a valorização dos aspectos socioculturais e ambientais dos locais de parada do roteiro, alinhando-se aos princípios e diretrizes do ecoturismo?							
Objetivo geral: Analisar se e como as práticas dos comercializadores/operadores do Safári Amazônico contribuem para a valorização dos aspectos socioculturais e ambientais dos atrativos do roteiro, alinhando-se aos princípios e diretrizes do ecoturismo.							
<u>Questões do estudo</u>	<u>Objetivos específicos</u>	<u>Proposições</u> (O que se busca explicar)	<u>Categorias de análise</u>	<u>Procedimentos e atividades</u>	<u>Fontes de evidência</u>	<u>Unidades</u> (Análise Qualitativa)	<u>Referencial teórico</u>
Quais as principais características do safári e como ele se configurou em uma atividade turística que comercializa elementos socioculturais e ambientais?	OE1. Contextualizar a prática de safári e sua vinculação com os processos de comercialização no turismo;	Conhecer um pouco sobre a prática de safári e como essa atividade foi transformada em atrativo pelo turismo. Contextualização dos destinos africanos e brasileiros no turismo internacional.	A prática de safári e os processos de comercialização no turismo <i>Variáveis:</i> Contexto africano e brasileiro no turismo internacional;	Pesquisa bibliográfica	<u>Dados secundários:</u> - Livros, teses, dissertações, artigos.	Sistematização de informações. Análise bibliográfica e descritiva	SANSOLO E CRUZ (2011); CRUZ (2018, 2020); CAMPOS (2008); MORIN (1977); ELIAS E SCOTSON (2000); SILVA (2016); SANTOS FILHO (2008); PANOSSO NETTO (2011); MANFREDO (2017); DUFFY, MOORE (2010); UNWTO (2018); PNUD (2010); MTUR (2018).
			Significando a palavra safári e estudos encontrados sobre a prática nos últimos 19 anos.	Pesquisa bibliográfica	<u>Dados primários:</u> - Estado da arte das pesquisas com o termo safári no Brasil e no exterior. <u>Dados secundários:</u> - Livros, teses, dissertações e artigos.	Sistematização de informações Análise bibliográfica e descritiva	AKAMA, J. S. E KIETI, D. M. (2003); SHEPHERD (2010); MARTINS (2010); MBAIWA (2008, 2017); ARNAUT (2011); SANATANA (2008); OLIVEIRA (2003); GONDIM (2007); VASCONCELLOS (2013); NORTON (1996); DIEGUES (2001); SILVA (2018); BOOF (1995); URRY (2001); SANTOS FILHO (2008); COSTA NOVO (2019);
			Experiências de safári de caça	Pesquisa bibliográfica	<u>Dados secundários:</u> - Livros, teses, dissertações, artigos e documentos.	Sistematização de informações Análise bibliográfica, documental e descritiva	AKAMA, J. S. E KIETI, D. M. (2003); SHEPHERD (2010); MARTINS (2010); MBAIWA (2008, 2017); ARNAUT (2011); SANATANA (2008); OLIVEIRA (2003); GONDIM (2007); VASCONCELLOS (2013); NORTON (1996); DIEGUES (2001); SILVA (2018); BOOF (1995); URRY (2001); SANTOS FILHO (2008); COSTA NOVO (2019);
			Experiências de safári fotográfico	Pesquisa bibliográfica	<u>Dados secundários:</u> - Livros, teses, dissertações e artigos e documentos.	Sistematização de informações Análise bibliográfica, documental e descritiva	AKAMA, J. S. E KIETI, D. M. (2003); SHEPHERD (2010); MARTINS (2010); MBAIWA (2008, 2017); ARNAUT (2011); SANATANA (2008); OLIVEIRA (2003); GONDIM (2007); VASCONCELLOS (2013); NORTON (1996); DIEGUES (2001); SILVA (2018); BOOF (1995); URRY (2001); SANTOS FILHO (2008); COSTA NOVO (2019);

Questões do estudo	Objetivos específicos	Proposições (O que se busca explicar)	Categorias de análise	Procedimentos e atividades	Fontes de evidência	Unidades (Análise Qualitativa)	Referencial teórico
Como o passeio Safári Amazônico surgiu e por quê ele foi estruturado com tais atrativos sugerindo seguir uma proposta de ecoturismo?	OE2. Caracterizar o roteiro Safári Amazônico no contexto do (eco)turismo e quanto aos seus aspectos históricos, de composição e operacionais.	Características do segmento ecoturismo e suas diretrizes no Brasil. O Safári Amazônico no inserido no ecoturismo, os aspectos históricos de surgimento do roteiro, os "atrativos" e a operacionalização do passeio.	O Safári Amazônico no contexto do (eco)turismo <u>Variáveis:</u> (eco)turismo: conceito e diretrizes	- Realizar pesquisa bibliográfica e documental; - Aplicar questionário comercializadores.	<u>Dados secundários:</u> - Livros, teses, dissertações, artigos e documentos; - Questionário respondido pelos comercializadores; - Pesquisa documental.	Sistematização de informações. Análise bibliográfica, documental e descritiva	PIRES (2002); SACHS (2008); GUIMARÃES (1997); MORIN (2003); CEBALLOS-LASCURÁN (1991); DIEGUES (2001); SANTANA(2008); SILVA (2018); MMA/Proecotur (2002); IRVING (2009); FARIA (2008); PROENÇA (2020); NOVO (2015)
			Aspectos históricos	- Realizar pesquisa bibliográfica; - Aplicar questionário comercializadores;	<u>Dados secundários:</u> - Livros, teses, dissertações, artigos; - Diário de campo; - Questionário respondido pelos comercializadores; - Figuras.	Sistematização de informações. Análise bibliográfica e descritiva	PIRES (2002); PENNINGTON (2009); ANDRADE (2010); MANFREDO (2017); CRUZ et al. (2019); SANTOS FILHO (2002); GUIMARÃES (2012); NORTON (1996);
			A composição do passeio	- Realizar pesquisa bibliográfica e documental; - Observação direta; - Aplicar questionário comercializadores; - Identificar e descrever os atrativos.	<u>Dados secundários:</u> - Livros, teses, dissertações, artigos e documentos; - Diário de campo; - Questionário respondido pelos comercializadores; - Figuras.	Sistematização de informações. Análise bibliográfica, documental e descritiva	FERREIRA DE SOUZA (2020); PASCHOALINI & BARBOSA (2016); FERREIRA (2013); RUSCHMANN (1992); VIDAL (2018); ALVES et al (2011); ROMAGNOLI (2009)
			Os aspectos operacionais	- Aplicar questionário comercializadores. - Observação direta; - Identificar e descrever a estrutura operacional do passeio.	<u>Dados secundários:</u> - Livros; - Diário de campo; - Questionário respondido pelos comercializadores;	Sistematização de informações. Análise bibliográfica e descritiva	MOLDES (2015); LOHMANN & PANOSSO NETTO (2012); BENI (2001); AKAMA et al. (2011); IRVING et al. (2018).
Como as estratégias de promoção e operacionalização do passeio podem estar relacionadas com a (re)construção do imaginário turístico sobre a Amazônia?	OE3. Compreender a as possíveis relações entre as estratégias de promoção e operacionalização do roteiro para (re)construção do imaginário turístico sobre a Amazônia?	Compreensão sobre como a estrutura em torno do roteiro "Safári Amazônico", influencia o imaginário do turista sobre o destino Amazônia.	O Safári Amazônico, o imaginário turístico e os impactos <u>Variáveis:</u> Imaginário turístico	- Realizar pesquisa bibliográfica; - Aplicar questionário aos comercializadores; - Aplicar questionário aos turistas.	<u>Dados secundários:</u> - Livros, teses, dissertações e artigos; - Questionário aplicado aos turistas; - Figuras.	Sistematização de informações. Análise bibliográfica, de conteúdo e descritiva	MacCANNELL (1973); URRY (2001); MANFREDO (2017); GRÜNEWALD (1999, 2003 e 2009); CRUZ et al (2019); GUEERTZ (2008); GONDIM (2007); GRAVARI-BARBAS & GRABURNS (2012); SALAZAR (2009)
			A percepção dos turistas	- Realizar pesquisa bibliográfica; - Realizar levantamento do material de promoção e venda do roteiro em sites e redes sociais. - Aplicar questionário aos turistas; - Aplicar questionário aos comercializadores;	<u>Dados secundários:</u> - Livros, teses, dissertações e artigos; - Questionário aplicado aos turistas; - Figuras.	Sistematização de informações. Análise bibliográfica, de conteúdo e descritiva.	MacCANNELL (1973); URRY (2001); MANFREDO (2017); GRÜNEWALD (1999, 2003 e 2009); CRUZ et al (2019); GUEERTZ (2008); GONDIM (2007); GRAVARI-BARBAS & GRABURNS (2012); SALAZAR (2009)
			Os impactos socioculturais e ambientais do turismo;	- Realizar pesquisa bibliográfica e documental - Aplicar questionário aos turistas; - Aplicar questionário aos comercializadores;	<u>Dados secundários:</u> - Livros, teses, dissertações e artigos; - Figuras; - Questionário aplicado aos comercializadores e aos turistas.	Sistematização de informações. Análise bibliográfica, documental, de conteúdo e descritiva.	DIAS (2008); LOHMANN & PANOSSO NETTO (2012); SANTANA (2008); DIEGUES (2001); CRUZ et al. (2019)

Elaboração: Oliveira Alano (2021).

CAPÍTULO II

A PRÁTICA DE SAFÁRI: DESTINOS, APROXIMAÇÕES E EXPERIÊNCIAS

No Ocidente euro-americano, o continente africano está há muito associado a animais selvagens icônicos. A China pode ter seus pandas, a Índia seus tigres, a Amazônia seus jaguares e anacondas, a América do Norte seus bisontes, lobos e ursos. Mas a África tem leões e leopardos, gorilas e chimpanzés, elefantes, rinocerontes, hipopótamos, avestruzes, zebra, girafa, e muito mais! Não só o continente é o lar de espécies mais grandes e carismáticas do que outras regiões do globo, mas seus animais também são muito familiares aos ocidentais, que estão expostos a eles na forma de brinquedos, meios visuais e a exibição de criaturas vivas em parques zoológicos, muitas vezes desde a primeira infância (GARLAND, 2008, p. 58 apud AKAMA et al., 2011, p. 7).

Como um fenômeno mundial impulsionado pelas constantes revoluções tecnológicas oriundas da Revolução Industrial e do modelo de produção capitalista, o turismo assumiu o poder de chegar a lugares antes inimagináveis. Ele transforma elementos materiais e imateriais em atrativos possíveis de serem apreciados e comercializados, potencializando seu caráter consumista e de massificação incorrendo em importantes impactos ambientais, sociais, econômicos e culturais.

Como alternativa ao turismo de massa, outras formas de turismo vem sendo criadas dentre elas o que convencionou-se chamar de muitos nomes, dentre eles ecoturismo, buscando seguir uma proposta de uso dos recursos naturais e humanos de forma sustentável. Nesta perspectiva, o turismo de safári passou a ser empreendido como uma atividade ecoturística servindo aos propósitos de conservação e preservação aos grandes parques nacionais do continente africano, sendo propagado posteriormente para outras regiões do mundo como uma importante fonte de recursos para a manutenção de diversos tipos de áreas protegidas.

A discussão da sustentabilidade no âmbito do turismo passou a estar em pauta quando percebeu-se os impactos produzidos pelo turismo de massa propagado fortemente nas últimas décadas do século XX, e assim como outras atividades econômicas buscavam atenuar seus efeitos sobre a natureza, o turismo também passou a estar acompanhado deste termo, surgindo assim a expressão “turismo sustentável”. Tal nomenclatura também causa confusão sobre ser um segmento, uma ideia transversal a todas as formas de turismo ou apenas algo restrito às práticas de turismo na natureza.

Neste sentido, este capítulo pretende atingir ao primeiro objetivo da pesquisa onde se propõe contextualizar a prática de safári e como ele se configurou em uma atividade turística. Para isso apresenta-se brevemente os destinos africanos e brasileiros no cenário do turismo internacional sob a perspectiva da regionalização, buscando apontar algumas similaridades que aproximam tais cenários. Para complementar, apresenta-se também uma breve exposição de algumas significações do termo safári, sua origem etimológica; algumas pesquisas internacionais que discutem tal prática a partir de uma perspectiva crítica; e por último, algumas experiências com o safári de caça e fotográfico.

2.1 OS DESTINOS AFRICANOS E BRASILEIROS: APROXIMAÇÕES E DESEMPENHO NO TURISMO INTERNACIONAL

O turismo tal o qual conhecemos hoje é resultado dos diversos processos pelos quais as sociedades passaram/passam. Ao afirmar isso, postula-se considerar que tais processos não ocorreram/ocorrem de maneira homogênea, linear ou numa mesma sequência temporal em todos os lugares do globo terrestre. Compreende-se também que na relação entre países “desenvolvidos” e “periféricos” existe a dominação, a imposição de estigmas, de modelos e de um conhecimento primeiro/antecipado, por estarem, supostamente, sempre ‘à frente’ daqueles que não ocupam o mesmo *status quo*.

Neste sentido, considerando que a atividade turística acompanhou o ritmo de adesão das diversas sociedades ao capitalismo transformando o lazer e o tempo de ócio em oportunidade de consumo, julgou-se ser necessário contextualizar brevemente como os destinos africanos e brasileiros estão inseridos no turismo internacional por meio de uma lógica consolidada pelo mercado, fomentando um tipo de turismo que “como fenômeno social sofre um processo ideológico de coisificação por meio do fetiche” (SANTOS FILHO, 2008, p. 7).

Compreende-se também que nem todas as sociedades experimentaram esse fenômeno da mesma forma e na mesma velocidade, e no que se refere aos territórios considerados colônias das grandes metrópoles imperiais, como a África, Ásia e as Américas (Central e Sul), não há possibilidade de visualizar o fenômeno turístico se manifestando da mesma maneira e no mesmo recorte temporal, considerando o lugar/condição que os mesmos ocupavam/ocupam.

Para entender melhor essas relações assimétricas, tomou-se emprestado dois termos utilizados por Elias e Scotson (2000) para problematizar as relações de poder existentes entre aqueles que estão no centro e os que estão à margem (na periferia), denominados pelos autores como: os **estabelecidos** e os **outsiders**. Por **estabelecidos** têm-se aqueles com poder coercitivo, estigmatizante, dotados de prestígio, correspondentes a uma “[...] minoria dos melhores nos mundos sociais mais diversos: os guardiães do bom gosto no campo das artes, da excelência científica, das boas maneiras cortesãs, dos distintos hábitos burgueses [...]. Os **outsiders**, ao contrário, existem sempre no plural, não constituindo propriamente um grupo social”, são aqueles destituídos de todos os atributos conferidos aos que estão no centro (Ibid., 2000, p. 7, grifo nosso).

Enquanto estabelecidos têm-se as potências europeias - e posteriormente a inserção dos Estados Unidos como nação imperialista - responsáveis por conceber e concretizar um projeto civilizatório em busca de riqueza e de “desenvolvimento”, a partir dos quais suas ações determinarão quase que totalmente o curso da história das sociedades.

O estabelecimento do sistema capitalista, o liberalismo (atualmente o neoliberalismo) e a industrialização, posicionaram países como Inglaterra, França e os EUA na economia mundial, fazendo com que o fenômeno da globalização e o (neo)liberalismo alcançassem os diferentes tipos de sociedades,

servindo as nações imperialistas e a lógica do capital como instrumentos de solidificação de suas bases para a exploração de recursos naturais e humanos, retroalimentando as necessidades do sistema. Além disso, tais elementos forjaram a estruturação de sociedades estigmatizantes e estigmatizadas, subalternizantes e subalternizadas, hegemônicas e dependentes, definindo assim, o lugar dos estabelecidos e dos *outsiders* no cenário global da busca por poder (SANTOS FILHO, 2008).

Fazendo uma aproximação entre os acontecimentos vividos a partir da colonização no continente americano - sobretudo na América Latina - e o processo colonial vivenciado no continente africano, é possível notar algumas similitudes e até mesmo interconexões. A América do Norte, diferente da Central e da América do Sul, serviu como colônia de povoamento e seguiu um caminho bem rápido rumo ao desligamento de sua metrópole. Transformou-se em pouco tempo em uma das principais potências imperialistas mundiais atuando fortemente na colonização da África, Ásia e nas porções Central e Sul do continente americano até os dias atuais.

Em uma escala global, os continentes africano e americano estão ligados por um projeto colonizador de exploração humana, recursos naturais, usurpação de territórios, genocídio e escravização de seus povos indígenas. Esse processo culminou na formação de sociedades desiguais que segundo aponta Cruz (2018 e 2020) podem ser analisadas nos diferentes níveis de escalas geográficas.

Neste sentido, olhando a partir de uma escala continental, subcontinental e nacional ao mesmo tempo, diferentemente da América do Sul, a atual divisão geopolítica dos países do continente africano - que é dividido em porção Norte e África Subsaariana - implica situações diversas e muito particulares. No que tange a atividade turística, é possível identificar de imediato - a partir dos dados oficiais da Organização Mundial do Turismo das Nações Unidas (UNWTO) - que os países africanos e Sul-americanos, como o Brasil, ocupam a periferia da atividade a nível internacional. Tanto em relação à sua capacidade de emissão, quanto à sua capacidade de captação de turistas.

Tal situação pode ser identificada a partir dos resultados de desempenho global na indução do turismo internacional dos continentes em dados recentes de 2018. A participação da África correspondeu a 5%, enquanto o continente europeu foi apontado como o principal destino internacional recebendo 51% dos viajantes, seguido do continente asiático com 25%, Américas que somam 16% e por último, têm-se o Oriente Médio com 4% da demanda internacional de turistas. O continente europeu também está à frente no que consiste a sua capacidade de emissão de turistas para outros países. África e Oriente Médio seguem ocupando as últimas posições em relação aos demais continentes e esse desempenho é quase que imutável em relação aos anos anteriores, conforme os resultados apresentados no site da UNWTO que datam desde 2005.

Em uma comparação entre as Américas, no levantamento realizado pela UNWTO sobre o desempenho do turismo a nível global e regional no ano de 2018, a América do Norte recebeu o equivalente a 77,6% da demanda internacional de turistas viajando para as Américas e foi responsável pelo envio de 65,9% dos turistas americanos para outras regiões do mundo. A região do Caribe, considerada separadamente pela UNWTO da América do Norte, recebeu 9,6%, e enviou 11,9%. Já a

América Central recebeu cerca de 3,8% e enviou 5%, e por fim, têm-se a América do Sul que recebeu 9% da demanda de turistas viajando para as Américas e enviou 17,2%. De acordo com esse levantamento, o Brasil ocupou em 2018 a terceira posição entre os países com melhor desempenho na porção sul do continente americano.

Embora os dados revelados pela UNWTO sejam comumente abordados a partir de uma análise quantitativa, essas indicações numéricas representam muito mais do que o acúmulo de divisas geradas pela atividade ou a quantidade de entrada e saída de turistas nos países. De acordo com Cruz (2018 e 2020) esses resultados podem ser examinados sob um olhar regionalizado dos destinos, uma regionalização que pode ser feita pelo mercado e também por meio dos governos locais como política de turismo.

Tal categoria pode revelar cenários que vão muito além de divisões político-territoriais como um desenvolvimento geográfico desigual relacionado aos processos históricos de estabelecimento das forças do capital em diferentes escalas, seja ela em escala global, nacional, estadual ou municipal. Para Cruz (2018, p. 2) “o desenvolvimento desigual é, no mínimo, a expressão geográfica das contradições do capital”. Sendo assim, tal perspectiva de análise seria uma forma de identificar como as desigualdades foram e são produzidas historicamente por meio da movimentação do capitalismo por esses territórios.

Em cada uma dessas escalas os desafios interpostos ao turismo e ao seu desenvolvimento podem ser percebidos pela ausência de uma infraestrutura básica e específica, além da inexistência e/ou precariedade dos serviços ofertados, como: a falta de aeroportos ou mesmo de uma malha aérea adequada, hospitais, ruas pavimentadas, áreas de lazer e entretenimento, transporte público de qualidade, centros de atendimento ao turista, rede hoteleira diversificada, segurança, controle de qualidade dos serviços e produtos ofertados, controle de doenças com potenciais epidêmicos, recursos humanos com formação específica para o turismo, dentre outros.

Olhando por esse prisma, explica-se o constante protagonismo de países europeus e norte-americanos no cenário do turismo internacional. Países estes, onde houve o estabelecimento de um contexto favorecido pela exploração de recursos naturais e de mão de obra de países que historicamente foram e são considerados *outsiders* ou periféricos, como os países africanos e Sul-americanos. Sendo os países que estão no centro do fluxo turístico internacional, destinos que concentram uma vasta gama de infraestrutura turística, uma grande diversificação da malha aérea, infraestrutura para mobilidade, atrativos, condições políticas, culturais e econômicas favoráveis. Tais elementos são observados pelo mercado quando em busca por destinos em potenciais e seguros concentram seus investimentos em uma determinada localidade propiciando uma regionalização turística aparentemente involuntária.

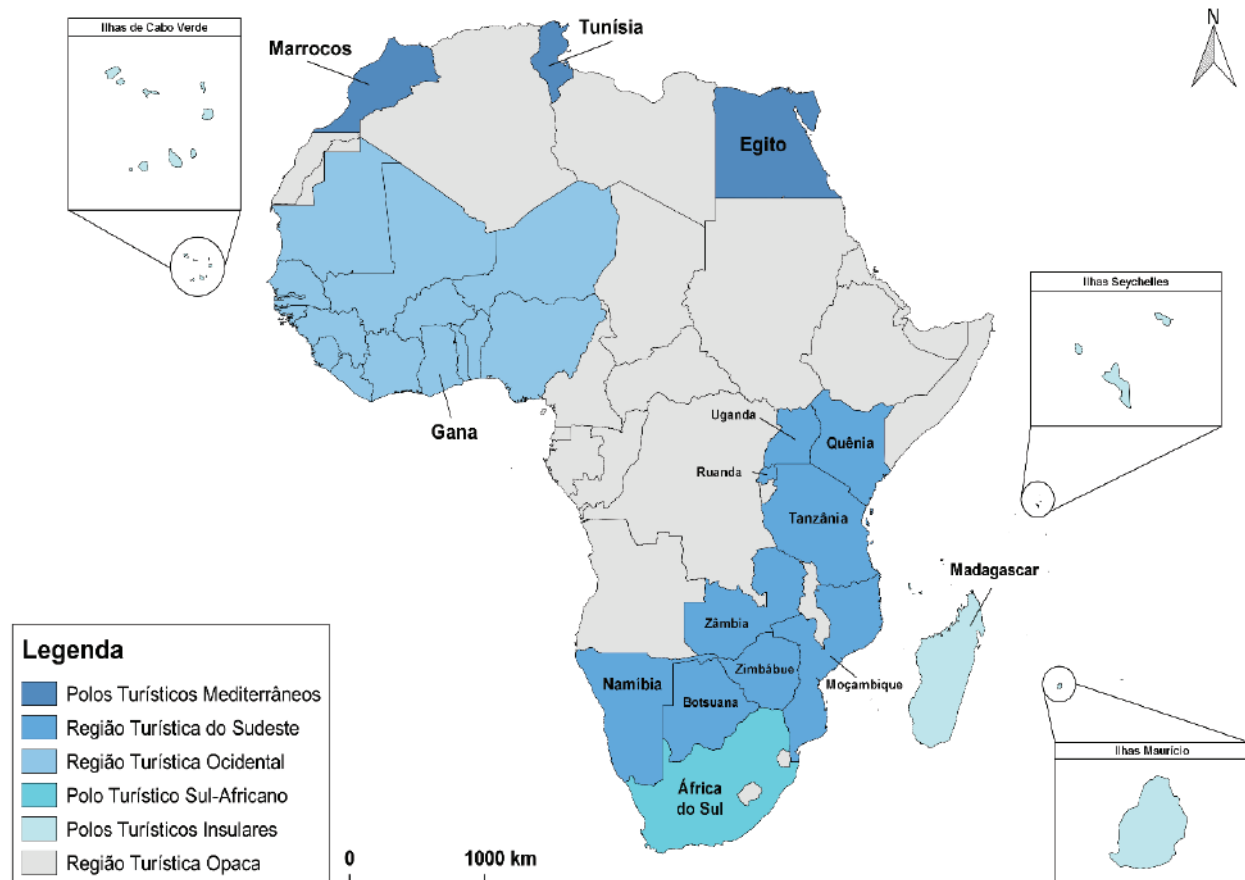
2.1.1 Os destinos africanos

Seguindo essa lógica, o turismo no continente africano acabou por transformar os lugares considerados aptos em mercadorias turísticas para atender a uma demanda exógena. Algo que também

pode ser identificado, de acordo com Sansolo e Cruz (2011), a partir de uma regionalização turística. Para os autores, o movimento do turismo no continente africano pode ser apontado a partir de seis pólos na seguinte ordem: pólos turísticos Mediterrâneos, Ocidental, Sudeste, Sul-Africano, Insulares e região turística Opaca. De acordo Sansolo e Cruz (2011) numa escala nacional entre os países do continente africano, destacam-se: África do Sul, Marrocos, Tunísia, Egito, Botswana, Tanzânia, Zimbábue, Ilha Madagascar, Ilhas Seychelles, Ilhas Maurício, Ilha de Cabo Verde, Gana, Moçambique, Namíbia, Quênia, Ruanda, Uganda e Zâmbia.

Os países acima foram identificados como os que possuem condições “favoráveis” para o turismo com capacidade de destaque no cenário internacional. A figura 3, reúne a regionalização feita pelos autores, mas agora trabalhadas cartograficamente nesta pesquisa e com indicação dos países, incluindo Moçambique que é citada pelos autores, mas não aparece no mapa original.

Figura 3. Mapa da Regionalização turística do continente africano.



Projeção Universal Transversa de Mercator | Sistema de Referência de Coordenadas Geográficas, Datum: WGS-84 | Fonte de Dados Vetoriais: MAP LIBRARY, 2020; GHANA OPEN DATA INITIATIVE, 2020; HDX, 2020 | Fonte de Dados Qualitativos: SANSOLO, D.; CRUZ, R. DE C. Geografias do turismo no vasto continente africano. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), v. 15, n. 2, p. 171-186, 30 dez. 2011. | Elaborado por: Licenciado em Geografia - Magnus Magalhães (magnusmagalhaes2516@gmail.com), Agosto de 2020.

Elaboração: Magalhães (2020) com base em Sansolo e Cruz (2011).

Os países do polo Mediterrâneo (Tunísia, Marrocos e Egito) estão na região Norte da África e são um dos poucos países que conseguem se desenvolver em torno do turismo, considerando que a região Norte é de extrema instabilidade, esses países têm como principais segmentos o turismo cultural e de sol e praia (SANSOLO & CRUZ, 2011). No polo Ocidental destaca-se Gana que compartimentalizou o seu

território em dez distritos para o turismo, sendo os mais conhecidos Greater Acra e Sahel. Em Gana o turismo cultural e de sol e praia também são os principais segmentos (Ibid., 2011).

No polo Sudeste estão os países com a maior parte vegetativa do continente africano e destacam-se os países: Botswana, Zimbabwe, Tanzânia, Zâmbia, Quênia, Moçambique, Uganda, Ruanda e Namíbia. Nesses países destaca-se o turismo de safári, principalmente o safári de caça. Já o polo Sul-Africano concentra sozinho a África do Sul, onde as regiões turísticas são definidas em Western Cape e Cape Town (Cabo Ocidental e Cidade do Cabo), localizadas na parte Sul do país (SANSOLO & CRUZ, 2011). O país conta com regiões de vinicultura, paisagens naturais de alagados, montanhas, dunas, locais onde se pode praticar a pesca esportiva, reservas particulares de caça, parques nacionais, e regiões de savana abertas a visitação (Ibid., 2011).

No polo turístico Insulares, correspondente a países onde seus territórios são ilhas, Sansolo e Cruz (2011) relatam que quatro países se destacam como indutores do turismo: Ilhas Madagascar, Seychelles e Maurício no oceano Índico, e as Ilhas de Cabo Verde no oceano Atlântico. Tais ilhas são conhecidas mundialmente por suas praias paradisíacas e por suas florestas tropicais, tendo no turismo uma das principais atividades econômicas. Por último, têm-se a região Opaca que é composta pelos demais não incluídos nas regiões já citadas.

Contendo 54 países, essa regionalização do continente africano isola os demais 36 que estariam localizados na região turística denominada de Opaca, “o que significa reconhecer que cerca de 2/3 do continente africano está praticamente excluído das rotas turísticas internacionais” (SANSOLO & CRUZ, 2011, p. 180). Isso se dá em razão de que nesses países existe a constante presença de revoluções, golpes de estado, guerra civil, conflitos de facções, desordem étnica e religiosa, terrorismo e outros, [...] “o que por consequência reduz, a capacidade de atração de investimentos concretos e fluxos de visitantes sólidos” (OMOTAYO BROWN, 1999 apud CAMPOS, 2008, p. 122-123).

Todos os elementos citados acima são somados ainda a uma infraestrutura básica precária, à falta de saneamento básico e ao descontrole de doenças com grande potencial epidêmico como o vírus Ebola (EVD) em lugares como Sul do Sudão e República Democrática do Congo. Até mesmo o descontrole do vírus HIV (*Acquired Immunodeficiency Syndrome*) pode ser motivo de receio e entrave para o turismo nessas localidades (CAMPOS, 2008). Ainda segundo o autor, no Egito, mesmo sendo um país razoavelmente estável em relação ao turismo, o receio da “ocidentalização” já foi motivo de graves ataques terroristas a turistas que visitavam o país (CAMPOS, 2008).

Nos países apontados como destaque no cenário mundial, o turismo de safári - com exceção dos países insulares, de Marrocos, Egito e Tunísia - é a principal atividade desenvolvida no país (SANSOLO; CRUZ, 2011; CAMPOS, 2008). De importância elevada para estes países, o safári é pensado a partir de políticas de turismo, políticas para a conservação da vida selvagem e políticas de desenvolvimento e manejo do território, e os governos são os principais incentivadores do turismo de safári nessas localidades. Tal incentivo quase sempre faz parte de relações estreitas mantidas entre o mercado e os governos, que sob a alegação de um projeto de desenvolvimento econômico criam políticas de incentivos

para o empresariado atuar.

Tal parceria resulta na predominância de empresas estrangeiras como redes hoteleiras de luxo e operadores de safári de caça, bem como, donos de reservas de caça arrendadas por meio de concessão do governo (ROGERSON et al. 2003; DUFFY; MOORE, 2010). Segundo os autores, essa dinâmica acabou transformando os destinos africanos de safári em experiências de luxo que pouco envolvem as comunidades locais, restando a eles, muitas vezes, empregos servis com baixa remuneração. Na tabela 1, organizamos os destinos africanos “aptos” e “não aptos” ao turismo de acordo com os dados apontados por Campos (2008), Sansolo e Cruz (2011) e pela UNWTO (2018). Os países estão organizados em ordem crescente de acordo com suas respectivas classificações no *ranking* global do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Tabela 1. Os destinos africanos no cenário do turismo mundial em ordem alfabética e seus respectivos índices de desenvolvimento humano (IDH) no *ranking* global de 2014 segundo o PNUD.

Os destinos africanos no fluxo do turismo internacional e IDH					
Aptos			Não aptos		
63°	Ilhas Maurício**	83°	Argélia**	94°	Líbia**
64°	Ilhas Seychelles**	110°	Gabão***	143°	São Tomé e Príncipe***
96°	Tunísia**	136°	Congo***	150°	Suazilândia****
106°	Botswana***	149°	Angola****	152°	Nigéria****
108°	Egito***	153°	Camarões****	156°	Mauritânia****
116°	África do Sul***	161°	Lesoto****	159°	Ilhas de Comores****
122°	Ilha de Cabo Verde***	166°	Benin****	162°	Togo****
126°	Marrocos***	168°	Djibouti****	167°	Sudão****
126°	Namíbia***	172°	Costa do Marfim****	169°	Sudão do Sul****
139°	Zâmbia***	174°	Etiópia****	170°	Senegal****
140°	Gana***	174°	Guiné****	173°	Malawi****
145°	Quênia****	175°	Gâmbia****	176°	República do Congo****
151°	Tanzânia****	178°	Guiné-Bissau****	177°	Libéria****
154°	Ilha Madagascar****	182°	Guiné Equatorial****	179°	Mali****
155°	Zimbabwe****	183°	Burkina Faso****	181°	Serra Leoa****
163°	Ruanda****	184°	Burundi****	188°	Níger****
163°	Uganda****	185°	Chade****	187°	República Centro-Africana****
180°	Moçambique****	186°	Eritreia****	*	Somália*

*IDH Muito Alto

**IDH Alto

***IDH Médio

****IDH Baixo

*Dados indisponíveis

Fonte: Sansolo e Cruz (2011), Campos (2008) e PNUD (2014).

Organização: Oliveira Alano (2021).

Considerando a divisão comumente utilizada para identificar o território africano que o divide em Norte e Subsaariana. A primeira possui uma faixa considerada de extrema instabilidade e conflitos. Já a Subsaariana - porção abaixo do Saara Ocidental - abriga o maior número de países do mundo em situação de extrema pobreza. Desse modo, essa divisão do território africano concentra em ambas porções, cenários de desigualdades socioeconômicas e espaciais que podem ser observados através de índices como o IDH.

Discussões apontam que tal índice já é considerado ineficiente em razão de sua metodologia não ser capaz de representar a realidade das populações, mesmo assim, a desigualdade no continente africano está posta de tal maneira que mesmo um indicador incipiente como o IDH, ainda serve para dar luz ao

desenvolvimento desigual que percorre os territórios africanos por meio de forças produtivas que exploram, gerenciadas em sua maioria pelo capital estrangeiro.

Ocupando as primeiras posições no *ranking* global com “IDH Muito Alto”, estão países como: Estados Unidos, Canadá, Alemanha, Dinamarca, França, Itália, Portugal, Espanha e Reino Unido. Esses países atuaram fortemente na colonização do continente africano - ainda atuam – e são os principais responsáveis pelo fluxo turístico internacional na África, principalmente para o turismo de safári de caça e fotográfico (SANSOLO; CRUZ, 2011). Na colonização, essas grandes potências dividiram os territórios africanos e asiáticos em pedaços para praticar a retirada de matérias-primas, recursos energéticos, uso de mão de obra simples, barata e para despejar toda sua produção industrial. Nesse *ranking*, o Brasil ocupa a posição 72º e é considerado um país com IDH alto, ficando atrás somente (em relação aos países africanos) de dois países africanos considerados com o mesmo IDH, ocupando as posições 63º e 64º (PNUD, 2014).

É possível observar que entre os 18 países considerados com um cenário turístico “apto”, 7 possuem o IDH baixo, e entre os 36 países considerados “não aptos”, 30 estão classificados com IDH baixo - lembrando que a África é formada por 54 países. Ao total, isso representa cerca de 68% do território africano em condições de pobreza extrema. Além disso, observa-se que essa realidade está presente mesmo nos países considerados por Campos (2008), Sansolo e Cruz (2011) como países com poder de atratividade para o turismo internacional por sua razoável estabilidade política, econômica e cultural - como a África do Sul que no *ranking* de 188º posições, ocupa segundo os dados do PNUD (2014) a posição 166º com IDH médio.

É importante destacar também que o continente africano foi o último a se industrializar e mesmo quando diversos países já experimentam a desindustrialização, o continente africano ainda não alcançou o que se pode chamar de “o apogeu industrial desejado”. No dia 20 de novembro de 1989, a Organização das Nações Unidas (ONU) marcou o “Dia da Industrialização na África” numa Assembleia Geral que tratava da “Segunda Década de Desenvolvimento Industrial na África (1991 a 2000)”, propondo aos líderes africanos e ao mercado internacional investimentos no continente para alavancar sua industrialização e aumentar o poder de participação ativa na economia mundial.

Outro importante aspecto a se destacar é que em alguns países africanos a divisão territorial é considerada do tipo enclave⁴. Este elemento é considerado um importante motivador de conflitos políticos, econômicos, sociais e culturais desvelando como a “cartografia europeia serviu como instrumento de racionalização, de geometrização do território, de meio de desterritorialização cultural, favorecendo a expropriação e a mercantilização dos recursos naturais” (KI-ZERBO, 1972 apud SANSOLO; CRUZ, 2011, p. 172).

⁴ “Em geografia política enclave é um território com distinções políticas, sociais ou culturais, cujas fronteiras geográficas ficam inteiramente dentro dos limites de um outro território. Pode ser simultaneamente também um exclave, caso seja um território legal ou politicamente ligado a outro território do qual não é fisicamente contíguo. Um exclave pode também ser ou não um enclave. A origem de um enclave pode ser devida a razões históricas, políticas ou mesmo geológicas, sendo que certas zonas tornaram-se enclaves simplesmente por causa da mudança do leito de um rio. [...] No Brasil, entre outras áreas são consideradas enclaves à soberania, as demarcações contíguas de “áreas indígenas” (DELLAGNEZZE, 2016, p. 1-2).

O autor afirma ainda que a colonização europeia na África engendrou um rompimento forçado e mudou para sempre o modo de organização das tribos africanas presentes ao longo de todo território, dentre elas, “a mudança do significado da terra [...]. Antes, a idéia de terras como mercadoria, como valor de troca, era ausente, pois esta era dotada de significados míticos e compreendida como locus de trabalho e de reprodução sócio cultural” (KI-ZERBO, 1972 apud SANSOLO; CRUZ, 2011, p. 172).

Nessa breve organização que considera as características geopolíticas e infraestruturais das regiões africanas em relação ao turismo é possível perceber que a não confluência entre esses territórios, praticamente sob nenhum aspecto, dificulta o desenvolvimento do turismo. E se o turismo não redefine fronteiras, tem operado todavia, como mais uma forma de “partilha do território africano, igualmente definida por agentes hegemônicos do mercado internacional [...], mercado este formado, sobretudo, por operadores de viagens e grandes cadeias hoteleiras” (SANSOLO; CRUZ, 2011, p. 178).

Em linhas gerais o continente africano abriga cenários marcados pela atuação europeia e também Norte-americana que produziu e legitimou assimetrias na organização social e cultural entre os povos africanos. E se a sua inserção na economia mundial foi subalterna, no que tange ao turismo, seguiu-se a mesma lógica, “ou seja, uma inserção subordinada, em grande maioria forjada [...] e atendendo, portanto às demandas exógenas” (SANSOLO; CRUZ, 2011, p. 172).

2.1.2 Os destinos brasileiros

Passando para uma escala nacional e local, a regionalização dos destinos também é promovida no Brasil como política de turismo por meio do Programa Nacional de Regionalização do Turismo (PRT) e até mesmo por meio de outros programas pretéritos como o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) onde objetivava-se trabalhar em escala local. Ambos os programas foram pensados para desenvolver os destinos brasileiros visando o turismo interno e externo. De um modo geral, o PNMT possibilitava um enfoque local e por isso as particularidades, bem como, as dificuldades podiam ser observadas de maneira mais pontual uma vez que cada destino era trabalhado individualmente.

Embora em alguns destinos o PRT tenha conseguido atingir suas metas e objetivos⁵, segundo Silva (2016) é necessário destacar que destinos como o Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro - além de outros - são favorecidos por aspectos geográficos, demográficos, políticos, infraestruturais, de mobilidade e desenvolvimento econômico historicamente incomparável a destinos como os que estão no Norte, a exemplo do Amazonas. Assim, é possível observar que o modelo de organização do PRT usa como base uma hierarquização do território já posta pelas próprias dinâmicas do capital que gerencia um desenvolvimento geográfico desigual. Essa desigualdade hierarquizada fica evidente “quando se toma como padrão de referência aqueles municípios dotados da melhor infraestrutura para subsidiar outros

⁵ É possível conhecer quais são em: <http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/mtur-cartilha-promocional-final.pdf>.

estrutural e/ou economicamente desprovidos, mas com atrativos de qualidade, de modo a complementarem-se nos aspectos que lhes são insuficientes ou inexistentes [...]” (SILVA, 2016, p. 142).

Outro desafio do PRT está no fato de que, embora o programa proponha uma descentralização na gestão e ampla participação colaborativa para a sua construção, Silva (2016) observou que tal participação não ocorreu/ocorre com a representatividade necessária. Desse modo, o PRT chegou/chega em muitos lugares como uma política construída verticalmente não considerando as especificidades e desafios individuais de cada lugar. Generalizando/impondo requisitos e exigências onde muitos destinos não possuem recursos e infraestrutura para atendê-las, e por isso, o programa acaba servindo como mais uma forma de reforçar uma hierarquização que evidencia o desenvolvimento desigual dos territórios brasileiros e divide os destinos em “aptos” e “não aptos” para o turismo de acordo com uma categorização que coloca - ou excluí - os destinos no Mapa do Turismo Brasileiro e os classifica em: (A), (B), (C), (D) ou (E).

Para estar dentro de uma dessas categorias acima, leva-se em consideração aspectos como a oferta de emprego pelo *trade*, infraestrutura básica e turística, atrativos e capacidade de gerenciamento da atividade. Em 2019, o Ministério do Turismo (MTur) lançou o Mapa do Turismo Brasileiro 2019-2022, que traz uma atualização dos destinos turísticos brasileiros e suas categorizações, entretanto, só aparecem no mapa os destinos que conseguiram cumprir o mínimo de requisitos para se enquadrar entre as categorias criadas. Os municípios que não conseguiram alcançar tais requisitos não são considerados aptos a estarem no Mapa do Turismo Brasileiro até que seja realizada uma nova ‘triagem’.

Observa-se que a regionalização do turismo pelo MTur parece acompanhar uma regionalização tradicional geográfica do território brasileiro, ou seja, ela considera a divisão do país feita em Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Cada uma dessas divisões são consideradas macrorregiões e dentro delas estão destacados seus estados e respectivos municípios considerados indutores de turismo e classificados em alguma das categorias mencionadas, sendo os municípios divididos em regiões turísticas ou pólos turísticos.

Começando pela macrorregião Norte, a classificação 2019-2022 considerou os 7 estados, 48 municípios e 182 regiões. A macrorregião Nordeste apresenta 9 estados, 604 municípios e 83 regiões turísticas. O Centro-Oeste é composto por 4 estados, onde foram incluídos 207 dos seus municípios e criadas 33 regiões turísticas. Já a macrorregião Sudeste abriga 4 estados dentre os quais 962 municípios foram considerados aptos e estão divididos em 115 regiões. Por último, a macrorregião Sul que conta com 3 estados, 739 municípios aptos e 54 regiões turísticas.

Para Silva (2016) um dos maiores problemas do PRT é a falta de clareza sobre a partir de qual conceito e perspectiva de região são criadas essas regiões turísticas. Outro gargalo seria a inoperância em destinos relativamente novos e/ou incipientes com o turismo que não conseguem preencher os requisitos solicitados pelo programa por razões já citadas. São municípios consideravelmente longe das capitais com difícil acesso, infraestrutura básica precária, oferta de emprego escassa e economicamente pouco desenvolvidos.

Analisando individualmente o estado do Amazonas, entre os seus municípios foram considerados aptos 24, divididos em 7 regiões turísticas (Polo Alto Rio Negro, Polo Alto Solimões, Polo Amazônico, Polo Médio Solimões, Polo Madeira, Polo Sateré e Polo Uatumã). No entanto, dentre esses 24 municípios apenas a capital Manaus está classificada com a maior categoria (A), não havendo nenhum município com classificação (B), 13 classificados como (D) e 1 município como (E).

Vale ressaltar que o estado do Amazonas possui 62 municípios, o que significa dizer que cerca de 61,3% do território amazonense está fora da rota dos fluxos turísticos e mesmo os municípios incluídos no Mapa do Turismo Brasileiro 2019-2022 - com exceção da capital amazonense já estabelecida no cenário turístico - também enfrentam muitas dificuldades no desenvolvimento da atividade considerando a ausência de elementos já indicados na própria categorização. Posto isso, importa considerar também que os municípios não enquadrados na categoria (A), não só do Amazonas, mas no país a fora enfrentam a ausência ou má funcionalidade de órgãos e secretarias de turismo o que inviabiliza a aplicabilidade e gestão de projetos e programas como o PRT.

Não por acaso, as macrorregiões Sudeste e Sul se destacam no Mapa do Turismo 2019-2022 com elevado número de cidades consideradas aptas. Tais regiões concentram, segundo Cruz (2018 e 2020), uma centralização espacial e de capital produtivo, assim como uma alta demanda de emprego. “Exemplo disso encontra-se na forte concentração da atividade industrial em estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (região Sudeste) e nos estados da Região Sul do País, assim como na distribuição espacial da infraestrutura pública voltada à circulação [...]” (Ibid., 2018, p. 4).

No Norte, mas precisamente na capital do Amazonas, a industrialização que já faz parte da realidade da região Sul e Sudeste desde o século XIX, chegou na cidade somente em 1957 implementada pelo governo militar. A exemplo de Manaus outras cidades do Norte, Nordeste e na região Centro-Oeste também experimentaram a chegada da industrialização tardiamente e em outras proporções. Sob este aspecto tais destinos brasileiros e os países africanos possuem similaridades no que tange ao reconhecimento do papel da industrialização para o desenvolvimento desses territórios usados historicamente como fontes de expropriação de matérias-primas e exploração da força de trabalho, onde a presença da indústria servia/serve para beneficiar muito mais aos interesses do capital estrangeiro do que ao desenvolvimento interno.

Assim como na escala global ou subcontinental, em uma escala nacional é possível observar um protagonismo muito recorrente de alguns destinos. De acordo com os dados reunidos na tabela 2, o Ministério do Turismo apresenta como os dez destinos brasileiros mais visitados em 2018 a lazer, negócios, eventos e convenções e por motivos diversos, os seguintes:

Tabela 2. Os melhores destinos brasileiros em relação ao desempenho turístico internacional (recepção).

Os dez principais destinos brasileiros com destaque no Turismo internacional em 2018			
Lazer		Negócios, eventos e convenções	Motivos diversos
1º	Rio de Janeiro – RJ (29,7%)	São Paulo – SP (48,7%)	São Paulo – SP (28,3%)
2º	Florianópolis – SC (17,1%)	Rio de Janeiro – RJ (19,7%)	Rio de Janeiro – RJ (18,4%)

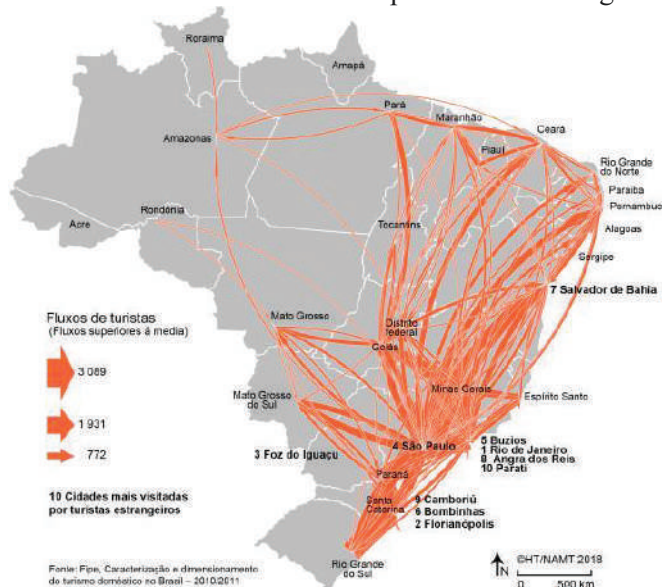
3º	Foz do Iguaçu – PR (12,9%)	Curitiba – PR (4,5%)	Curitiba – PR (5,1%)
4º	Armação de Búzios – RJ (8,2%)	Campinas – SP (3,9%)	Belo Horizonte - MG (4,7%)
5º	São Paulo – SP (7,9%)	Porto Alegre – RS (3,4%)	Florianópolis – SC (4,2%)
6º	Bombinhas – SC (6,4%)	Belo Horizonte - MG (3,1%)	Salvador – BA (4,2%)
7º	Salvador – BA (5,5%)	Brasília – DF (2,7%)	Foz do Iguaçu – PR (4,1%)
8º	Balneário Camboriú – SC (4,4%)	Florianópolis – SC (2,4%)	Brasília – DF (3,5%)
9º	Itapema – SC (3,4%)	Foz do Iguaçu – PR (2,3%)	Fortaleza – CE (3,1%)
10º	Angra do Reis – RJ (3,2%)	Salvador – BA (2,0%)	Recife – PE (3,1%)

Fonte: Apresentação da demanda internacional - Ministério do Turismo (2018).
Organização: Oliveira Alano (2021).

Os resultados acima são comparados pelo MTur aos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017, onde é possível observar que praticamente todos os destinos da tabela 2, mantêm entre os dez primeiros colocados, apresentando pouca variação. Com essa classificação é possível perceber a constante presença de destinos das macrorregiões Sudeste e Sul onde, não coincidentemente, estão cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Brasília, Balneário Camboriú e Florianópolis. Destinos que estão no topo no que se refere a: oferta de emprego, desenvolvimento do setor industrial, rede hoteleira, atrativos turísticos consolidados, mobilidade interna na cidade, deslocamento facilitado pela presença de aeroportos com malha aérea diversificada, deslocamento por terra entre municípios e estados, e até mesmo classificados como ‘destinos com melhor qualidade de vida do Brasil’ no caso de Florianópolis e Curitiba que recorrentemente aparecem nessa classificação.

Na apresentação do MTur, são destacados apenas os dez primeiros colocados para análise do cenário nacional em relação ao fluxo turístico internacional, ficando os demais estados e cidades a cargo dos seus respectivos órgãos de turismo a elaboração de uma apresentação dos seus dados baseados nos relatórios emitidos individualmente por estado pelo MTur. Na figura 4, apresenta-se um mapa organizado por Théry (2018 apud CRUZ, 2018) para ilustrar o fluxo turístico estrangeiro no país entre os anos de 2011 a 2015.

Figura 4. Mapa das cidades mais visitadas do Brasil por turistas estrangeiros entre 2011 e 2015.



Fonte: Théry et al. (2018) apud Cruz (2018, p. 6).

No mapa acima é interessante observar que seus dados se repetem quase de maneira inalterável, o mesmo ocorre quando considerado o fluxo turístico estrangeiro no país em 2018, apresentado na tabela 2. O MTur compara os dados de 2018, aos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017, mas Théry et al. (2018 apud CRUZ, 2018) retorna um pouco mais atrás ao considerar dados desde o ano 2011, permitindo assim identificar uma certa constância e predominância de alguns destinos no topo dos mais procurados. Com exceção de Parati, todas as outras cidades permaneceram em 2018 entre as dez primeiras colocadas, apenas revezando a ordem das colocações. Outro ponto observado por Cruz (2018) e que também pode ser apontado considerando os dados da tabela 2 e da figura 5, é o fato de que esses destinos são, em sua maioria, cidades litorâneas revelando a preferência por um turismo de sol e praia.

De acordo com Cruz (2013, p. 284 apud CRUZ, 2018, p. 6):

A histórica concentração de riqueza e de renda nesses estados, no passado, com reflexos socioeconômicos que se fazem sentir até hoje...gerou externalidades positivas ao atual desenvolvimento do turismo nesses lugares com destaque para a alta densidade de modernas infraestruturas de circulação, de equipamentos urbanos e de serviços usualmente demandados pelo setor.

Um outro elemento que pode ser utilizado para visualizarmos o desenvolvimento desigual estabelecido no território brasileiro é o IDH, assim como foi feito a nível global no subtópico 2.1.1. A mais recente classificação disponível no site do PNUD data de 2010 (tabela 3), e diferentemente do *ranking* global onde os países são divididos em IDH muito alto, alto, médio e baixo, o *ranking* por estado (UF) é distribuído apenas seguindo uma colocação (como também faz o *ranking* global). Assim, pode-se concluir que quanto mais perto das primeiras colocações, melhor o IDH do estado.

Tabela 3. Os destinos brasileiros e seus respectivos índices de desenvolvimento humano (IDH) no *ranking* nacional por Unidade Federativa (estado) segundo o PNUD.

Ranking do IDH nacional por UF					
1º	Distrito Federal**	11º	Mato Grosso**	21º	Acre**
2º	São Paulo**	12º	Amapá**	22º	Bahia**
3º	Santa Catarina**	13º	Roraima**	23º	Paraíba**
4º	Rio de Janeiro**	14º	Tocantins**	24º	Piauí**
5º	Paraná**	15º	Rondônia**	25º	Pará**
6º	Rio Grande do Sul**	16º	Rio Grande do Norte**	26º	Maranhão**
7º	Espírito Santo**	17º	Ceará**	27º	Alagoas**
8º	Goiás**	18º	Amazonas**		
9º	Minas Gerais**	19º	Pernambuco**		
10º	Mato Grosso do Sul**	20º	Sergipe**		
	**Norte	**Nordeste	**Centro-Oeste	**Sudeste	**Sul

Fonte: Site do PNUD (2010) e IBGE (2010).
Organização: Oliveira Alano (2021).

Contendo 26 estados e um Distrito Federal, é possível identificar na tabela acima que as dez primeiras posições estão ocupadas por estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Os seis primeiros estados são os mesmos que ocupam as dez primeiras posições dos destinos com maior fluxo turístico internacional. Com exceção de Mato Grosso que ocupa o 11º lugar, as posições abaixo dos dez primeiros

colocados são ocupados predominantemente pelos destinos do Norte e Nordeste, com destaque para o Amazonas que ocupa 18º posição, Acre na 21º e o Pará na antepenúltima posição (25º). Dentre esses estados, em especial os que estão na região Norte e alguns municípios do Nordeste, a dificuldade de acesso - e outros aspectos - transforma as viagens para esses destinos em viagens demoradas e de alto custo, o que acaba influenciando no fluxo turístico desses locais.

Desse modo, apesar da classificação do PRT ser realizada pelo Ministério do Turismo, tal ação reflete o desenvolvimento dos interesses do capital pelo território brasileiro e acaba servindo ao mercado como mais um indicador e hierarquizador de destinos com potencialidades para investimentos, sejam eles turísticos ou com outras finalidades. A regionalização dos territórios pelo turismo parece distribuir e apresentar os destinos brasileiros por meio dos seguintes segmentos: sol e praia, turismo cultural, negócios, eventos e ecoturismo.

A macrorregião Norte é trabalhada como uma região para o turismo verde, não por acaso, mas por abrigar os estados que fazem parte da Amazônia brasileira. A macrorregião Nordeste destaca-se pelo turismo cultural e também de sol e praia com destaque para destinos como Salvador, Maragogi e Fernando de Noronha. Já a macrorregião Sudeste destaca-se no turismo de eventos, negócios e sol e praia com destaque para o estado do Rio de Janeiro e São Paulo. Na macrorregião Sul, o turismo de negócios e eventos são importantes, mas o cultural é de alta relevância, principalmente para os amantes do clima frio e vinhos. Por último, a região Centro-Oeste pode ser reconhecida também pelo seu potencial para o ecoturismo e para o turismo cultural com destaque para cidades como Ouro Preto, Bonito e Campo Grande.

É certo que em alguns momentos determinados destinos experimentam um turismo de massa que pode ser motivado por um novo atrativo ou mesmo por uma festividade consolidada como atrativo para onde os fluxos turísticos se voltam em determinada época do ano, como: o carnaval no Rio de Janeiro, Salvador e Recife; o Círio de Nazaré em Belém; ou o Festival de Parintins no Amazonas. Mas mesmo atraindo um considerável número de turistas, esses eventos parecem não ser suficientes para colocar e manter destinos como o Amazonas entre os dez primeiros destinos mais procurados a nível internacional.

Num panorama histórico geral, olhando sob uma escala continental e nacional ao mesmo tempo, América do Sul - e aqui em especial o Brasil - e os países africanos inserem-se na atividade turística como lugares onde estão materializadas formas de existência que num passado não muito distante, eram tidas pelo ocidente imperialista como sinônimos de falta de civilidade, de capacidades intelectuais, da ausência de uma espiritualidade, de organizações políticas e de um progresso 'necessário' (SANSOLO & CRUZ, 2011).

Certamente os desafios interpostos ao turismo em qualquer nível de escala, são muito mais profundos e complexos do que é possível expor aqui. Ele não pode ser apontado como a causa do desenvolvimento desigual dos territórios, uma vez que tais desigualdades fazem parte da produção do espaço que é criado e recriado por meio de processos históricos, sociais, econômicos e culturais que poderão ou não induzir a uma aglutinação de atividades turísticas. Mesmo assim, é importante reforçar

que ao se constituir sob esses espaços, o turismo corrobora para reprodução de desigualdades e com a movimentação dos interesses capitalistas pelos territórios (CRUZ, 2018).

Neste sentido, a regionalização, seja ela feita sob o ponto de vista do mercado - involuntariamente ou não – ou mesmo através de programas do governo como o PRT, evidencia que a “geografia dos fluxos turísticos internacionais constitui, como se pode ver até aqui, um espelho fiel das desigualdades sociais e historicamente produzidas em escala planetária” (SANSOLO; CRUZ, 2011, p. 176). No caso dos países considerados como periféricos e com participação pouco expressiva na economia do turismo mundial, se por um lado o turismo traz em si a oportunidade de promover desenvolvimento econômico, a mesma é desviada, até certo ponto, pela ação de agentes hegemônicos que controlam o mercado do turismo internacional.

Em síntese, além de revelar desigualdades a regionalização configura-se em mais uma forma de segmentação, a medida em que busca indicar para o mercado as modalidades de turismo presentes em cada região, popularizando suas ‘mercadorias’ em um cenário turístico global hegemônico. Tal mecanismo também acaba por evidenciar e implicar na consolidação de destinos que estão no **centro** da demanda turística internacional; e de destinos que ocupam a **periferia** - revelando **estabelecidos** e **outsiders**. Sendo assim, a regionalização do turismo sob este prisma “é um exercício cujos parâmetros são balizados por uma atividade externa a multiculturalidade [...], isto é, definida segundo parâmetros que conectam o binômio forjado pela lógica capitalista da oferta e da demanda [...]” (LUCHIARI, 1998 apud SANSOLO; CRUZ, 2011, p. 176).

2.2 SIGNIFICANDO A PALAVRA SAFÁRI

Em razão do safári ser uma atividade turística própria do continente africano, postulou-se ser necessário buscar compreender o que seja o safári e as implicações em desenvolver esse tipo de atividade. Para isso, buscou-se por estudos (nacionais e internacionais) que apresentem olhares e experiências com a prática de safári, seja ele de caça ou fotográfico.

Também foi realizada uma breve busca pela origem etimológica do termo em alguns idiomas, sendo possível identificar que assim como a prática de safári foi reformulada para uma atividade turística, o próprio entendimento da palavra também o foi, podendo esta apresentar mais de um significado, conforme apresentado no quadro 5.

Para escolha dos idiomas consideramos alguns dos principais países que agiram historicamente no território africano, sendo eles: Portugal, Inglaterra, França, Itália, Espanha e Estados Unidos. Conforme vimos nos tópicos anteriores, esses países possuíam forte influência durante a colonização da África, além de que o público europeu e norte-americano representam a maior parcela dos clientes de safári nos países africanos.

Quadro 5. Significado da palavra safári de acordo com os dicionários em português, inglês, francês, italiano e espanhol.

Significado da palavra safári encontrado nos respectivos dicionários	
Português – Dicionário Aurélio	[Do árabe. safar, ‘viagem’] Expedição de caça. Especialmente na selva africana.
Inglês – Oxford Dictionary of English	An expedition to observe or hunt animals in their natural habitat, especially in east Africa; one week on safari. - ORIGIN: late 19th century: from Kiswahili, from Arabic safara ‘to travel’. Tradução: Uma expedição para observar ou caçar animais em seu habitat natural, especialmente no leste da África; uma semana no safari. - ORIGEM: final do século XIX: de Kiswahili, do safara árabe ‘viajar’.
Francês – Dictionnaire français Le Robert	<i>Safari-photo:</i> Expédition touristique ou cours de laquelle on photographie les animaux sauvages. <i>Safari:</i> (mot swahili, de l’arabe safara, voyager) Expédition de chasse aux gros animaux sauvages, en Afrique noire. Tradução: <i>Safari de fotos:</i> Expedição turística ou curso no qual fotografamos os animais para levar de lembrança. <i>Safari:</i> (Palavra suaíli, do árabe safara, viagem) Expedição de caça a grandes animais selvagens na África negra.
Italiano – Lo Zingarelli Minore	[vc. Suahili, deriv. dall’arabo sãfara ‘viaggiare’ * 1955] - Partita di caccia grossa nell’Africa orientale e centrale. <i>safari fotografico</i> , viaggio in territori ricchi di animali, spec. feroci, per fotografarli nel loro ambiente naturale. Tradução: [vc. Suahili, deriv. do árabe sãfara ‘viagem’ * 1955] Grande jogo de caça na África Oriental e Central. safari fotográfico, viagem em territórios ricos em animais, espec. feroz, fotografá-los em seu ambiente natural.
Espanhol - Michaelis	m. Expedición de caza mayor que se realiza en algunas regiones de África. - Parque zoológico en cuyo recinto los animales estan el libertad: recorrieron el safari en su coche. - Safari fotográfico expedición a un lugar para fotografar a los animales en su ambiente natural. Tradução: m. Grande expedição de caça que ocorre em algumas regiões da África. - Zoológico em cujo recinto os animais são livres: eles visitam o safari em carros. - Expedição fotográfica de safari para um local para fotografar animais em seu ambiente natural.

Fontes: *Dicionário Aurélio/ Oxford Dictionary of English/ Dictionnaire français Le Robert/ Lo Zingarelli Minore/ Michaelis*.
Organização: Oliveira Alano (2020).

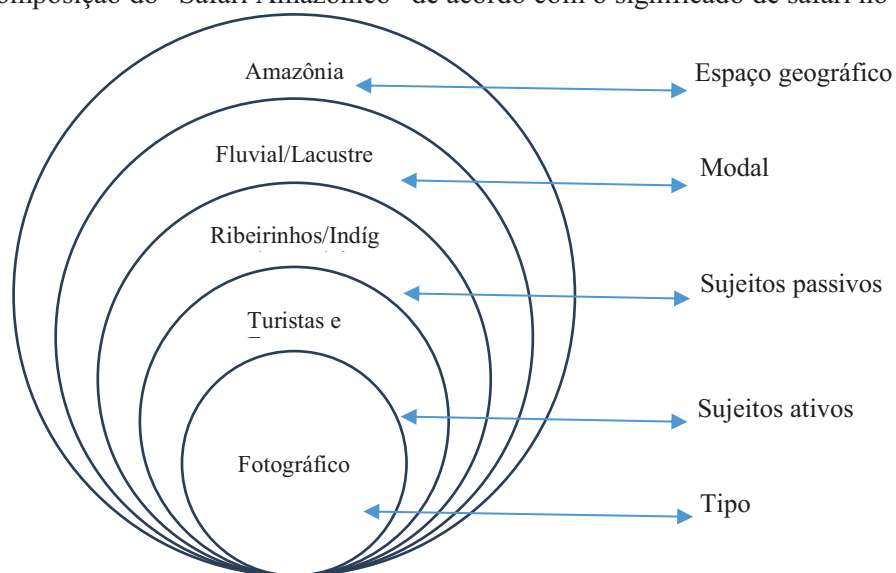
O termo parece ter sido adaptado à medida em que a prática de safári foi assumindo outros sentidos. Essa adaptação indica seguir a compreensão de África daqueles que implementaram na prática o termo, como no idioma francês em que safári é compreendido como uma “expedição de caça a grandes animais selvagens na África negra”. Sendo “África negra”, um termo carregado de conotação racista dado pelos colonizadores no século XIX, para indicar os países de toda porção sul abaixo do deserto do Saara ocidental onde a população era preponderantemente negra. Tal nomenclatura foi substituída por África subsaariana e corresponde atualmente à zona africana com maior número de países em situação de pobreza extrema do mundo.

Os dicionários português, inglês, francês e italiano apontam como origem da palavra a língua árabe *suahili* do verbo *safara*, que significa viagem. Neste sentido podemos apontar que *safara* assume na língua árabe o mesmo sentido de turismo ou *tourism* que é um termo ocidental registrado pela primeira em um dicionário britânico no ano de 1800, e adaptado do termo francês *tourisme* que provém de origem latina do substantivo *tornus* (volta) ou do verbo *tornare* (voltar). De acordo com Bosisio (2005) o suíço

Arthur Houlot encontrou a origem da raiz *tour* no hebreu antigo que significava: viagem de descoberta, de exploração e de reconhecimento.

Apesar dessa proximidade, embora o termo *safar* signifique viagem, a sua nova forma - safári - aponta não apenas para uma viagem de um modo geral, mas sua tipologia, seus sujeitos ativos e passivos, o modal de transporte e o espaço geográfico em que ele acontece. A tipologia pode ser identificada como de caça ou fotográfico. Seus sujeitos ativos: turistas (caçador/fotógrafo) e guias. Seus sujeitos passivos: animais exóticos e selvagens de grande, médio ou pequeno porte. Modal: terrestre, geralmente em veículo 4x4. E o espaço geográfico: em seu ambiente natural, nas savanas e florestas africanas. Baseando-se nessa estrutura, na figura 5, buscou-se identificar como o Safári Amazônico está composto.

Figura 5. Composição do “Safári Amazônico” de acordo com o significado de safári no quadro 1.



Elaboração: Oliveira Alano (2021).

De acordo com as interpretações presentes em cada dicionário, é possível notar que o termo safári foi e está localizado/posicionado geograficamente, referindo-se a uma prática que surgiu e acontece especificamente em território africano. O que nos permite concluir que a presença dessa atividade em outros países trata-se de um processo de adequação da prática de safári que busca seguir a mesma proposta dos safáris africanos.

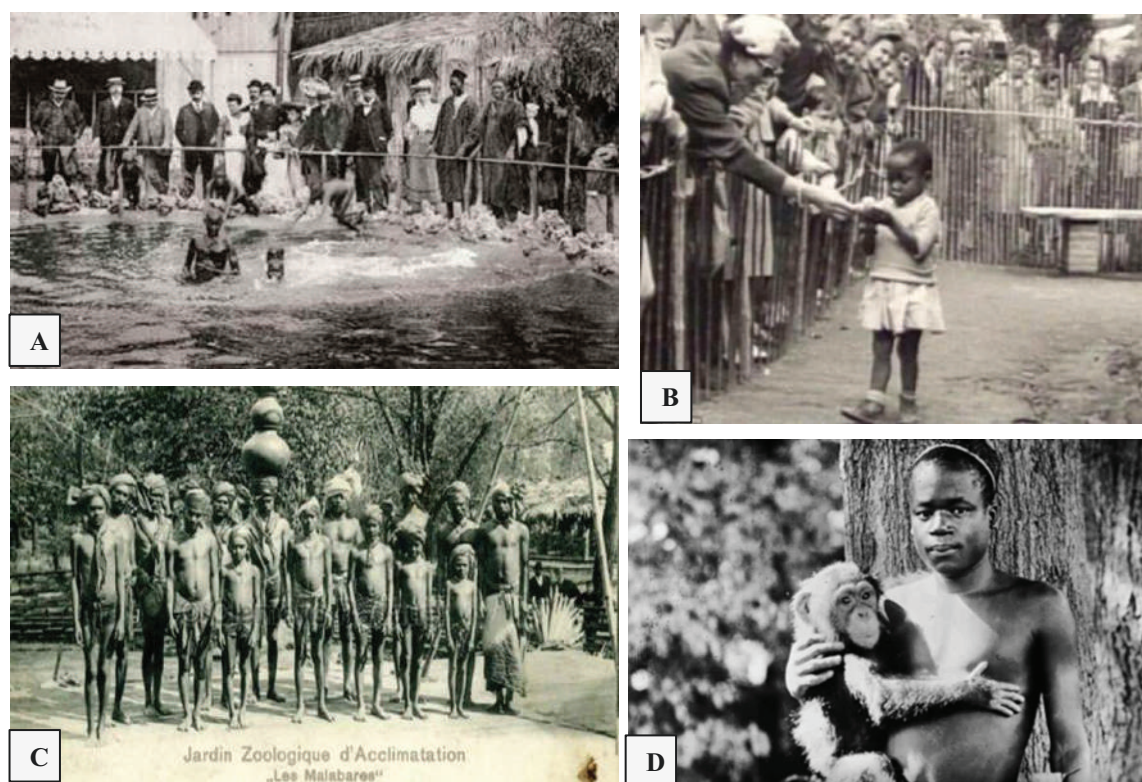
Outro ponto importante a ser observado no quadro 5, diz respeito ao fato de que em todos os idiomas apresentados o significado literal da palavra evidencia uma atividade com animais selvagens e em seu habitat natural (e até mesmo em zoológicos), podendo ser de caça ou fotografia. E embora o ser humano também esteja inserido na categoria “animal” da espécie *homo sapiens*, a interpretação do termo deixa claro que trata-se de uma atividade de caça e/ou observação de animais irracionais. Desse modo, é permitido questionar: a partir de qual olhar as comunidades são inseridas em roteiros de safáris considerando que trata-se de pessoas e não de animais irracionais? Como seus modos de ser, fazer e (re)existir são ou podem ser interpretados à medida em que se propõe incluí-los em uma prática que significa caça e/ou fotografia de animais irracionais em seu habitat natural?

Tais questionamentos são feitos não com a intenção de respondê-los mas para elucidar a

necessidade de reflexões sobre como isso pode configurar-se em um processo de cristalização dos modos humanos de existir reduzindo-os a cenários e exposições para que os turistas possam fotografar, servindo assim, como um tipo de “zoológico humano” contemporâneo, onde os sujeitos em exposição "são atores exotizados ou de outra forma 'alterizados' por um olhar explorador, e subjugador [...]” (ARNAUT, 2011, p. 2, tradução da autora).

O termo zoológico humano ou *zoo humans*, foi usado no século XIX para denominar exposições étnicas-raciais realizadas em grandes feiras no ocidente europeu e norte-americano. Tal prática consistia na exposição forçada de pessoas pertencentes a grupos tribais e indígenas de um determinado lugar como forma de mostrar aos seus espectadores diferentes “variedades” de humanos (tratava-se especificamente de nativos dos territórios que passavam pelo processo de colonização). Para Arnaut (2011) embora hediondo e repulsivo, esses sujeitos eram organizados como animais para serem inspecionados, “um espetáculo para os olhos dos espectadores brancos observarem, cuja curiosidade não faltava um certo elemento de crueldade (Ibid., 2011, p. 5, tradução da autora). O conjunto de imagens reunidas na figura 6, são imagens reais de algumas exposições realizadas em países como a Bélgica e EUA.

Figura 6. Humanos em exposição. **A.** “aldeia senegalesa” montada na exposição de Liège (Bélgica), em 1905; **B.** Menina africana recebendo comida de visitantes da Expo 1958, em Bruxelas, Bélgica ; **C.** Les Malabares no zoológico de d’Acclimatation em Paris, 1902; **D.** Ota Benga, congolonês da tribo Mbuti exibido em um zoo humano no bairro do Bronx em Nova York em 1906 (cometeu suicídio dez anos depois).



Fonte: Ariel Dorfman (2018)⁶

Ainda segundo Arnaut (2011) na Alemanha nazista, Hans Frank em 1944 intencionou projetar

⁶ Disponível em: <<https://racismoambiental.net.br/2018/07/17/os-eua-de-trump-revivem-os-zoologicos-humanos-por-ariel-dorfman/>> Acesso em: 22 JUN 2020.

como presente de aniversário para Hitler um zoológico humano destinado a expor todos os modos de vida europeus fadados a erradicação segundo a supremacia de “raça pura” que motivava Hitler. O autor conta ainda que Frank garantiu que o entretenimento seria um elemento fundamental do zoológico, mas que haveriam cuidados necessários para garantir a possibilidade de realizar estudos científicos com essas “variedades de humanos”.

O último zoológico humano que se tem conhecimento ocorreu na Bélgica em 1958, e embora esses acontecimentos tenham caído no esquecimento, a criação dos zoos humanos foi um dos atos hegemônicos praticados durante a colonização, sobretudo na neocolonização pelos países imperialistas nos territórios africanos e asiáticos. Esse momento também é observado pelo viés do turismo em uma obra intitulada “*O negro como atração turística nos E.U.A e na Europa no século XX*”⁷, de autoria do escritor angolano Augusto Kengue Campos, que busca refletir sobre como os povos africanos foram submetidos a ridicularização e ações hediondas nesses zoológicos para o entretenimento ocidental.

Mesmo que na atualidade os passeios turísticos denominados safáris não aconteçam nos moldes dos zoológicos humanos da colonização é possível identificar algumas similaridades que podem caracterizar os atuais safáris como novas formas de *zoos humans*: adaptados, contemporâneos e reformulados para comercialização. Principalmente quando se refere aos povos indígenas que têm suas identidades étnicas e elementos culturais amplamente explorados pelos veículos de *marketing* por meio de uma espetacularização e criação de cenários, bem como, a exotização dos seus modos de vestir, falar, socializar, cor da pele, tipo de cabelo, seus tipos de moradia e dentre outros. Existe uma necessidade de ausência de elementos do mundo globalizado para que sejam considerados “autênticos” de modo que não se comprometa a possibilidade de proporcionar aos turistas o contato com “restos de uma era passada, [...] uma terra que está em espera, congelada no tempo para os turistas verem” (BRUNER, 1991; EASTMAN, 1995 apud NORTON, 1996, p. 370, tradução da autora).

Não se quer aqui afirmar que toda atividade turística envolvendo povos indígenas e comunidades tradicionais nas suas mais diversas manifestações identitárias, configuram-se em atividades essencialmente objetificadoras desses sujeitos. Entende-se o turismo como um importante instrumento de valorização dos aspectos culturais, entretanto, como um fenômeno que é sobre encontro com o outro, o turismo resulta em impactos socioculturais positivos e negativos. Por isso, acredita-se nesta pesquisa que tal valorização deve ser buscada por meio de ações que antes de se tornarem práticas efetivadas, sejam refletidas. Refletidas não apenas pelos operadores turísticos sob o ponto de vista operacional, econômico, da demanda e da oferta, mas a partir de um olhar crítico que viabilizem aos agentes externos e internos envolvidos no processo, compreender o que se está fazendo e porque se está fazendo. Quais as implicações de tais práticas, de se apropriarem de certos conceitos, nomenclaturas e atividades sem o devido conhecimento de seus significados, olhares e experiências em outros contextos.

Tal reflexão é necessária, para que assim, esses sujeitos não sejam assimilados como mercadorias

⁷ Disponível por assinatura em:< <https://pt.scribd.com/document/332867043/Jardins-Zoologicos-Humanos-O-Africano-Como-Atracao-Turistica-No-Sex-XX-Augusto-Kengue-Campos> > Acesso em: 24 JU 2020.

turísticas ocupando posições que os objetificam perante os turistas/sociedade como no caso em questão, pois conforme o exposto até aqui, a prática de safári não refere-se a caça ou fotografia de pessoas selvagens, de grande, médio ou pequeno porte e em seu habitat natural – e nem poderia.

2.2.1 Algumas pesquisas dos últimos 19 anos sobre a prática de safári

A fim de verificar o que tem sido produzido na academia sobre a prática de safári, foi realizado um levantamento por estudos nacionais e internacionais que a discutam teoricamente e apresentem essa atividade como parte da realidade de algum destino. Para realizar tal levantamento, partiu-se de duas perguntas: i) existem pesquisas que abordem teoricamente o termo safári e seu significado?; e ii) existem pesquisas que se debruçam sobre os efeitos positivos e negativos dessa atividade no Brasil e no mundo? A partir de tais definições, foi realizado um levantamento sistemático no qual foram encontrados 1.386 trabalhos, utilizando como base de dados o portal de *Periódicos Capes/MEC*, a revista online *Scielo* e o *Google Acadêmico*. As buscas foram feitas entre os meses de dezembro de 2019 a março de 2020, considerando os artigos, teses e dissertações desenvolvidas entre os anos de 2000 a 2019, utilizando como palavras-chave: safári; safári de caça; safári fotográfico; turismo de safári; safári na Amazônia.

Após a leitura dos títulos e resumos, inicialmente foram selecionadas 56 pesquisas, entre as quais 7 foram desenvolvidas por autores brasileiros e 49 por estrangeiros. Das pesquisas realizadas por autores brasileiros selecionou-se 2 e entre os estrangeiros, 19, totalizando 21 pesquisas elegidas de acordo com os critérios de inclusão previamente estabelecidos, os quais foram: a) pesquisas realizadas entre os anos 2000 a 2019; b) a presença de uma das palavras-chave no título; c) a correlação do título com as perguntas de partida; e d) a correlação do objetivo do respectivo trabalho com as perguntas de partida. Além desses trabalhos, encontrou-se ainda mais 5 pesquisas consideradas muito pertinentes após a leitura, embora não se enquadrem nos critérios (a) e (b). Assim, considerando estas últimas, o total de pesquisas selecionadas foram 26, organizadas no quadro 6.

Quadro 6. Levantamento de pesquisas que utilizam o termo safári.

Cód.	Tema	Autor	Local	Ano/Tipo
Brasil				
01	Exploração turística e sustentabilidade: as reservas de safári na África do Sul. Trabalho anterior à Plataforma Sucupira.	Adriano Lucchesi Pires Bastos	ECA/USP	2005/Dissertação
02	A produção do espaço de lazer: um estudo sobre “turistificação” e “resortificação” a partir do Portobello Resort & Safári (Mangaratiba-RJ)	Raiza Carolina Diniz Silva	UFRRJ	2018/Dissertação
Exterior				
03	<i>How ecotourism can go wrong: The cases of SeaCanoe and Siam Safari, Thailand.</i> Tradução da autora: Como o ecoturismo pode dar errado: os casos de SeaCanoe e Siam Safari, Tailândia.	Noah Shepherd	Journal Current Issues in Tourism, vol. 5.	2002/Artigo
04	<i>Measuring tourist satisfaction with Kenya's wildlife safari: a case study of Tsavo West National Park.</i> Tradução da autora: Medindo a satisfação do turista com o safari da vida selvagem do Quênia: um estudo de caso do Parque Nacional Tsavo West.	John S. Akama; Damiannah Mukethe Kieti	Department of Tourism Management, Moi University, Kenya	2003/Artigo
05	<i>Tourism “Back in Time”: Performing “the Essence of</i>	Mónica Cejas	Intercultural	2003/Artigo

	<i>Safari” in Africa</i> Tradução da autora: Turismo "de volta no tempo": realizar "a essência do safári" na África		Communication Studies XVI	
06	<i>The socio-economic benefits and challenges of a community-based safari hunting tourism in the Okavango Delta, Botswana (Não conseguimos acesso ao trabalho completo).</i> Tradução da autora: Os benefícios e desafios socioeconômicos de um turismo de caça de safári com base comunitária no Delta do Okavango, estudo de Botswana case do Tsavo West National Park.	Joseph E. Mbaiwa	Journal of Tourism Studies, vol. 15, Nº 2, pp. 37-50.	2004/Artigo
07	Um estudo sobre as motivações e a satisfação dos clientes de safaris	Cristina Bezerra Cavalcanti Martins	Universidade do Algarve Faro/Portugal	2010/Dissertação
08	<i>On safari in botswana: describing the product</i> Tradução da autora: Sobre safari no botswana: descrição do produto	Nerine C. Bresler	Tourism Analysis, Vol. 16, pp. 67–75	2011/ Artigo
09	<i>Wildlife Conservation, Safari Tourism and the Role of Tourism Certification in Kenya: A Postcolonial Critique</i> Tradução da autora: Conservação da vida selvagem, turismo de safári e o papel do turismo de certificação no Quênia: uma crítica pós-colonial	John S. Akama; Shem Maingi; Blanca A. Camargo	Tourism Recreation Research vol. 36 (3), p. 281-291	2011/ Artigo
10	<i>Commoditizing the safari and making space for conflict: Place, identity and parks in East Africa</i> Tradução da autora: Comoditizando o safari e abrindo espaço para o conflito: local, identidade e parques na África Oriental	Bilal Butt	Political Geography, University of Michigan. <i>Geografia Política</i> 31 (2012) 104-113	2011/ Artigo
11	Monitorização da Satisfação dos Turistas com os <i>Safaris (Sobre o turismo de safári em Algarve, Portugal)</i>	Cristina Cavalcanti Martins; et al.	Revista Turismo em Análise	2011/Artigo
12	<i>Placing Nature(s) on Safari</i> Tradução da autora: Colocando natureza (s) no Safari	Cassie M. Hays	Estudos Turísticos 12(3) pp. 250-267. Gettysburg College, EUA.	2012/Artigo
13	Construção de um produto turístico de safaris no Parque Nacional da Gorongosa (Moçambique)	Pedro Manuel Teixeira Duarte Cancela da Fonseca	Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril	2013/Dissertação
14	<i>Charisma and conservation: charismatic megafauna's influence on safari and zoo tourists' pro-conservation behaviors.</i> Tradução da autora: Carisma e conservação: a influência carismática da megafauna nos comportamentos pró-conservação dos turistas em safáris e zoológicos.	Jeffrey C. Skibins; Robert B. Powell; Jeffrey C. Olá	Biodiversity & Conservation . Vol. 22 Issue 4, p959-982. 24p.	2013/Artigo
15	<i>Safari lodges and local economic linkages in South Africa</i> Tradução da autora: Alojamentos safári e economia local: ligações na África do Sul	Christian M Rogerson; Holly Hunt; Jayne M Rogerson	Africanus 43 (1) ISSN 0304-615X pp. 3-17	2013/Artigo
16	<i>Is Tourism Always Beneficial? A Case Study from Masai Mara National Reserve, Narok, Kenya.</i> Tradução da autora: O turismo é sempre benéfico?: um estudo de caso da Reserva Nacional Masai Mara, Narok, Quênia.	Medani Bhandari	The Pacific Journal of Science and Technology. Volume 15. Number 1.	2014/Artigo
17	<i>Willingness-to-pay and the perfect safari: Valuation and cultural evaluation of safari package attributes in the Serengeti and Tanzanian Northern Circuit</i> Tradução da autora: Disposição a pagar e o safari perfeito: avaliação cultural dos atributos do pacote de safari no Serengeti e no circuito Norte da Tanzânia	Nitin Sekar; Jack M. Weiss; Andrew P. Dobson	Ecological Economics 97 34–41	2014/Artigo
18	<i>Remembered experiences and revisit intentions: A longitudinal study of safari park visitors</i> Tradução da autora: Lembrar experiências e revisitar intenções: um estudo longitudinal dos visitantes do parque de safaris	Stuart J. Barnes; Jan Mattsson; Flemming Sorensen	Tourism Management 286-294	2016/ Artigo
19	<i>Selling the Serengeti: the cultural politics of safari tourism</i> Tradução da autora: Vendendo o Serengeti: a política cultural do turismo de safári	Noel B. Salazar	Journal of Tourism History, 9:2-3, 277-278. University of	2017/Artigo

			Leuven, Belgium	
20	<i>Effects of the safari hunting tourism ban on rural livelihoods and wildlife conservation in Northern Botswana</i> Tradução da autora: Efeitos da proibição do turismo de caça em safari no meio rural subsistência e conservação da vida selvagem no Norte de Botsuana	Joseph E. Mbaiwa	South African Geographical Journal	2017/Artigo
21	<i>The role of wildlife tourism in conservation of endangered species: Implications of safari tourism for conservation of the Arctic fox in Sweden</i> Tradução da autora: O papel do turismo de vida selvagem na conservação de espécies ameaçadas: implicações do turismo de safari para a conservação da raposa do Ártico na Suécia	Malin Larm, Bodil Elmhagen; Sandra M Granquist; Erika Brundin; Anders Angerbjörn	Human Dimensions Of Wildlife ISSN 1533-158X	2017/Artigo
Outras pesquisas				
22	<i>Experiencing Nature: The Reproduction of Environmental Discourse Through Safari Tourism in East Africa</i> Tradução da autora: Experimentando a Natureza: A Reprodução do Discurso Ambiental através do Turismo Safari na África Oriental	Andrew Norton	Geoforum, Vol. 27, No. 3, pp. 355-373.	1996/Artigo
23	<i>Making tourism work for the poor: Strategies and challenges in Southern Africa</i> Tradução da autora: Fazer o turismo funcionar para os pobres: Estratégias e desafios na África Austral	Caroline Ashley & Dilys Roe	<i>Development Southern Africa Vol 19, N° 1, March.</i>	2002/Artigo
24	<i>The Socio-cultural Impacts of Tourism Development in the Okavango Delta, Botswana.</i> Tradução da autora: Os Impactos Socioculturais do Desenvolvimento Turístico no Delta do Okavango, Botsuana.	Joseph E. Mbaiwa	Journal of Tourism and Cultural Change, pp. 163-185.	2008/Artigo
25	<i>Neoliberalising Nature? Elephant-Back Tourism in Thailand and Botswana</i> Tradução da autora: Neoliberalizar a Natureza? Turismo de Elephant-Back na Tailândia e no Botsuana	Rosaleen Duffy; Lorraine Moore	Journal compilation Editorial Board of <i>Antipode</i> , vol. 4, N. 3, pp. 742–766, 2010.	2010/Artigo
26	<i>Poverty or riches: who benefits from the booming tourism industry in Botswana?</i> Tradução da autora: Pobreza ou riqueza: quem se beneficia da florescente indústria do turismo no Botsuana?	Joseph E. Mbaiwa	Journal of Contemporary African Studies	2017/Artigo

Fonte: Google Acadêmico, Periódico online Scielo e Periódicos Capes/MEC (2020).

Organização: Oliveira Alano (2020).

O teor das pesquisas encontradas no levantamento podem ser identificados a partir de três direções: 1) qualidade do serviço, descrição do produto safári e atendimento ao turista; 2) políticas de turismo, conservação, desenvolvimento e gestão territorial; e 3) uma crítica à comercialização da natureza.

Os estudos voltados para análise da qualidade do serviço, descrição do produto safári e atendimento ao turista, são: Cód.01, Cód. 02, Cód.04, Cód.05, Cód.07, Cód.08, Cód.11, Cód.13, Cód.17 e Cód.18. Sendo as pesquisas Cód.01 e Cód.02, realizadas por autores brasileiros em universidades nacionais. Contudo, apenas a Cód.02, intitulada “*A produção do espaço de lazer: um estudo sobre “turistificação” e “resortificação” a partir do Portobello Resort & Safári (Mangaratiba-RJ)*” se debruça sobre uma realidade local no país. Trata-se de uma pesquisa que objetivou estudar a resortificação no litoral fluminense a partir de um empreendimento, buscando evidenciar formas de turismo elitista pautadas na fuga cotidiana para ambientes turistificados que alimentam o imaginário, destacando atividades como a oferta de safáris fotográficos nos moldes africanos. Já o estudo Cód.01, desenvolvido por um pesquisador da USP, tem como locus as reservas privadas de caça dentro do Parque

Nacional Kruger na África do Sul. Esse estudo buscou analisar a oferta e demanda dos produtos no interior do parque e como os mesmos se destacam no mercado turístico internacional.

Em síntese, a metodologia das pesquisas identificadas nesse primeiro grupo pautam-se pela abordagem quali-quantitativa de caráter exploratório. Fizeram uso de questionários e entrevistas como técnicas de coleta, ambos aplicados aos turistas e aos funcionários dos empreendimentos com objetivo de identificar os produtos ofertados, qualidade e o nível de satisfação dos turistas utilizando ferramentas como o SERVQUAL e o *Tourist Satisfaction a Cognitive-Affective Model* para medir atributos cognitivos e afetivos da experiência turística. Esse grupo abarca a maior porção das pesquisas encontradas e têm como característica comum a análise de produtos de safári, qualidade e atendimento à turistas que aderiram, em sua maioria, a experiências, hotéis e serviços de luxo.

O segundo grupo de pesquisas identificadas dedicam-se a análise do safári a partir das políticas públicas de turismo, conservação, desenvolvimento e gestão do território: Cód.06, Cód.09, Cód.14, Cód.15, Cód.19, Cód.20, Cód.21, Cód.23 e Cód.26. Tais pesquisas apresentam diferentes experiências com o safári de caça e fotográfico, elucidando seus benefícios, assim como suas complicações. A metodologia desses estudos pautam-se sobretudo na análise qualitativa do contexto empírico alvo da análise e na revisão de pesquisas já produzidas anteriormente sobre essas realidades, visando por meio de uma análise comparativa com os estudos anteriores, apresentar o sucesso de um determinado programa, projeto e política de governo ou o contrário. As pesquisas identificadas nesse grupo representam importantes reflexões que permitem enxergar como o safári no continente africano é mais do que uma simples alternativa de atividade turística. Ele é visto como um instrumento de gestão do território, desenvolvimento local e conservação da vida animal nos parques. Assim, todas as políticas públicas desenvolvidas para os parques onde se tem a prática de safári são criadas tendo a atividade como um elemento chave para se pensar a gestão do território e os demais aspectos como a conservação da vida animal e a manutenção da vida das comunidades locais.

O último grupo de pesquisas foram identificadas como aquelas que buscam lançar um olhar crítico sobre como o “turismo de safári” denota em mais uma forma de comercialização da natureza, sendas elas: Cód.10, Cód.12, Cód.16, Cód.24, Cód.25. Possuem metodologia similar ao segundo grupo, de abordagem qualitativa e análise de contextos empíricos a partir de estudos de casos. Percebe-se nessas pesquisas a utilização do termo “turismo de safári”, como uma compreensão de segmento turístico, convergindo com as observações feitas no segundo grupo, onde o safári é apresentado como a principal prática turística em diversos países africanos, podendo este ser denominado um segmento ou modalidade de turismo e não apenas uma atividade dentro de um segmento maior. Este último grupo de pesquisas acrescentam ainda como método de análise uma leitura crítica pós-colonial e marxista, onde embora nem todas apresentem em seus títulos ou no corpo do texto esses termos, as discussões propostas em cada um dos estudos evidenciam uma crítica ao capitalismo e as suas novas formas de colonização e mercantilização da natureza, ou para usar o termo apresentado pelos autores Duffy e Moore (2010) uma “neoliberalização” da natureza.

A maioria dos estudos encontrados concentram-se no aspecto quantitativo, da demanda e da oferta do turismo. Considerando o número de visitantes, a quantidade de divisas, o preço dos produtos, serviços e a capacidade de destaque do destino/atração no mercado turístico internacional. Essa forma de investigação é compreendida por Panosso Netto e Nechar (2016) como uma característica antiga das pesquisas em turismo, sobretudo de organismos como a Organização Mundial do Turismo (OMT) que só recentemente passou a observar os aspectos éticos e de sustentabilidade em seus levantamentos nos cenários turísticos. Não nega-se a necessidade e importância desses estudos, mas em suma, as pesquisas de *marketing*, de mercado e detalhamento de produtos contribuem muito mais para o crescimento do *trade* do que para o aprofundamento de perspectivas críticas sobre o fenômeno turístico.

Em linhas gerais, o levantamento revelou a ausência de uma discussão teórica sobre a prática de safári no Brasil, onde o mesmo parece ser compreendido como mais uma atividade ou produto possível de ser desenvolvido dentro de um segmento maior como o ecoturismo. Oposto a este cenário as pesquisas realizadas em países africanos demonstram que o safári é compreendido como uma prática histórica, social, cultural e econômica que se configurou na principal modalidade turística desde o processo de criação dos parques e instrumentos legais de regulamentação do território, bem como, das atividades desenvolvidas no interior deles.

2.3 EXPERIÊNCIAS COM O SAFÁRI DE CAÇA

A possibilidade de adequação dos mais variados espaços e aspectos de vida para o mercado turístico transformou a prática de safári no continente africano, anteriormente voltado somente à caça. De acordo com Sansolo e Cruz (2011) desde meados do século XV, o safári de caça já era praticado entre os viajantes europeus, em sua maioria nas colônias britânicas que retiravam os chifres e a pele dos animais para terem como lembranças. Essa prática ficou conhecida como safári “*Big five*”, tornando-se uma modalidade de entretenimento de preço bastante elevado defendida pelos seus praticantes como uma forma de conservação da vida animal, proteção do hábitat natural e inibidora da caça predatória.

O “*Big five*” compreende a busca pelos cinco animais de grande porte mais difíceis de serem caçados: o leão, o elefante, o leopardo, o búfalo-africano e o rinoceronte, no entanto, os safáris de caça não se restringem a apenas estes animais. Tal prática divide opiniões sobre o seu real impacto na conservação da vida animal, apontando o interesse mercadológico da atividade, posto que, um troféu (como são chamados os animais abatidos) como um leão pode chegar a custar cerca USD 50.000,00; e a cabeça de um elefante pode alcançar o preço de USD 25.000,00 – isso falando em mercado legalizado (SANSOLO & CRUZ, 2011; MBAIWA, 2017).

Os principais destinos dos praticantes de safáris de caça, embora não sejam só estes, são a África do Sul, Zimbábue e Namíbia onde encontram-se três dos maiores parques nacionais do mundo: o Parque Nacional Kruger na África do Sul, criado em 1926 (inicialmente o Kruger Parque nasceu como reserva ecológica em 1898, criada pelo presidente Paul Kruger para barrar a prática de caça na região); o Parque

Nacional Hwang no Zimbábue, criado em 1930; e o Parque Nacional Etshoa na Namíbia, criado inicialmente como reserva de caça em 1907 (PIRES, 2002).

Como um lugar de interesse internacional, essa discussão também incluiu os territórios africanos que delimitou e regulamentou os espaços para o safári de caça, fazendo surgir novas possibilidades de uso das áreas naturais pelo turismo em modalidades como ecoturismo e a readequação do safári de caça em safári de fotografia, uma transmutação do safári que oferece como principal experiência a observação (não sendo permitido nesses espaços a caça) dos animais em habitat natural.

Na figura 7, temos algumas fotos retiradas da galeria de uma das principais empresas de safári de caça que atuam no continente africano, a *Belle Safaris*. A empresa trabalha com diversos destinos e também desenvolvem o safári de fotografia. Vale citar que a empresa é britânica e que as empresas estrangeiras, sobretudo, norte-americanas e europeias são predominantes em todos os países da África que desenvolvem o safári de caça e fotografia (SANSOLO & CRUZ, 2011).

Figura 7. Animais abatidos durante safári de caça. **A.** Cabeças de gnus abatidos; **B.** Pele de leopardo abatido; **C.** Hipopótamo abatido; **D.** Leopardo abatido.



Fonte: Imagens públicas retiradas do site da empresa especializada em safáris *Bullet Safaris* (2017).

Embora essa prática divida opiniões, em alguns destinos o safári de caça é compreendido como benéfico. Um estudo realizado por Joseh E. Mbaiwa, no norte de Botswana, buscou analisar os impactos da proibição do safári de caça na região ocorrida em janeiro de 2014. A proibição do safári de caça pelo governo se baseou num estudo feito pela ONG de conservação da vida selvagem do norte de Botswana, *Elephant Without Borders*. Segundo Chase (2011, apud MBAIWA, 2017, p. 9, tradução da autora) a “ONG argumentou que as populações de fauna silvestre no Botswana foram dizimadas pelo safári de caça, caça furtiva, invasão humana, fragmentação de habitat, seca e incêndios do Veldt”.

De acordo com o estudo realizado pela ONG e apresentado por Chase (2011 apud MBAIWA, 2017, p. 9, tradução da autora): “11 espécies diminuíram em média 61% desde uma pesquisa de 1996. Isso incluiu o número de avestruzes que ele relatou ter diminuído em 95%, gnus em 90%, tsessebe em 84%, javalis e kudus em 81%, e girafas que diminuíram em 66%”. O governo também apontou como outra possível causa do declínio dessas espécies, a emissão de licenças de caça de forma demasiada, considerando que a caçada aos animais pelo turismo ainda pode resultar na extinção de várias espécies de animais.

Para Mbaiwa (2017), tal estudo não deveria ter sido utilizado pelo governo de Botswana como base para sua decisão. Uma decisão, que segundo o autor, atingiu não só o mercado turístico, mas também as comunidades locais, sendo proibido também o que o autor chama de “caça cidadã” – a caça por parte das comunidades locais.

Para refutar o estudo realizado pela ONG, Mbaiwa (2017) apresenta como fonte de dados estudos realizados em 1999 sobre o uso sustentável da fauna; em 2002 sobre impactos sociais, econômicos e ambientais decorrentes do turismo no Delta do Okavango; em 2005 sobre conflitos no uso da terra no Delta do Okavango; e por fim, um estudo realizado em 2007 a respeito dos meios de subsistência rural, turismo e conservação em Botswana. A partir de tais estudos, Mbaiwa (2017) analisou o desenvolvimento do programa de Gestão de Recursos Naturais de Base Comunitária (CBNRM) “adotado pelo Governo de Botswana nos anos 90, inicialmente focado no safári de caça como a principal atividade turística” (Ibid., 2017, p. 2, tradução da autora).

Tal estudo apresenta os benefícios oriundos do programa CBNRM, que por meio da gestão participativa teria conseguido, com os recursos advindos do turismo:

- Construir casas para necessitados;
- Fornecer bolsas de estudos;
- Financiar projetos;
- Empregar os moradores das comunidades;
- Custear serviços sociais como o seguro funerário;
- Doação de toda carne dos animais abatidos para as comunidades, reduzindo assim, a necessidade de caça pelos moradores nas dependências dos parques.

Para substituir o safári de caça, o fotográfico foi sugerido, mas de acordo com o autor, a localização dessas comunidades - as áreas disponíveis para o safári de caça – são muito distantes e não oferecem estrutura para o safári de fotografia, fazendo com que a demanda de turistas para essas localidades fosse reduzida consideravelmente. De acordo com Mbaiwa (2017) antes da CBNRM, nenhuma das comunidades dessa região de Botswana era capaz de gerar renda, portanto, a proibição dos safáris de caça em 2014 culminou no desemprego, na dificuldade de acesso a alguns serviços sociais e em uma mudança na alimentação. Além disso, o estudo também buscou atestar o aumento da caça furtiva e a redução de algumas espécies após a proibição dos safáris de caça.

Oposto ao resultado obtido por Mbaiwa (2017), no Quênia - onde o safári de caça atualmente também é proibido - tal atividade revelou-se como nociva de acordo com Akama, Maingi e Camargo (2011). No estudo realizado aponta-se as políticas de gestão da vida selvagem e os programas de conservação e turismo como sendo fortemente influenciados pelo olhar, valores e experiências ocidentais, europeias e norte-americanas. Os processos de demarcação das terras não consideraram o modo de vida das comunidades já existentes, sendo a caça para subsistência, o modo de vida nômade e a atividade de pastoreio dos Maasai (povos da região do Quênia) considerados nocivos aos ideais de conservação dos parques e ao turismo de caça. Deste modo, “os programas estatais de turismo e as políticas de conservação da vida selvagem foram orientados para proteger a vida selvagem dos parques para turistas estrangeiros, e tendem a evitar o envolvimento local” (AKAMA; MAINGI; CAMARGO, 2011, p. 9, tradução da autora).

Um dos autores da pesquisa, ao participar de uma das reuniões de negociação entre as comunidades e empresários, transcreveu algumas falas da reunião onde podemos observar uma relação de poder impositiva e coercitiva para que as comunidades aceitem o turismo da maneira como os operadores turísticos julgam ser melhor.

Para conseguirmos esta proposta precisamos de ter uma parceria igualitária, não condições especiais. O que você quer é uma vida melhor para os operadores turísticos, não para nós, para eles.... Nós somos pobres, milhões de xelins vão para os operadores turísticos. Não estamos a nos beneficiar do turismo... Temos sido muito pressionados.... O acordo precisa refletir planos para as pessoas...Precisamos estabelecer nossas próprias condições...Sempre ficamos com sobras. Precisamos de capacitação (Fala das comunidades, AKAMA et al., 2011, p. 12, tradução da autora).

Vocês têm três opções: deixar as coisas como estão; desenvolver o turismo de vida selvagem; ou desenvolver a agricultura. Propomos encontrar turistas, garantir uma taxa como aluguel para toda a área; uma empresa de gestão irá gerir a área sob orientações estritas e vocês se beneficiam de dinheiro com as taxas do parque (Fala dos empresários, AKAMA et al., 2011, p. 12, tradução da autora).

Precisamos que respeitem as regras; deixe o gado ir e cumpra o contrato... Podemos reapoderar-se da aldeia para a tornar mais atraente, pintá-la de verde, mas ela será sua. Não haverá gado; procuramos controlar o que acontece na terra. Deixe-me explicar. Estamos a pagar por este sítio, mas estamos a ver mais gado e cabras... Eu paguei e o gado não se mudou. Nós até temos cães aqui!..... Nós trouxemos turistas de todo o mundo. Eu não sei muito sobre a sua cultura e terra, mas sei sobre os meus colegas por perto. Eles não querem ver as vacas; eles vêm ao Quênia para ver a vida selvagem.... Para ganhar dinheiro no turismo durante muitos anos, temos de garantir que os turistas não encontrem multidões de homens e que possamos separar a vida selvagem da sua comunidade (Fala do empresários, AKAMA et al., 2011, p. 13, tradução da autora).

O estudo apresenta que as comunidades localizadas próximas às áreas de caça e as instalações turísticas, pouco são beneficiadas pelos empregos que pagam valores relativamente baixos comparado ao que é cobrado pelas operadoras de safáris. Aponta-se ainda que a venda dos serviços e produtos por meio de pacotes turísticos com tudo incluído, torna difícil uma distribuição justa dos benefícios da atividade às comunidades locais. De acordo com os autores, cerca de “2% a 5% do total das receitas turísticas do Quênia chegam ao nível das bases, principalmente sob a forma de baixos salários, empregos

servis, vendas de recordações e produtos agrícolas” (AKAMA; MAINGI; CAMARGO, 2011, p. 9, tradução da autora).

Como contribuição o estudo busca refletir o safári de caça no Quênia por meio de uma perspectiva crítica pós-colonial onde a atividade pode ser entendida como uma nova forma de colonialismo, impondo aos destinos considerados emergentes, modelos turísticos baseados nas demandas e ideias estrangeiras. E se no norte de Botswana o safári de caça parece ter proporcionado benefícios às comunidades; no Quênia, houve um processo de imposição, exclusão e tentativa de manipulação do espaço, considerando a relação cultural (que é própria desses povos considerados nômades muito antes da colonização) de pastoreio dos Maasai com os gados, como relações que desconfiguram os cenários aos quais os operadores turísticos buscam oferecer aos turistas. Cenários que não incluem a agricultura e o pastoreio como parte de ‘um cenário selvagem’ atrativo. Em linhas gerais isso ocorre porque: “Aproveitando-se de sua vulnerabilidade econômica, grupos poderosos pressionam grupos desempoderados a aceitar acordos e demandas econômicas injustas e, em muitas ocasiões, exploradoras [...]” (AKAMA; MAINGI; CAMARGO, 2011, p. 12, tradução da autora).

No Brasil não existe a modalidade de Unidade de Conservação (UC) reserva de caça, essa prática é incluída nas possibilidades de uso da terra nas UCs de uso sustentável e está voltada para a subsistência das comunidades locais, não sendo permitida por qualquer agente externo às comunidades, como os turistas. No entanto, em 1967 foi elaborada a Lei de Proteção à Fauna (Lei Nº 5.197) que tratava sobre as fazendas de caça, porém, muitos artigos desta lei que previam outras ações do governo para o sua aplicabilidade não foram tomadas sendo alguns artigos revogados por outras leis, permanecendo em suma, a proibição. Para Menegheti e Bertoni (2000) o país tem sido lesado por essa lei, que teria tornado inviável a criação e o “desenvolvimento de políticas adequadas de conservação e manejo” para as fazendas de caça e deixa em liberdade “os caçadores ilegais e os contrabandistas de peles e de animais vivos [...]” (Ibid., 2000, p. 10).

Nos artigos abaixo, é possível observar algumas medidas pretendidas de liberação da caça esportiva vinculada ao turismo na Lei Nº 5.197:

Art. 1º. Os animais de quaisquer espécies, em qualquer fase do seu desenvolvimento e que vivem naturalmente fora do cativeiro, constituindo a fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais são propriedades do Estado, sendo proibida a sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha.

§ 1º Se peculiaridades regionais comportarem o exercício da caça, a permissão será estabelecida em ato regulamentador do Poder Público Federal.

§ 2º A utilização, perseguição, caça ou apanha de espécies da fauna silvestre em terras de domínio privado, mesmo quando permitidas na forma do parágrafo anterior, poderão ser igualmente proibidas pelos respectivos proprietários, assumindo estes a responsabilidade de fiscalização de seus domínios. Nestas áreas, para a prática do ato de caça é necessário o consentimento expresso ou tácito dos proprietários, nos termos dos [arts. 594, 595, 596, 597 e 598 do Código Civil](#).

Art. 2º. É proibido o exercício da caça profissional.

Art. 3º. É proibido o comércio de espécimes da fauna silvestre e de produtos e objetos que impliquem na sua caça, perseguição, destruição ou apanha.

§ 1º Excetuam-se os espécimes provenientes legalizados.

Art. 4º Nenhuma espécie poderá ser introduzida no País, sem parecer técnico oficial favorável e licença expedida na forma da Lei.

Art. 5º. O Poder Público criará: ([Revogado pela Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000](#)).

a) Reservas Biológicas Nacionais, Estaduais e Municipais, onde as atividades de utilização, perseguição, caça, apanha, ou introdução de espécimes da fauna e flora silvestres e domésticas, bem como modificações do meio ambiente a qualquer título são proibidas, ressalvadas as atividades científicas devidamente autorizadas pela autoridade competente.

b) parques de caça Federais, Estaduais e Municipais, onde o exercício da caça é permitido abertos total ou parcialmente ao público, em caráter permanente ou temporário, com fins recreativos, educativos e turísticos.

Art. 6º O Poder Público estimulará:

a) a formação e o funcionamento de clubes e sociedades amadoristas de caça e de tiro ao voo objetivando alcançar o espírito associativista para a prática desse esporte.

b) a construção de criadouros destinadas à criação de animais silvestres para fins econômicos e industriais.

Art. 8º O Órgão público federal competente, no prazo de 120 dias, publicará e atualizará anualmente:

a) a relação das espécies cuja utilização, perseguição, caça ou apanha será permitida indicando e delimitando as respectivas áreas;

b) a época e o número de dias em que o ato acima será permitido;

c) a quota diária de exemplares cuja utilização, perseguição, caça ou apanha será permitida.

Parágrafo único. Poderão ser igualmente, objeto de utilização, caça, perseguição ou apanha os animais domésticos que, por abandono, se tornem selvagens ou ferais.

Art. 11. Os clubes ou Sociedades Amadoristas de Caça e de tiro ao voo, poderão ser organizados distintamente ou em conjunto com os de pesca, e só funcionarão validamente após a obtenção da personalidade jurídica, na forma da Lei civil e o registro no órgão público federal competente.

Art. 12. As entidades a que se refere o artigo anterior deverão requerer licença especial para seus associados transitarem com arma de caça e de esporte, para uso em suas sedes durante o período defeso e dentro do perímetro determinado.

Art. 13. Para exercício da caça, é obrigatória a licença anual, de caráter específico e de âmbito regional, expedida pela autoridade competente.

Parágrafo único. A licença para caçar com armas de fogo deverá ser acompanhada do porte de arma emitido pela Polícia Civil (Lei Nº 5.197/1967).

Entusiasmados pelas possibilidades previstas nos artigos acima, o modelo de fazendas de caça funcionou por algum tempo no Rio Grande do Sul, sendo o primeiro proprietário de uma fazenda de caça no Brasil, Jorge Schweitzer. Sua fazenda ficava localizada no município de Conselheiro Mairinck no Paraná e foi chamada pelo dono de ‘Marimbondó’, funcionando entre os anos de 1973 a 1980. O proprietário chegou a importar um “antílope da Ásia e dois cervos, um de origem asiática e outro, européia” para reprodução visando futuramente poder abater esses animais durante as atividades de caça esportiva (MENEGETI & BERTONATTI, 2000, p. 19).

Ainda de acordo com Menegheti e Bertonatti (2000) houve uma segunda fazenda de caça no país no estado de Mato Grosso do Sul, ao norte do município de Dourados. Era de propriedade de Trajano Silva e recebeu o nome de ‘Varjão Safári’, possuía “[...] fauna exótica, como o antílope (*Kobus defassa*), originário do sul do Sahara, África, e o sambar (*Cervus unicolor*), originário da Índia e Indonésia” (Ibid., 2000, p. 19). Devido a legislação, a Varjão Safári não opera mais com a caça esportiva e os donos aderiram a criação de jacaré para uso da carne e couro, além de desenvolver atividades voltadas para o ecoturismo.

Seguindo uma linha de pensamento que sugere a atividade de caça como forma de conservação da biodiversidade animal nos ecossistemas brasileiros, Menegheti e Bertonatti (2000) apresentam as potencialidades do turismo na natureza com diferentes possibilidades no pantanal em Mato Grosso do Sul como o turismo rural, o safári fotográfico e o turismo de caça como uma “alternativa involucrada no turismo de natureza” (MENEGETI & BERTONATTI, 2000, p. 13). A presença de algumas espécies

responsáveis por causar danos às plantações e as propriedades rurais de um modo geral, também é usada como justificativa, entendendo que a legalização da caça esportiva podem ajudar no controle desses animais e nos prejuízos causados por eles, ao mesmo tempo em que os conserva e obtém benefícios econômicos.

A recomendação do exercício da caça em fazendas destinadas a esse fim vem sendo proposta desde novembro de 1976. No Seminário de Caça Amadorista, realizado em Brasília, DF, uma das proposições aceitas por caçadores e conservacionistas, por unanimidade, foi a de que “no futuro, a caça amadorista deveria ser praticada de preferência em parques e reservas de caça, cientificamente manejados, repovoados com espécies nacionais ou alienígenas (MENEGHETTI & BERTONATTI, 2000, p. 20).

Na tentativa de recorrer da proibição da atividade no Brasil, atualmente tramita na Câmara Legislativa os PLs 6268/2016⁸ e 436/2014⁹ que pedem a supressão da Lei de Proteção à Fauna, visando a permissão do exercício da caça no país e seu manejo. Tais medidas fazem parte de um pacote do governo que pretende flexibilizar as leis ambientais do país tidas pelo governo atual como um entrave ao desenvolvimento econômico. Nesse contexto, o turismo também tem sido convocado como vetor econômico capaz de fazer uso de áreas ambientais para desenvolver a atividade e assim contribuir para a entrada e circulação de divisas no país.

Mesmo a caça esportiva não sendo permitida no Brasil atualmente é possível fazer uma aproximação dessa prática com uma modalidade turística já regulamentada (mas que também acontece de maneira ilegal), a pesca esportiva. A lei que regulamenta a atividade no país é a Nº 11.959/2009¹⁰, e a permissão para o exercício da mesma também está condicionada ao local onde se pretende praticá-la, como por exemplo, em ambientes aquáticos que façam parte das áreas de demarcação indígena, onde à priori, é proibida. Além das Terras Indígenas (TIs), qualquer prática turística em UCs de uso sustentável deve estar incluída no plano de manejo e gestão da terra. Em alguns lugares como Barcelos/AM, Niquelândia/GO e São José dos Ausentes/RS, o turismo de pesca esportiva apresentou em 2013, alguns efeitos preocupantes em um estudo realizado por Albano e Vasconcelos (quadro 7).

Quadro 7. Efeitos negativos da pesca esportiva nos respectivos municípios.

Barcelos – AM	Niquelândia - RS	São José dos Ausentes - GO
<ul style="list-style-type: none"> • Barcos-hotéis despejavam todos os dejetos e combustível diretamente no rio; • A inexistência de uma política de gestão ambiental; • Ausência de agentes fiscalizadores da atividade; • A falta de alternativas ao turismo de pesca para não sobrecarregar o ecossistema, 	<ul style="list-style-type: none"> • Os profissionais atuantes na atividade não recebiam formação ou orientação sobre os impactos e as ações necessárias à conservação das espécimes do lago; • A falta de programas de turismo e treinamento para a atividade; • A falta de política de gestão ambiental; 	<ul style="list-style-type: none"> • Eram oferecidos apenas os serviços de hospedagem; • Não existiam orientações ou suporte a pesca esportiva; • Não existiam guias de pesca locais; • Os turistas acessavam os locais de pesca sozinhos; • A inexistência de uma política de gestão ambiental;

⁸ Disponível em: < <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/808928>> Acesso em: 16 JUN 2020.

⁹ Disponível em: < <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2113552>> Acesso em: 16 JUN 2020.

¹⁰ Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.

podendo levar a um colapso da atividade.	<ul style="list-style-type: none"> • Conflitos entre os diferentes setores que utilizam o lago e as pousadas no entorno. 	<ul style="list-style-type: none"> • A prática de introdução de espécimes diferentes como algo em não conformidade.
--	---	--

Fonte: Albano e Vasconcelos (2013).
Organização: Oliveira Alano (2021).

Em linhas gerais o turismo de pesca esportiva, assim como o safári de caça, caracteriza-se como de alto custo para seus praticantes e movimenta um mercado lucrativo que divide opiniões sobre seus benefícios. De acordo com Arlinghaus et al. (2009 apud ALBANO & VASCONCELOS, 2013), cerca de 11,5% da população mundial são adeptos da pesca esportiva, tipificando uma atividade com procura expressiva e que vem causando impactos negativos na pesca profissional/comercial/subsistência, representando um alto risco para espécies de diversos ecossistemas aquáticos.

Uma explicação seria a má gestão da atividade que permite o acesso a localidades isoladas de água doce e orlas marítimas onde a presença de algumas espécies é considerada crítica; a falta de agentes fiscalizadores da atividade, além da introdução de espécies não locais podendo acarretar na superlotação e/ou na competição entre espécies, levando a eliminação local de famílias inteiras de peixes. Outro fator complicador é o sobejo da captura que, ao ultrapassar os níveis sustentáveis, interferem no tamanho e na biodiversidade das populações. Dias (2008, p. 87) explica esse feito nos dizendo que “o turismo pode exercer pressão sobre os recursos naturais quando aumenta o número de pessoas nas áreas turísticas onde esses recursos podem escassear devido ao aumento da demanda”.

Desse modo, observa-se que a regulamentação de uma atividade não implica consequentemente em seu sucesso, sendo a principal questão da regulamentação de atividades como a caça esportiva não a sua capacidade de trazer benefícios, mas o descontrole de seus efeitos negativos causados pelo inchaço dessas iniciativas por meio da lógica do mercado que atrai entusiastas mediante o sucesso do ponto de vista do lucro que uma atividade como a caça pode oferecer. Além de servir como guarda-chuva para o desenvolvimento de práticas ilegais, a exemplo, o tráfico de animais silvestres.

Outro questionamento importante, é como garantir a participação das comunidades locais no processo de planejamento e gestão, buscando o desenvolvimento de atividades que pautam-se na realidade local em oposição aos modelos importados de políticas de conservação e turismo como acontece em alguns países da África, podendo acarretar em um tipo de turismo regido por relações de poder que transmuta – ou turistifica – lugares desconsiderando seus sujeitos locais, visando atender aos grandes operadores de turismo.

Ainda que os defensores da caça esportiva - ou safári de caça - recorram ao discurso da conservação da vida animal, essa prática pode ser interpretada como mais uma das ações humanas que revelam a não superação do ser humano em relação a sua capacidade limitada de dominação da natureza, além de que, a prática em si - embora se justifique como inibidora da caça predatória - embasa a ideia de uma natureza que pode ser dobrada aos anseios e fetiches do ser humano. Outro aspecto importante dessa prática é a lógica de “coisificação” da natureza, pois, embora os animais já sejam utilizados pelos seres humanos historicamente para atender diversas demandas como a alimentar, o safári de caça é mais uma

transmutação do “uso” e “utilidade” desses animais que foram readequados para o entretenimento humano, entendidos pelo mercado como produto e configurou-se em uma modalidade para o turismo.

2.4 EXPERIÊNCIAS DE SAFÁRI FOTOGRÁFICO

Na busca por alternativas ao safári de caça o de fotografia é apontado como uma prática de turismo sustentável que pode ser alinhado a propostas como o ecoturismo. Assim, o safári fotográfico tem sido um meio de obter recursos para parques nacionais, reservas privadas, ONGs e instituições de pesquisa que recebem em suas instalações animais resgatados para tratamento por um determinado período de tempo ou manutenção de vida daqueles que não possuem condições de retornar à natureza. Algumas dessas ONGs e instituições de pesquisa fazem parte de programas internacionais de intercâmbio voluntário¹¹ onde o participante pode conviver com esses animais, alimentá-los e acompanhar as tarefas diárias.

As controvérsias desse tipo de turismo, está no fato de que, além de atrair o turismo de massa, sua popularidade - ao menos em países como África do Sul, Botswana, Tanzânia e Zimbábwe - colaborou com a instalação de empreendimentos turísticos estrangeiros de alto custo que transformaram o safári fotográfico em experiências de luxo. E embora os governos locais demandam do *trade* compromissos para beneficiar as comunidades, Norton (1996), Akama et al. (2011) e Rogerson et al. (2013) apontam que esses empreendimentos pouco movimentam o comércio local ou beneficiam as comunidades por meio de empregos servis com baixas remunerações. Sendo assim, o sucesso/benefícios do turismo nesses países acaba sendo interpretado/ condicionado “através do aumento do número de visitantes, da expansão do tempo de permanência do turista ou da expansão dos gastos totais com o turismo” (ROGERSON; HUNT; ROGERSON, 2013, p. 23, tradução da autora). Esse tipo de interpretação é característica dos estudos realizados por instituições governamentais de turismo e pelo mercado que interpretam o crescimento do mercado turístico por meio do número de viagens e divisas arrecadadas.

Outro aspecto importante observado por Bruner (1991 apud NORTON, 1996) é que esse tipo de atividade proporcionou ao mercado possibilidades de explorar o imaginário turístico por meio das mídias de massa, onde, na tentativa de fazer um apelo a esses lugares, estabeleceu-se uma estrutura narrativa em torno do safári fotográfico contemporâneo, no qual:

O turista é um membro de um mundo civilizado, um membro da elite com recursos, tempo de lazer e gosto discriminatório para viajar [...] para ver os restos de uma era anterior, de um mundo pré-histórico de animais selvagens e do homem primitivo, [...] engajados em uma luta pela sobrevivência que tem sido continuada desde os início dos tempos (BRUNER, 1991, p. 240 apud Norton, 1996, p. 357, tradução da autora).

Desse modo, o safári fotográfico atual pode estar buscando reproduzir os lugares sob as lentes da existência de uma “cultura primitiva” em um lugar de natureza selvagem privilegiada, intencionando

¹¹African Conservation Experience. Disponível em: < <https://www.conservationafrica.net/pt/>>.

trazer a pré-história por meio de um discurso romantizado. E se por um lado, a criação dos parques nacionais proporcionaram a conservação da fauna e da flora africana, impôs formas ocidentais de ler a paisagem é um tipo de turismo que pouco envolve a comunidade local no processo de gestão da atividade. Tais sujeitos não são inseridos como protagonistas e quando inseridos, são limitados a participarem como folclore, ou como fragmento de um passado distante. Suas lutas, crenças e valores não possuem intérpretes e veículos de comunicação que os valorizem diante dos visitantes” (SANSOLO & CRUZ, 2011, p. 184).

Esses processos de exclusão das comunidades revelam-se ser bastante comuns em localidades em que o turismo foi imposto onde empreendimentos turísticos estrangeiros foram instalados, principalmente, por meio de concessões do governo. Os próprios programas, projetos e políticas de turismo quando implementados de uma forma verticalizada, principalmente em destinos que ainda não possuem estrutura adequada, dificilmente funcionam, incluem ou beneficiam as comunidades locais.

Embora seja uma atividade típica do continente africano, o safári (de caça e fotográfico) também passou a ser praticado em países como a Tailândia no continente asiático, em Portugal, na Argentina, no Chile, Uruguai, Estados Unidos, além de outros. No Brasil, embora não se tenha conseguido encontrar estudos voltados especificamente para essa prática no país, o safári fotográfico já faz parte da realidade brasileira há mais de duas décadas. E mesmo constatando a existência de um padrão na realização de safáris fotográficos que busca seguir os modelos africanos, em cada um desses lugares, tal prática é readequada e operacionalizada de diferentes maneiras.

Na Tailândia, duas empresas especializadas em ecoturismo nos anos 1990, ofereciam experiências de safáris de diferentes formas: a SeaCaone, oferecia passeios de caiaque de um dia na baía de Phang Nga; e a Siam Safari com passeios a cavernas em Phuket, a maior ilha da Tailândia Além disso, as duas ofertavam safáris fotográficos de um dia no qual o transporte eram elefantes - são os passeios conhecidos como *elephant tracking*. Ambas empresas foram reconhecidas internacionalmente pela excelência no desenvolvimento do ecoturismo nas respectivas localidades.

De acordo com Shepherd (2002) esses destinos acabaram se transformando em turismo de massa e atraindo empresas descompromissadas com os princípios sustentáveis da atividade. O inchaço de empresas concorrentes foi tão significativo, que segundo o autor, no ano de “1999, haviam 17 companhias de elefantes em Phuket com um total de 170 elefantes, dos quais o Siam Safari tinha 23”. As autoridades locais não posicionavam-se como figuras ativos - ou mesmo interessados - o suficiente para intervir na situação e, a partir disso, esses destinos acabaram experimentando o sucateamento dos serviços/produtos turísticos ofertados e um descontrole nos efeitos nocivos do turismo de massa propagado pelos operadores ilegais de turismo.

Ainda no contexto da Tailândia, outra situação pode ser observada por meio de uma pesquisa realizada por Duffy e Moore (2010) através de um estudo comparativo entre o crescimento da demanda por safari com elefantes treinados em cativeiros na Tailândia e em Botswana, foi constatado que a comercialização desses ‘produtos’ produziu muitos efeitos negativos em função da lógica capitalista que

‘neoliberalizou’ a natureza nestas regiões. Preliminarmente, “experiências com elefantes [...] não faziam parte do pacote padrão de safári, mas foram desenvolvidos como um produto adicional de turismo [...], e agora podem ser encontrados na África do Sul, Botswana, Zimbábwe e Zâmbia” (DUFFY & MOORE, 2010, p. 753, tradução da autora).

O estudo aponta as diferentes formas de uso desses animais, mas que em suma, servem – segundo os autores - como mão de obra para o turismo. Em Botswana, eles são treinados para interagirem com turistas por meio da montaria e no período de baixa temporada também servem para fins educativos. Já na Tailândia, são utilizados em circos e apresentações onde pintam quadros, realizam movimentos com bolas de futebol, carregam turistas e entre outras coisas. Para desenvolver esse tipo de atividade os elefantes passam por adestramentos muitas vezes dolorosos que deixam sequelas não só físicas, mas também psicológicas. Tratam-se de animais de propriedade privada que podem ser vendidos a outros interessados, mas que não podem mais ser utilizados para outras funções ou voltar à natureza.

Ao encontrarem-se nessa situação, Duffy e Moore (2010) afirmam que o neoliberalismo chega até esses animais por meio de algumas políticas de conservação que permitem aos seus proprietários encontrar uma utilidade para os mesmos ocorrendo assim um processo de neoliberalização que busca adequar aspectos comuns – não comerciais – como a natureza, em produtos para o mercado sem minimamente cumprir com os compromissos de planejamento e conservação que exigem condições adequadas para esses animais. Desse modo, o turismo não seria apenas um reflexo do capitalismo mas parte constitutiva que fornece subsídios para os processos de neoliberalização permitindo que “as normas e valores neoliberais viagem no tempo e no espaço” (DUFFY & MOORE, 2010, p. 743, tradução da autora).

Na África do Sul, Rogerson et al. (2013) buscaram identificar os benefícios proporcionados aos agricultores locais pelos alojamentos de safári no interior do Parque Nacional Kruger. Esses empreendimentos, quando instalados, firmaram com o governo um compromisso de consumir os produtos agrícolas da região e assim proporcionar melhorias para as comunidades. Esse modelo de projeto é compreendido como uma forma de empreendedorismo chamada “pró-pobres”. No qual os agricultores locais podem fornecer insumos alimentícios para as empresas e assim eles participem da cadeia do turismo, contudo, sem exigir grandes mudanças nas atividades de subsistência e nos seus modos de vida (ROGERSON; HUNT; ROGERSON, 2013, tradução da autora).

Mesmo tratando-se de um compromisso o estudo realizado em 2013, identificou que os alojamentos de safáris do parque concentram suas compras nos grandes comércios atacadistas industriais e usam como justificativa para não comprarem dos agricultores locais: a qualidade dos produtos, a segurança alimentícia, o processo de empacotamento, cumprimento de normas sanitárias, o tempo de transporte e o preço. Assim, na busca por atender a um padrão nos cardápios oferecidos, esses empreendimentos acabam negligenciando os compromissos de contribuir para o desenvolvimento local das comunidades, configurando-se como mais um dos efeitos causados pelo caráter elitista que circunda a prática de safári.

De acordo com um estudo realizado na Escandinávia (Suécia), o safári de fotografia tem proporcionado benefícios na conservação da raposa vermelha do Ártico desde 2011. A estação *Helags Mountain* arrecada fundos por meio dos safáris para doar ao programa de conservação da raposa do Ártico que utiliza os recursos para comprar ração para cães dentre outras coisas. Larm et al. (2017) enfatizam mesmo o turismo de safári ainda não tendo apresentado efeitos negativos para além da perturbação sonora próximo ao habitat desses animais, “é importante lembrar que, independentemente da extensão; impactos positivos podem compensar, mas nunca desfazer os impactos negativos”, por isso torna-se necessário o monitoramento para determinar um grau tolerável de impacto aos animais e ao meio ambiente, pois o parque tem experimentado um aumento substancial de visitantes desde a adesão ao safári (LARM; ELMHAGEN; GRANQUIST; BRUNDIN; ANGERBJORN, 2017, p. 13, tradução da autora).

No Delta do Okavango na parte noroeste de Botswana, o safári fotográfico tem apresentado efeitos positivos e negativos do ponto de vista sociocultural. Como uma região que desenvolve o turismo de safári a partir de políticas de turismo, desenvolvimento, conservação e gestão do território tem experimentado um modesto ordenamento da atividade que já proporcionou melhorias como: a construção do aeroporto; taxa de empregabilidade pelo trade bastante importante representando 4,5% dos empregos formais do país; a capacitação das comunidades locais; oportunidade de mais comunidades serem inseridas na atividade por meio da formação de organizações de base comunitária (OCBs); e a possibilidade das próprias comunidades planejar e operacionalizar as atividades de safári (MBAIWA, 2008).

Além disso, o turismo transformou o uso de dois elementos culturais antes utilizados apenas como utensílios comuns: as canoas cavadas em madeira (*mekoro*) tradicionalmente utilizadas pelas comunidades como meio de transporte e foram introduzidas como mais um atrativo turístico e chamadas de *Safáris de Mekoro*; o outro elemento cultural refere-se a produção de cestas produzidas por diferentes grupos étnicos para uso doméstico agora introduzidas para o consumo dos turistas proporcionando um aumento na renda das famílias que confeccionam as cestas.

Como efeitos contrários puderam ser constatados problemas como o enclave turístico, onde as áreas de interesse ficam muito distantes e por serem privatizadas por meio de concessões, são controladas pelas empresas estrangeiras, inibindo as comunidades. Outro efeito apontado por Mbaiwa (2008) é a presença do racismo dentro do *trade*, se por um lado o turismo de safári gerou muitas ofertas de emprego, as vagas destinam-se a funções servis com baixas remunerações e condições ruins de trabalho; por outro, os cargos de gestão com melhores remunerações estão em sua maioria ocupados por pessoas brancas de outros países. Os autores observaram ainda que em função da distante localização dos empreendimentos de safáris, os trabalhadores precisam ficar cerca de três meses afastados de suas famílias e no retorno, a depender da empresa, podem ter um recesso de sete dias até um mês o que tem, segundo o autor, acarretado em um abalo nas estruturas familiares.

Mbaiwa (2008) aponta ainda a constante prática por parte do governo, em realocar as comunidades das suas áreas tradicionalmente ocupadas com o intuito de designá-las aos empreendimentos turísticos estrangeiros de safári. São apontados ainda o aumento da prostituição nos locais, de crimes e uma modificação nas vestimentas em algumas comunidades.

Mesmo em diferentes contextos as experiências acima mencionadas revelam diferentes formas de se realizar um safári e como a atividade representa uma indústria conectada em diversos âmbitos, atingindo vários sujeitos de diferentes formas. A predominância de empresas estrangeiras nas operações de safáris parece representar o maior desafio para uma participação equitativa das comunidades, além de que, as políticas de turismo e conservação são elaboradas a partir de modelos ocidentais sobre como o turismo deve ser, ocorrendo um processo de verticalização que aciona no turismo um dos seus piores efeitos no mundo capitalista em que vivemos. Tal pensamento é referendado em Santos Filho (2008, p. 8) para quem,

o turismo-mercadoria tem um poder avassalador para acelerar a acumulação de capital, porque tendo que comercializar a natureza; as construções históricas; o exótico da pobreza e miséria; o erótico nativo tanto de adultos como crianças e as manifestações culturais. Apelou para o fetiche como forma de agregar ao objeto-turismo novos atributos, capazes de torná-lo atraente, sedutor para sua comercialização e buscar o lúdico.

Voltando-se para o Brasil, embora na prática muitos passeios turísticos não recebam o nome (ou prenome) de safári fotográfico, ou mesmo as pesquisas realizadas no país não identifiquem seus objetos de estudos como tal, o safári de fotografia é bastante difundido se levarmos em consideração atividades próprias do ecoturismo, como: focagem de jacaré, observação de aves, pesca esportiva e trilhas ecológicas que pretendem proporcionar encontros com animais típicos da região. A atividade é apontada no caderno de orientações básicas para o ecoturismo (BRASIL, 2010, p. 30) como uma das práticas possíveis de serem desenvolvidas no segmento, definindo o safári fotográfico como: “Itinerários organizados para fotografar paisagens singulares ou animais, que podem ser feitos a pé ou com a utilização de um meio de transporte”.

Na região Norte do Brasil, para quem trabalha no atendimento aos turistas na cidade de Manaus (como eu um dia já trabalhei e aqui peço permissão ao leitor para falar em primeira pessoa), é muito comum o anseio por conhecer a floresta, as comunidades indígenas e aos animais como o boto cor-de-rosa. E ainda mais comum, são alguns questionamentos recebidos: “*mas eu vou ver índio de verdade lá mesmo!? Eu vou ver jacaré? Preguiça? Vou poder tirar foto com a cobra?*”. Após um ano e meio ouvindo as mesmas perguntas, pude perceber não só a visão que os turistas possuem sobre como os indígenas devem ser para serem considerados ‘índios de verdade’, mas o anseio por terem suas curiosidades concretizadas ao entrar em contato com essa ‘realidade’ amazônica por meio de passeios como o “Safári Amazônico”, passeio este, em que o nome por si só já atrai turistas.

Esse tipo de questionamento resulta de um imaginário potencializado pelas mídias de massa considerando as campanhas de *marketing* a respeito das destinações turísticas e seus atributos. Mesmo

assim é preciso reconhecer que tratando-se de destinos africanos e amazônicos, essas representações imaginéticas são muito mais antigas e têm como principais responsáveis os viajantes e missionários europeus, tendo em vista suas descrições exacerbadas recheadas de superlativos. Para esses sujeitos, África e América Latina como um todo, representavam lugares onde era possível avistar uma fronteira civilizatória, onde estavam presentes modos de ser, de viver e de fazer destituídos de “civilidade”.

Historicamente, o imaginário de turista ocidental sobre esses lugares tem sido um universo explorado de muitas maneiras potencializando um processo de homogeneização, descontextualização e mistificação [...] amplamente utilizados para o reenvio e comunicação da etnicidade e natureza no contexto do turismo” de safári (ABLERS & JAMES, 1998, p. 136 apud NORTON, 1996, p. 26, tradução da autora).

Em linhas gerais, elucidamos ainda a importância de observar que se no Brasil o safári é compreendido como mais um tipo de atividade possível de se realizar dentro de uma modalidade maior, como o ecoturismo. Em seu lugar original - a África – tal atividade é estabelecida como uma modalidade turística, além de ser considerada a principal. Para desenvolvê-la são elaborados projetos, programas e iniciativas que visam planejar e gerir a atividade constantemente.

Esse entendimento de como o safári deve acontecer nos contextos africanos se dá pelo fato de que se trata de uma prática que vai além de uma modalidade turística importada para obter lucros, é um fenômeno que foi imposto às sociedades africanas como parte de um processo colonizador estando, portanto, ligada a um contexto histórico, social e cultural que data desde o século XV. E se a África que já está em contato com essa atividade há mais de dois séculos, buscando desenvolvê-la a partir de programas e projetos, ainda experimenta muitos efeitos negativos. Podemos concluir que a sua aplicação em contextos sensíveis, sem a sua devida compreensão e planejamento, certamente incorrerá em efeitos não desejados, como a exploração e hierarquização dos sujeitos envolvidos.

CAPÍTULO III

O SAFÁRI AMAZÔNICO NO CONTEXTO DO (ECO)TURISMO: ASPECTOS HISTÓRICOS, DE COMPOSIÇÃO E OPERACIONAIS

“[...] a mercadoria verde não pode simplesmente existir; ela precisa estar espetacularizada e artificializada ao ponto de não se detectar o limite entre o “real” e o “irreal” ” (SILVA, 2018, p.15).

O turismo enquanto atividade econômica movimenta a economia mundial de modo significativo, representando em muitos lugares a principal fonte de renda. Um fenômeno social e global que alcançou lugares e originou tendências - as quais podemos chamar de segmentos - responsáveis por motivar o consumo e a movimentação em massa para destinos turísticos distribuídos por todo o globo terrestre.

O consumo desenfreado decorrente do modelo capitalista que tudo precificou, juntamente com o avanço das tecnologias, desencadearam uma série de “panes”, como o risco de esgotamento dos bens naturais não renováveis. Para Vasconcellos (2013) o avanço da tecnologia permitiu a possibilidade de adequação do ser humano para viver em ambientes diversificados, entretanto, esses avanços modificaram não apenas a sua relação com a natureza como também tornou real a possibilidade de uma “catástrofe ecológica”. Para a autora, “parece que as contribuições da ciência não têm sido suficientes ou adequadas para afastar de nossa civilização o risco real de sua própria extinção” (Ibid., 2013, p. 19).

Ao perceber esses riscos, a humanidade começa a buscar alternativas para minimizar os efeitos causados ao ambiente natural. De acordo com Diegues (2001, p. 14) “essa desvalorização do mundo selvagem começou a mudar a partir do início do século XIX” e o turismo, sendo uma atividade econômica mundial responsável pelo consumo de produtos e serviços e por transformar o lugar onde ele acontece, também passa a ser pensado sob uma perspectiva conservacionista nas últimas décadas do século XX. A partir desse momento, surgiram segmentos como o ecoturismo que propunha desenvolver atividades na natureza ao mesmo tempo em que a conserva.

Todavia, de acordo com Santana (2008) a partir da necessidade de assumir um discurso conservacionista, o mercado aderiu ao prefixo “eco” e ao termo *sustentável* para que pudessem ofertar produtos e serviços que transparecessem práticas ecologicamente corretas. Para a autora (2008, p. 25), a ecologia e o turismo entendem a natureza de forma que parecem concorrer pelo mesmo espaço ao mesmo tempo em que se complementam, “[...] sendo que o turismo a transforma deliberadamente em valor de troca. Enquanto a ecologia se esforça em direção a uma autenticidade”.

Dessa forma, neste capítulo faremos uma visita às discussões já existentes sobre a dicotomia presente no termo ecoturismo que torna sua conceituação ampla e polissêmica. Buscou-se também destacar os princípios e diretrizes elaborados e apontados como necessários ao seu desenvolvimento nos “destinos verdes”. Para cumprimento do segundo objetivo, também apresenta-se neste capítulo os aspectos históricos e as diferentes localidades que fazem parte do roteiro, além de dados importantes sobre a estrutura de operacionalização que compõe o Safári Amazônico e suas implicações.

3.1 (ECO)TURISMO: CONCEITOS, PRINCÍPIOS E PRÁTICAS

As discussões que permeiam as motivações, conceitos, diretrizes, aplicações e controvérsias do que propõe o ecoturismo possuem relações históricas com momentos que precedem o seu surgimento. Segundo Pires (2002), Santana (2008) e Dias (2008) o que marca a emergência desse segmento seriam as mudanças ocorridas a partir dos anos 1970, quando se observou a necessidade de romper com o “paradigma social dominante” onde a ideia de progresso era posta como prioridade em detrimento da manutenção do ambiente natural. Para Pires (2002, p. 35) no que concerne ao turismo, também foi nos anos 1970, que o turismo de massa chegou ao seu apogeu trazendo à tona “os problemas ambientais por ele desencadeados, com suas consequências danosas recaindo sobre a estrutura social e econômica das populações anfitriãs, assim como a qualidade ambiental dos destinos consagrados por esse modelo de turismo”.

Com o despertar para a necessidade do redirecionamento do uso irracional dos bens naturais, movimentos ambientalistas com vistas a discutir e propor essas novas direções, surgiram. No primeiro momento o marco ideológico que caracteriza tais movimentos estavam baseados no que Diegues (2001) identifica como “biocentrismo” ou “ecocentrismo” que fundamentam o olhar preservacionista responsável por motivar a criação de áreas protegidas em países como os Estados Unidos - considerados pioneiros nesse sentido - com os grandes parques nacionais, a exemplo do Yellowstone. Neste viés protecionista não se admitia a interação homem-natureza, considerando que para mantê-la preservada a delimitação de áreas naturais deveria incluir a retirada de populações locais, indicando essa relação como nociva. Tal pensamento predominou absoluto por pouco mais de uma década e foi responsável, segundo Santana (2008), pelo surgimento de uma “indústria verde”.

O surgimento dessa indústria – que ainda hoje continua em expansão - se deu como um efeito das discussões e preocupações ambientais da época, onde, o mercado reconheceu a emergência de um novo grupo de consumidores mais preocupados em comprar produtos e serviços compromissados com as questões ambientais. Pires (2002) e Santana (2008) assinalam que a partir da década de 1970, houve um aumento exponencial de empreendimentos turísticos – ou que depois passaram a compor o *trade* - voltados à oferta de diversos produtos/serviços para esta finalidade. Mesmo assim, os autores atentam para o fato de que essa mesma onda também propiciou a ascensão de empreendimentos que buscavam/buscam se valer do rótulo “eco”, sem de fato contribuírem para as questões ambientais – uma realidade não rara nos dias atuais.

O segundo momento, é marcado pelo pensamento antropocentrismo que fundamenta o ambientalismo conservacionista, onde, de forma contrária ao preservacionismo a relação homem-natureza é considerada como benéfica e necessária para sua manutenção. De acordo com Pires (2002, p. 56) esse seria o enfoque “mais adequado e compatível com as necessidades de enfrentamento das questões ambientais do nosso tempo”. Segundo o autor, somente a partir do final dos anos 1980, que o segmento foi de fato tomado como uma importante ferramenta de disseminação das ações e ideais de

conservação dos bens naturais ao mesmo tempo em que possibilitaria desenvolver economicamente localidades menos favorecidas.

Nos países considerados de “terceiro mundo/desenvolvimento”, localizados prioritariamente na América Latina, África e Ásia esse movimento foi sentido a partir dos anos 1990, quando o segmento passou a ser acionado não só pelo mercado, mas pelos “governos desses países [que] passaram a ver na atividade uma oportunidade de ingresso de divisas, de oportunidade de trabalho e, em alguns casos, uma alternativa importante das políticas para a conservação dos recursos naturais” (PIRES, 2002, p. 67).

No Brasil, a preocupação com os efeitos das atividades turísticas realizadas na natureza ganharam importância significativa no encontro organizado pela ONU na cidade do Rio de Janeiro, evento conhecido como Rio-92, onde convencionou-se chamar de ecoturismo as atividades desenvolvidas na natureza, sobretudo em Unidades de Conservação (UC). Também foi nesse momento que a expressão “desenvolvimento sustentável” ganhou força e passou a ser vista como uma combinação possível entre a necessidade de desenvolvimento e a importância de poupar os bens naturais para a sobrevivência do planeta (BRASIL, 2010). Não é objetivo da pesquisa aprofundar-se em uma discussão sobre os diferentes olhares que permeiam as noções de desenvolvimento sustentável, no entanto, importa aqui citá-los para posicionar o contexto histórico em que o ecoturismo surge.

Como uma dupla de termos polissêmicos, o desenvolvimento sustentável é discutido amplamente sobre diferentes perspectivas. Para Morin (2003) como proposta de mudança que tem mantido o atual modelo de produção acumulativa o desenvolvimento sustentável não é possível, isso porque sua gênese estaria nos ideais capitalistas. Para o autor, o cerne do ideal de desenvolvimento está sempre atrelado ao fator da mensuração de “indicadores de crescimento”. Essa concepção de prosperidade onde “supõe-se implicitamente que o desenvolvimento tecno-econômico seja a locomotiva que provoca naturalmente um desenvolvimento humano”, não pode ser tomada como baliza para justificar e generalizar a todas as realidades, como se as benesses desse modelo desenvolvimentista estivessem ao alcance de todos (MORIN, 2003, p. 13). Pelo contrário, ele pauta-se em uma realidade,

cujo modelo realizado com sucesso é o dos países considerados desenvolvidos, ou seja, ocidentais. Essa visão, supõe que o estado das sociedades ocidentais constitua o objetivo e a finalidade da história humana. O desenvolvimento, uma noção aparentemente universalista, constitui um mito típico do sociocentrismo ocidental, um motor de ocidentalização avassalador, um instrumento de colonização dos subdesenvolvidos (o Sul) pelo Norte [...]. [...] O desenvolvimento ignora o que não é calculável nem mensurável, isto é, a vida, o sofrimento, a alegria, o amor e sua única medida de satisfação consiste no crescimento (da produção, da produtividade, da remuneração monetária) (Ibid., 2003, p. 13).

Alguns autores como Sachs (2008) e Guimarães (1997) apresentam caminhos para um desenvolvimento sustentável possível, mas o que Morin (2003) alega - e nesse caso Sachs e Guimarães concordam com o autor - é que a atual forma dominante de se pensar o desenvolvimento sustentável, na verdade não rompe com o modelo de superprodução e acumulação. Neste atual modelo, o desenvolvimento sustentável é visto apenas como atenuante, um retardante dos efeitos da superprodução.

Neste sentido, assim como as próprias noções de desenvolvimento e sustentabilidade carregam em si diversas possibilidades, o ecoturismo – criado à base destas concepções – não é diferente quanto a sua conceituação, por isso, Pires (2002), Santana (2008) e Dias (2008) atentam para o fato de que não seria sensato tentar apresentar uma definição fechada e acabada. Conceitualmente, o ecoturismo estaria precedido do turismo alternativo e do turismo ecológico, este último compreendido como um tipo de turismo alternativo (PIRES, 2002). Segundo afirmam Pires (2002) e Santana (2008) novas concepções de um turismo alternativo (diferente) surgiram como possibilidade de contraposição ao turismo convencional que estava posto. Para os autores, reconhece-se sua importância na reorientação do turismo de massa, todavia,

À medida que propostas e experiências de turismo alternativo vão se multiplicando pelo mundo, o termo “alternativo”, que inicialmente contemplava em seu conceito o senso comum pelo diferente e os anseios gerais de mudança na atividade turística, passou a mostrar-se uma expressão vaga no seu conteúdo conceitual, impregnada de significados e propósitos diferentes e difusos, expondo, com isso, as diferenças e contradições existentes nas bases políticas e filosóficas subjacentes às ações e iniciativas que se implementavam em nome desse ideário (PIRES, 2002, p. 82)

Quanto ao termo turismo ecológico, passou a ser utilizado por volta dos últimos anos da década de 1970, para denominar atividades turísticas voltadas à natureza praticadas principalmente entre estudantes, pesquisadores e o público com interesse em conhecer mais profundamente algum elemento específico na natureza (PIRES, 2002). Segundo o autor, o uso do termo fez parte do primeiro momento em que o turismo na natureza era “predominantemente – se não unicamente – voltado aos aspectos ecológicos [...] em que o componente cultural, étnico ou social era relegado a segundo plano” (Ibid., 2002, p. 39). A partir dos anos 1990, quando o termo ecoturismo ganhou espaço, o termo “turismo ecológico” acabou caindo em desuso e segundo Ceballos-Lascuráin (1991) a palavra ecoturismo acabou sendo vista como uma maneira mais sintetizada para referir-se ao “turismo ecológico” e, por isso, atualmente o uso da palavra para referir-se ao ecoturismo não é errado, mas “contemporaneamente essa já não é considerada a terminologia mais adequada” (CEBALLOS-LASCURÁIN, 1991 apud PIRES, 2002, p. 39).

Selva e Coutinho (2000) acrescentam a essa discussão a compreensão de que, mais do que palavras que se substituem, trata-se de termos que representam o dilema da teoria e da prática, onde pôr ecológico têm-se práticas mais restritivas cunhadas nos ideais de preservação com objetivos e ações voltadas atenciosamente as questões ecológicas – um tipo de turismo bastante restrito a um público específico, menor e mais caro. Assim, o termo ecoturismo seria mais adequado às propostas do desenvolvimento sustentável por permitir uma presença humana mais marcante nas áreas de interesse ambiental, além de ser uma “expressão dotada de uma filosofia conservacionista aplicável a qualquer tipo de atividade turística que se proponha a valorizar o aspecto de uso sustentável dos recursos ambientais de que prescinde” além de incluir também os aspectos socioculturais (PIRES, 2002, p. 39).

Para efeitos de tentar compreender o que o segmento propõe em seu cerne, observa-se as

definições apresentadas a seguir:

Ecoturismo é a realização de uma viagem a áreas naturais que se encontram relativamente sem distúrbios ou contaminação, com o objetivo específico de estudar, admirar e desfrutar a paisagem juntamente com suas plantas e animais silvestres, assim como qualquer manifestação cultural (passada ou presente) que ocorra nessas áreas (CEBALLOS-LASCURÁIN, 1991 apud PIRES, 2002, p. 145).

Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações (BRASIL, 2010, p. 17).

Ecoturismo pode ser definido como o turismo na natureza que contribui para a conservação através da geração de fundos para as áreas protegidas, criando oportunidades de trabalho para as comunidades locais e oferecendo educação ambiental. Ao promover esses objetivos, os impactos negativos da degradação ambiental, instabilidade econômica e os impactos socioculturais podem ser minimizados (HEALY, 1994 apud PIRES, 2002, p. 147).

O ecoturismo é aquela modalidade turística ambientalmente responsável, que consiste em viajar a, ou visitar áreas naturais relativamente pouco perturbadas com o fim de desfrutar, apreciar e estudar os atrativos naturais (paisagem, flora e fauna silvestre) dessas áreas, assim como qualquer manifestação cultural (do presente ou do passado) que ali se possa encontrar, através de um processo que promove a conservação, tem baixo impacto negativo ambiental e cultural e propicia um envolvimento ativo e socioeconomicamente benéfico das populações locais (IUCN, 1996 apud DIAS 2008, p. 110).

Ecoturismo é uma forma de turismo inspirada primeiramente pela história natural de uma área, incluindo suas culturas indígenas. O ecoturista visita áreas relativamente desenvolvidas com um espírito de participação, apreciação e sensibilidade. Os ecoturistas praticam um uso não-consumista da vida silvestre e dos recursos naturais, contribuem na área visitada mediante a geração de empregos e financiamento direto para a conservação do lugar e a melhora da economia das comunidades locais (ZIFFER, 1990 apud PIRES, 2002, p. 146).

O ecoturismo não é somente uma viagem orientada para a natureza, mas também constitui nova concepção da atividade, tanto prática social como econômica. Tem como objetivo melhorar as condições de vida das populações receptoras, ao mesmo tempo que preserva os recursos e o meio ambiente, compatibilizando a capacidade de carga e a sensibilidade de um meio ambiente natural e cultural com a prática turística (DIAS & AGUIAR, 2002 apud DIAS, 2008, p. 103).

Ceballos-Lascuráin (1991) é reconhecido como o primeiro a sugerir o termo e a buscar desenvolver sua definição. Em sua descrição observa-se que o enfoque é dado a um tipo de turismo que acontece em áreas relativamente “sem distúrbios ambientais e contaminação”. Para Diegues (2001) e Santana (2008) essa forma de compreender o ecoturismo em áreas naturais aciona o aspecto da autenticidade de uma “natureza intocada” que é de interesse da “indústria verde”. No entanto, essa busca por algo inexplorado e distante dos efeitos do mundo capitalista acaba configurando-se em algo contraditório uma vez que a própria presença do turismo já estaria anulando esse *status* (DIEGUES, 2001; SANTANA, 2008).

Nas definições apresentadas, embora se perceba diferenças na escrita, alguns elementos podem ser identificados como comuns à todas elas: i) a natureza como atrativo principal; ii) a cultura local como atrativo adicional; iii) a importância de por meio dele possibilitar conservação; iv) a obrigatoriedade de promover educação e interpretação ambiental; v) participação ativa das comunidades; e vi) ser socioeconomicamente benéfico as comunidades locais e promover baixo impacto sociocultural. Além

desses elementos destaca-se ainda na definição apresentada por Ziffer (1990) a necessidade de educar o turista, uma responsabilidade que deve ser atribuída tanto ao destino emissor quanto ao receptivo de forma a incluir o sujeito turista como parte do processo.

Observados os elementos presentes nas definições dadas ao segmento, com o objetivo de direcionar o ecoturismo para que este seja tomado também como prática social e ética. Alguns princípios (quadro 8) foram estabelecidos com objetivo de fundamentar a implementação do ecoturismo nas destinações “verdes”.

Quadro 8. Alguns princípios para desenvolver o ecoturismo segundo a ONU, TES e Swarbrooke.

Princípios para desenvolver o ecoturismo		
<ul style="list-style-type: none"> ● Contribuir para a conservação da biodiversidade; ● Contribuir para o bem-estar das populações locais; ● Incluir a interpretação ambiental, a experiência da aprendizagem no ambiente; ● Envolver ações responsáveis dos turistas e da indústria do turismo; ● Disseminar fundamentalmente em pequenos grupos envolvendo negócio de pequena escala; ● Requerer o mais baixo consumo possível de recursos não-renováveis; ● Dar ênfase à participação local e a oportunidade de negócios e iniciativas empreendedoras, especialmente para a população rural (Unep/ONU). 	<ul style="list-style-type: none"> ● Não deve degradar os recursos e deve ser desenvolvido de maneira completamente ambiental; ● Deve possibilitar experiências participativas e esclarecedoras em primeira mão; ● Deve envolver a educação entre todas as partes – comunidades locais, governo, organizações não governamentais, indústria e turistas (antes, durante e depois da viagem); ● Deve incentivar um reconhecimento dos valores intrínsecos dos recursos naturais e culturais, por parte de todos os envolvidos; ● Deve implicar a aceitação dos recursos tais como são e reconhecer os seus limites, o que pressupõe uma administração voltada para o abastecimento; ● Deve promover a compreensão e as parcerias entre muitos dos envolvidos, e isso pode incluir governo, organizações não governamentais, a indústria, os cientistas e a população local (tanto antes como durante as operações); ● Deve promover responsabilidades e um comportamento moral ético em relação ao meio ambiente natural e cultural, por parte de todos os envolvidos; ● Deve trazer benefícios a longo prazo – para os recursos naturais e culturais, para a comunidade e para as indústrias locais (esses benefícios podem ser de preservação científica, social, cultural ou econômica); e ● Deve assegurar que nas operações de ecoturismo a ética inerente a práticas ambientais responsáveis aplique-se não apenas aos recursos externos (naturais e culturais) que atraem turistas, mas também a suas operações internas. <p style="text-align: right;">Swarbrooke (apud DIAS, 2008, p. 115).</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Minimizar os impactos negativos sobre a natureza e a cultura que possam causar danos ao destino turístico; ● Educar o viajante sobre a importância da conservação; ● Acentuar a importância do negócio responsável, que trabalha de forma cooperativa com o povo e as autoridades locais para atender às suas necessidades e usufruir os benefícios da conservação; ● Direcionar rendimentos para conservação e gerenciamento das áreas naturais protegidas; ● Enfatizar a necessidade de zoneamento turístico regional para os planos de gerenciamento de visitantes designados para essas regiões ou áreas naturais que foram escolhidas para serem ecodestinos; ● Enfatizar a necessidade da utilização de estudos de base ambiental e social, bem como os programas de monitoramento a longo prazo, para avaliar e minimizar os impactos; ● Empenhar-se em maximizar os benefícios econômicos para a população anfitriã, os negócios e a comunidade local, particularmente as pessoas que vivem ao lado das áreas naturais protegidas; ● Procurar assegurar-se de que o desenvolvimento turístico não exceda os limites aceitáveis de mudança social e ambiental determinados pelos pesquisadores em cooperação com os residentes locais; ● Utilizar infraestrutura que foi desenvolvida em harmonia com o meio ambiente, minimizando o uso de combustível fóssil, conservando as plantas e a vida selvagem local e se misturando com o meio ambiente natural e cultural (The International Ecotourism Society – TES). <p style="text-align: right;">Dias (2008, p. 111).</p>

Fonte: Pires (2002) e Dias (2008).

Organização: Oliveira Alano (2021).

Os princípios elencados acima, são compreendidos como elementos que devem estar na base de todas as propostas ecoturísticas para que seu desenvolvimento esteja cunhado nos princípios da sustentabilidade, onde propõe-se ser: socialmente justo, economicamente viável e ecologicamente correto (BRASIL, 2010). Além desses princípios, destaca-se ainda um código de conduta direcionado aos ecoturistas que saem dos Estados Unidos, criado pela *American Society of Travel Agents* (Asta) denominado os “Dez Mandamentos do Ecoturismo” (DIAS, 2008, p. 113). Para Santana (2008, p. 85),

possuir um código de conduta nos destinos ecoturísticos é importante porque “um consumidor verde, comprador de pacotes turísticos ou não, deve ser também um viajante responsável e seguidor de orientações e regras de várias organizações que oferecem modelos, em geral chamados de ecoturismo”. Dentre as regras citadas pela ASTA, destaca-se aqui aquelas que atentam para a necessidade de:

- Respeitar a fragilidade da Terra. Fazer o que for possível para ajudar em sua preservação, pois destinações únicas e maravilhosas podem não estar aqui para as futuras gerações apreciá-las;
- Deixar somente pegadas. Tirar somente fotografias. Nada de graffiti! Nada de lixo! Não pegar *souvenirs* dos sítios históricos e áreas naturais;
- Para aumentar o sentido de suas viagens, informe-se sobre a geografia, os costumes, os estilos e as culturas da região visitada. Ter tempo para ouvir o povo. Incentivar os esforços em relação a conservação local;
- Respeitar a privacidade e a dignidade dos outros. Perguntar se pode fotografar as pessoas;
- Não comprar produtos de espécies da flora e fauna ameaçada, como o marfim, conchas de tartarugas, peles de animais e penas. Antes de você viajar, ler a lista de produtos que não podem ser importados aos Estados Unidos;
- Seguir sempre os caminhos assinalados. Não perturbar animais, plantas ou seus habitats naturais;
- Informar-se e apoiar programas conservacionistas e as organizações que trabalham para melhorar o meio ambiente;

É importante assinalar que os princípios e normas de conduta apresentadas são balizadores e não instrumentos fechados, sendo possível cada destinação adequar e acrescentar elementos que levem em consideração a organização das comunidades, as necessidades e especificidades de cada local, principalmente em áreas naturais sensíveis com elementos de fauna e flora sob ameaça de extinção. Segundo Pires (2002) e Irving, Azevedo e Lima (2018) a presença de tais elementos deve ser rigorosamente analisada e monitorada para que uma destinação mereça o título de “eco”. Isso se deve ao fato de que há décadas tem havido um uso indiscriminado e incorreto do termo para denominar atividades turísticas realizadas na natureza.

O *trade* turístico, por sua vez, procura apropriar-se do ecoturismo com a plenitude que a expressão enseja, valendo-se da rotulação proporcionada pela força do prefixo eco-convenientemente associado ao turismo, para promover as atividades e desenvolver os produtos (eco)turísticos, cuja fidelidade ecológica, se posta à prova, em muitos casos não resistiria a esse embate. O material divulgado pelo *trade* consiste em breves inserções nos meios de comunicação, especialmente os impressos (jornais e revistas especializadas), procurando destacar a força dos atrativos e as qualidades do produto como um todo. Não se atenta muito para o aspecto conceitual no sentido da correta apropriação da terminologia e, sim, para o fator de comunicabilidade e promoção, lançando-se mão, sobretudo, do *marketing* ecológico, já de saída facilmente identificado na expressão “ecoturismo” (Ibid., 2002, p. 142).

As questões apresentadas pelos autores sobre o uso do prefixo “eco”, justificam a adoção da escrita do termo entre parênteses conforme consta na descrição deste capítulo (3) e deste tópico, pois, concorda-se com o autores, quando afirmam ser esta uma distinção necessária para evidenciar a distância

presente entre o que ideologicamente e conceitualmente o segmento propõe, das rotulações que pretendem promover imagens de uma prática ou destino sustentável, quando na verdade “a realidade que se apresenta ao turista, está em muitas ocasiões feita de estereotipação e banalização das culturas autóctones e da “desnaturalização” da natureza, ou seja, domesticação forçada ou induzida de animais [...], até com requintes de perversidade” (PIRES, 2002, p. 204).

Tal escolha foi tomada tendo como base o cenário em que o objeto de estudo desta pesquisa está inserido, pois, embora o passeio intitulado Safári Amazônico se apresente no mercado turístico de Manaus como uma opção de turismo “ecológico/ecoturístico”, tal fidelidade aos princípios e diretrizes do ecoturismo é bastante duvidosa. Sendo assim, com o objetivo de identificar qual a percepção que os comercializadores/operadores do passeio possuem sobre o segmento ecoturístico, no formulário de pesquisa aplicado a esses sujeitos, foi questionado: Na sua compreensão, o que é Ecoturismo ?

Qualquer programa que respeite e valorize seus atores (Fauna, flora, costumes, cultura...) e por conta dele se busque a sustentabilidade natural dos atores (CM01, Questionário de pesquisa, 2020)

Prática do turismo que visa a sustentabilidade das comunidades e indivíduos envolvidos, além de incentivar e promover uma consciência voltada à preservação do meio ambiente (CM02, Questionário de pesquisa, 2020).

Prática turística que possibilita aos visitantes acesso à natureza, de uma forma ecologicamente correta (CM03, Questionário de pesquisa, 2020).

Turismo ecológico (CM04, Questionário de pesquisa, 2020).

Atividade sustentável com o objetivo de benefícios econômicos das comunidades do entorno e sensibilização da proteção do meio ambiente (CM05, Questionário de pesquisa, 2020).

Exploração do Turismo Ecológico de forma sustentável (CM06, Questionário de pesquisa, 2020).

A partir das respostas apresentadas acima, é possível observar compreensões muito próximas ao que conceitualmente é encontrado na literatura, inclusive no que se refere ao turismo ecológico como um ecoturismo. No entanto, pelas limitações da pesquisa que é característica dos dados obtidos por meio de questionários não é possível identificar a profundidade da percepção dos participantes a respeito do que é o segmento e as práticas concernentes a ele - mesmo se tratando de uma pergunta aberta onde o participante tinha espaço disponível para expor sua visão de forma mais detalhada.

Ainda assim, a partir dos relatos é possível questionar porque esse esclarecimento de que o ecoturismo precisa: “respeitar e valorizar seus atores (fauna, flora, costumes, cultura...)”, “incentivar e promover uma consciência voltada à preservação do meio ambiente” ser “de uma forma ecologicamente correto”, e uma “atividade sustentável com o objetivo de benefícios econômicos das comunidades”, não se faz presente nas práticas envolvendo o Safári Amazônico? Trata-se de um conhecimento que encontra entraves para ser posto em prática, quais? Trata-se de um conhecimento superficial, sem aprofundamento crítico reflexivo? De um conhecimento que não é possível aliar a teoria à prática? Por quê?

Considerando que neste segmento muitas das atividades ofertadas são de alto custo, direcionadas

aqueles turistas interessados em experiências mais demoradas, cujo potencial educativo é maior - são aqueles reconhecidos no sentido pleno do termo “ecoturistas” e/ou praticantes de um ecoturismo científico. Não obstante, o segmento também capta – em sua maioria – turistas interessados superficialmente ou nada familiarizados com o que o segmento deve de fato proporcionar. Para atender a esse público, são criados produtos de baixo custo e tempo que pouco ou nada acrescentam ao aspecto da aprendizagem sobre as questões ambientais ou para a valorização sociocultural das comunidades envolvidas (SANTANA, 2008).

Mediante isso, o Safári Amazônico pode ser enquadrado como um desses tipos de atividades voltadas a atender o turismo de massa de alta rotatividade, onde os empreendimentos são “levados pelo senso de oportunismo, passando a incorporar a ecologização, de forma superficial não comprometida, como ingrediente “esverdeante” de seus negócios e projetos em torno do (eco)turismo” (PIRES, 2002, p. 163).

De acordo com Rodrigues (1997 apud PIRES, 2002, p. 204) tratam-se de propostas “que lançam mão de tipificações da arquitetura (imitação da arquitetura tradicional), assim como da gastronomia (“cardapialização” da culinária local), reforçando os símbolos de “autenticidade” tão verdadeira quanto a imagem que dela fazem os turistas que a consomem”. No Safári Amazônico, isso pode ser claramente observado quando considerado as características socioculturais e ambientais dos “atrativos” escolhidos para fazerem parte do roteiro, assim como sua operacionalização e as atividades em cada um deles desenvolvidas – descritas no tópico 3.3.

No Brasil, passeios como o Safári Amazônico já eram compreendidos pelo *trade* turístico como produtos (eco)turísticos antes mesmo da implementação de programas como Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (Proecotur). No entanto, a partir das iniciativas que visavam estruturar os “destinos verdes” do Brasil, os safáris foram amplamente difundidos como práticas ecoturísticas - fato que causa estranhamento se considerado a escassez de estudos dedicados a reflexões teóricas sobre tal atividade e suas implicações.

Iniciado em 2000, o programa tinha como objetivo estruturar o ecoturismo nos destinos da região da Amazônia legal, correspondente aos estados: Amazonas, Amapá, Acre, Pará, Rondônia, Roraima, parte do Mato Grosso, Tocantins e Maranhão. O programa possibilitou a entrada de diversos empreendimentos estrangeiros, sobretudo no Amazonas com diversos hotéis que em 1997, somavam aproximadamente 26 na região de Manaus e em sua área metropolitana (PIRES, 2002). Além de agências de receptivo, temporada anual de cruzeiros internacionais e cruzeiros fluviais que iam/vão até as comunidades locais.

O Proecotur foi dividido em duas fases, a primeira sob coordenação do Ministério do Meio Ambiente (MMA) voltada ao planejamento estratégico; e a segunda sob responsabilidade do Ministério do Turismo (MTur) que tinha como objetivo estruturar os Pólos Turísticos das destinações. Seu objetivo geral consistia em “promover o desenvolvimento sustentável da região Amazônica por meio do ecoturismo, estabelecendo diretrizes e meios para sua implementação nos estados. Maximizar os

benefícios ambientais, sociais e econômicos, de modo a criar empregos, renda e oportunidades de desenvolvimento com atividades que não degradem o meio ambiente” (MMA/Proecotur, 2002).

Vislumbrando orientar sobre o que pretendia o Proecotur em 2002, foi lançado um caderno de orientações onde foram apresentados os critérios básicos que deveriam/devem ser observados na implementação do ecoturismo no país, sendo eles: i) o cuidado com as áreas naturais e toda utilização dos bens naturais pela atividade; ii) o uso de técnicas adequadas e que não degradem o meio ambiente; o envolvimento das comunidades; iii) parcerias incluindo poder público e privado; iv) qualidade dos serviços ofertados; e v) a capacitação da comunidade, bem como, dos agentes de turismo externos que atuem no segmento.

Observa-se que os critérios elencados pelo MMA/Proecotur (2002) seguem o que propõe o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Unep/ONU), a Sociedade Internacional de Ecoturismo (TES) e os princípios indicados por Swarbrooke (2002). De acordo com Dias (2008) tais critérios foram/são pensados para organizar o segmento e “garantir” os benefícios econômicos, sociais, ambientais e culturais para as localidades que o desenvolvem. Como proposta de turismo que pretende ser menos agressiva ao meio ambiente natural e as populações locais, pautado nos princípios do desenvolvimento sustentável, seguir tais critérios e princípios é necessário para inibir a predominância de efeitos negativos.

Como proposta de turismo que busca em seu cerne o desenvolvimento sustentável das localidades observando a conservação dos bens naturais e o bem-estar das comunidades locais, baseando-se no que aponta Morin (2002) sobre a dicotomia que permeia o desenvolvimento sustentável, salienta-se que é necessário rever as bases filosóficas, políticas e conceituais a partir das quais o ecoturismo foi/é pensado, pois o atual modelo não tem conseguido frear as consequências danosas desse modo descompromissado e superficial de praticar o ecoturismo.

Neste sentido, considera-se que ainda hoje

[...] o ecoturismo praticado no Brasil [sobretudo no Amazonas], é uma atividade ainda desordenada, impulsionada quase que exclusivamente pela oportunidade mercadológica, deixando a rigor de gerar os benefícios socioeconômicos e ambientais esperados e comprometendo, não raro, o conceito e a imagem do produto ecoturístico brasileiro nos mercados interno e externo (EMBRATUR, 1999, p. 9 apud TRIGO, 1999, p. 49).

Observa-se que como produto (eco)turístico, o Safári Amazônico possui basicamente todos os elementos tangíveis e intangíveis característicos: uma comunidade ribeirinha, comunidades indígenas, elementos de fauna e flora, todos em unidades de conservação – com exceção da comunidade do Catalão. No entanto, como já apresentado, conter esses elementos por si só não é suficiente para auferir a atividade o rótulo de ecoturismo. Na verdade, ao refletir sobre as formas de turismo que acontecem nessas localidades destaca-se que nem mesmo o turismo de base comunitária (TBC) ou um turismo indígena possam ser identificados.

Por TBC e turismo indígena compreende-se serem respectivamente:

[...] aquele tipo de turismo que, em tese, favorece a coesão e o laço social e o sentido de vida coletiva em sociedade, e que por esta via, promove qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento. Esse tipo de turismo representa, portanto, a interpretação “local” do turismo, frente à projeções de demandas e de cenários do grupo social do destino, tendo como pano de fundo a dinâmica do mundo globalizado, mas não as imposições da globalização (IRVING, 2009, p. 111 apud NOVO, 2015, p. 34).

O turismo indígena, como o nome sugere, é o turismo desenvolvido nos limites das terras indígenas ou fora deles com base na identidade cultural e no controle da gestão pelo povo/comunidade indígena envolvida. [...] O fato de povos e comunidades indígenas desenvolverem atividades turísticas fora dos limites de suas terras não desqualifica o tipo de turismo e nem os valores culturais ou a sua identidade, pois a cultura e a identidade permanecem com eles. Pode ser realizado nos núcleos populacionais, meio urbano ou rural, [...] por meio de várias estratégias que deverão ser pensadas e planejadas junto com a comunidade, técnicos, entidades indígenas, indigenistas e ambientalistas (FARIA, 2008, p. 46 e 47).

A partir destes termos é possível apontar ainda duas combinações possíveis com o termo ecoturismo, não na intenção de formar um novo segmento, mas de dar destaque às características socioculturais daqueles que, em tese, protagonizam a atividade, sendo estes: o “ecoturismo indígena” (FARIA, 2008; PROENÇA, 2020) e o “ecoturismo de base comunitária” (WWF – Internacional apud NOVO, 2015). Além dessas combinações sugere-se ainda que a perspectiva do TBC também pode compor as propostas de um ecoturismo indígena, baseando-se na premissa de que ele não é um segmento, e “[...] mais que um simples tipo de atividade turística praticada pelos visitantes, representa um modelo de gerenciamento turístico de caráter, sobretudo, inclusivo e que tem como desdobramento desse aspecto o oferecimento de produtos diferenciados” (PINHEIRO, 2007, p. 48 apud NOVO, 2015, p. 41).

Mesmo não sendo objetivo da pesquisa se debruçar sobre esses termos, faz-se isso considerando a facilidade com essas concepções de turismo são constantemente veiculadas nas localidades do passeio. Mediante isso, alguns questionamentos são feitos para serem refletidos ao longo dos dados apresentados pela presente pesquisa: o passeio Safári Amazônico pode ser qualificado como uma prática “ecoturística”? Ou ainda um ecoturismo de base comunitária? Ou ecoturismo Indígena? Tais questionamentos são importantes para o esclarecimento e reflexão a respeito das práticas turísticas que permeiam essas localidades que hoje caracterizam-se como um turismo convencional também atento “a revestir-se de uma roupagem “ecológica” em aspectos que não lhe subtraem o espaço hegemônico (PIRES, 2002, p. 165).

Em linhas gerais, considerando que a presença do fenômeno turístico em comunidades indígenas, tradicionais e em áreas protegidas tem se tornado uma realidade cada vez menos inevitável. Salienta-se que independente do real motivo, seja pela pressão do mercado, justificativa do protagonismo, inclusão social, valorização cultural ou a conservação ambiental. O ecoturismo não pode ser tomado como “panacéia” para os problemas que cercam esses sujeitos, pois, mesmo podendo ser positivo, sua presença também pode piorar um cenário que já não é favorável.

Cronologicamente, a respeito das iniciativas de produtos (eco)turísticos no Amazonas, Pires (2002, p. 198) evidencia que na Amazônia Brasileira, experiências do que “na linguagem promocional da época, [...] se denominava “safári na Amazônia” ou “safári ecológico” já podiam ser constatadas até mesmo antes da inauguração do primeiro hotel de selva *Amazon Lodge*, em 1979”. Mediante a essa

afirmação, no próximo tópico buscou-se resgatar alguns elementos históricos sobre o objeto de estudo, reconhecido como um dos principais passeios turísticos com saída de Manaus.

3.2 ASPECTOS HISTÓRICOS: UM RESGATE SOBRE OS PRECEDENTES DO SAFÁRI AMAZÔNICO

Embora os dados coletados sobre o início da oferta de passeios turísticos em Manaus nos moldes do atual Safári Amazônico apontem para os últimos 30 anos, em uma releitura sobre a ocupação portuguesa na cidade é possível observar que em tais passeios estão presentes elementos históricos herdados do modo de pensar colonizador sobre essa região. Além disso, dados reunidos por autores como Pennington (2009), Andrade (2010) e Manfredo (2017) revelam que já no século XIX, mesmo que ainda incipiente, o turismo já era desenvolvido na cidade e podia contar com meios de hospedagem e atrações turísticas muito semelhantes aos passeios regionais operados atualmente.

A despeito disso, observa-se que se no primeiro momento os costumes locais foram vistos pelos europeus como nocivos, atrasados e impróprios; quando o turismo começou a ser desenvolvido na cidade, esses mesmos aspectos da cultura local foram transformados em uma oportunidade de proporcionar aos viajantes um vislumbre do “estado primitivo” dos primeiros habitantes; ao mesmo tempo em que desfrutavam/desfrutavam de uma capital bem estruturada e moderna, erguida em meio a floresta amazônica.

O início das transformações que deram a Manaus o título de a “Paris dos Trópicos” e a fizeram conhecida internacionalmente como um destino atraente no período Áureo da Borracha, se deu em agosto de 1887, quando Eduardo Gonçalves Ribeiro chegou a Manaus para assumir o cargo de governador do Amazonas e diante dos problemas de saneamento e infraestrutura, iniciou uma série de obras com a missão de transformar a cidade o mais próxima possível do estilo europeu. Segundo Manfredo (2017) observa-se que houve nesse período uma tentativa de projetar a cidade internacionalmente como um local moderno com ruas largas, calçadas e lugares de entretenimento para a elite (Ibid., 2017).

Aproveitando o *boom* da borracha e inspirado na ideia de progresso e nas feições que Paris inspirava [...]. Todos os vestígios da antiga Barra de São José do Rio Negro deveriam ser apagados, criando assim condições para atrair aqueles que procuram um centro econômico interessante para moradia e investimentos (ANDRADE, 2010, p. 8).

Segundo Andrade (2010) e Manfredo (2017) junto com o projeto de embelezamento da cidade, o comportamento dos moradores também passou a ter que acompanhar uma lógica europeia e, por isso, em 1890, foi criado um Código de Conduta que proibia a prática de costumes locais, como: a construção de casas de palha e banhos nos igarapés. Essas ações tinham como justificativa a construção de uma cidade civilizada, mas que também serviam as elites locais e nacionais na concretização de um projeto civilizatório europeu. “Em termos gerais, a renovação de Manaus [...] foi caracterizada por medidas de higiene e também de controle social, rompimento com a arquitetura colonial e o afastamento das classes

mais pobres dos limites centrais da cidade” (MANFREDO, 2017, p. 103).

Neste cenário, a Inglaterra desempenhou papel importante na transformação urbana de Manaus. Pennington (2009 apud ANDRADE, 2010) nos conta que os navios ingleses costumavam fazer a rota Liverpool-Belém-Manaus-Iquitos, operacionalizando a distribuição da borracha e transportando muitos estrangeiros com motivações diversas, dentre elas, o turismo. Ainda segundo o autor, a presença de estrangeiros na cidade era tão significativa que as línguas inglesa e francesa eram comuns, além da aceitação da libra esterlina como moeda.

Mesmo com a decadência da borracha anos mais tarde, uma companhia inglesa chamada *Booth Steamship Company* - atuante em Manaus entre os anos de 1882 a 1980 - foi responsável pela criação de uma das mais conhecidas viagens de cruzeiro entre os europeus e norte-americanos para a Amazônia: a “1000 Miles up the Amazon” (A mil milhas da Amazônia) (ANDRADE, 2010). Tratava-se de um pacote de viagem que seria realizado a bordo de um navio onde se prometia oferecer lazer, entretenimento e boas acomodações.

[...] com escalas em Leixões, Porto, Lisboa, Ilha da Madeira chegava-se nas destinações amazônicas cujo turismo era bastante incipiente. As localidades de Salinas, Ilha de Marajó, Belém, Chapéu Virado, Ilha do Mosqueiro e Manaus faziam parte do roteiro. [...] Não se sabe ao certo quando foi organizada a primeira viagem nesta modalidade. Muito menos o perfil e nem o volume de saídas previstas por ano. Porém algumas pistas nos permitem aproximar certas datas e a regularidade na comercialização do pacote. De acordo com pesquisas desenvolvidas por Antônio Loureiro (2007) a primeira viagem realizada entre Liverpool e Manaus pela empresa é datada de dez de janeiro de 1896, através do navio Augustine. Apesar da indicação de um outro navio que difere do Hidelbrand, as diferentes categorias de conforto oferecido pelo Augustine permitem supor que diferentes níveis sociais de viajantes europeus desembarcavam em Manaus no final do século XIX. Mesmo que este fato pudesse valorizar a chegada de turistas no interior da floresta Amazônica, não é possível afirmar que já se tratava de clientes do famoso “1000 miles up the Amazon” (Ibid., 2010, p. 14).

No conjunto de imagens da figura 8, temos alguns exemplos de material publicitário reunidos por Andrade (2010) que teriam sido usados para divulgar o referido pacote de viagem entre os europeus e norte-americanos. Apesar de serem de quase um século atrás, essas imagens podem ser facilmente relacionadas a maneira como os destinos que são conhecidos por seus aspectos naturais de fauna e flora são difundidos pelas propagandas de *marketing* turístico até os dias atuais.

Figura 8. Exemplos de material publicitário do pacote de viagem intitulado “1000 Miles up the Amazon”.



Fonte: Andrade (2010, p. 17).

Nos trechos a seguir, Pennington (2009) apresenta trechos de relatos de passageiros onde é possível identificar entre as localidades visitadas: a cachoeira do Tarumã nas proximidades da atual RDS Tupé e um lago onde era possível avistar vitórias-régias.

A umas dez milhas de Manaus o vapor abandona o curso principal do rio Amazonas e entra no Rio Negro. O encontro das águas desses dois gigantes traz-nos uma cena de extraordinário interesse. Como o nome mostra, as águas do Rio Negro são compostas de águas preto-azuladas, e isto forma grandes manchas e redemoinhos em miniatura no meio do dilúvio amarelo Amazônico. Tão distintos são os contornos, que a proa do navio está flutuando na água escura do rio Negro, enquanto que a popa ainda está navegando na água amarela do rio Amazonas. Nos muitos igarapés estreitos, por essas alturas, abundam as gigantescas lótus, conhecidas como Victórias-Régia, e lanchas a motor podem ser fretadas em Manaus para visitar os campos onde abundam essas lindas flores flutuantes. Aqui, também, na margem oeste do rio Negro, cardumes de jacarés podem ser vistos frequentemente ao alvorecer ou ao crepúsculo, abanando suas poderosas caudas, ou flutuando com a maré. [...] (trecho de relato de passageiro do “1000 Miles up the Amazon”, PENNINGTON, 2009, p. 179 apud MANFREDO, 2017, p. 114).

[...] Há algo de fascinante em estar no coração da floresta equatorial, com altas palmeiras e gigantescas árvores quase apagando a luz do sol. É um relance da coisa verdadeira, que pode ser obtida e apreciada pelo jovem ou idoso homem e mulher. Quando o sol se põe sobre florestas inexploradas na outra margem do Rio Negro, o viajante retornando, a não ser que seja um viajante calejado nos trópicos, sentirá que tem alguma coisa que perdurará em sua memória por muito tempo. O mercado de Manaus é um lugar para o caçador de curiosidades, a floresta em volta para o naturalista e amante da beleza tropical, e a cidade mesma um lugar para aprender alguma coisa sobre a vida nesta fronteira da civilização. [...] Quando entramos no largo e movimentado Mersey e esta viagem sem par está chegando ao seu final, o viajante sentirá que esteve no reino das fadas, tantas e incomuns as vistas, sons e sensações. O Amazonas é um rio do mistério, e traz alimento para os pensamentos e romance, muito depois das viagens a outras terras terem desaparecido da memória (trecho de relato de passageiro do “1000 Miles up the Amazon”, apud PENNINGTON, 2009, p. 179 apud MANFREDO, 2017, p. 114).

Figura 9. Lugares turísticos no entorno de Manaus até 1930.



Fonte: Andrade (2010, p. 24).

De acordo com a descrição feita pelos passageiros e baseando-se também na imagem 4 do mapa

de Andrade (2010) ilustrado na figura 9, é possível estimar que o segundo local visitado corresponda ao lago do Janauari - considerando suas características físicas - um lugar que até os dias atuais recebe turistas e faz parte de passeios como o Safári Amazônico. No mapa também é possível identificar uma cachoeira na vila de Paricatuba¹², onde atualmente em suas proximidades, está situada uma das plataformas de interação com o boto cor-de-rosa que compõe o Safári Amazônico. Além disso, em tais trechos apresentados por Pennington (2009) também é possível observar a maneira como a cidade era descrita e compreendida pelos turistas que aqui chegavam, colocando “[...] a Europa como o mais belo exemplo do moderno e na sua extremidade Manaus: selvagem, arcaica e atrasada” (ANDRADE, 2010, p. 06).

Passando para outro momento importante para o turismo e a economia da cidade, a Zona Franca de Manaus foi criada algumas décadas após o declínio da borracha, quando a partir de 1913, começou a experimentar uma desaceleração na sua exportação. De acordo com Tocantins (2000) uma das explicações poderia ser um suposto caso de biopirataria feita pelo inglês Henry Wickham que teria contrabandeado sementes da seringueira local (*Caesalpinia echinata*).

Segundo Pennington (2009 apud Manfredo, 2017, p. 106) para termos uma ideia da dimensão internacional da borracha “em 1910 a borracha do vale amazônico era responsável pelo suprimento de 47% da demanda mundial pelo produto; em 1919 esse número pairava em torno de 5%”, o que acabou por afastar a cidade de Manaus do mapa de interesses internacionais e de investimentos até o surgimento da Zona Franca em 1957.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, a cidade continuou recebendo cruzeiros de férias assim como nos dias atuais, mas foi a partir da década de 1970, que Manaus experimentou outra modalidade de turismo, o de compras, motivado pela pujança da Zona Franca implementada pelo governo militar.

De acordo com Seráfico e Seráfico (2005, p. 99 apud MANFREDO, 2017, p. 190):

A criação da Zona Franca de Manaus foi justificada pela ditadura militar com a necessidade de se ocupar uma região despovoada. Era necessário, portanto, dotar a região de "condições de meios de vida" e infraestrutura que atraíssem para ela a força de trabalho e o capital, nacional e estrangeiro, vistos como imprescindíveis para a dinamização das forças produtivas locais, objetivando instaurar na região condições de "rentabilidade econômica global".

Nesse momento, pelas dificuldades de sair do país criadas pelo governo militar, a Zona Franca de Manaus acabou sendo uma opção de turismo interno, pois aqui os turistas tinham acesso a produtos importados que podiam ser adquiridos em grandes quantidades e a preços razoáveis, visto que até meados de 1976 não havia taxaço e nem a limitação na quantidade de produtos adquiridos na Zona Franca. Essa movimentação reaqueceu o *trade* turístico e foi responsável por obras como o aeroporto Internacional Eduardo Gomes, construído em 1976 (ANDRADE, 2010).

De acordo com Duarte (2009) o centro de Manaus - até o início do século XX compreendido como a área urbana da cidade - começou a passar por novas transformações em suas características arquitetônicas e com isso surgiram novos hotéis, como: o Hotel Amazonas, tido como o primeiro hotel

¹² Vila no município de Iranduba e onde ficam localizadas as ruínas históricas do período da *Belle Époque*.

moderno após o declínio da borracha; Palace Hotel; Lord Hotel; Tropical Hotel; *Amazon Lodge* e o *Ariau Amazon Towers* – os dois últimos na Região Metropolitana e tidos como sensações onde se hospedaram personalidades famosas do mundo inteiro (o *Ariau Amazon Towers* atualmente desativado).

Santos Filho (2002) explica que o surgimento dessa onda de hotéis se deu por meio de políticas de incentivo do governo militar em parceria com a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) criando linhas de crédito para investimento na rede hoteleira por todo país, o que acabou por estimular, beneficiar e facilitar a entrada de investidores estrangeiros. Com isso, Trigo (2000, p. 187 apud SANTOS FILHO, 2002, p. 5) explica que tais

iniciativas atraíram investimentos que se traduziram na construção de várias unidades hoteleiras no país. Entretanto, a Embratur não se preocupava na época com a formação de mão-de-obra especializada nem com a preservação ambiental. O resultado é que vários financiamentos resultaram em belos edifícios para hotéis, mas sem manutenção adequada nem qualidade de serviços. Muitos desses hotéis passaram a operar com serviços medíocres e outros fecharam.

Na figura 10, está uma matéria publicada pela Revista Manchete de alcance nacional, onde se faz um chamamento para aqueles que desejassem trabalhar na Amazônia. O autor da matéria expõe o estado como a nova força industrial do Brasil e como um lugar que passaria por um novo processo de transformação onde seria possível ter acesso a uma nova rede hoteleira, comunicação internacional, envio de moedas para o exterior, transporte aéreo, linhas de cabotagem¹³, expansão da capacidade de gerar energia e uma “mão de obra fácil e especializada”.

Figura 10. Matéria da *Revista Manchete* que traz como título “A redescoberta da Amazônia” e fala da industrialização da Amazônia.



Fonte: *Revista Manchete*, edição 812, páginas 31 e 7 de 11 de novembro de 1967 - Acervo de revistas do Instituto Durango Duarte, extraídas da Biblioteca Nacional (Revista completa disponível em: <https://online.fliphtml5.com/getp/yhfr/>) Acesso em 18 maio 2020).

¹³ Linhas regulares de navegação e de transporte de carga.

Esses acontecimentos resultaram em um inchaço populacional na capital do Amazonas que pode ser percebido ao final dos anos 2000, onde a população que já era de 1.405.835, dez anos após passou para 1.802.525, representando um aumento de 28,21% (GUIMARÃES, 2012, p. 127). Consequentemente, com o inchaço demográfico, a expansão da zona urbana e a necessidade de fornecer serviços e infraestrutura tornou-se inevitável. Além de que a política de incentivos fiscais adotada pelo Governo Federal propiciou ao empresariado investir em uma nova infraestrutura turística.

Na figura 11, em uma matéria também da Revista Manchete publicada em 20 de maio de 1966, o governador Arthur Dias (governou entre 1964-1967) fala sobre um plano para desenvolver o turismo no Amazonas chamado de “Operação Férias”, onde, como é possível perceber, a promoção do destino continuava buscando apelar para o imaginário turístico, sendo um destino onde se poderia conhecer os ‘fascínios de uma Amazônia virgem e inexplorada’. Santos Filho (2002, p. 5) nos diz ter sido essa uma estratégia do governo militar através da Embratur, onde para atrair turistas, se deveria “divulgar a ideia de país exótico, pacífico, ordeiro, multirracial, sem violência e que deu certo”.

Figura 11. Página 4 da matéria, sobre o projeto “Operação Férias”.



Fonte: *Revista Manchete*, edição 735, p. 4 de 20 de maio de 1966 - Acervo de revistas do Instituto Durango Duarte, extraídas da Biblioteca Nacional (Revista completa disponível em: <<https://online.fliphtml5.com/qetp/etur/>> Acesso em 18 maio 2020).

O Departamento de Turismo e Promoção (Depro) - hoje extinto - teve atuação importante no governo de Arthur Reis que enxergava na Zona Franca um novo contexto para reconduzir o turismo no estado e melhorar algumas condições, como o preço das passagens aéreas que eram muito caras e os meios de comunicação. No entanto, segundo aponta Guimarães (2012) foi somente a partir do ano de 1983, com a criação da Empresa Amazonense de Turismo (Emantur)¹⁴ que “o estado saiu da condição de total ausência de políticas e diretrizes turísticas”. Neste sentido, ainda conforme a autora, a Zona

¹⁴ Tanto o Depro quanto a Emantur foram extintos e incorporados a atual Empresa Estadual de Turismo do Amazonas (Amazonastur).

Franca representou “um papel importante na construção dos alicerces do turismo na capital” no contexto pós ciclo da borracha (Ibid., 2012, p. 128-129).

É neste cenário que o passeio Safári Amazônico é criado, ainda que não com este nome, mas com a mesma estrutura e proposta. Se considerarmos as evidências apontadas por Pires (2002), Pennington (2009), Andrade (2010) e Manfredo (2017) observa-se que na verdade esse modelo de turismo é muito mais antigo do que os próprios comercializadores conseguem datar. Além disso, a proposta de poder ofertar safáris aos turistas já aparecia nos planejamentos para o turismo nessa região pela Embratur, como mostra uma matéria publicada na Revista Manchete em 1966, ilustrada na figura 12.

Figura 12. Página 6 e 23, matéria que trata das intenções da Embratur sobre o turismo na Amazônia.



Fonte: *Revista Manchete*, edição 812, página 6 e 23 de 11 de novembro de 1967 - Acervo de revistas do Instituto Durango Duarte, extraídas da Biblioteca Nacional (Revista completa disponível em: < <https://online.fliphtml5.com/qetp/yhfr/#p=6> > Acesso em 18 maio 2020).

Diante dessas informações é possível observar que embora o nome “Safári Amazônico” seja atual

e os comercializadores tenham dado uma nova roupagem e infraestrutura ao passeio, as evidências revelam que existem em sua constituição elementos herdados de propostas como a viagem “1000 Miles up the Amazon”. No quadro 9, estão organizadas as falas de comercializadores participantes da pesquisa onde os mesmos relatam sobre a criação do passeio, porque chamar o passeio de safári, qual empresa poderia ser indicada como a criadora do passeio e outros dados – conforme informado no capítulo I, todos os participantes e nomes de empresas citadas pelos mesmos estão identificados por códigos.

Quadro 9. Dados históricos sobre a criação do passeio e escolha do termo safári.

Entrevista realizada com os comercializadores do passeio					
Identificação	Atuação no mercado com passeios turísticos	Ano estimado de criação do passeio	Empresa criadora	Dentre os nomes que ele recebe, o sr. sabe por que começou a se chamar Safári Amazônico?	Os passeios turísticos regionais são o carro chefe?
CM01	24 anos	Não sei precisar o ano, talvez um pouco mais de 5. Mas quem iniciou isso foi a Agência AG01, que observou o mercado, na época meio que já descontente com o tradicional passeio pelo encontro das águas. Ai, na mesma época começaram os flutuantes improvisados dos botos no baixo rio Negro e já havia de forma reduzida a interação com os índios não autóctones. Sou ruim de data, posso errar feito, mas certamente a AG01 poderá lhe indicar com precisão.	Sem dúvidas a AG01	Justamente porque deixou de ser apenas um atrativo, para conter vários.	Sim
CM02	06 anos	Não sei informar precisamente quando o roteiro passou a ser ofertado em Manaus, mas me recordo que por volta de 2012 ele passou a ser operacionalizado em lanchas maiores, os "expressos", o que possibilitou a diminuição dos custos operacionais, a visita a mais pontos turísticos em menos tempo e o início do turismo de massa na região em que o roteiro acontece.	Sim, a agência e operadora AG01	Desconheço o motivo, mas acredito que pela possibilidade de visualizar animais durante o roteiro.	Sim
CM03	21 anos	Não sei informar.	Como a pioneira, desconheço	Acredito que passou a ser chamado de Safári Amazônico em função do nado com os botos e da caminhada no Parque Ecológico Januári, sobre a passarela de madeira dentro da floresta, onde muitos macaquinhos acompanham os visitantes.	Sim
CM04	04 anos	Aproximadamente 10 anos.	AG01	Pelo contato com a natureza.	Sim
CM05	25 anos	Desde 1980 com o surgimento da Zona Franca de Manaus.	AG01	Por conta da possibilidade de avistar animais durante os passeios.	Sim
CM06	19 anos	O Roteiro com algumas atrações à parte já era feito por canoeiros há muitas décadas.	AG02	Não acho adequado esse nome para nosso Roteiro. Porém as empresas são livres para ir e vir.	Sim

Fonte: Questionário de pesquisa (2020).

Organização: Oliveira Alano (2021).

A empresa identificada como AG01, aparece sendo a mais citada como a criadora do passeio e do nome “Safári Amazônico”. Tal agência é a mais antiga da cidade que se mantém no mercado fundada em 1965. Uma agência local, familiar, mas que possui alcance internacional por ser referência no turismo receptivo na cidade. Assim como outras agências locais também oferece, além do Safári Amazônico,

passeios como: tour das cachoeiras de Presidente Figueiredo, hospedagem em hotel de selva, passagens aéreas, cruzeiros internacionais dentre outros serviços, e tem uma proposta de turismo ecológico.

No entanto, como apontou o participante CM06, esse tipo de passeio nas comunidades próximas já eram operados “por canoeiros há muitas décadas”, além de apontar outra agência local, identificada como AG02, como possível precursora de um passeio regional nos moldes do Safári Amazônico. Tal agência aparece na matéria da Revista Manchete de 1967, exposta anteriormente na figura 12.

Segundo Andrade (2010) a presença do turismo em comunidades próximas a Manaus, pode ser constatada, por exemplo, na RDS Tupé onde têm-se registros de turismo já nas primeiras décadas do século XX, antes mesmo da constituição da comunidade São João do Tupé que só ocorreu em 1988, de acordo com registros e documentos (SEMMA, 2008 apud MANFREDO, 2017).

[...] desde esse período, a Cachoeira de Tarumã localizada ao nordeste do município (parte do que hoje é a comunidade São João do Tupé, na RDS Tupé) era considerada por diversos moradores e turistas como um dos mais interessantes passeios da área. Saindo de Manaus, lanchas a motor percorriam o Rio Negro até o igarapé Tarumã. Na floresta inundada os turistas utilizavam canoas a remo para estacionar num local que permitia, com uma pequena caminhada, chegar à cachoeira e lago para banho (ANDRADE, 2010 apud MANFREDO, 2017, p. 112).

As atividades turísticas desenvolvidas por indígenas assentados na comunidade São João do Tupé, datam dos últimos anos 90. As pesquisadoras Cruz, Auzier e Dias (2019) ao resgatarem alguns dados sobre o turismo na RDS Tupé encontraram registros que datam do ano 2000, onde um grupo de indígenas que também ocupavam/ocupam a comunidade São João do Tupé, já faziam apresentações culturais para os turistas, sobretudo, na temporada de cruzeiros. Na figura 13, em uma foto cedida do arquivo pessoal de um morador, têm-se um registro de uma apresentação, onde, naquela época, as mulheres indígenas usavam sutiãs para não deixarem os seios à mostra.

Figura 13. Indígenas na comunidade São João do Tupé fazendo apresentações culturais a turistas, no ano 2000.



Fonte: Cruz; Auzier; Dias (2019, p. 75).

Quando perguntados sobre a constituição e o nome do passeio, levando em consideração os dados acima apresentados, onde evidencia-se a presença do turismo nessas localidades e moldes há bastante tempo, é possível identificar quatro situações diferentes: 1) a compreensão de que por agregar vários ‘atrativos’ o termo safári é adequado; 2) alguém que trabalha com o passeio mas desconhece a razão de ele se chamar assim, no entanto deduz ser pelos elementos de fauna e flora; 3) dois dos participantes esboçam certeza de que o passeio possui tal nome por possibilitar contato com a floresta e visualizar animais; e por último 4) alguém que trabalha com o passeio, mas não concorda com o nome, no entanto, não diz a razão.

Ao considerar o tempo de atuação de cada participante com passeios turísticos regionais, observa-se que embora 4 dos 6 participantes já possuam uma longa experiência, não existe um consenso e compreensão histórica acerca da oferta desse tipo de passeio em Manaus. E mesmo sendo este passeio compreendido como carro chefe, não se sabe, com certeza: quando passou a ser ofertado, qual empresa poderia ser indicada como a precursora e por que chamar o passeio de safári.

Tais situações reafirmam a preocupação de que essa atividade compõe práticas compreendidas como um (eco)empreendimento que se utiliza do discurso da sustentabilidade - ao desenvolver atividades na natureza - e da ética para empreender. Revelando intenções que estão acima de tudo, preocupadas com o lucro, deixando de lado a necessidade de conhecimentos prévios e mais aprofundados acerca do que se está ofertando aos turistas (SANTANA, 2008).

Para Bruner (1991 apud NORTON, 1996) os safáris foram criados pelo mercado com o intuito de alimentar o imaginário turístico por meio de propagandas que divulgam destinos a exemplo do Amazonas, como lugares onde se pode ir “[...] para ver os restos de uma era anterior, de um mundo pré-histórico de animais selvagens e do homem primitivo” (BRUNER, 1991, p. 240 apud Norton, 1996, p. 357, tradução da autora).

Um exemplo relevante a ser destacado e que pode ter inspirado a oferta de passeios como o Safári Amazônico, é o caso do hotel *Ariáú Amazon Towers* e os indígenas de São Gabriel da Cachoeira¹⁵. Sobre esse acontecimento, Seabra (2001, p. 51) relata que os primeiros indígenas vindos dessa região para compor a comunidade que ficou conhecida como Sahu-Apé, eram Tarianos. No entanto, no estudo de realizado por Santos (2010) o autor apresenta que os primeiros indígenas a serem levados para atuarem como “índios” para o hotel eram da etnia Sateré-Mawé, tendo como líder a Pajé Bacu.

De acordo com as informações, os indígenas foram acomodados em uma localidade próxima ao hotel para completar o quadro ilusório que se pretendia pintar sobre ‘estar na Amazônia’: um hotel em meio a selva amazônica, animais, indígenas e até mesmo suítes construídas à 38 metros de altura na copa das árvores recebendo o nome de “Casa do Tarzan” (SEABRA, 2001).

No caso das comunidades que atualmente fazem parte do passeio Safári Amazônico, a proposta não difere muito, mas estas não foram deslocadas por um determinado empreendimento. Dentre as

¹⁵ Município do estado do Amazonas no extremo noroeste do Brasil, onde fica localizada a cabeça do cachorro, fronteira com a Colômbia.

motivações possíveis – as quais não foram o objetivo da pesquisa investigar - pode-se apontar tanto no caso das comunidades indígenas; quanto ao que se refere a comunidade flutuante do Catalão, que tais migrações também são resultado do êxodo rural impulsionado pela industrialização da capital onde se previa maiores oportunidades de obter emprego e renda, e por consequência, melhores condições materiais de vida - sobre tais comunidades apresentaremos mais no tópico 3.3.1 e 3.3.2.

Claramente, para a constituição do Safári Amazônico tal qual como é hoje, o modelo dos passeios turísticos regionais pré-existentes foi tomado como base, tornando-se assim um passeio composto por um roteiro maior, agregando a ele novos locais – ou “atrativos” - a medida em que essas ‘opções’ fizeram-se disponíveis para exploração pelo turismo, como é o caso do viveiro do peixe pirarucu, das plataformas de interação com os botos e das atuais comunidades indígenas da RDS Tupé e Puranga Conquista, que passaram a fazer parte dos passeios locais a partir dos anos 2000, quando ainda faziam parte do grupo indígena localizado na comunidade São João do Tupé.

Em linhas gerais, observou-se nos dados coletados uma certa dificuldade por parte dos participantes de datar indícios do início dessa atividade e em dar uma possível justificativa para o uso do termo safári na promoção do passeio - mesmo aqueles que já atuam no mercado há muitos anos. Revelando assim, a falta de uma preocupação necessária com a reprodução de um modo de interpretar a Amazônia que é antigo e reforça estereótipos ao vender a ideia de poder realizar um safári em um contexto que envolve sujeitos humanos, tidos no processo como “atrativos”.

Posto isso, considerando também os dados apontados por Pires (2002), Pennington (2009), Andrade (2010) e Manfredo (2017) juntamente com os registros encontrados na Revista Manchete com matérias sobre o turismo na região que datam de 1966 e 1967, pode-se apontar também que o Safári Amazônico - dentre os vários outros nomes que ele possui - na verdade é uma proposta de passeio que já existe há muitas décadas, e foi, com o passar do tempo, reformulado e ‘melhorado’ - se assim é possível dizer. E mesmo estando sob a justificativa de ser um passeio ecológico, que deveria seguir as diretrizes indicadas para o desenvolvimento do ecoturismo, este possui um modo de praticar um turismo de massa e elementos históricos que perpassam os séculos XIX, XX e ainda persistem no século XXI.

Desse modo, nos próximos subtópicos serão apresentados os locais que fazem parte da atual formação do passeio Safári Amazônico, no qual estão apresentadas suas características, sujeitos e modos de vida, assim como, o atual formato de turismo presente em cada uma dessas localidades.

3.3 A COMPOSIÇÃO DO PASSEIO

3.3.1 A comunidade Nossa Senhora Aparecida do lago Catalão

Pertencente ao município de Iranduba, a comunidade flutuante Nossa Senhora Aparecida do lago Catalão surgiu em meados da década de 1940. De acordo Santos (2013) o momento mais expressivo do aumento populacional da comunidade ocorreu entre os anos de 1980 a 1990, quando o modelo industrial implementado passa pelo apogeu máximo de novas empresas chegando, produtos a preços baixos e com

isso o aumento na oferta de empregos, não só nas fábricas do distrito industrial, mas na área do comércio central de Manaus. Souza (2013) contabilizou um total de 106 famílias morando no lago; sete anos após, segundo informações cedidas pela líder comunitária durante o campo na comunidade - constatada também por Ferreira de Souza (2020) – existem 131 grupos familiares (Diário de campo, 2020).

Outro fator recorrente relatado para o aumento no número de moradores é a ocorrência de um fenômeno chamado *terras caídas* que há alguns anos vem forçando a migração de comunidades inteiras localizadas da região conhecida como costa do lago Catalão, onde estão localizadas comunidades, como: Santo Antônio, Santa Luzia, Bom Jesus do Paraná do Xiborema e onde estava localizada a comunidade que recebia o mesmo nome, Costa do Catalão - completamente destruída pelo fenômeno das terras caídas. Tal fenômeno, trata-se de um processo de erosão do solo, entendida como desastre natural. Carvalho (2006) citado por Queiroz, Soares e Tomas Neto (2018, p. 110) “caracteriza terras caídas como qualquer processo, simples ou complexo, que envolva deslocamento de terra por meio natural (escorregamento, deslizamento, desmoronamento e desabamento). O fenômeno das terras caídas é natural, porém a ocupação humana pode acelerar esse processo [...]”.

Os moradores da comunidade Costa do Catalão afetados por esse fenômeno migraram para a zona urbana, outros municípios e comunidades, assim como para a comunidade Nossa Senhora Aparecida do lago do Catalão, localizada em uma área conhecida como boca do Catalão. A comunidade Nossa Senhora Aparecida, além de ser a última comunidade na extensão do território do município de Iranduba, possui a especificidade de estar muito próxima ao fenômeno do encontro das águas dos rio Negro e Solimões, o que faz com que essa região do lago receba influência dos dois rios.

Conforme foi identificado por Ferreira de Souza (2020) os sedimentos acumulados no fundo do rio, decorrentes do fenômeno das terras caídas, fez com que uma faixa de terra surgisse na região da Costa do Catalão, onde antes existia a comunidade Costa do Catalão. Essa faixa de terra teria sido descoberta em 2015, pela líder comunitária e agora é utilizada pelos moradores da comunidade Nossa Senhora Aparecida para “o plantio de diversas espécies como macaxeira, mandioca, jerimum, milho, pimenta de cheiro, cará, batata doce, melancia. A forma de divisão da faixa de terra é o resultado da autogestão do território de uso comum” (Ibid., 2020, p. 77). Já ao redor da comunidade, no período da seca também é possível observar porções de terra (ilhas) que são muito utilizadas para recreio pelas crianças e também para socialização de toda comunidade.

O acesso de Manaus a comunidade se dá normalmente pelo Porto da Ceasa, de onde, partindo de lancha a comunidade fica a 10 minutos, sendo o acesso feito somente por via fluvial. O Porto da Ceasa é um terminal importante para a economia da cidade de Manaus que reúne transportes fluviais com diferentes finalidades, dentre elas: i) turismo; ii) transporte para outros municípios; iii) transporte de carga; iv) transporte para moradores das comunidades que trabalham em Manaus e para pessoas que moram em Manaus, mas trabalham nos municípios vizinhos; v) travessia de ônibus, carros e caminhões que irão seguir para outros municípios e estados, muitos deles pela BR 319; e vi) transporte para professores da escola da comunidade do Catalão e alunos.

É importante registrar também que o modo de vida flutuante da comunidade já foi cenário para a gravação de matérias da rede Globo e, é constantemente visitada por fotógrafos e pesquisadores do mundo inteiro interessados no modo de vida da comunidade e na diversidade ecossistêmica presente ali. Uma das principais curiosidades que chamam a atenção dos turistas para a comunidade está nas casas construídas e mantidas literalmente sobre a água, em toras de madeira da espécie “*Hura crepitans L* da família *Euphorbiaceae*”, popularmente conhecida como açacu, que servem como boias naturais para sustentar as construções” (FERREIRA DE SOUZA, 2020, p. 5). O morador responsável pelas primeiras casas flutuantes do lago - identificado nesta pesquisa como COMUCT04 - ainda reside na comunidade e hoje passou seu ofício para filhos e netos que mantém a tradição de construção dos flutuantes.

Basicamente tudo na comunidade é sobre as águas: a escola, as igrejas, o tráfego para visitar um vizinho, casas de farinha, a criação de animais domésticos, galinhas e até mesmo pequenas plantações de frutas, verduras e hortaliças. Apesar disso, Ferreira de Souza (2020) também identificou a partir de sua pesquisa que o mundo do trabalho na comunidade está dividido majoritariamente em: plantio, pesca, comércio local e prestação de serviços na escola. Do plantio gera-se produtos como a farinha e o pé-de-moleque que diferente do que pode ser encontrado em supermercados em forma de um doce de amendoim em placas duras, no Amazonas, trata-se de “uma espécie de bolo de mandioca” enrolado na folha da bananeira (Ibid., 2020, p. 80) conforme ilustra a figura 14.

Figura 14. Comunitários do Catalão no manejo da mandioca. **A.** Descasque da mandioca; **B.** Preparação do pé-de-moleque para venda.



Fonte: Ferreira Souza (2020, p. 81).

Além do plantio realizado na faixa de terra na costa do Catalão, existem também ao redor da comunidade pequenas serrarias onde se trabalha com a comercialização de madeira, mas sobre isso, para Santos (2013) citado por Ferreira de Souza (2020, p. 84) “embora se trabalhe no lago do Catalão com

motosserras e a matéria-prima não seja proveniente de áreas manejadas, a extração não estaria na ilegalidade, porque praticamente não tem representatividade na indústria madeireira do estado, sendo mais uma estratégia de assegurar renda familiar”.

A autora relata ainda que,

Santos (2013) observou que as árvores utilizadas nessas micro serrarias caem com o efeito natural do desbarrancamento da várzea e são capturadas no próprio rio, quando dali são transportadas até as serrarias improvisadas. As espécies mais comuns coletadas nos rios e beneficiadas no lago Catalão são: assacu, castanharana, munguba, sumaúma, carapari, embora ocorra de encontrar outras espécies como maçaranduba, piranheira, itaúba, louro e jacareúba, que também são árvores da região de várzea. É necessário demonstrar, no caso de uma fiscalização da polícia ambiental, a característica da árvore para comprovar que ela não tem precedência de extração ilegal. Em síntese, as árvores ali trabalhadas não são encontradas no próprio local (FERREIRA DE SOUZA, 2020, p. 84).

No conjunto de imagens da figura 15, temos outros registros da comunidade feitos em 02 de abril de 2019 durante atividade de campo da disciplina *Educação, Cultura e Sociedade* ministrada pela orientadora desta pesquisa, onde se pode observar uma das casas de farinhas por dois ângulos (figura A e B), uma das mercearias da comunidade e um plantio flutuante na casa de comunitários.

Figura 15. O viver sobre as águas no Catalão. **A e B.** Casa de farinha; **C.** Merceria do Catalão; **D.** Plantações suspensas.



Fonte: Oliveira Alano e Jesus (02/04/2019).

A comunidade conta atualmente com uma escola da rede municipal que oferece o ensino fundamental I e II e o Ensino Médio Técnico mediado. Segundo os moradores, a escola funciona como o coração da comunidade, por desenvolver atividades que costumam envolver os pais dos estudantes e os demais moradores: festas, gincanas e reuniões, tudo para proporcionar às crianças e adolescentes alternativas de lazer sem precisar se deslocar da comunidade para a área urbana. Conforme o gestor da

escola à época do campo, a escola recebe alunos de Manaus que atravessam o rio de lancha todos os dias. A justificativa dos pais se dá pela segurança, pois eles consideram as escolas da capital muito perigosas.

A escola segue o encher e secar das águas, por isso funciona de maneira diferente das demais escolas que ficam em terra firme. Na figura 16, estão alguns registros de dois momentos diferentes em campo: as figuras A e B, em abril de 2019; e as figuras C e D, em dezembro de 2020, quando a escola estava em recesso. No período em que o rio está cheio, uma balsa antiga (figura C) “estacionada” nas proximidades da comunidade vira campo de futebol para as crianças e adolescentes que só podem desfrutar de outra forma de campo no período da seca quando algumas porções de terra aparecem (figura D).

Figura 16. O catalão e a escola no período da cheia e da vazante. **A.** Estudantes em canoa particular; **B.** Lancha da prefeitura de Iranduba; **C.** Balsa que serve de campo de futebol no período da cheia; **D.** área de terra firme exposta no período da seca.



Fonte: Oliveira Alano (02/04/2019); Oliveira Alano e Jesus (10/12/2019).

Com a construção de um viveiro do peixe pirarucu em 2005, operadoras, agências e guias de turismo aliaram a simulação de pesca do peixe junto ao modo de vida flutuante da comunidade como atrativo a serem ofertados nos passeios turísticos regionais, fazendo com que a circulação de embarcações de turismo na comunidade aumentasse consideravelmente. Segundo relatos dos comercializadores/operadores participantes da pesquisa, os turistas se interessam pela comunidade do Catalão em razão dos seguintes fatores:

Pela diferença do seu modo de vida. É como as vilas do Camboja/Vietnã, pequenos vilarejos indianos na beira do rio. Não tem açacu em SP :) Imagina ver uma casa flutuante... ou vir aquele brigou com o vizinho leva a casa embora e acorda em outro lugar. Folclore de mazelas, mas cultura cabocla raiz (CM01, Questionário de pesquisa, 2020).

Porque é uma realidade única. E isso torna a visita à comunidade bastante especial. Muitos clientes costumam comentar que durante a visita ao Catalão, eles se sentem na Veneza amazônica (CM02, Questionário de pesquisa, 2020).

Essa visão sobre o modo de vida das comunidades indígenas e tradicionais da região amazônica, faz parte de um movimento de regresso ao passado, da necessidade de poder entrar em contato com um modo de “ser” e “estar” no mundo não “corrompido” e para onde se pode fugir por um determinado período de tempo (SANTANA, 2008). E muito embora esse público esteja, em muitos casos, motivado pelo desejo de conhecer a cultura local dessas comunidades e como se dá sua simbiose com a natureza, os autores chamam atenção para o aspecto mercadológico inerente ao fenômeno turístico em que muitos empreendimentos, ao reconhecerem a emergência de um nicho de mercado que busca produtos e serviços vendidos sob o selo verde.

Conforme aponta Pires (2002), Dias (2008) e Maldonado (2009) citado por Novo (2015) não se pode negar experiências positivas e a capacidade do turismo, quando bem planejado, de gerar benefícios para as comunidades e agir como um importante instrumento capaz de dissipar problemas sociais como a pobreza. Não obstante, essa realidade ainda não pode ser observada na comunidade Nossa Senhora Aparecida do lago Catalão, onde o turismo acontece de forma arbitrária há pelo menos 14 anos. Por lá, ainda não se pode – em hipótese alguma - dizer que o turismo é comunitário ou mesmo que se trata de ecoturismo, pois apesar das contradições ideológicas que permeiam este segmento seus princípios básicos não podem ser observados na realidade do Catalão.

A despeito disso, Ferreira de Souza (2020, p. 86) também registrou um importante relato da líder comunitária a época:

Essa atividade do turismo, a gente foi lá com o rapaz que vende “lembrança” pra turista, só ele que ganha com turismo aqui, a comunidade não ganha nada. Nós somos vendidos diariamente, não tem um dia que não tenha turista tirando foto de tudo, até minhas bananeiras, tudo é atração. Uma professora deu ideia de a gente fazer um projeto (de turismo) para que a comunidade venda o pacote, que os guias sejam daqui da comunidade. Maravilhoso. Mas é um processo longo sem certeza de acontecimento, mas eu sei que seria ótimo se a gente pudesse fazer isso. Turista teria que pagar xis valor por canoa ou por pessoa ou pelo menos que ele empresário local, deixasse pelo menos 1 real pra comunidade de cada turista ou cada embarcação que entra aqui, porque aqui não fica nada.

Além do relato acima, no quadro seguinte (10) estão organizadas algumas falas dos moradores obtidas durante o campo na comunidade, onde pode ser observado o ponto de vista dos mesmos sobre a atual forma como o turismo é desenvolvido, bem como sua visão sobre um possível ordenamento do turismo na comunidade.

Quadro 10. Trechos dos relatos dos moradores do Catalão obtidos durante a entrevista.

Identificação	Tempo de moradia	1. O que o(a) senhor (a) acha da presença de turistas na comunidade?	2. O que o(a) senhor (a) acha de ter turistas fotografando na comunidade?	3. O que o(a) senhor (a) acha da possibilidade da comunidade desenvolver um roteiro turístico dentro da comunidade? O(a) sr

				(a) acha que o turismo poderia trazer benefícios para a comunidade?
COMUCT01	05 anos	Eu moro aqui na entrada, mas lá dentro vai bastante lancha, todo dia o tempo todo. Eles param pra tirar foto de tudo, na escola, na igreja, tem até um vídeo no Youtube. Eu não acho legal, mas é o trabalho deles né!?	Eu acho um pouco ruim, invasivo, porque às vezes a gente tá fazendo nossas coisas, pescando...aí eles param pra tirar fotos da gente. Perguntam sobre tudo, aí eu acho meio chato. Não se sabe se quem vem fotografar na comunidade dá alguma contrapartida.	Eu acho que seria bom. Eu acho que sim, porque o [proprietário do viveiro] vive disso, ele ganha muito dinheiro ali naquele viveiro, o meu filho já trabalhou lá.
COMUCT02	21 anos	É bom no princípio, eu acho totalmente assim, por uma parte que eles vem assim né, na minha parte é errado, assim. Não por eles vim né, porque a gente não pode proibir, mas sim sem, pra eles vim sem deixar uma renda na comunidade, sem uma contribuição né. Porque geralmente aqui nós temos vários pontos atrativos aqui, no caso: um é a escola, o nosso encontro das águas aqui próximo; temos uma lixeira agora que foi inaugurada há poucos dias. Uma lixeira flutuante né. E a minha opinião é essa, que eles viessem assim, mas só que vai também da comunidade né, nós se reunir como associação montar assim, como é que se diz, um centro social de artesanato pra eles vim e deixar uma contribuição né, não pra nós, mas sim para toda comunidade.	É geralmente, como desde o princípio eu tentei explicar né. Eles pegam as nossas imagens, dos flutuantes e levam. Muitos é só pra lembrar por onde passou, mas muitos já usam essa imagem pra ganhar, como é que se diz? Fins né, materiais pra ganhar em cima, lucrativo. Assim, por isso que eu queria assim, que a gente daqui pra frente né [...]. A gente tamo com um projeto de montar uma Associação, Associação já tem, mas assim um centro social pra eles vim, fazer uma contribuição, fotografar. Aí sim, a gente sabe que eles estão deixando um fim lucrativo pra comunidade.	Sim, olha só. Se nós analisarmos aqui nós temos quatro lagos e todos os quatro lagos tem a vitória-régia [...] Se você olhar a fauna, flora, macacos, bichos-preguiça, tem. Eu creio que se a gente montarmos, tivesse o apoio né de fora, pra gente montar. Porque aqui quando seca, dá pra gente fazer uma trilha, não degradando a natureza, mas sim uma trilha terrestre, só limpando né, pros lagos. Eu creio que era uma boa ideia né.
COMUCT03	30 anos	Eu acho bom, acho maravilhoso não me importo...é de eles virem. Agora o estranho que eu acho, é que nós somos vendidos todos os dias né. Nós somos vendidos diariamente e só é vendido, mas não ganhamos nada com isso. A nossa comunidade tá em todos os pacotes de turismo por aí, a cidade flutuante. Mas em compensação, eu até falo com os meninos, com os canoieiros que trabalham com turismo. Fizemos uma reunião. Vocês nos vendem todos os dias, mas vocês até os que trabalham com turismo daqui não tem sequer noção de: não qual é a forma que nós vamos buscar de contribuir com a comunidade. Então o turista sempre acha maravilhoso. Sempre eu dou a atenção que eles precisam, eu tento dá até o melhor. Mas eu fico triste com essa parte, que nós somos comercializados, entendeu!? Mas não temos um retorno. Aquele pescador que vive com aquela família que vive de Bolsa Família, turista acha maravilhoso jogar uma tarrafa, pescando e tudo. Aquela imagem foi maravilhosa pro turista. O cara que trouxe ele, foi lindo. Aí saiu contente porque o canoieiro trouxe ele e ele viu aquela cena maravilhosa, mas aquele pescador continua pobre. Se ele está precisando de um remédio continua sem remédio	Eu não me importo. A minha revolta é de ser vendida e a gente não ter um apoio. Mas a gente...eu acho é maravilhoso. Se nós somos fotografados diariamente, é porque somos bonitos, entendeu!? Não me importo.	Tudo que venha beneficiar, eu acho maravilhoso. Entendeu? Tem até um pessoal, que quer fazer...estão com um projeto pra cá. [...] Eu quero um dia vir alguém com integridade, ver o nosso potencial, porque nós temos potencial [...] Meu sonho é que venha alguém e diga: olha nós viemos aqui fazer um projeto que venha beneficiar vocês, e não um projeto para se beneficiar à custa de vocês, que aqui acontece muito isso.

		porque não tiveram coragem de levar pra ele dez reais pra contribuir pra comprar remédio ou kilo de açúcar. Então, existe sim esse lado da minha revolta entendeu!? Não com o turista, mas as pessoas que se aproveitam da comunidade né, da gente, pra se dar bem e não se quer dá um apoio.		
COMUCT04	39 anos	Olha, o turismo quando é feito um planejamento com a comunidade é muito bem-vindo. Mas quando vem da maneira que esses aí vêm, só pra se aproveitar da comunidade. Não tá fazendo nada. Quem sabe não vai trazer até um vírus desse que tá emprestando o mundo inteiro. Então, é preciso que tivesse alguém, tivesse um meio de fazer um planejamento. Pra ir numa...num centro desse, numa agência dessa de turismo, fazer tipo um contratozinho. Mostrar pra eles que aqui tem como trabalhar com o turismo, aí ia né...ia trazer benefício.	Deus me livre rapaz! Aqui então, aqui em casa. Eu digo: rapaz vou cobrar. Po##a demais rapaz. Isso é até crime. É porque aqui, na realidade aqui no lado Catalão, ninguém se preocupa com o bem da comunidade, ninguém [...].	Seria bom, mas pra se fazer... uma comunidade com auxílio de outras pessoas, de governo, prefeitura. Pra gente fazer um, um trabalho com a área do turismo falta muita coisa aqui.
COMUCT05	18 anos	Então, eu vejo assim né, que o turismo ele é uma grande fonte de renda aqui na comunidade. É, Sempre passa lanchas, muitas lanchas aqui dentro da comunidade assim, só que a comunidade, assim daqui né, ainda não fez assim, fez algo né pra que eles viessem deixar uma fonte de renda aqui dentro da comunidade. Mas eu vejo que pra cooperativa isso é muito bom, pra cooperativa que trabalha né com turismo. Pesquisadora: mas é uma cooperativa que existe aqui ou é outro lugar. R = Não, lá no porto. já recepção, assim que os turistas chegam já tem a cooperativa. Pesquisadora: Mas não é todo mundo da comunidade que trabalha lá né? R = Não, alguns. Mas eu vejo assim que é muito bom o turismo.	Eu acho assim que... é, eles tinham que pedir autorização né. Porque eu já vi que falam assim, se você não quiser que a sua imagem apareça é um direito seu e eles tiram né e mostram, mas ninguém nunca questionou, ninguém nunca foi atrás. Mas eu conheço os nossos direitos né, se a gente for né. Porque não pode só eles chegar assim né, com a pessoa né: - olha eu queria tirar umas fotos - aí se a pessoa autorizasse, aí tudo bem né. Mas muitos aí que eles entram aí vão tirando mesmo, eles acham interessante o modo de vida né. Aí vão fotografando.	Seria muito bom né...algo há que pensar né, a planejar.

Fonte: Diário de campo (2020).

Organização: Oliveira Alano (2021).

A fala dos comunitários participantes exprime um sentimento de insatisfação por um uso de imagem que acontece sem permissão, sem retorno financeiro e sem qualquer autonomia por parte dos mesmos no gerenciamento de como essa visitação ocorre e sua frequência. Essa realidade expõe um dos piores efeitos do turismo que   de comercializar aspectos da vida humana e animal, como coisas que possuem valor de venda, mas não o direito a esse valor.

Em campo, registrou-se ainda um relato de que pelo fato da comunidade estar na localizada sob a água, esta estaria sob domínio da Marinha e, por isso, a comunidade não teria a autonomia de proibir a entrada dessas lanchas ou mesmo cobrar uma taxa de visitação.   como se os rios fossem vias públicas, onde os veículos podem trafegar   vontade, devendo satisfação apenas ao estado ou ao órgão responsável, mas não aos moradores (Diário de campo, 2020).

De acordo com a entrevista realizada com comunitários, dentre eles a líder, existe interesse de uma boa parte dos moradores em desenvolver algum tipo de atividade ou serviço gerenciados por eles

para serem beneficiados pelo turismo. Essa possibilidade já teria sido discutida muitas vezes em reuniões da Associação, no entanto, até o momento ainda não houve um acordo. Ademais, segundo relatos, nunca houve um apoio efetivo dos órgãos de turismo do estado e do município para ajudá-los no sentido da oferta de cursos sobre atendimento ao turista, oficinas ou palestras a respeito de como a comunidade pode trabalhar com turismo.

No momento do campo foi informado que após a construção de uma lixeira comunitária, feita com fundos arrecadados pelos próprios moradores, o próximo passo pretendido pelos comunitários é construir um centro social com o objetivo de tornar esse centro um ponto de parada obrigatória das embarcações de turismo que adentram na comunidade, de maneira que assim, alguma renda seja deixada a uma parcela maior da comunidade e não somente no viveiro de pirarucu. Observa-se aqui, que mesmo sem saberem como fazer ou nomear, a comunidade já possui noções e características potenciais de um turismo de base comunitária.

Sobre a possibilidade de ordenamento do turismo, a pesquisa também buscou saber dos comercializadores/operadores do Safári Amazônico, se os mesmos já tiveram a intenção de deixar na comunidade algum valor como taxa de visitação: dos participantes 66,7% responderam NÃO e 33,3% responderam SIM. Outro questionamento feito refere-se à disposição dos mesmos em fazer parcerias caso a comunidade manifestasse interesse em organizar algum produto ou serviço: 83,3% responderam SIM, enquanto 16,7% responderam TALVEZ, não havendo nenhuma resposta negativa à possibilidade de parceria com a comunidade.

Tais questionamentos foram feitos a fim de observar o posicionamento dos comercializadores/operadores sobre a necessidade de deixar algum benefício para a comunidade, uma vez que a mesma já é utilizada como atrativo. No entanto, sabe-se que esse é um questionamento que precisaria alcançar um contingente maior de comercializadores/operadores e que as respostas estão sujeitas ao controle dos participantes e, portanto, podem não representar 100% da realidade dos fatos, no que concerne a intenção dos mesmos em cooperar com o ordenamento do turismo na comunidade.

3.3.1.1 O viveiro de pirarucu localizado na comunidade do lago do Catalão

O peixe pirarucu (*Arapaima Gigas Schinz*) conhecido como o maior peixe de escama a habitar alguns dos rios doces no Brasil, é também visto como uma espécie de bacalhau brasileiro e costuma habitar lagos e florestas de várzea. Sua pesca é regulamentada pela Instrução Normativa Nº05 de 21 de maio de 2004, do Ministério do Meio Ambiente (MMA) que busca proteger esses animais da pesca predatória responsável por reduzir consideravelmente suas populações em diversas regiões (PASCHOALINI E BARBOSA, 2016). A criação do peixe em cativeiro para o abate comercial é permitida, desde que o interessado passe por todos os trâmites legais exigidos. Segundo o proprietário do viveiro localizado na comunidade do Catalão, todos os peixes da plataforma possuem nota fiscal e mesmo com a permissão de venda, a criação dos peixes atualmente é só para turismo (Diário de campo,

2020).

Além do viveiro da comunidade do Catalão, foi possível identificar outros dois com a mesma finalidade: um no lago Januari e outro na plataforma de interação com o boto cor de rosa conhecido como *Recanto do Boto*, no lago de Acajatuba, próximo ao Arquipélago de Anavilhanas no Município de Novo Airão há 190 Km de Manaus. Paschoalini e Barbosa (2016) identificaram que no flutuante também existe um tanque destinado a criação do pirarucu utilizado para fins turísticos. Na pesquisa, os autores constataram a presença de “sete pirarucus de diferentes tamanhos e peso em um tanque de madeira de 25 m² de área e 2 m de profundidade, submerso em água natural corrente do lago Acajatuba” (Ibid., 2016, p. 71).

Não foi possível realizar campo nas plataformas *Recanto dos Botos* e no Januari, no entanto, a existência do viveiro no Januari, além de ser confirmada pelo proprietário do viveiro do Catalão que diz se tratar de um local que não possui nenhuma infraestrutura para esse tipo de atividade, também foi identificada por meio de imagens durante a pesquisa de preços (Diário de campo, 2020).

A atividade com o peixe consiste em amarrar um peixe menor conhecido como sardinha (*Triportheus spp*) na ponta de uma corda de aspecto grosso que fica presa em uma vara de madeira, de modo a imitar uma vara convencional de pesca e a corda, uma linha. A vara com a isca é colocada na água pelo turista que mede forças com o peixe para puxá-lo para fora, como em uma “pesca” de modo que seja possível forçar o peixe a sair o máximo possível da água para visualizá-lo. Devido aos tanques serem de madeira e suas laterais internas “protegidas” com telas de borracha, foi possível observar em campo que ao debaterem-se para puxar a isca da vara, os pirarucus acabam batendo com muita força nas laterais do tanque o que pode acarretar em machucados.

O ocorrido também foi observado por Paschoalini e Barbosa (2016, p.73 e 74) no flutuante *Recanto dos Botos* ao relatarem que:

Devido a força empenhada por ambas as partes, existe o risco de lesão tanto para turistas quanto para pirarucus. Os riscos para o animal se atribuem principalmente a lesões causadas pelo retorno forçado da isca e da porção de corda ingerida, que podem proferir injúrias no estômago e faringe, e, nas formas mais graves levar ao óbito. A força desempenhada por ambas as partes também pode resultar na ruptura da vara de madeira, que em velocidade e força pode atingir o turista e provocar ferimentos sérios [...].

Tal fato faz jus ao registrar um comentário do proprietário do viveiro do Catalão, que quando perguntado sobre a quantidade de peixes em um dos tanques, afirma que “se tu cair aqui dentro, tu morre”, evidenciando um risco em potencial para os turistas que praticam esse tipo de interação com o peixe (Diário de campo, 2020).

Na plataforma identificou-se quatro tanques em funcionamento e um em construção. Quando perguntado sobre a quantidade de peixes dentro de um dos tanques, o proprietário informou ter cerca de “80 peixe aqui dentro” (Diário de campo, proprietário do viveiro, 2020). Vale lembrar que o pirarucu é um peixe que chega a medir 3 metros de comprimento e pesar 200 kg. De acordo Paschoalini e Barborsora (2016, p. 69) no baixo rio Negro, as tentativas de “exibição turística com pirarucus é realizada de forma

precária [...]” e “[...] envolve risco potencial de estresse para os pirarucus [...]”. Na figura 17, pode ser observada a condição da plataforma do Catalão, as varas de madeiras, os tanques em funcionamento e algumas embarcações com turistas que chegaram na plataforma no momento do campo.

Figura 17. O viveiro do peixe pirarucu no Catalão. **A.** Tanque em construção e ao lado outro em funcionamento identificado como 1; **B.** Tanque número 2; **C.** Tanque número 3 com cobertura; **D.** Tanque número 4; **E.** Vara de madeira usada na interação; **F.** Filhotes de pirarucus no tanque nº4, onde pode ser observado a tela que reveste os tanques.



Fonte: Oliveira Alano e Jesus (06/03/2020).

Durante a manhã em que se esteve na plataforma realizando a pesquisa, foi possível contabilizar a chegada de oito embarcações, sendo: um barco de passeio, uma lancha grande e seis lanchas pequenas. Na chegada de uma das lanchas pequenas que transportava quatro turistas, ao abordar o guia responsável para pegar informações sobre preços, foi possível notar que o guia estava alcoolizado, exalando cheiro de bebida. Foi observado também que o guia portava no pescoço um crachá de guia, no entanto, não é possível afirmar se o mesmo mantém seu Cadastur atualizado ou mesmo se tratava-se de um trabalhador informal, conhecido popularmente como “pirangueiros”. Salienta-se ainda, que não se obteve sucesso na

tentativa de contato, pois, quando abordado houve uma reação de rispidez para com a pesquisadora e a orientadora que também estava presente, pensando se tratar de fiscalização (Diário de campo, 2020).

Mesmo a pesquisa de campo tendo sido realizada uma semana antes de ser constatado o primeiro caso de COVID-19 no Amazonas (13 de março de 2020) e uma semana após a constatação do primeiro caso no Brasil (26 de fevereiro de 2020), o proprietário do viveiro relatou já estar sentindo o impacto da pandemia e que em uma situação diferente, a plataforma já chegou a receber, de uma única vez, uma quantidade de 400 (quatrocentos) turistas de diversas embarcações que chegavam ao mesmo tempo (Diário de campo, 2020).

O proprietário relatou ainda estar em processo legal para levar a plataforma um dos maiores mamíferos de água doce da região amazônica, o peixe-boi (*Trichechus inunguis*). Além de construir uma plataforma de interação com o boto cor de rosa, um empreendimento que custaria cerca de R\$300.000,00 a R\$350.000,00. Junto a essa informação, o proprietário afirma que para manter o funcionamento da plataforma tem um custo mensal que oscila entre R\$15.000,00 a R\$20.000,00, com funcionários, ração dentre outros itens (Diário de campo, 2020).

Segundo apontam Newsome e Moore (2012) citados por Paschoalini e Barbosa (2016) desde que passou-se a admitir atividades turísticas envolvendo interação com a vida selvagem ou animais em cativeiro como uma possibilidade de conservação e preservação, iniciativas deste tipo surgiram por todo mundo e se tornaram empreendimentos muito rentáveis – os safáris de caça e fotográficos nos países africanos, Austrália e América do Norte, assim como o turismo de pesca no Brasil, podem ser citados como exemplos. Não obstante, Reynolds e Braithwaite (2001 apud PASCHOALINI E BARBOSA, 2016, p. 75) alertam que tal “interação é tratada na literatura como arriscada, uma vez que implica em questões de segurança, bem-estar animal, ética, utilização consciente do potencial turístico e até mesmo problemas de conservação”.

Para os autores, não nega-se os benefícios psicológicos e econômicos dessas interações do ponto de vista humano, no entanto, atividades como a alimentação artificial podem ocasionar mudanças consideráveis no comportamento dos animais, por isso, o modelo atual de interação com esses peixes precisa ser revisto. Para Pires (2002) e Dias (2008) a interação turismo-homem-natureza é inevitável e constante, mas essa interação precisa ser minuciosamente planejada para que os impactos negativos sejam reduzidos ao máximo. Se essa interação não cumpre o que justifica a atividade, gerando conservação, valorização e sensibilização, o papel no qual o ecoturismo se apresenta como aliado é falho.

Na percepção de alguns dos turistas participantes da pesquisa, a vista a comunidade do Catalão foi:

Incrível, nunca tinha visto algo parecido de perto e foi legal conhecer as estruturas (TUR02, Questionário de pesquisa, 2020).

Muito interessante a forma como vivem todos na comunidade (TUR04, Questionário de pesquisa, 2020).

Um novo olhar sobre a vida, e as dificuldades encontradas, hoje já muito forçados no turismo e capitalismo (TUR05, Questionário de pesquisa, 2020).

Inusitada...uma cidade nas águas. Muita tranquilidade por lá. Encantador (TUR10, Questionário de pesquisa, 2020).

Se for a que estou pensando, visitei uma estrutura flutuantes super interessante, em relação aos troncos que duram 50 anos e boiam. Mas discordo que houve visita a comunidade. Não conhecia nada da história de vida ou forma de viver da comunidade. Apenas produtos. Bonitos, válidos, mas exclusivamente venda de produtos (TUR11, Questionário de pesquisa, 2020).

A princípio tudo bonito e organizado, mas quando se olha com mais cuidado percebe-se muito lixo acumulado atrás das casas. Não sei se há coleta seletiva (TUR13, Questionário de pesquisa, 2020).

A fala do participante TUR11, apresenta a ausência de interpretação e informação a respeito da comunidade, contrariando a justificativa de alguns comercializadores/operadores de que o passeio contribui para a valorização do modo de vida da comunidade, ficando limitado a sua experiência no que diz respeito a observação dos elementos arquitetônicos da comunidade, paisagem natural, fotografia e a compra de artesanatos que também é possível fazer na plataforma do viveiro de pirarucu.

Em linhas gerais, a despeito da possível prática de um ecoturismo na comunidade, concorda-se com Irving, Azevedo e Lima (2018, p. 225) ao afirmarem que o termo em muitos casos, tem funcionado como “rótulo [...] de maneira equivocada e banalizada para qualificar qualquer tipo de turismo, no qual o bem natural é o atrativo, mas os compromissos com a sustentabilidade não parecem claros”. Do ponto de vista dos benefícios econômicos, a comunidade está à margem, uma vez que esse benefício está concentrado em um número de pessoas muito limitado (associados da cooperativa de barcos SoliNegro e ao proprietário do viveiro de pirarucu). Pelo viés da valorização dos aspectos culturais, não é suficiente dizer que o mesmo acontece ao ser comunicado a partir da fala dos operadores do passeio (e não pelos próprios comunitários) e pelo ato dos turistas em fazer fotografias e vídeos da comunidade. Olhando a partir da valorização e conservação dos aspectos ambientais, o atual modelo de interação com o peixe de viveiro com varas de madeiras e tanques superlotados, não pode ser eleito uma prática ecologicamente correta e sustentável.

Em síntese, a pesquisa possibilitou identificar a insatisfação da comunidade com a atual forma que o turismo acontece por lá, frisando principalmente a questão da ocorrência diária da atividade e do assédio da imagem, mostrando que existe uma consciência dos mesmos de que são comercializados em muitos pacotes de turismo e de não se beneficiarem disso. Além disso, identificou-se também durante o campo uma vontade antiga da comunidade em trabalharem com turismo, porém, os mesmos dizem não serem assistidos de nenhuma forma para que isso se torne uma realidade e o atual cenário mude.

No próximo subtópico apresentaremos um pouco das comunidades indígenas da RDS Tupé e Puranga Conquista envolvidas atualmente no passeio Safári Amazônico. Vale lembrar novamente que não foi possível realizar campo nas comunidades devido ao cenário da pandemia de COVID-19, e por isso, foi utilizado como fonte de dados o relatório final do Estudo Socioantropológico realizado por três pesquisadoras representantes do Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Cultura Amazônica (Neicam).

O estudo completo para apreciação está disponível na página do site¹⁶ do grupo e consta nas referências da dissertação.

3.3.2 As comunidades indígenas das RDSs Tupé e Puranga Conquista

O turismo em comunidades indígenas vem nos últimos anos sendo acionado por esses sujeitos e pelo mercado turístico sob diferentes justificativas. Dentre elas, a valorização do modo de vida, dos aspectos culturais, sociais, ambientais e de que, por meio do turismo, seja possível proporcionar às comunidades melhores condições materiais de vida e bem-estar a esses sujeitos que historicamente vivem negligenciados e em situação de vulnerabilidade social.

A partir da segmentação turística do mercado, o turismo em comunidades indígenas pode ser compreendido como uma submodalidade do turismo cultural (CORBARI, 2015 apud PROENÇA, 2020). As autoras indicam que a nomenclatura dada ao tipo de turismo desenvolvido por essas comunidades está, muitas vezes, condicionada ao viés da tipologia/segmento/modalidade que se pretende vender ou no caso dos turistas, adquirir/experienciar. Podendo então serem incluídos em propostas de um turismo cultural (e suas submodalidades como étnico, xamânico, etnoturismo, patrimonial e etc), como também em propostas de um turismo voltado a questões que atentem para a preservação da natureza como o ecoturismo, por exemplo.

As comunidades indígenas Tuyuka e Diakuru (RDS Tupé), Cipiá e Tatuyo (RDS Puranga Conquista) foram estudadas por Cruz, Auzier e Dias no período de 2018 a 2019, durante uma pesquisa para elaboração de um estudo socioantropológico, um trabalho inédito, pois não havia (à época) e ainda não há (até o momento presente), nenhum estudo com a densidade sobre a constituição das referidas comunidades e de suas experiências com o turismo. O estudo foi fruto da atuação das pesquisadoras no Grupo de Trabalho Institucional para o Ordenamento Turístico dos Núcleos Indígenas do Baixo Rio Negro (GT Indígenas Tupé/Puranga/PS, composto por representantes de diferentes instituições governamentais e não governamentais, em atendimento a uma demanda do Ministério Público Federal.

Por se tratar de duas Reservas de Desenvolvimento Sustentável, Cruz et al. (2019) apontam que as comunidades foram tratadas como invasoras por um tempo e sua permanência nesses territórios teria sido “legalizada” mediante acordo e o esforço das famílias indígenas que ocupavam/ocupam diferentes localidades, ao realizarem a compra dos terrenos dos supostos “donos das terras”. No entanto, mesmo com a compra dos terrenos, conforme evidenciam as autoras, essas famílias continuaram/continuam desassistidas de serviços básicos como água potável, tratamento de esgoto, acesso à saúde, transporte, educação e infraestrutura em geral de acesso às comunidades. Em resumo, essas famílias indígenas enfrentam condições sanitárias e sociais extremamente delicadas, além de embates e limitações do uso do território por estarem em RDS e não em Terra Indígena (TI) (CRUZ et al. 2019).

¹⁶ Site do Neicam: < <https://neicamuea.wixsite.com/neicam> >

Mediante a essa problemática, concorda-se com o que aponta Proença (2020) para quem, do ponto de vista antropológico e da Geografia Humana, no que concerne aos povos indígenas, seus direitos não podem ser limitados a instrumentalização jurídica e política responsável pelo processo de demarcação das terras indígenas. A estes sujeitos deve ser assegurado o direito de que, como povos originários, possam se estabelecer em espaços onde suas necessidades materiais e de reprodução sociocultural sejam atendidas.

As famílias indígenas que constituem as comunidades supracitadas – vindos da região do Alto rio Negro - exemplificam na prática movimentos de migração para outros territórios motivados por conflitos como a presença de garimpeiros, invasão das terras indígenas por fazendeiros, contaminação dos leitos dos rios e, por sua vez, da qualidade dos peixes pelos rejeitos da mineração, dentre outros motivos (GOMES, 2006 apud CRUZ et. al, 2019). No caso dos grupos indígenas da região do Alto rio Negro, “uma região localizada no Noroeste Amazônico, que abrange a tríplice fronteira (Brasil, Colômbia e Venezuela)”, os autores relatam que essa migração começou a ocorrer nos anos 1960, e a Zona Franca de Manaus também aparece como um motivador desse fluxo migratório.

Ao que consta no estudo socioantropológico, as quatro comunidades são resultado de vários desmembramentos do grupo indígena localizado na comunidade São João do Tupé na RDS Tupé. Uma comunidade que não é formada majoritariamente por indígenas, compreendida como a pioneira na oferta desse tipo de atratividade com danças na última década dos anos 1990, para o início dos anos 2000 (MANFREDO, 2017). Contudo, após a recém-criação das demais comunidades indígenas em outros espaços da RDS Tupé, bem como, na Puranga Conquista, o fluxo turístico na comunidade São João do Tupé mudou, e comunidade concentra-se em desenvolver uma proposta de turismo comunitário, principalmente após terem sido inseridos no “Roteiro Tucorin”¹⁷.

De acordo com os dados levantados pelas pesquisas Cruz, Auzier e Dias (2019) após conflitos entre membros das famílias indígenas que recebiam turistas na comunidade São João do Tupé, algumas famílias teriam saído da comunidade em busca de outro espaço para ocuparem.

A comunidade Cipiá (figura 18.B), na RDS Puranga Conquista teria sido criada entre meados de 2013 a 2014, e conforme afirmam Cruz et al. (2019, p. 23) foi “partir dessa data que ocorreram sucessivas cisões entre as famílias indígenas da referida comunidade, iniciando o processo de criação de novas territorialidades em torno do turismo”.

Conforme observaram Cruz, Auzier e Dias (2019), em sua dimensão territorial, os indígenas da comunidade Cipiá produzem artesanatos, plantam, possuem espaços para roçado, criam animais, pescam e desenvolvem atividades de lazer e organizam campeonatos para o entretenimento das crianças e adolescentes, mas também enfrentam problemas relacionados ao acesso do serviço básico de saúde, transporte, coleta do lixo e educação.

Quanto à estrutura das ocas de apresentação, Cruz et al. (2019) assinalam serem bem limpas e

¹⁷ Roteiro turístico construído em parceria com o Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ) e inclui várias comunidades da RDS Tupé e Puranga Conquista. Ver: < <https://www.roteirotucorin.com/> >

organizadas, mas a precariedade da infraestrutura em geral já pode ser observada na chegada dos turistas às comunidades, quando as embarcações atracam em uma passarela de madeira relativamente instável. Como um diferencial, a comunidade Cipiá possui banheiros para uso dos visitantes, no entanto, trata-se de “uma espécie de “fossa sanitária”, caracterizando-se por uma abertura no solo com revestimento, um pouco mais elaborada que a fossa negra, sendo a única comunidade a possuir esse recurso. Portanto, caso algum turista necessite usar um banheiro, terá que ir até a floresta” caso estejam nas demais comunidades (Ibid., 2019, p. 64).

Cruz, Auzier e Dias (2019) constataram ainda que a comunidade Cipiá estava construindo casas na parte mais interna, de modo a deixar a área frontal da comunidade exclusivamente para o turismo, restringindo a circulação dos turistas. Algo totalmente compreensível, “[...] pois a constante presença dos turistas compromete sensivelmente a privacidade dos moradores. Não se trata de criar uma “falsa imagem sobre o que são” [...], mas, tão somente de criarem um espaço onde possam viver com tranquilidade [...]” (Ibid., 2019, p. 30-31).

Os Tatuyos (figura 18.A) teriam se estabelecido num primeiro momento na comunidade Tatulândia (RDS Tupé) e posteriormente foram para a atual localidade que ocupam próxima a praia na RDS Puranga Conquista. Quanto a data de criação da comunidade, os indígenas relatam ter sido em 2007, mas de acordo com a SEMA e a SEMMAS “o período entre 2011 e 2012 seria a data mais provável para a chegada dos indígenas no referido local” (CRUZ et al., 2019, p. 34).

Como observado por Cruz et al. (2019, p. 39), os Tatuyo reproduzem um modelo de plantação muito similar ao “sistema agrícola do rio Negro, cujos roçados de mandioca se entrelaçam ao cultivo de plantas medicinais, ritualísticas, aos temperos, as frutas, dentro outros” e a produção do artesanato é realizada nas horas vagas, quando não há presença de turistas de comunidade.

Dentre as quatro comunidades somente os Tatuyo possuem uma estrutura virtual¹⁸ para promover a comunidade e captar turistas diretamente, sem precisar da intermediação dos comercializadores/operadores externos. Além disso, consta no relatório socioantropológico a criação de dois novos produtos sugeridos por uma agência: o batizado indígena, onde se recebe um nome indígena, e o casamento indígena. Conforme relatado pelo dono da agência as pesquisadoras, o mesmo “sugeriu esses “atrativos” para os indígenas, pois considera uma forma de os ajudar a obter mais ganhos e que a agência não lucra com essas atividades, somente os indígenas” (CRUZ et al., 2019, p. 45).

O Núcleo indígena Diakuru na RDS Tupé (figura 18.D) passou a ocupar o atual território em 2016, e segundo relatos do líder, todos moravam na comunidade São João do Tupé e por isso possuem experiência com turismo desde os anos 2000 (CRUZ et al., 2019).

Segundo as pesquisadoras,

A designação núcleo do Diakuru (ser vivente da água) foi atribuída pelo próprio líder, J. M. D., que é filho do finado pajé R. D.11. Na sua avaliação, esse nome foi dado porque “não são uma comunidade, estão lá para trabalhar, ainda não estão organizados como uma comunidade”,

¹⁸ Site da comunidade Tatuyo: < <https://indiosamazonia.wordpress.com/> >

deixando claro que construíram a oca na praia exclusivamente para receber os turistas (Ibid., 2019, p. 46).

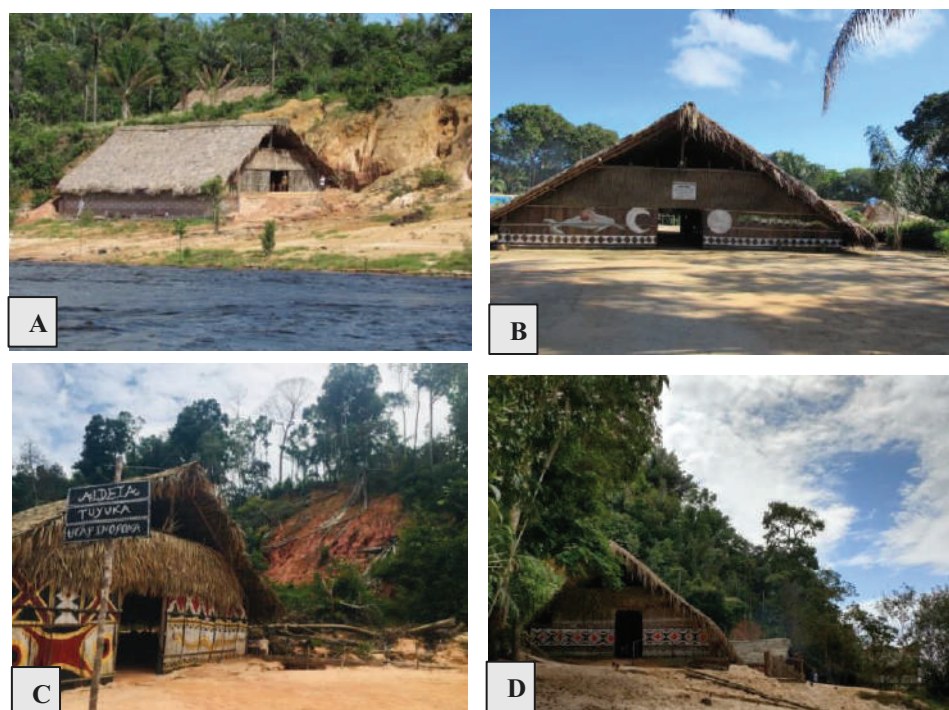
As pesquisadoras Cruz, Auzier e Dias (2019, p. 50) identificaram ainda que pelas limitações de espaço do lugar onde atualmente vivem, a maioria da alimentação é feita com “produtos industrializados, feita ocasionalmente em Manaus ou adquiridos diariamente da vendedora ambulante que percorre algumas comunidades localizadas no Baixo Rio Negro”. De acordo com as autoras, a situação de vulnerabilidade socioeconômica dos indígenas estaria tornando eles suscetíveis às tentativas de assédio dos comercializadores/operadores informais - ou pirangueiros como denominam as autoras – para concordarem em receber valores irrisórios pelas apresentações (Ibid., 2019).

A Aldeia Tuyuka (figura 18.C) também é da RDS Tupé e é resultado de conflitos entre irmãos na comunidade Diakuru, tendo o turismo como uma das principais motivações desse conflito. Conforme relatado pela equipe do Neicam, os Tuyuka estão localizados muito próximos ao território ocupado pelos Diakuru “desencadeando inúmeros atritos que vão desde questões concernentes à delimitação dos espaços, até a disputa pelos turistas. Há, ainda, relatos de agressões verbais e físicas” (CRUZ et al., 2019, p. 53).

No relatório socioantropológico Cruz, Auzier e Dias (2019, p. 59) informam que

Desde as primeiras visitas à aldeia Tuyuka, constatamos as suas dificuldades, as quais estão presentes nos relatos sobre a trajetória da saída do Núcleo do Diakuru, a falta de perspectiva de um lugar aonde ir e sem recursos para obterem a alimentação. Certamente foi essa situação de vulnerabilidade que os levou a firmar acordos com guias e, principalmente, com pirangueiros, aumentando sensivelmente os problemas na aldeia. Observamos que esses agentes sociais externos, vendo a difícil situação dos moradores, os fez vender as apresentações culturais para os turistas/visitantes a preços irrisórios, chegando ao ponto de realizarem rituais fiado [...].

Figura 18. Ocas de apresentação das comunidades. **A** Tatuyo; **B**. Cipiá; **C**. Tuyuka; **D**. Diakuru.



Fonte: Cruz; Auzier e Dias (2019) – Arquivos Neicam 2018.

Cruz, Auzier e Dias (2019) relatam no estudo socioantropológico que desde o processo de criação de cada uma das comunidades: é frequente a mudança de membros de uma comunidade para outra; a contratação de membros indígenas para trabalharem com turismo em outras comunidades; e também a migração de novos “parentes”¹⁹ da região do Alto rio Negro, mas precisamente São Gabriel da Cachoeira, para ajudarem na composição das comunidades e nos grupos que se apresentam para os turistas. No quadro 11, estão dispostos alguns dados coletados por Cruz et al. (2019) sobre a composição das comunidades, etnias e quantitativo de membros que totalizavam à época da pesquisa, quando havia cerca de 90 (noventa) indígenas distribuídos entre as quatro comunidades.

Quadro 11. Etnias presentes e quantidade de membros por comunidades.

Identificação	Etnias	Nº famílias	Nº membros
Comunidade Tatuyo	Wanano, Tatuyo, Desana, Tukano, Karapanã, Tariana, Arapaço, Kubeo	07	37
Comunidade Cipiá	Tuyuka, Tucano, Desana, Bará, Piratapuia	06	26
Aldeia Tuyuka	Bará, Tuyuka, Tukano e Tariano	05	15
Núcleo Diakuru	Tukano, Desana, Tikuna, Baré	04	12

Fonte: Cruz, Auzier e Dias (2019)

Organização: Oliveira Alano (2021) com base nos dados coletados pela equipe Neicam (2019).

De acordo com Cruz, Auzier e Dias (2019) um dos maiores problemas enfrentados no ordenamento do turismo nessas comunidades, refere-se a organização do trabalho e a compensação financeira pelo serviço. Embora as famílias possuam plantações, hortas, pesquem e criem animais, segundo as informações do estudo socioantropológico realizado pelas referidas autoras, toda extração é para subsistência e o turismo acaba sendo colocado como a principal atividade remunerada das famílias. Nas comunidades Tatuyo e Diakuru (RDS Tupé), além dos Tatuyos (RDS Puranga), Cruz et al. (2019) afirmam se tratar de comunidades menos favorecidas em relação ao território que ocupam e, por isso, enfrentam muitas dificuldades na negociação com os pirangueiros.

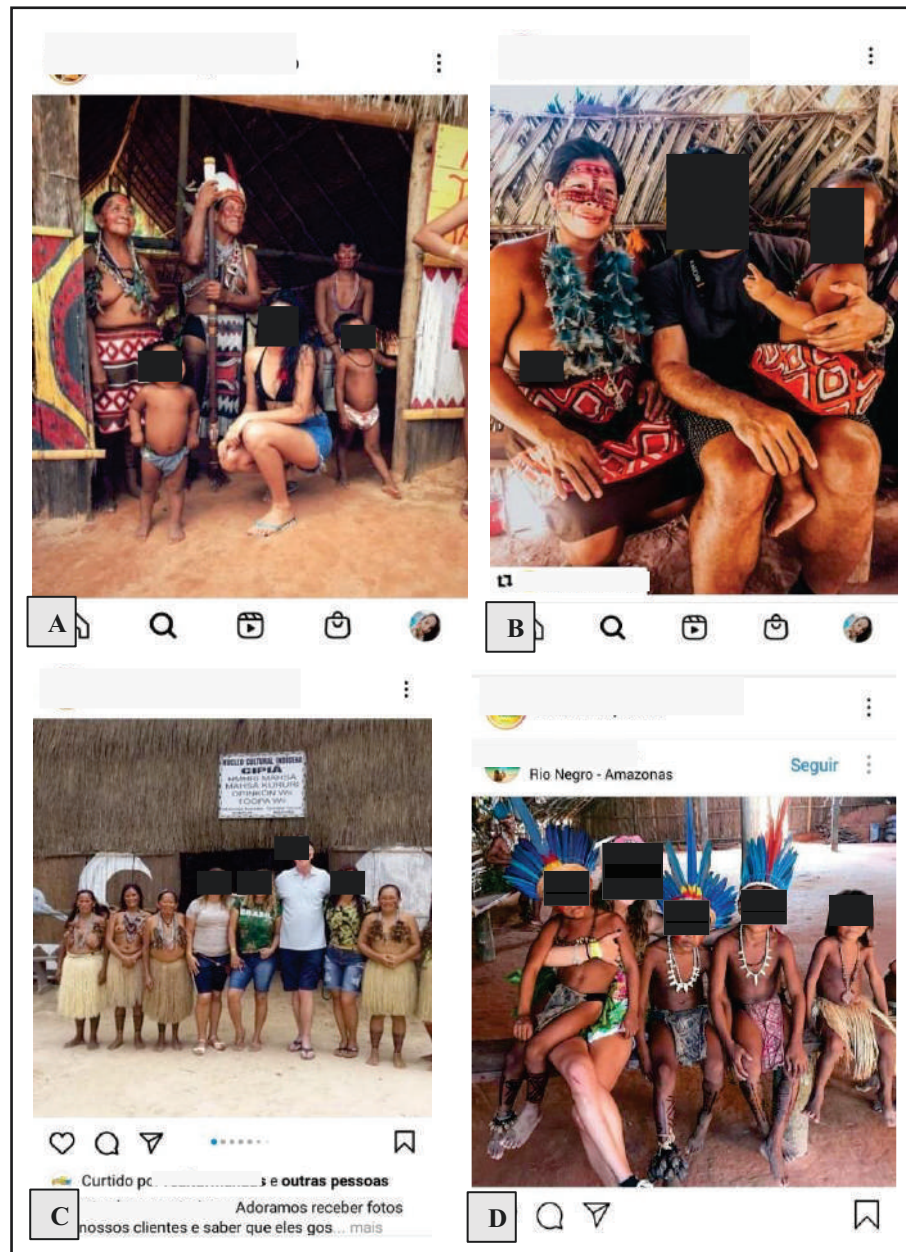
Conforme nos relataram, o valor das apresentações varia entre R\$30,00 (trinta reais) a R\$50,00 (cinquenta reais) por lancha, independentemente do número de pessoas. Afirmam que quase sempre acabam recebendo R\$1,00 (um real) por turista /visitante. É importante frisar que eles têm consciência que são explorados, que estão envolvidos em uma negociação injusta e desonesta, contudo, “por precisarem, por contarem só com esses pirangueiros”, acabam aceitando essa negociação (CRUZ; AUZIER; DIAS, 2019, p. 59).

Somando-se ao cenário acima exposto, existe também a exigência de se apresentarem em pares, algo que foi introduzido nas comunidades pelos operadores de turismo (formais e informais) “que incutem [nos indígenas] a ideia de que “é preciso ter bastante gente na comunidade, pois uma apresentação cultural para os turistas é mais bonita e autêntica, quando tem pelo menos 8 pares de casais indígenas” (CRUZ et al., 2019, p. 35). No conjunto de imagens da figura 19, têm-se alguns registros

¹⁹ Forma particular como os indígenas se chamam entre eles, não está relacionado a questão sanguínea e sim identitária.

encontrados nas redes sociais dos comercializadores/operadores do Safári Amazônico utilizados como material publicitário na promoção do passeio.

Figura 19. Turistas em visita às comunidades indígenas. **A** Tuyuka; **B**. Diakuru; **C**. Cipiá; **D**. Tatuyo.



Fonte: Imagens divulgadas na página comercial do *Instagram* dos comercializadores/operadores do passeio coletadas em 17/03/2021.

Como constatado pelas pesquisadoras Cruz, Auzier e Dias (2019) a visita às comunidades limita-se a danças apresentadas pelos indígenas, e ao final, em uma última dança, convida-se aos turistas para dançarem com eles na roda. Além disso, as autoras afirmam que também existe a possibilidade de comprar artesanatos e petiscos como formiga, larvas e peixe que são oferecidos para degustação. Após as apresentações os turistas fazem fotografias e em alguns casos, também existe a possibilidade de fazer trilhas, mas no Safári Amazônico existe um roteiro a ser seguido e, por isso, um tempo determinado para ser gasto nas comunidades e nos demais pontos de parada.

No questionário de pesquisa respondido pelos turistas, ao perguntar sobre o que acharam da visita

a comunidade indígena, dentre os relatos obtidos, destaca-se um, onde o participante da pesquisa, mesmo na condição de turista, consegue observar a existência de um trabalho cansativo e mau remunerado.

Muito triste. Aparentemente, eles não são felizes naqueles acampamentos, longe de casa. Senti, principalmente nos mais jovens, um incômodo em terem que se apresentar aos turistas. Conversando com o guia, soube que eles não são avisados sobre os grupos, ficando à espera todos os dias pelos turistas. Além disso, o valor pago a eles por grupo era algo em torno de R\$100. Ou seja: pouco mais do que uma pessoa paga pelo atrativo. Seria muito melhor que eles não precisassem se deslocar de seus lugares de origem na tentativa de sobreviver. Por outro lado, é gratificante conhecer esses brasileiros e compreender um pouco mais suas lutas. Aliás, acho que falta esse caráter crítico à experiência. Poderia haver uma roda de conversa, com perguntas e histórias. Mas, entendo que o roteiro acaba atendendo ao turismo de massa (TUR07, Questionário de pesquisa, 2020).

O relato acima, revela um olhar crítico que muitas vezes falta ao sujeito turista em suas experiências. A percepção de uma infelicidade e insatisfação por parte dos indígenas no momento da visita e a confirmação de um valor pago por lancha independente da quantidade de turistas, vai de encontro às informações já apresentadas, e também ao que foi relatado pelos próprios indígenas da comunidade Tatuyo, onde os mesmos “trabalhavam excessivamente e os ganhos obtidos eram incompatíveis com a jornada de trabalho” (CRUZ et al., 2019, p. 35).

As pesquisadoras Cruz, Auzier e Dias (2019) identificaram que a rotina diária de trabalho no turismo desses sujeitos é exaustiva e, embora se afirme que essa atividade é uma forma de valorização dos elementos culturais e do modo de vida desses sujeitos, para as autoras, as exigências sobre as vestimentas e modelo de apresentação feitas pelos comercializadores/operadores acabam por reforçar “uma visão estereotipada e espetacularizada”. Cruz et al. (2019) concluem que essa forma de turismo nas comunidades impede que um tempo de qualidade seja destinado a roda de conversas e/ou debates temáticos com um objetivo crítico.

Ainda sobre o valor pago aos indígenas, o estudo socioantropológico também identificou que a negociação é feita de forma injusta e diversas situações preocupantes e inusitadas acontecem, por exemplo: o pagamento em cestas básicas, garrafas de bebida alcoólica e até mesmo “fiado”. Diante do Acordo de Visitação da RDS Puranga Conquista que foi construído de forma coletiva entre as instituições públicas, órgãos gestores e as comunidades, os Tatuyo foram os únicos que buscaram se manter firmes na exigência do pagamento de R\$ 20,00 (vinte reais) por turista, durante um tempo. No entanto, com os “conflitos entre os parentes o acordo foi quebrado e as comunidades que diminuíram os preços são as que recebem mais turistas, a comunidade Tatuyo ficou prejudicada” (Ibid. 2019, p. 43).

O Acordo anteriormente citado é referente a Resolução N° 01/2019 – Conselho Gestor Deliberativo da RDS Puranga Conquista. Tal documento é resultado de um esforço coletivo de entidades governamentais e não governamentais, contando também com a presença da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) representada pelo Neicam que realizou o estudo socioantropológico. Além do Acordo desenvolvido para as comunidades da RDS Puranga Conquista, a Resolução N°01/2019 - CD REDES TUPÉ, também possui o mesmo objetivo nas comunidades da RDS Tupé. Em ambos os Acordos de

Visitação, observa-se o estabelecimento de medidas restritivas e diretrizes para atuação dos comercializadores/operadores de passeios como o Safári Amazônico, além de outros aspectos.

Ambos os instrumentos foram elaborados tendo como base o estudo socioantropológico das pesquisadoras Cruz, Auzier e Dias (2019) e representam uma conquista importante para dar prosseguimento nos trabalhos que visam ordenar o turismo nessas comunidades. Mas como lembram as pesquisadoras, o Acordo de Visitação não possui o mesmo teor e qualidade de um Plano de Visitação Turística, onde se pode ter um “instrumento mais abrangente, envolvendo a região do Baixo Rio Negro como um todo, inserindo outros elementos e outra concepção sobre os processos de territorialização das comunidades indígenas nessa região” (Ibid., 2019, p. 86).

A compreensão de que é possível comercializar a cultura e a natureza no turismo, é tão presente nessa região, que famílias indígenas foram “recrutadas” para migrarem para a região do lago Januari unicamente para atuarem como atrativos para o turismo, servindo como instrumentos que completam o quadro que busca imprimir para os turistas uma realidade de “índios autênticos” em seu lugar de origem, “a natureza” (CRUZ et. al, 2019). As questões que envolvem essa migração incluem novos conflitos entre os indígenas decorrentes do atual modelo de turismo nas comunidades das RDS Tupé e Puranga Conquista, onde, em meio ao atual cenário de negligência do poder público, os indígenas buscam formas de exercerem seus processos de territorialidade e de sobrevivência, e com isso, acabam por se envolver e fomentar uma cadeia de turismo que explora a eles próprios.

As relações estabelecidas entre as comunidades e os comercializadores/operadores do Safári Amazônico, são assimétricas e produzem efeitos negativos que são potencializados pela ausência de políticas públicas não só para o turismo, pois como identificado por Cruz et. al (2019) durante o estudo, os problemas existentes nessas comunidades ultrapassam o turismo e envolvem questões referentes à educação, saúde e de direitos sociais – conforme exposto no quadro 12.

Quadro 12. Problemas decorrentes da ausência de políticas públicas nas comunidades.

Saúde	Educação	Direitos Sociais	Turismo
<ul style="list-style-type: none"> - Irregularidade no atendimento às comunidades / o barco de saúde não cumpre o calendário de visitas; - Atendimento precário (no barco de saúde há pouquíssimos médicos); - Falta de medicamentos; - Dificuldade para acessar o serviço do SAMU; - Falta de acompanhamento do pré-natal; - Inexistência de atendimento dentário; - Vacinas atrasadas em virtude da demora do barco da saúde; - Dificuldade para acessar água potável (Diakuru, Tuyuka e Tatuyo). 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de transporte escolar; - Transporte de crianças sem coletes salva vidas; - Irregularidade no calendário escolar; - Escola não está preparada para trabalhar com a diversidade cultural 	<ul style="list-style-type: none"> - Como qualquer cidadão, para que os indígenas gozem de seus direitos básicos faz-se necessário o acesso aos documentos como Certidão de Nascimento, Registro Geral (RG), Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), Título de Eleitor, Carteira de Trabalho e Registro Administrativo de Nascimento de Indígena (RANI). Infelizmente, foi identificado durante o levantamento de dados que um número significativo de indígenas não possui alguns desses documentos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Recebimento dos turistas/visitantes a qualquer horário – não há agendamento; - Negociação prioritariamente com pirangueiros, fato que leva a preços irrisórios e a realização de muitas apresentações durante o dia, de modo, a “obter uma renda melhor”; - Relação assimétrica entre as comunidades e os agentes sociais externos (agências, guias, pirangueiros); - Relação conflituosa entre as comunidades causada pelas atitudes desonestas dos pirangueiros quanto aos preços cobrados pelas apresentações culturais para os turistas; - Realização de apresentações culturais fiadas, fato relatado na aldeia Tuyuka; - Grande rotatividade de pessoas que

			participam das danças, principalmente no núcleo do Diakuru; - Abusos e intromissões de alguns guias e pirangueiros em relação a realização das danças e as mulheres; - Centralização das atividades nas mãos dos líderes das comunidades; Falta de transparência na divisão da renda obtida com o turismo, por parte das lideranças indígenas, que centralizam as negociações com os agentes do turismo, bem como os ganhos obtidos.
--	--	--	---

Fonte: Relatório Socioantropológico elaborado pelas pesquisadoras Cruz; Auzier e Dias (2019, p. 72) - Neicam.
 Organização: Oliveira Alano (2021) com base em Cruz et al. (2019).

Os efeitos negativos do turismo nessas comunidades fazem parte de um contexto maior, como poderá ser observado ao longo deste capítulo. São práticas insustentáveis de turismo que se entrelaçam, causam e potencializam problemas relacionados à dinâmica de territorialidade das comunidades, como: as relações de trabalho, interpessoais, qualidade de vida, rotina diária, lazer, espaço insuficiente para praticarem seus saberes culturais relacionados ao cultivo, plantação, pesca, extrativismo; a falta de uma educação inclusiva e voltada aos saberes indígenas, e no caso do Catalão, uma educação que leve em consideração o encher e o secar das águas que movimenta toda dinâmica da escola, dentre outros.

Pelo exposto, pode-se concluir, com base no trabalho realizado por Cruz, Auzier e Dias (2019) que o atual modelo de turismo presente nessas comunidades expressa uma das piores potencialidades negativas do fenômeno que é o de servir indiscriminadamente e a qualquer custo, a lógica capitalista do mercado que comercializa aspectos da cultura e da natureza, preocupando-se unicamente com o lucro. Tratam-se de sujeitos envolvidos em um modelo antigo de turismo que sempre se baseou na oferta de “atrativos” com essas características, a fim de criarem “produtos verdes” para serem ofertados numa perspectiva - teoricamente - de ecoturismo.

De acordo com Faria (2008) em suma, o turismo pode ser considerado uma novidade para essas comunidades indígenas por ser um fenômeno das sociedades industriais capitalistas. Por isso, mais do que serem informados, é necessário um planejamento participativo. Um trabalho em conjunto que coloque os indígenas não como participantes de algo que é criado e direcionado a eles, mas como colaboradores de todo processo de criação e decisões. Neste sentido, nas comunidades indígenas da RDS Tupé e Puranga Conquista, além da nova comunidade no Januari, as discussões para o ordenamento do turismo tem avançado positivamente.

Visando o fortalecimento de um trabalho que precisa ser feito de forma integrada, foi criado um Grupo de Trabalho Institucional para o Ordenamento Turístico dos Núcleos Indígenas do Baixo Rio Negro (GT Indígena), composto por representantes do(a): Ministério Público Federal (MPF), Secretarias Municipal e Estadual do Meio Ambiente (Semmas e Sema), Fundação Nacional do Índio (Funai), Fundação Estadual do Índio (Fei), Empresa Estadual de Turismo do Amazonas (Amazonastur), Universidade do Estado do Amazonas representada na figura do Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Cultura Amazônica (Neicam) e outros. O grupo têm desenvolvido e promovido importantes discussões

e ações “oportunizando a apreensão das suas complexas dinâmicas, desvelando problemas para os quais não há soluções unívocas”. (CRUZ et al., 2019, p. 78).

Em síntese, conforme apontam Cruz, Auzier e Dias (2019) ainda há muito o que ser feito para o ordenamento do turismo nessas comunidades, quiçá para que se possa afirmar a presença de um turismo comunitário e mesmo ecoturístico. O Estudo Socioantropológico realizado pelas pesquisadoras apresenta dados e análises inéditas sobre como a atuação de “agentes externos”, em especial aqueles que as autoras denominam “pirangueiros”, fomentam um turismo de exploração dominado pela ótica capitalista onde tais comunidades são absorvidas pela lógica do mercado sob a justificativa de proporcionar a esses sujeitos um protagonismo que não existe na prática (Ibid., 2019).

3.3.3 O Parque Ecológico do Janauari

O local conhecido como lago Janauari, onde está localizado o Parque Ecológico de mesmo nome, pertence ao município de Iranduba e está localizado à margem direita do rio Negro, banhado pelo rio Solimões e pertencente a duas Áreas de Proteção Ambiental (APA): APA Encontro das Águas e a APA da margem direita do Rio Negro setor Padauari/Solimões (SEMA, 2019). O lago é composto atualmente pelas comunidades ribeirinhas de Janauarilândia, São Pedro, Vila Brasil, Peruano, Nacional, Fast e Vila Nova. E embora esteja próximo ao rio Negro e no bioma amazônico, ao adentrar o lago observa-se uma vegetação diferente, típica do bioma encontrado no pantanal. Além disso, observa-se – como também constatou Ferreira (2013) - na região do lago ecossistemas, do tipo: terra firme, igapó e várzea.

O nome Janauari foi dado ao lago, segundo aponta Ferreira (2013) devido a presença de uma palmeira chamada Jauari (*Astrocaryum jauari*). De acordo com a autora, também é possível que haja outra explicação para o nome “ao contar que surgiu do nome de um Bicho chamado Janai que existia no lugar [...]” (Ibid., 2013, p. 58). Conforme relatado a autora por um morador-pescador local, tratava-se de um animal parecido com o Quati (*Nasua*) “que atacava em bando, a pessoa ficava meio que adormecido, era preciso soltar os cachorros, atirar para espantar o bicho, ele devorava a pessoa, agora não existe mais porque está muito povoado, e não é lenda não, é história verdadeira” (Ibid., 2013, p. 58).

No lago Janauari, a paisagem, a fauna e a flora são os principais elementos de atratividade para os turistas. Segundo Ferreira (2013) no parque ecológico do Janauari é onde se vai para conhecer uma das maiores plantas do mundo, a vitória amazônica (*Poepp J.E.Sowerby*) também conhecida como vitória-régia. A vitória amazônica é uma planta herbácea aquática que teria recebido o nome vitória-régia por uma homenagem feita pelo pesquisador Jhon Lindley, a rainha Victória da Inglaterra no final do século XIX (OSMAM, 2010). A planta pode chegar a 2,5m (dois metros e meio) de diâmetro e aguentar cerca de 40 Kg, quando espalhados de maneira uniforme por sua superfície que é circular, como uma forma de bolo ou bandeja. Popularmente também pode ser conhecida como “Forno-d’água, Rainha-dos-Lagos, Milho-d’água, entre outros” (Ibid., 2010, p. 10).

De acordo com a autora (2010) a folha da vitória amazônica também é popularmente conhecida

por possuir efeitos medicinais e o suco da folha pode ser usado para pintar os cabelos de preto e dar banho de brilho. Sua semente é comestível, possui propriedades como ferro e amido, é fonte de alimento para animais como o juriti (*Leptotila*) e ainda pode ser usada como pipoca – a planta pode ser observada na figura 20, registro feito por Ferreira (2013) no lago Janauari.

Figura 20. Victorias amazônicas no lago Janauari.



Fonte: Ferreira (2013, p. 54).

A atividade turística na região do lago depende do estado do rio, quando o rio está cheio uma ponte suspensa de madeira leva até o observatório das victórias amazônicas onde ficam abertas e em grande quantidade. Quando o rio está seco (vazante) o acesso de lancha fica mais difícil, assim como a presença da planta é observada em menor quantidade. Desse modo, uma caminhada de cerca de 20 minutos (ida e volta) leva até uma árvore que costuma ficar visível pela seca do rio, a sumaúma (*Ceiba pentandra*) (Diário de campo, 2020).

O lago Janauari é bastante visitado por observadores de pássaros, onde também é possível deparar-se com animais como o bicho-preguiça, araras vermelhas e canindés, jacarés, cobras e macacos caiarara, estes últimos, bastante acostumados com a presença de turistas. Por essa diversidade e facilidade em ter acesso aos animais, a prática de captura pelos moradores das comunidades no entorno do lago é algo comum, e por vezes, confundida como prática de um turismo ecológico.

Para Bodstein (1992 apud RUSCHMANN, 1992, p. 57) “o turismo ecológico constitui o elo dessa tendência, que propicia a prática da educação ambiental e a volta harmônica ao convívio com a natureza, a qual o homem moderno tanto precisa”. No entanto, as legislações ambientais são claras a respeito da captura de animais silvestres, assim como a perturbação de seu habitat natural. Em 2019, uma operação deflagrada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama), resgatou nove animais em situação de cativeiro; uma lancha foi apreendida e uma empresa autuada em flagrante.

Com vistas a ordenar o turismo na região do lago, segundo dados da Sema (2019) existe um projeto em andamento para a criação de um “Refúgio Ecológico”. A partir das informações publicadas no site do órgão, não é possível ter clareza sobre essa categoria de UC apresentada na proposta. Em consulta ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) não é possível identificar essa

categoria como pertencente às UCs de uso sustentável ou as UCs de proteção integral. As categorias que mais se aproximam são as UCs Refúgio de Vida Silvestre (REVIS) e a Estação Ecológica (ESEC), ambas de proteção integral. A REVIS foi criada a partir do artigo N°13 da Lei 9.985/2000, do SNUC, e nesse tipo de UC, a visitação está sujeita a restrições previstas no Plano de Manejo, assim como pesquisas científicas que necessitam obter autorização prévia. Já a ESEC, criada pela Lei 6.092/81, depois absorvida pela mesma lei que criou a REVIS, a entrada é limitada apenas a pesquisa científica e educativa previamente autorizadas, não sendo permitido visitas do público, consumo, uso ou extração de qualquer natureza.

Pelo exposto acima, não se sabe ao certo se a categoria apresentada pelo órgão trata-se de uma nova modalidade a ser criada. No entanto, conforme aponta a Sema, o objetivo é aliar a conservação ambiental a geração de renda para o município de Iranduba por meio de uma nova unidade de conservação a ser criada pelo estado do Amazonas de maneira a sobrepor as duas APAs já existentes (Encontro das Águas e Paduari/Solimões) e contará com o apoio da Empresa Estadual de Turismo (Amazonastur) e prefeitura de Iranduba. A área estimada para UC não inclui a localização das comunidades do lago, mas estas estariam incluídas no planejamento de maneira que continuem sendo beneficiadas pelo turismo (SEMA, 2019).

De acordo com o secretário estadual do Meio Ambiente, à época Eduardo Taveira:

O objetivo é estabelecer um turismo de fato sustentável, prevendo inclusive, como é um dos grandes problemas que se tem no Lago, a questão do bem-estar animal. Queremos destacar para o turista o valor de ver os animais no seu ambiente, gozando de saúde e liberdade, ressaltar que isso faz parte do ecoturismo, e reforçar que o respeito à nossa biodiversidade é fator importante na experiência de visitar a Amazônia, sem incentivar práticas que possam ser nocivas aos animais (Site²⁰ da SEMA, 2019).

No desenvolvimento de uma legislação específica para o turismo em áreas protegidas, o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR, 1991 apud RUSCHMANN, 1992, p. 58) apresenta o turismo ecológico - também compreendido como ecoturismo - como aquele em que as atividades turísticas são “[...] desenvolvidas de forma conservacionista, procurando conciliar a exploração turística com o meio ambiente, harmonizando as ações com a natureza e oferecendo aos turistas um contato íntimo com os recursos naturais e culturais da região [...]”. Segundo Ruschmann (1992, p. 58) a partir dessa definição abriu-se caminho para uma seleção de áreas pertencentes a unidades de conservação com potencial turístico onde a “conservação e o exotismo, constituem um patrimônio único para a sua comercialização junto à demanda turística nacional e internacional”, estando os impactos ambientais decorrentes das atividades turísticas nessas localidades, relacionados a limitação e ao respeito à capacidade de carga.

Felizmente, o envolvimento maior dos moradores das comunidades ribeirinhas do lago Januári com o turismo, se dá por meio da confecção e venda de artesanato, assim como na prestação de serviço

²⁰ Notícia disponível em: < <http://meioambiente.am.gov.br/sema-estuda-transformar-lago-januári-em-refugio-ecologico-para-turismo-sustentavel/> > Acesso em: 17 ABR 2021.

aos operadores dos passeios oferecendo almoço aos turistas. Sendo assim, as atividades turísticas praticadas na região do lago concentram-se: a) na observação da planta vitória amazônica; b) compra de artesanato; e c) almoço nos restaurantes flutuantes. Os restaurantes mais conhecidos na região são: o Rainha da Selva, Sabor Amazônico, Janauarilândia, Restaurante Valdecy e o Restaurante Complexo Selva Amazônica.

Pela impossibilidade de ir a campo, não foi possível identificar se alguma das comunidades do lago têm oferecido hospedagem ou mesmo quaisquer outras atividades que levem turistas para adentrar as comunidades, com exceção da comunidade recém-criada Aldeia Yukuro Atiari Muã Usaya Basawi Doka, onde os turistas são levados para apreciarem apresentações, assim como acontece nas comunidades das RDSs Tupé e Puranga Conquista.

Conforme identificou Ferreira (2013, p. 41) desde a chegada do fenômeno turístico no Janauari, percebe-se como o mesmo,

[...] alterou o modo de vida das comunidades. De origem agrícola e de pescadores, descobrem no turismo como outra perspectiva econômica, no entanto é importante ressaltar que o potencial turístico de Janauari é percebido em um primeiro momento pelas empresas Fontur e Selvatur na década dos anos 70. A exploração da atividade por essas empresas corroboraram para o envolvimento dos moradores com o turismo, e por sugestão das empresas, os moradores descobriram que confeccionar artesanato e vender para os turistas que visitavam o lugar era uma possibilidade mais rentável e menos desgastante.

Assim como os demais pontos de parada do passeio Safári Amazônico, no Janauari a atividade é diária e dura o dia todo. Além da observação da fauna e da flora, da possibilidade de trilha no período da seca e do almoço feito nos restaurantes flutuantes nas proximidades, um viveiro de pirarucu - como o existente na comunidade do lago Catalão - tem servido como um novo atrativo para os turistas na região do lago (não foi possível constatar se trata-se de um viveiro legalizado ou mesmo os valores cobrados e os dias de seu funcionamento). E ao que se pode identificar, mesmo as constantes incursões de órgãos como Ibama, Amazonastur, Sema, ICMBio, parecem não inibir o uso indiscriminado e ilegal de animais silvestres nas atividades turísticas do lago Janauari.

O uso de animais silvestres no Janauari pode ser constatada também por meio dos relatos dos turistas participantes no questionário respondido, onde identifica-se a presença de uma consciência da ilegalidade desses atos por parte de alguns; mas também, uma compreensão de que essa interação com os animais é benéfica e contribui para o despertar de uma consciência ambiental. Assim, ao responderem o que acham da possibilidade (se houvesse) de poder tirar fotos com animais, como: preguiça, cobras, jacarés, araras e outros no Janauari, os turistas relatam:

Acho que prejudicaríamos (TUR01, Questionário de pesquisa, 2020).

Acho que apenas ver já seria o suficiente! (TUR02, Questionário de pesquisa, 2020).

Perfeita (TUR03, Questionário de pesquisa, 2020).

Não me arrisco a essa cena (TUR04, Questionário de pesquisa, 2020).

Exploração (TUR05, Questionário de pesquisa, 2020).

Não concordo, porém tirei foto com o boto (TUR06, Questionário de pesquisa, 2020).

Eu não tiraria. Acho que o animal pode ser avistado de longe, em seu habitat natural (TUR07, Questionário de pesquisa, 2020).

Muito atraente (TUR08, Questionário de pesquisa, 2020).

Acho errado. E sei que existem passeios assim. E são vendidos muito facilmente próximo ao mercado (TUR09, Questionário de pesquisa, 2020).

No passeio que fiz , tirei fotos com cobras, jacaré e a adorável preguiça. Acho que será perfeito para os turistas. Porém do ponto de vista ecológico...(TUR10, Questionário de pesquisa, 2020).

Quando fui (agosto de 2018) tinha como fazer fotos com preguiça e cobra. Acho que tanta exposição e manipulação estressa o animal (TUR11, Questionário de pesquisa, 2020).

Muito interessante. Não somos europeus, nossos indígenas e populações ribeirinhas convivem com animais silvestres em toda Amazônia e no Centro-oeste, não só em Manaus. Essa interação é positiva para os turistas aumentarem seus interesses para a Ecologia, populações locais, animais silvestres da Amazônia e particularmente para fortalecer a economia local (TUR12, Questionário de pesquisa, 2020).

Bonito, só isso (TUR13, Questionário de pesquisa, 2020).

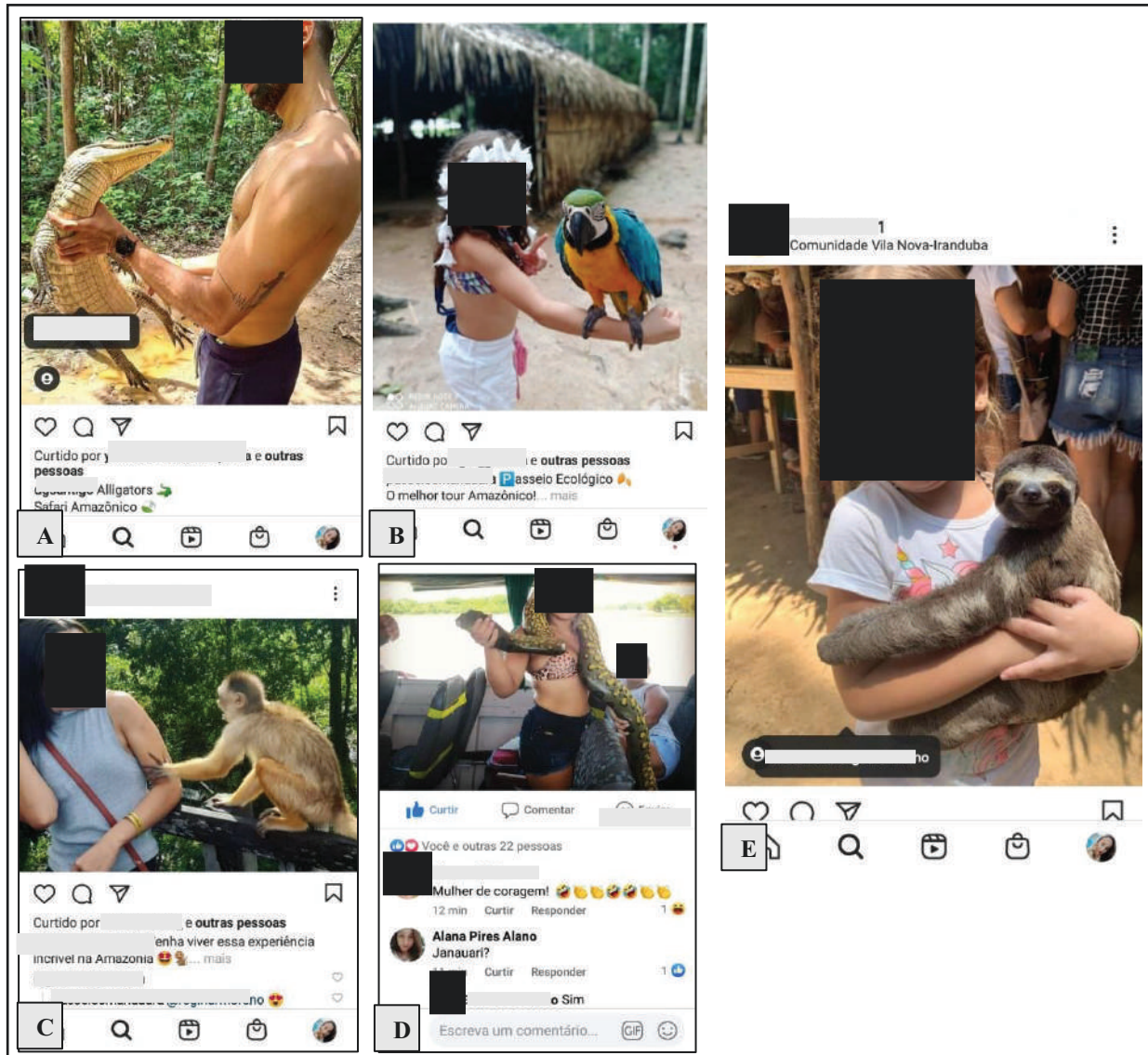
Acho um absurdo! Manter animais enjaulados para saciar os desejos de turistas, não deveria ser permitido (TUR14, Questionário de pesquisa, 2020).

Pelos relatos acima, evidenciam-se três cenários: 1) a inexistência de uma proposta de educação e interpretação ambiental por parte dos comercializadores/operadores do passeio no Janauari; 2) a ausência de uma fiscalização diária para coibir tais práticas; e 3) a importância que a educação para o turismo possui, destacando a necessidade de trabalhar com o turista um código de conduta antes que o mesmo vá ao destino, incluindo a seleção dos passeios que irão realizar para não correrem o risco de alimentarem atividades insustentáveis e de exploração. A falta desses três elementos, corroboram para o estabelecimento do atual cenário encontrado não só no Janauari, mas no contexto do Safári Amazônico como um todo.

Neste sentido, os efeitos do turismo no Janauari refletem e reafirmam o que Pires (2002) e Irving et. al (2018) enfatizam sobre a dicotomia que o ecoturismo carrega, onde agentes do turismo aproximam-se e se utilizam de discursos ambientais, para afirmar que o desenvolvimento de atividades ecoturísticas irão contribuir para preservação da fauna e da flora local, por meio da geração de renda e do despertar de uma consciência ambiental coletiva proporcionada por um planejamento integrado e ações educativas que, em tese, estarão presentes em determinada localidade. Ocorre que ao conseguir adentrar nesses territórios, tais aspectos são deixados de lado e o turismo de massa passa a estar presente gradativamente nesses espaços, principalmente na observância da falta de fiscalização e medidas punitivas mais sérias.

Na figura 21, temos alguns registros com animais encontrados na plataforma *Instagram* e *Facebook*, de turistas e visitantes locais que realizaram o passeio e mencionam as empresas contratadas em suas publicações.

Figura 21. Registros de turistas com animais no Januari. **A.** Arara Canindé; **B.** Jacaré filhote; **C.** Macaco (espécie não identificada); **D.** Cobra sucuri; **E.** Bicho-preguiça



Fonte: Imagens divulgadas na página pessoal do *instagram* e *facebook* de pessoas que realizaram o passeio, coletadas em 03/03/2021.

De todos os animais na figura acima, a cobra sucuri (*Eunectes*), o bicho-preguiça (*Folivora Bradypus*), o jacaré (tipo não identificado) e a arara canindé (*Ara ararauna*) são os mais utilizados nessa região para essa prática. Mesmo que os captadores desses animais possuam “técnicas” para apanhá-los e ensinar aos turistas como segurá-los, a interação com esses animais representa risco iminente tanto aos turistas, quanto para o bem-estar animal; uma vez que, como é possível observar, não existe nenhum tipo de aparato que proteja a integridade física de ambos.

Nas imagens da figura 21, todos os nomes e rostos foram preservados, assim como a página das empresas, por escolher seguir uma conduta ética na pesquisa de não exposição desses sujeitos, pois tratam-se de práticas ilegais. Essas ocorrências fazem parte de um ciclo que só será quebrado quando, além da implementação de medidas de fiscalização efetivas; for permitido as comunidades (sobretudo, as indígenas): uma condição material de vida melhor; educação para o turismo; participação no planejamento turístico envolvendo seus territórios (ainda que no caso das comunidades indígenas não se trate de terra indígena); e principalmente, quando as cadeiras ocupadas nos cargos de conselhos e outros

órgãos de turismo do estado e da cidade, deixarem de estar ocupadas pelas mesmas figuras que representam somente ao empresariado, negando a participação significativa das comunidades e suprimindo seu poder de decisão.

Não se deseja aqui reduzir como solução para as práticas insustentáveis presentes no contexto do passeio Safári Amazônico, apenas as ações elencadas acima. Sem dúvida outras também serão necessárias para mudar tal cenário, mas em linhas gerais, no Janauari, é necessário admitir que sem um planejamento integrado entre todas as esferas e a manutenção das medidas diárias de fiscalização e controle das atividades turísticas, não adiantará criar e recriar categorias, ou planos de desenvolvimento turístico. Uma vez que os efeitos negativos do turismo no lago Janauari também decorrem da ingerência do estado e do município, pois é preciso destacar também que nenhuma das duas APAs Encontro das Águas (municipal) e Paduari/Solimões (estadual) possuem Plano de Manejo, o que deveria inviabilizar o turismo, uma vez que é o Plano (construído coletivamente) quem determina como essa atividade deverá acontecer.

3.3.4 As plataformas de interação com os botos cor-de-rosa (*Inia geoffrensis*)

O boto cor-de-rosa, também conhecido como boto vermelho, para além de uma atração turística, é símbolo cultural e mitológico para as comunidades ribeirinhas do Amazonas. Dentre algumas versões da lenda, durante a lua-cheia e em festividades como festas juninas, o boto toma a forma humana de um homem que aparece sempre vestido de branco e chapéu. É um homem galante que encanta as mulheres, engravidam-nas e na manhã seguinte voltam para o rio e se transformam novamente em boto. Trata-se de um conto popular usado entre os que acreditam, para justificar a gravidez de mulheres solteiras ou fora do casamento.

Dados históricos apresentados por Batista e Siqueira (2017, p. 27) aponta que esses animais já foram alvo de caça “para extração de óleo usado na iluminação e também para uso medicinal. O uso de partes do animal, como genitália, olhos e dentes para o uso como estimulante sexual e amuletos foram bem documentados no passado”, no entanto, não existem dados atuais que registrem e discutam os efeitos dessas práticas.

Por serem animais considerados predadores na cadeia alimentar, são importantes para o equilíbrio ecossistêmico da região que habitam por contribuírem no controle das populações de peixes e por removerem “os indivíduos parasitados e doentes” (BATISTA E SIQUEIRA, 2017, p. 26). Também são conhecidos como golfinhos de água doce e bastante sociáveis. Podem chegar a 2,55 metros de comprimento, pesar até 200 kg e se alimentam de mais 45 espécies de peixes (Ibid., 2017).

Atualmente, o boto cor-de-rosa é considerado um animal com perigo de extinção por ser alvo de pescadores-caçadores que usam sua carne para pesca do peixe piracatinga (*Calophysus macropterus*). Possuem coloração de cinza a rosado e, no caso dos machos, quanto mais rosado, mais agressivo e marcados (BATISTA E SIQUEIRA, 2017). Além disso, também são vistos pelos pescadores como um

problema por causarem o afugentamento de cardumes, consumirem peixes utilizados no comércio e destruir o material de pesca (Ibid., 2017).

De acordo com Alves, Andriolo, Orams e Freitas (2011) e Vidal (2018) o início da atividade com os botos na região do Baixo rio Negro – conhecido também como “*Botos Feeding Tourism*” - se deu em 1998, no município de Novo Airão, no Parque Nacional de Anavilhanas quando um menino começou a alimentar um boto que passou a voltar frequentemente. Pouco tempo depois, um restaurante flutuante chamado Flutuante Boto Cor-de-rosa, de propriedade privada passou a ofertar a alimentação dos botos como atrativo aos turistas e visitantes locais. Desde então, o aumento expressivo da demanda por essa atividade preocupa autoridades e pesquisadores, em razão da ausência de uma legislação nacional específica que trate sobre a interação com os botos e outros cetáceos como os golfinhos de água salgada.

Mesmo acontecendo nas confluências de UCs como o Parque Nacional de Anavilhanas e a APA da margem direita do Rio Negro setor Paudauari/Solimões, Romagnoli (2009) e Vidal (2018) afirmam que a interação com os botos aconteceu por um longo período, de forma inadequada, sem normas, regulamento ou monitoramento. Tal fato acarretou em impactos negativos que alteraram o comportamento dos animais, sendo registrado mudanças como agressividade entre si e registros de acidentes como mordidas e arranhões com os turistas, uma vez que até meados de 2010, a alimentação dos botos era feita pelos próprios turistas sem nenhuma medida de segurança para ambos (VIDAL, 2018).

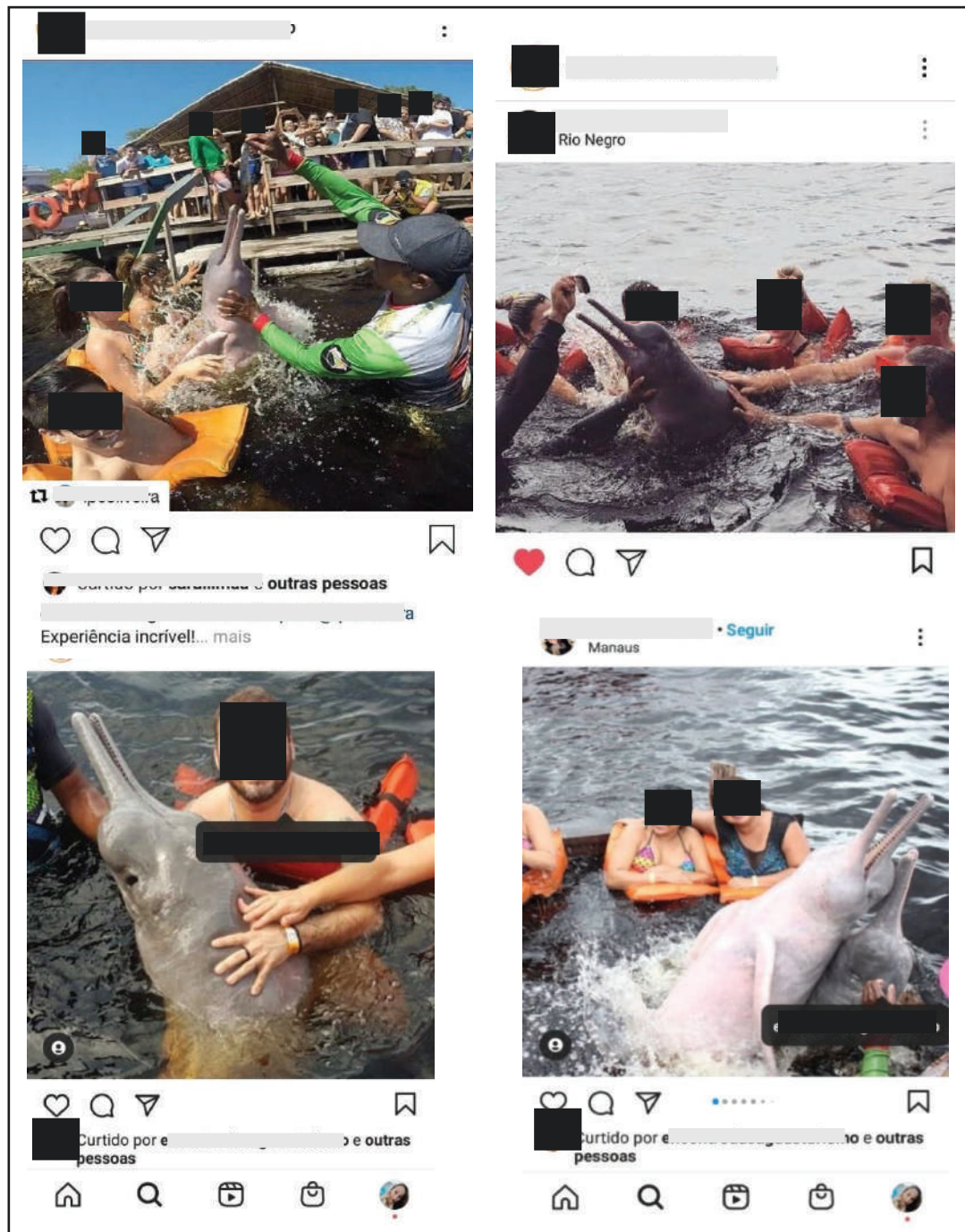
Mediante a atual situação, órgãos ambientais como o Instituto Chico Mendes (ICMbio) e a Sema buscam alternativas legais para regulamentar e controlar a atividade turística com esses animais. A Resolução N°28 de 22 de janeiro de 2018, do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CEMAAM) estabeleceu diretrizes e condições para o funcionamento das atividades com o boto, no entanto, não está claro a quem cabe diretamente fiscalizar essas plataformas ou a garantia de sua ocorrência diária. Atualmente, podem ser contabilizados pelo menos cinco flutuantes funcionando próximo a Manaus e sua região metropolitana, dentre os mais conhecidos estão o Flutuante Jacaré Ubal, Recanto dos Botos e o Flutuante dos Botos.

Atualmente, essas plataformas possuem uma estrutura de madeira submersa que permite ao turista entrar na água para uma maior proximidade com os animais, e conforme relata Alves et. al (2011) esse tipo de estrutura foi uma novidade lançada pelo antigo hotel *Ariau Towers*, que também ofertava aos seus hóspedes a interação com os botos em uma plataforma localizada a época no rio Araiú, afluente do rio Negro, cerca de 20 minutos do hotel.

Por viverem livres e virem a superfície muito rapidamente, Vidal (2018) ressalta que o monitoramento da saúde desses animais, sem a captura, é inviável - o que faz com que os dados sobre esses animais sejam escassos. Em um estudo sobre quatro plataformas de interação com o boto cor-de-rosa ao longo do Baixo rio Negro, Alves et., el (2011) concluíram que a qualidade da infraestrutura dessas plataformas são inadequadas; não existe qualificação por parte dos funcionários; garantia de não uso de produtos coporais; retirada de jóias e controle do toque intencional. Na figura 22, têm-se algumas imagens coletadas de páginas do *instagram* de empresas onde é possível observar o não cumprimento de

algumas medidas restritivas determinadas pela Resolução N°28.

Figura 22. Turistas em interação com o boto cor-de-rosa.



Fonte: : Imagens divulgadas na página de empresas e de pessoas que realizaram o passeio, coletadas no *Instagram* em 04/03/2021.

Segundo o participante CMOP02, a atividade com os botos é organizada em grupos pequenos e dura cerca de 20 minutos, a depender da quantidade de turistas que chegam nas embarcações. As empresas que praticam a cobrança de um preço mais barato pelo passeio Safári Amazônico, costumam não incluir o nado com os botos, ficando a critério dos turistas adquirirem ou não o serviço, no entanto, as embarcações sempre param nas plataformas para aqueles que desejarem realizar a interação, onde o preço cobrado pelos proprietários das plataformas a estes turistas é de R\$ 20,00 vinte reais (Diário de campo, 2020).

Pelo aumento expressivo na busca por essa atividade, os flutuantes de interação com o boto tem se tornado empreendimentos lucrativos de fonte de renda principal de seus proprietários, no entanto, tratam-se de benefícios que estão centralizados nos respectivos donos e, por isso, os benefícios econômicos derivados da atividade não fluem para a grande maioria dos habitantes da cidade e, como consequência, os benefícios são compartilhados por poucos” (ROMAGNOLI, 2009 apud ALVES et. al, 2011, p. 9, tradução da autora).

Na pesquisa aplicada aos turistas, se buscou investigar o conhecimento por parte dos turistas sobre o fato do boto cor-de-rosa ser considerado um animal com perigo de extinção; e se eles acreditam que a interação com os botos contribui para a conservação do animal. Dentre os 14 respondentes, 85,7% responderam que têm conhecimento sobre a atual situação do animal, e 14,3% disseram não saber. Sobre estes últimos, os resultados apontam que o passeio não tem cumprido com o propósito de informar e educar para que o objetivo de educação ambiental e sensibilização se concretize por meio da atividade; e quanto aos que indicaram ter conhecimento, não se pode afirmar que tal informação tenha sido adquirida durante o passeio, ou se trata-se de um conhecimento prévio. Quanto à compreensão de que o atual modelo de interação como os botos contribui para a conservação dos animais, 64,3%, concordam parcialmente; 28,6%, não concordam; e 7,1%, concordam totalmente. A preocupação com a segurança dos animais também pode ser observada no questionário aplicado aos turistas, onde 6 dos 14 participantes, ao responderem a pergunta: o que achou da interação com o boto cor-de-rosa? qualificaram a interação com os botos como:

Perigosa, preocupa essa interação o que pode causar ao animal (TUR05, Questionário de pesquisa, 2020).

Embora seja incrível o contato com os animais, fiquei me perguntando o quanto isso impacta ali na vida deles. Não conheço o projeto a fundo, mas espero realmente que o turismo contribua com a defesa da espécie. Aquela questão de atraí-los com peixe me parece ruim, pois parece alterar o comportamento do animal. É complexo (TUR07, Questionário de pesquisa, 2020).

Magnífica. E antes de realizar a atividade, busquei o máximo de informações para saber se é um passeio realmente legalizado. E conheci um pouco sobre o projeto Do Boto Vermelho com crianças. Mas achei irresponsável alguns participantes que não levam a sério as instruções fornecidas (TUR09, Questionário de pesquisa, 2020).

Parando para refletir, não deve ser bom para o animal. E quando fui, ainda entramos na água. Foi uma das coisas mais incríveis que vivi, que senti. Muito emocionante. Mas concordo que é muita exposição para o animal (TUR11, Questionário de pesquisa, 2020).

Foi interessante ver um boto de perto, mas não sei até que ponto isso pode afetar a vida dos animais. Inclusive recebemos orientações de não passar filtro, repelente, perfume...e tinham pessoas no nosso grupo banhadas em perfume. As pessoas não respeitam as orientações, vide Covid-19 (TUR13, Questionário de pesquisa, 2020).

Invasiva: interfere na vida animal (TUR14, Questionário de pesquisa, 2020).

A compreensão de que o atual modelo de interação com os botos pode ser nociva para o animal revela a existência de uma sensibilização ambiental por parte dos turistas, no entanto, como evidenciado nos relatos, tal sensibilização parece ocorrer de forma endógena, de dentro para fora e não como um

efeito positivo de medidas de educação e interpretação ambiental proporcionadas pelas plataformas.

Outra observação apontada por Alves et al. (2011) é a de que a qualidade e a quantidade dos peixes fornecidos a esses animais na sua alimentação não é monitorada e nem feita de forma higiênica, ocorrendo muitas vezes o provisionamento com os peixes internamente congelados. Essa prática de alimentação com fins turísticos diariamente e sem controle, pode acarretar em uma mudança de hábitos naturais de caça do animal e disputa pela hierarquia entre os botos. Os autores usam ainda como exemplo, um caso em Novo Airão relatado por moradores “de uma pessoa que alimentava e assediava os golfinhos foi empurrada no peito por um golfinho em 2008 e, como consequência, essa pessoa foi levada a um hospital em Manaus para tratamento” (Ibid., 2011, p. 12, tradução da autora).

De acordo com Romagnoli (2011) e Alves et. al (2011) a interação com os botos é uma atividade ecoturística capaz de contribuir para a conservação desses animais, por meio da qual “os benefícios financeiros oriundos dessa atividade podem ser reinvestidos em programas de conservação”, entretanto, a existência de investimentos em projetos e programas de conservação voltados a esses animais nas plataformas ao longo do Baixo rio Negro, não são evidentes. Não obstante, o modelo de interação praticado, a falta de um monitoramento mínimo e fiscalização para fazer cumprir as medidas estipuladas pela Resolução N°28, impossibilita o reconhecimento dessa atividade que é parte do passeio Safári Amazônico, como ecoturística.

3.4 ASPECTOS OPERACIONAIS DO PASSEIO

Ao investigar a história, composição e operação desse passeio foi possível observar uma grande capacidade de adequação por parte da cadeia gerada pelos agentes envolvidos, revelando a presença de um sistema aberto e dinâmico que faz o Safári Amazônico possível. Outra observação importante de ser destacada, é que, além de estar disponível aos turistas com outros nomes e não somente o escolhido para discussão na pesquisa, também subdivide-se em outros dois que também recebem outros nomes comerciais. No entanto, trata-se na verdade dos mesmos atrativos e da mesma proposta de entretenimento. Essa subdivisão é feita para atender aos turistas que não possuem disponibilidade para realizar o passeio *full day* (dia todo), mas gostariam de poder conhecer ao menos alguns de seus atrativos.

No quadro 13, buscou-se organizar como funciona o passeio *full day* e as duas outras possibilidades para meio período (*half day*).

Quadro 13. Modalidades possíveis do passeio Safári Amazônico.

Full Day	Half day 1 (Matutino/Vespertino)	Half day 2 (Matutino/Vespertino)
Saída às 09h00	Saída às 09h00 com retorno às	Saída às 09h00 com retorno às
Retorno às 16h30-17h00	12h30-13h00	12h30-13h00
	ou	ou
Atrativos:	Saída às 14h00 com retorno às	Saída às 14h00 com retorno às
Comunidade indígena*	17h00-17h30	17h00-17h30

Plataforma de interação com os botos Janauari (parada para almoço e vitórias-régias) Catalão (viveiro de pirarucu) Encontro das Águas	Atrativos: Comunidade indígena Plataforma de interação com os botos	Atrativos: Janauari (parada para almoço e vitórias-régias)** Catalão (viveiro de pirarucu) Encontro das Águas
*Cinco comunidades indígenas estão disponíveis: duas na RDS Puranga Conquista; duas na RDS Tupé; e uma no lago Janauari. ** Aqui é possível inserir a Aldeia Yukuro Atiari Muã Usaya Basawi Doka, quando o turista tem interesse em conhecer uma comunidade durante o passeio <i>half day</i> , por estar localizada na região do lago Janauari.		

Fonte: Diário de campo (2020).

Organização: Oliveira Alano (2021).

A diferença entre a primeira e segunda opção de *half day* está na longa distância que impede, por exemplo, incluir as comunidades indígenas das RDSs na opção em que se visita o Parque Ecológico do Janauari por estarem geograficamente em direção oposta. As comunidades indígenas das RDSs ficam subindo o rio Negro e o parque Janauari descendo, assim como o Encontro das Águas e a comunidade do Catalão. Por isso, quando a opção escolhida na modalidade *half day* é a segunda disposta no quadro 13, torna-se inviável visitar uma das comunidades localizadas nas RDSs, e com isso a nova comunidade localizada no Janauari acabou por tornar-se uma opção para os turistas que desejam fazer o passeio do Janauari, mas também conhecer um comunidade indígena na modalidade *half day* (Diário de campo, 2021).

Além da distância entre os atrativos, outros fatores também podem influenciar na operação do passeio, seja ele *full day* ou *half day*, como as mudanças de ordem climática. No período em que os rios estão cheios, as comunidades indígenas nas RDSs precisam deslocar os barracões em que recebem os turistas ou ficam ilhados. Já no Janauari, a caminhada que é possível fazer no período em que o rio está seco (vazante) onde também é possível conhecer a árvore Sumaúma (*ceiba pentandra*), é suspensa. No Catalão, a área em que o viveiro de pirarucu fica localizado e a escola da comunidade ficam sobre a água, mas alguns locais ficam inacessíveis pela impossibilidade de navegar nos canais mais rasos e algumas porções de terra em volta da comunidade aparecem. Mesmo assim, em geral, o local que mais sofre alterações segundo os participantes da pesquisa é o Janauari e as comunidades indígenas das RDSs.

A pesquisa de campo também nos possibilitou constatar que o passeio é vendido e operacionalizado por três diferentes grupos de agentes: 1) aqueles ligados formalmente ao *trade* turístico sejam eles, agência ou guias que atuam individualmente; 2) aqueles ligados informalmente ao *trade*, mas com um tempo considerável de atuação no turismo; e 3) aqueles que podem ser considerados informais, mas que atuam como ‘temporários’ pulverizando a venda e promovendo o passeio, no entanto, não se envolvem para além dessas duas tarefas e não permanecem por muito tempo na área.

Outro dado relevante sobre a oferta do passeio é que existem duas maneiras de fazê-lo: grupo privativo e em grupo aberto. O *tour* privativo é normalmente feito pelas empresas menores e guias que trabalham de forma individual, ficando para as agências de grande fluxo e com mais infraestrutura a operação com maior número de turistas. Sendo assim, um ingresso que na modalidade grupo aberto custa

de R\$80,00 a R\$350,00 por pessoa (considerando tarifa adulto); no privativo, o valor pode ir de R\$1.700,00 para uma pessoa até R\$280,00 (ou mais) por pessoa considerando um quantitativo de oito a dez passageiros. Esses valores foram identificados a partir de uma pesquisa de preços realizada pela autora por meio de contato telefônico, a fim de identificar os valores praticados no mercado.

Nessa busca percebeu-se que os valores mais caros são praticados principalmente por revendedores autorizados, por exemplo: se o operador do passeio cobra X por pessoa; o revendedor vende por X + Y, de maneira que ele possa tirar seu comissionamento, encarecendo assim o valor do passeio que pode ser comprado por um valor mais abaixo, se adquirido diretamente com a empresa que o opera. No entanto, nem todo comissionamento é feito dessa forma, de acordo com o participante CMOP02, existem aqueles que vendem apenas por um valor X, e desse valor se tira o comissionamento do responsável pela venda (Diário de campo, 2021).

Tal possibilidade de revender o passeio, potencializa a capacidade que o turismo possui de gerar mais empregos informais do que é possível registrar. No caso do passeio em estudo, esse conjunto de agentes impacta consideravelmente todo o sistema que o envolve. Esses agentes são compreendidos como aqueles que assumem – mas não os únicos – condutas prejudiciais para o melhor desenvolvimento do turismo na cidade, tanto para os considerados formais quanto para as comunidades.

Uma das principais queixas, segundo o participante CMOP01, está na oferta de preços muito abaixo do mercado para atrair turistas tornando difícil a competição comercial, por se tratar de um passeio com custo operacional elevado. No entanto, o participante relata que ao aderirem o passeio com esses agentes, o turista se coloca em risco e não usufrui de um serviço de qualidade.

Todavia, mesmo com a sensação de estarem sendo prejudicados por esses agentes informais, como bem observou Moldes (2015) existe entre eles (agentes formais e informais do turismo) uma relação de interdependência pela necessidade de prestação de serviços que se complementam, assemelhando-se assim ao que o autor chama de “solidariedade orgânica, uma vez que nela os envolvidos assumem funções específicas dentro dessa divisão do trabalho social e cada um deles é uma peça de uma grande engrenagem, e cada um tem sua função marcando seu lugar na sociedade” (ARON, 2003 apud MOLDES, 2015, p. 36).

Segundo o autor,

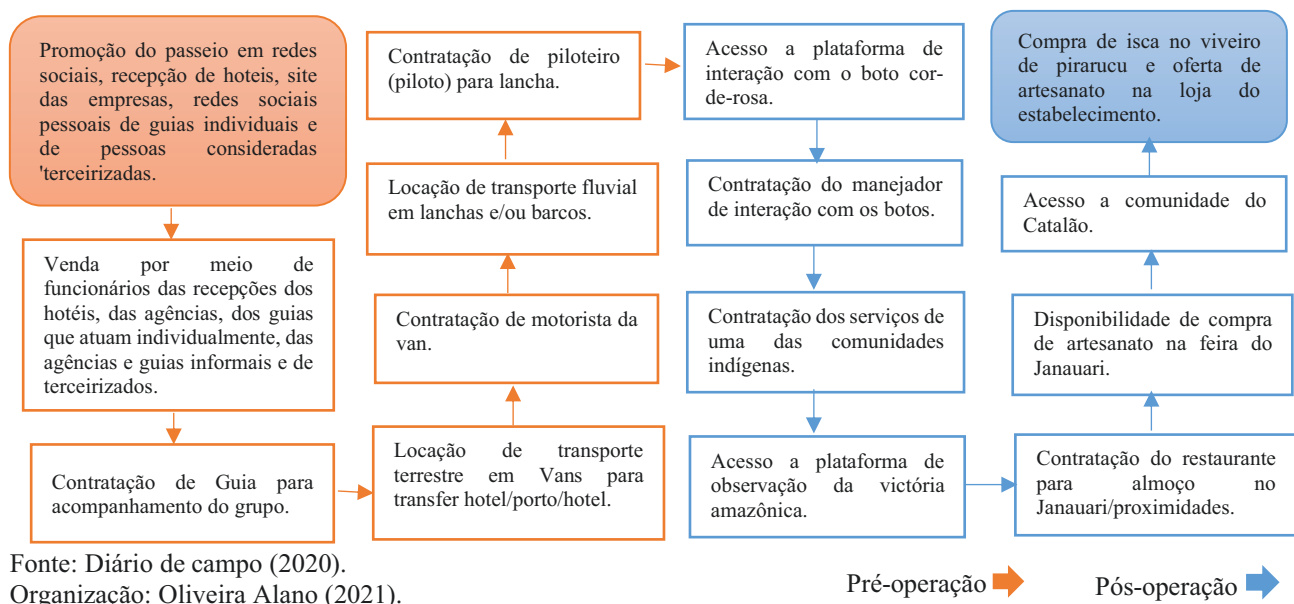
[...] pode-se também questionar a eficácia da política de turismo ao evidenciar-se a existência da prática de comercialização de roteiros turísticos que deveria ser desenvolvida apenas por essas instituições como agências receptoras e/ou operadoras de turismo. No entanto, também são desenvolvidas por indivíduos que trabalham na informalidade para prestar os serviços turísticos, ou seja, sem ligação com os órgãos oficiais (Mtur, Amazonastur e Manaustur) ou instituições ligadas ao cluster oficial de turismo. [...] Nesse contexto, o modo como os agentes informais veem a participação de outros profissionais, funciona como uma estratégia de sobrevivência, pois, acreditam na solidificação de benefícios mútuos de forma a enfrentar as dificuldades e desafios a serem superados com a comercialização dos seus produtos e serviços (MOLDES, 2015, p. 32 e 37).

Desse modo, é possível visualizar neste passeio um sistema, mas não pretendendo criar ou

equiparar sua estrutura com sistemas de turismo como o que foi proposto por autores como Leiper (1990), Jafari (2005) ou mesmo por Beni (2001) por meio do SISTUR. Tais autores apresentam diferentes sistemas de turismo como forma de buscar compreender e apreender toda complexidade do fenômeno turístico, analisando fatores e elementos do turismo em escalas infinitamente maiores. No entanto, olhando para o Safári Amazônico e para o que foi proposto por Beni (2001) no SISTUR, ainda que em uma escala muito menor e direcionada para um passeio turístico, é possível identificar no Safári Amazônico: 1) um conjunto de organização estrutural; 2) um conjunto de ações operacionais; e 3) um conjunto de relações ambientais.

No conjunto da organização estrutural, segundo Lohmann e Panosso Netto (2012) estão os subsistemas da superestrutura e da infraestrutura. Sendo a superestrutura composta “por todas as organizações públicas, privadas ou do terceiro setor que trabalham na elaboração do pensamento estratégico para o desenvolvimento do turismo” e a infraestrutura onde estão os serviços urbanos, o saneamento básico, o sistema viário e de transportes, a organização territorial e os custos de investimentos na infraestrutura turística. No conjunto das ações operacionais estão “os subsistemas de oferta, mercado, demanda, produção, distribuição e consumo”. E por fim, o conjunto de relações ambientais envolvendo aspectos culturais, sociais, ecológicos e econômicos “[...] que, se individualmente analisados, são maiores que o SISTUR” (Ibid., 2012, p. 51 e 52). Assim, na figura 23, foi elaborado um fluxograma, considerando todo percurso relatado pelos participantes da pesquisa para a realização do passeio, onde é possível identificar elementos dos três conjuntos apontados por Beni (2001).

Figura 23. Fluxograma dos elementos necessários à pré-operação e durante a operação do passeio.



Salienta-se que as etapas ilustradas acima não são fixas, principalmente no que concerne ao momento da operação do passeio. A ordem de visita dos locais pode variar e ocorrer, inclusive, no sentido contrário. Além das etapas e elementos identificados, o serviço de fotografia também pode ser disponibilizado por algumas empresas, mas este serviço não é incluído no valor pago pelo turista na

aquisição do passeio, é contratado a parte somente se os mesmos desejarem – tratando-se quase sempre de um serviço terceirizado.

Observa-se no fluxograma construído que há uma interdependência entre os agentes para que o passeio possa acontecer, sendo possível identificar a presença de uma estrutura que deveria proporcionar o que Lohmann e Panosso Netto (2012, p. 227) chamam de o efeito multiplicador do turismo que “é tido como um dos principais impactos econômicos do turismo, pois funciona como se fosse uma cadeia pela qual o dinheiro passa a ser distribuído”, onde deveria ser possível observar a existência de efeitos econômicos diretos, efeitos indiretos e os efeitos induzidos, sendo este último compreendido como aqueles induzidos pelos

[...] níveis de impactos econômicos diretos e indiretos que resultarão em renda aos residentes e à economia local. Parte desse dinheiro será poupada e sairá do sistema, mas parte dele será gasta em bens e serviços na economia local, e isso gerará mais circulação na atividade econômica. Tal atividade adicional e seus efeitos subsequentes refletem os efeitos induzidos da mudança inicial dos gastos do turista (FLETCHER, 2000, p. 399 apud LOHMANN E PANOSSO NETTO, 2012, p. 230).

De acordo com informações disponibilizadas pelo participante CMOP02, o elemento mais oneroso para operar o passeio é a contratação das embarcações juntamente com a diária do piloto e o combustível. De todos os custos operacionais para quem não possui lanchas ou barcos próprios, o aluguel para operação de um dia do passeio Safári Amazônico pode custar a partir de R\$400,00 (quatrocentos reais) a depender do tamanho e qualidade da embarcação. Para quem possui embarcações próprias, o custo é reduzido a manutenção, combustível e diária do piloto, no entanto, essa não é a realidade da maioria dos que operam os passeios – e mesmo as empresas que possuem embarcações próprias alugam quando necessário (Diário de campo, 2020).

Tal necessidade, revela a existência de outro fator preocupante em sua operação, que é a quantidade de turistas levados aos “atrativos”, diariamente. Os dados informados pelos participantes mostram que os mesmos operam tanto com embarcações próprias, quanto alugadas e em muitos casos, quando ocorre a lotação máxima, para atender a demanda excedente, costuma-se alugar outras embarcações.

No quadro 14, estão dispostas algumas informações referente as embarcações e segurança ofertada aos turistas. Tais dados nos permite visualizar não só o problema da superlotação nos atrativos, como também a falta de uma estratégia de primeiros socorros em caso de acidentes, considerando que todo percurso do passeio acontece por navegação e com longa distância, o que dificulta o acesso rápido aos hospitais de pronto atendimento.

Quadro 14. Dados sobre as embarcações, lotação, política de segurança e primeiros socorros.

Tipologia das embarcações, lotação, segurança e primeiros socorros							
Identificação	Trabalham com embarcações próprias,	Usam qual tipo de embarcaç	Trabalham com quantas?	Qual a capacidade média de cada uma?	Costumam trabalhar com a capacidade máxima?	No valor cobrado aos turistas,	Em caso de acidentes, qual estratégia de prestação de

	alugadas ou ambas?	ão?				algum valor é destinado a apólice de seguro?	primeiros socorros?
CMOP01	Próprias.	Lancha rápida, com razoável conforto.	Salvo engano uma pequena e outra maior, não tenho certeza disso.	20 e 40 lugares + OU -	Não... apenas se for privativos. No regular a ocupação de 50% é aceitável. Hoje esse mercado está prostituído, muitas empresas irregulares, sem condições razoáveis de operação iludem os turistas, ávidos por preço baixo e depois descobrem no quarto de hotel (alguns) o risco que correram.	Sim.	A empresa possui experiência e com mais de 50 anos de atuação. Na pergunta acima a apólice é da embarcação, assim como todos os registros marítimos. Guias experientes e staff capacitado para a primeira atenção. Rádio e rápido deslocamento ajudam no caso da necessidade. Mas seguindo as normas legais e da empresa são raros os imprevistos.
CMOP02	Ambas	Lancha expresso.	Usualmente utilizamos uma embarcação. Quando existe a necessidade, em função da demanda, utilizamos uma segunda ou até mesmo terceira embarcação.	Em torno de 60 passageiros.	Não, nunca utilizamos a capacidade total da embarcação, para que o espaço interno seja mais confortável para os clientes.	Não.	Todas as embarcações utilizadas pela empresa possuem caixa de primeiros socorros, além de pessoal habilitado para prestar o primeiro atendimento, caso seja necessário; a tripulação da embarcação é completamente legalizada e durante os cursos ofertados pela Marinha (marinheiro de máquina, comandante, etc), as ementas incluem aulas de primeiros socorros.
CMOP03	Alugadas	Lancha rápida de pequeno e médio porte	Com uma lancha por vez e, dependendo da demanda, mas lanchas conforme a necessidade.	Entre 8 e 20 passageiros, dependendo da embarcação.	Nunca. É importante que tenha espaço livre na embarcação, para que os clientes possam se sentir seguros e confortáveis.	Sim.	As embarcações possuem kits básicos de primeiros socorros, de modo que o atendimento inicial possa ser feito pelo staff que está acompanhando os clientes.
CMOP04	Alugadas	Lanchas.	Várias.	50	Sim.	Não.	Lanchas do Samu
CMOP05	Próprias.	Trabalho num navio hotel.	Temos 6 lanchas.	23 pax 's.	Quase sempre.	Sim.	A equipe realiza cursos de primeiros socorros, dispomos de enfermeira e médico para assistência.
CMOP06	Ambas.	Barco regional e lanchas.	De acordo com a demanda.	De 20 a 60 paxs.	Não.	Sim.	Solicitação imediata de outra embarcação.

Fonte: Questionário de pesquisa (2020).
Organização: Oliveira Alano (2021).

Considerando que tais embarcações operam com capacidade de 8 a 60 lugares, se cada comercializador opera mais de uma embarcação diariamente, tem-se aí a capacidade de carga de lugares como as plataformas de interação com os botos - que é de 80 pessoas por dia - excedida. Vale ainda lembrar que esses dados são referentes a apenas seis comercializadores participantes da pesquisa, ficando então de fora diversos outros agentes que se tiverem sua lotação de saídas diárias somadas, revelarão uma dimensão muito maior do turismo de massa praticado nessas localidades.

Passando para o aspecto financeiro, no quadro 14 estão identificados alguns valores praticados

em cada ponto de parada do roteiro com base nas informações registradas em diário de campo – são serviços que integram a operacionalização do passeio. Tendo em vista que esses valores foram informados por apenas um participante, não pode-se afirmar que tratam-se de valores fixos e sem variações. Além de que tais valores parecem oscilar com muita facilidade a depender de fatores como: a quantidade de adultos, idosos, crianças ou infantil; se visitante local, turista nacional ou estrangeiro; se alta ou baixa temporada e até mesmo da capacidade de negociação – todos identificados no quadro 15.

Quadro 15. Gastos operacionais do passeio de acordo com o fluxograma construído na figura 23.

Gastos operacionais identificados								
Guia	Lancha e Piloteiro	Almoço	Viveiro Pirarucu	Comunidade indígena	Plataforma de interação com os botos	Aos que pagam imposto (ICMS)	% que fica para a empresa	% Comissões a terceiros
Entre R\$ 100,00 a R\$ 150,00 (<i>full day</i>)	A partir de R\$ 400,00	Entre R\$ 20,00 a R\$ 25,00 p/adulto	R\$ 5,00 (3 iscas)	Entre R\$ 1,00 a R\$ 10,00 por adulto ou R\$ 30,00 a R\$ 100,00 pela embarcação	Entorno de R\$ 20,00 p/adulto	17% do valor total da venda	Entre 25% a 40% do valor, segundo os participantes	Entre 5% a 15% para aqueles que vendem (funcionários de agências, recepcionistas de hotéis e também aqueles que podemos chamar de vendedores esporádicos)
Gastos operacionais não identificados								
Combustível			Apólice de seguro			Valor repassado aos manejadores do boto		

Fonte: Diário de campo (2021).

Organização: Oliveira Alano (2021).

Além desses dados, identificou-se ainda informações sobre os valores cobrados aos turistas *versus* os valores repassados aos atrativos. As respostas de duas perguntas em particular revelaram mais uma problemática na distribuição dos valores: i) a existência de variação nos valores cobrados aos turistas no período da alta e baixa temporada; e ii) a existência de variação nos valores cobrados a visitantes locais, turistas nacionais e estrangeiros. No entanto, quando questionados sobre se os valores repassados aos atrativos também obedeciam essas variações, dentre os seis participantes, cinco responderam que não há mudança nos valores repassados aos atrativos durante o ano, eles praticam um valor fechado. Isso nos leva a observar que se alguns praticam a cobrança de valores variados aos turistas, a depender da sazonalidade e da origem dos passageiros, porque essa cobrança diferenciada também não é repassada às comunidades?

É por visitante ou por visita quando regulares. Cada comunidade acerta sua remuneração, o que aliás trouxe extrema desunião entre as comunidades indígenas. A Academia e os órgãos competentes estão trabalhando nessa normatização (CMOP01, Questionário de pesquisa, 2020).

Os valores não mudam, são os mesmos independentemente da época do ano (CMOP02, Questionário de pesquisa, 2020).

Não, os valores costumam ser os mesmos, independente da época do ano (CMOP03, Questionário de pesquisa, 2020).

Fechado (CMOP04, Questionário de pesquisa, 2020).

Não existe mudança e sim valores fora dos padrões (CMOP05, Questionário de pesquisa, 2020).

Mudam (CMOP06, Questionário de pesquisa, 2020).

Tendo em vista essa cadeia criada, os valores gastos em média com a operação do passeio revelam que mesmo as comunidades indígenas e a comunidade do Catalão estando envolvidas de forma direta e indireta na atividade, as mesmas pouco ou nada conseguem sentir o chamado “efeito multiplicador do turismo” em razão da distribuição assimétrica dos valores, além de que, como é possível observar no fluxograma da figura 24, as comunidades não possuem autonomia no processo e são contactadas – e no caso do Catalão, somente o proprietário do viveiro – como prestadores de serviço, ficando na dependência das demandas levadas até eles por parte dos agentes externos.

A inexistência de uma distribuição mais justa dos recursos pode ser observada não só na fala dos próprios comercializadores participantes, mas também nos moradores das comunidades. Não foi possível realizar campo nas comunidades indígenas, mas na comunidade do Catalão, onde o campo foi possível por meio de outra pesquisa que estava sendo aplicada no início de Março de 2020 - na qual a autora estava como pesquisadora - a principal queixa dos comunitários entrevistados, foi sobre a ausência de um valor mínimo que deveria, mas não é deixado para a comunidade e o ganho individual do proprietário do viveiro de pirarucu e de alguns poucos associados da cooperativa de barcos SoliNegro. O relato a seguir expressa bem, o sentimento de insatisfação com a atual forma que o turismo acontece na comunidade:

Eu acho bom, acho maravilhoso não me importo...é de eles virem. Agora o estranho que eu acho, é que nós somos vendidos todos os dias né. Nós somos vendidos diariamente e só é vendido, mas não ganhamos nada com isso. A nossa comunidade tá em todos os pacotes de turismo por aí, a cidade flutuante. Mas em compensação, eu até falando com os meninos, com os canoieiros que trabalham com turismo... fizemos uma reunião. Vocês nos vendem todos os dias, mas vocês até os que trabalham com turismo daqui não tem sequer noção de: não qual é a forma que nós vamos buscar de contribuir com a comunidade. Então o turista sempre acha maravilhoso. Sempre eu dou a atenção que eles precisam, eu tento dá até o melhor. Mas eu fico triste com essa parte, que nós somos comercializados, entendeu!? Mas não temos um retorno. Aquele pescador que vive com aquela família que vive de Bolsa Família, turista acha maravilhoso jogar uma tarrafa, pescando e tudo. Aquela imagem foi maravilhoso pro turista. O cara que trouxe ele, foi lindo. Aí saiu contente porque o canoieiro trouxe ele e ele viu aquela cena maravilhosa, mas aquele pescador continua pobre. Se ele está precisando de um remédio continua sem remédio porque não tiveram coragem de levar pra ele dez reais pra contribuir pra comprar remédio ou kilo de açúcar. Então, existe sim esse lado da minha revolta entendeu!? Não com o turista, mas as pessoas que se aproveitam da comunidade né, da gente, pra se dar bem e não se quer dá um apoio (COMUNICT03, entrevista realizada em 05/03/2020).

No caso das comunidades indígenas, o valor a ser cobrado é um dos maiores problemas entre os membros que trabalham diretamente com o turismo, gerando conflitos entre as famílias que acabam por se desmembrar originando outras comunidades - chefiadas geralmente por um grupo menor de famílias - para trabalhar com turismo, como é o caso da recém criada comunidade do Januari. De acordo com Akama et al. (2011) o turismo produz essas assimetrias quando na posição de poder estão empreendimentos turísticos que aproveitam-se da vulnerabilidade econômica e social daqueles que estão em situação de menor poder de articulação, negociação e fala, gerando uma dependência que deve ser analisada como um dos sintomas importantes de um tipo de turismo que não é “eco”, não é comunitário, não é de natureza, e muito menos sustentável.

Em síntese, observa-se por meio dos dados obtidos uma operacionalização que se inicia já no estágio da publicidade, passando pela venda e contratação dos serviços necessários à operação sendo gerenciada por um agente externo que possui o maior poder de negociação dentro da cadeia formada. Além disso, observa-se também que esse sistema de interdependência entre os serviços e produtos, alimenta uma rede composta por agentes formais e informais, que se desdobra e influencia outras atividades turísticas locais, visto que o passeio Safári Amazônico é apenas um produto dentre vários outros ofertados aos turistas.

Como consequência, todo esse sistema revela o lugar que é dado às comunidades no processo. Para Irving, Azevedo e Lima (2018, p. 68) isso também ocorre porque as comunidades receptoras, na maioria dos casos, são “grupos sociais minoritários [...], negligenciados desde as etapas de planejamento turístico [...]”. No discurso, esses sujeitos desenvolvem turismo para alcançar protagonismo, independência e gerenciar seu desenvolvimento econômico local. Todavia, na prática, eles “[...] são transformados pelo mercado em meros atrativos a serem consumidos pelos turistas urbanos”.

Para os autores, a contradição entre o discurso e a prática,

[...] é que como eles não são inseridos nas fases de planejamento de projetos turísticos, também não têm a oportunidade de sugerir as adaptações necessárias aos seus modos de vida. A ironia é que, uma vez que seus modos de vida são descaracterizados, a atratividade turística da localidade é também afetada. Não são raros os exemplos de localidades que deixaram de compor o “cardápio” do mercado turístico, exatamente por não terem sido internalizadas as demandas locais. Assim, a participação destes grupos não é apenas desejável eticamente. É essencial para a própria sustentabilidade econômica dos projetos turísticos (IRVING; AZEVEDO; LIMA, 2018, p. 68).

No que concerne à atuação das entidades públicas, concentra-se principalmente nas discussões sobre o uso do território que acabam por repercutir nas atividades turísticas desenvolvidas nessas localidades. Tratam-se de embates que não podem ser ignorados “[...] e justifica, ainda mais, a necessidade de processos participativos para a construção de pactos sociais” de modo que sem esse diálogo, os conflitos existentes podem “representar um real obstáculo ao próprio desenvolvimento turístico de uma dada localidade” (IRVING et al., 2018, p. 69).

Já do ponto de vista dos empreendimentos turísticos, Irving et al. (2018) expõem que a inclusão das comunidades com vistas a garantir um planejamento sob o ponto de vista ético, da representação e da inclusão social, ainda são pouco perceptíveis e quando ocorrem “visam atender a demandas específicas de mercado ou a salvaguardas jurídicas” (Ibid., 2018, p. 69). Isso reafirma a necessidade de frisar que embora resguardados sob a faceta da legalidade, suas práticas não necessariamente se traduzem em uma forma de turismo que impacta positivamente as comunidades e ao meio ambiente.

Na atividade aqui investigada, isso pode ser observado principalmente nas comunidades, no Januari e nas plataformas de interação com os botos, quando nota-se a dificuldade em visualizar, a partir das práticas do passeio, respostas para perguntas, como: o turismo tem levado desenvolvimento a essas comunidades? De qual tipo e como? O turismo nas plataformas de interação com os botos têm

proporcionado aos animais a garantia da manutenção do seu habitat e da sua saúde? Como? O turismo tem conseguido preservar a vida animal presente do Parque Ecológico do Janauari? Como?

Por se tratar de um passeio que é permeado de contradições, conflitos e debates calorosos, a aproximação para obter informações acerca do seu funcionamento e estrutura operacional não é tarefa fácil. Preocupados com a possível existência de uma fiscalização ou denúncia, o contato com os comercializadores - sejam eles formais ou informais – só foi possível por meio da técnica bola de neve, onde somente com a indicação de uma pessoa já participante da pesquisa, teve-se acesso aos outros cinco participantes, mas essa baixa adesão já era esperada e se converte em mais um dado de pesquisa. Dado este que transmite um comprometimento indesejável sobre possíveis questões de ética, profissional, social, ambiental e cultural envolvidas na referida atividade.

Em linhas gerais, mesmo considerando a baixa adesão a pesquisa por parte dos comercializadores/operadores e a dificuldade de ir a campo outras vezes devido a pandemia de COVID-19, os dados coletados em diário de campo, entrevistas e por meio dos questionários, possibilitaram uma visão mais abrangente sobre a complexidade do fenômeno turístico presente nesse passeio. Para complementar os dados e as discussões apresentadas até aqui, no capítulo IV, buscou-se dar luz ao imaginário turístico que é alimentado por meio da estrutura do passeio, seus impactos socioculturais, bem como, os impactos ambientais na tentativa de possibilitar uma reflexão final – mas não acabada - acerca de como e se as práticas dos comercializadores/operadores do Safári Amazônico contribuem ou não para a valorização dos aspectos ambientais e socioculturais dos locais de parada do passeio.

CAPÍTULO IV

O SAFÁRI AMAZÔNICO NA CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO TURÍSTICO E SEUS IMPACTOS

Ah, então nós somos os bichinhos da Amazônia, né!?
(COMUCT03, Entrevista realizada na comunidade do Catalão em 05 de março de 2020).

O imaginário que há muito vem perpassando os tempos e influenciando o modo como as pessoas enxergam a Amazônia teve seu início, conforme nos apresenta Gondim (2007) em seu livro *“A invenção da Amazônia”*, com os cronistas, viajantes e jesuítas que sempre ressaltavam o caráter exótico da fauna, flora e das populações ameríndias dessa região. Tal modo de perceber a Amazônia fortaleceu um olhar estigmatizado, de modo que essa região e as pessoas que nela vivem, acabaram ficando sob o que Oliveira (2003) chama de “o efeito do túnel do tempo” – o autor usa a expressão para se referir aos povos indígenas, mas também é possível pensar a região amazônica a partir deste olhar.

Para Oliveira (2003) um dos maiores equívocos é olhar para tais populações como se elas ainda fossem aqueles “índios do descobrimento”. Negando a estes sujeitos o tempo, a história e as transformações vividas pela humanidade, como se estivessem a parte de todos os processos, enquadrando-os num tempo estático e num cenário que permanece em estado “natural” e “selvagem”.

Na cidade de Manaus, o turismo vem sendo organizado em torno de segmentos como o ecoturismo, em territórios ocupados por povos indígenas e populações tradicionais - como é o caso das comunidades presentes no roteiro Safári Amazônico. As práticas de turismo nesses locais têm se configurado como um turismo de exploração que exige uma “autenticidade encenada”, onde existe uma preocupação com a representação dessa “realidade” para que os “olhares do turista, regulares, significativos e proveitosos, possam ser gerados e mantidos”. Tais olhares não podem ser deixados ao acaso. As pessoas têm de aprender como, quando e para onde olhar” (URRY, 2001, p.26). O autor afirma que “não existe um único olhar do turista enquanto tal. [...] são construídos por meio da diferença. Esse olhar pressupõe, portanto, um sistema de atividades e signos sociais que localizam determinadas práticas turísticas” (Ibid., 2001, p. 16).

A partir dessa perspectiva, o capítulo pretende apresentar uma discussão sobre como o imaginário turístico é alimentado, para isso, foram utilizados os dados do questionário respondido pelos turistas, aos comercializadores/operadores e algumas imagens de material publicitário do passeio, de modo que seja possível refletir sobre como a estrutura do Safári Amazônico pode estar comercializando fragmentos da realidade, muitas vezes irreal, influenciando a construção do olhar do turista. Além disso, como proposta de uma reflexão final, os últimos tópicos pretendem se debruçar sobre os impactos negativos dessa atividade, tanto no aspecto sociocultural quanto ambiental.

4.1 O IMAGINÁRIO NA CONSTRUÇÃO DE DESTINOS TURÍSTICOS

Por ser um termo que pode ser explorado a partir de diversas áreas do conhecimento como a Psicologia, História, Sociologia, Antropologia e outros, a discussão que aqui se propõe envolvendo o imaginário é feita a partir do turismo transitando também por outros campos do conhecimento. Não com a intenção de um aprofundamento teórico sobre as nuances do termo em si, mas como um fator importante que é amplamente explorado pelo mercado turístico na promoção dos destinos.

Como um fenômeno que é sobre encontro com o outro, no turismo a capacidade de imaginar os lugares e experiências faz parte não só de um processo que é natural do ser humano, mas primeiramente, dos discursos, imagens, estereótipos e histórias sobre como as sociedades foram concebidas rumo à "civilidade" pelos colonizadores europeus. Como detentores supremos de uma história "oficial", suas viagens, expedições e descrições foram (e ainda são) disseminadas e absorvidas pelas sociedades europeias e posteriormente pelo resto do mundo.

Trata-se de uma forma de enxergar os "colonizados" que permanece enraizada nos imaginários sociais, percorrendo os tempos, influenciando discursos, olhares e como não poderia ser diferente, no modo como os destinos são retratados. No caso de destinos reconhecidos pela predominância de sua vegetação verde, as imagens que buscam interpretá-los para aqueles que estão longe por meio dos veículos de mídias e comunicação de massa como jornais, internet, revistas impressas e eletrônicas, livros (principalmente didáticos), contos e mesmo em campanhas a favor do ambiente, em sua maioria, utilizam-se de imagens que buscam reacender ao aspecto da natureza virgem, selvagem e de como seus habitantes convivem de maneira harmônica em condições "originárias" (PIRES, 2002; SANTANA, 2008).

Desse modo, entendendo que o aspecto da imaginação no turismo é tecido e alimentado por todos os elementos que participam do processo de construção do imaginário social, torna-se relevante fazer algumas considerações. Para Boia (1998), Chartier (1991), Backzo (1991) e Manfredo (2017) o imaginário social é mais do que um jogo de imagem-imaginação-abstração, ele é construído coletivamente, (re)inventado, alimentado pela própria realidade e, inclusive, "traz o potencial de ser também instrumento que transforma a realidade e constitui relações de poder; classifica e é ele próprio classificação de grupos que constantemente disputam poder" (CHARTIER, 1991 apud MANFREDO, 2017, p. 124).

O imaginário se mistura à realidade exterior e se confronta com ela; ele encontra pontos de apoio ou, ao contrário, um meio hostil; pode ser confirmado ou repudiado. Ele age sobre o mundo e o mundo age sobre ele. Mas, em sua essência, ele constitui uma realidade independente, dispondo de suas próprias estruturas e de sua própria dinâmica (BOIA, 1996, p. 16 apud MANFREDO, 2017, p. 125, tradução de Manfredo).

Portanto, o imaginário não se limita apenas a ser uma imitação do real, ele influencia os sentidos, é produzido coletivamente e possibilita relações de poder. Considerando o exposto, Salazar (2009) aponta que para alimentar os imaginários e movimentar o turismo, povos e lugares são constantemente

(re)inventados, (re)produzidos e (re)criados à medida em que representações suficientemente fortes são estabelecidas no imaginário social, sendo capazes de atrair e fazer funcionar o turismo - ao menos por tempo suficiente para se obter lucro.

De acordo com Harvey (1989) citado por Salazar (2009) “o turismo é parte da “indústria de produção de imagens”, na qual a representação de pessoas e lugares se tornou tão aberta à produção e uso efêmero quanto qualquer outra”. Ao viajar, os turistas que partem de regiões consideradas “estabelecidas” no cenário turístico, carregam consigo essas imagens provocando “uma “turistificação” da vida cotidiana - um processo socioeconômico e sociocultural pelo qual a sociedade e seu ambiente foram transformados em espetáculos, atrações, playgrounds e locais de consumo” (SALAZAR, 2009, p. 49, tradução da autora).

O termo turistificação ao que o autor se refere, pode ser compreendido como aquela em que a turistificação é encarada como a estruturação dos destinos para o turismo. Refere-se a instalação de toda infraestrutura turística necessária, almejada e de produtos exclusivamente criados para o consumo dos turistas, um exemplo disso são os parques de Orlando na Flórida e dos imensos complexos de *resorts* no mar do Caribe. Trata-se de locais que foram estruturados e criados para atrair turistas e o público com interesse em consumir seus produtos, são cidades que giram em torno do turismo e cada vez mais buscam melhorar, diversificar e modernizar sua infraestrutura e opções de atrativos. Essa forma de turistificação pode ser chamada de *ludópolis* (MOLINA, 2003 apud LOHMANN & PANOSSO NETTO, 2012) e faz uso do imaginário quando promete conforto, luxo, praia, mar, festas, comidas gostosas, bebidas, até mesmo relembrar a infância (no caso dos parques de Orlando) e em geral, fuga do cotidiano pesado.

Outra forma de enxergar o tema da turistificação é quando compreendido a partir da criação de cenários/lugares turísticos com objetivo de resgatar e materializar uma realidade espacial, cultural, social e até histórica que, de outro modo, não pode mais ser observada. Numa perspectiva antropológica e social a tentativa de recriar cenários para uso exclusivamente pelo turismo e imposta de forma verticalizada, contribui com a propagação de imagens que ajudam a confundir-se entre o que é real e o que não é. Assim, a turistificação seria então “a preparação das pessoas para ver outros lugares como objeto de turismo, e a preparação desses lugares para serem vistos” (SALAZAR, 2009, p. 2, tradução da autora).

O autor reitera ainda, por meio de Coleman e Crang (2002), Mowforth e Munt (2003) e Hall e Tucker (2004) que a turistificação,

[...] é frequentemente um desenvolvimento altamente ambivalente, principalmente em zonas de pobreza. A turistificação pode resultar na perda do orgulho cultural e na dependência total do turismo para subsistência. Em muitos casos, o desenvolvimento do turismo tem sido amplamente responsável por forçar mudanças irreversíveis, seja diretamente, destruindo ou proibindo os meios de subsistência tradicionais, ou mais sutilmente, fornecendo uma maneira potencialmente fácil de ganhar recursos extremamente necessários. As pessoas nas margens geralmente têm pouca escolha (econômica) a não ser aceitar e se adaptar às identidades turísticas e às visões culturais que são criadas para elas. Em outras palavras, pessoas e lugares não são simplesmente reapresentados, exibidos ou representados; o processo de turistificação envolve relações performativas de contestação, reificação e negociação (SALAZAR, 2009, p. 50).

No contexto do objeto de estudo analisado por esta pesquisa, o Safári Amazônico, os problemas

observados por Salazar também podem ser contextualizados a partir das comunidades que compõem o roteiro. Como já exposto no Capítulo III, nos subtópicos 3.3.1 e 3.3.2, é possível identificar a presença da pobreza, da dependência do turismo para subsistência, a oferta de maneiras mais “fáceis” para obter recursos por meio de acordos injustos com os informais (ou pirangueiros), além de pouco poder de escolha da situação econômica e a necessidade de aceitar e se adaptar a uma identidade turística que é atribuída e imposta a esses sujeitos.

Além do exposto, lembra-se novamente que embora o Safári Amazônico (como é vendido e operado atualmente, até mesmo a atribuição do nome por uma agência local) date da última década, tal estrutura de passeio, que sugere um “safári ecológico na Amazônia”, já existe há mais de duas décadas e tem contribuído, sobremaneira, para alimentar os imaginários turísticos a respeito desse destino (PIRES, 2002).

Com o intuito de saber por que o passeio é estruturado atualmente com essa composição, no questionário respondido pelos comercializadores/operadores do passeio foi perguntado o motivo da escolha dos referidos lugares e se havia alguma relação com a localização (proximidade). As justificativas dadas, foram as seguintes:

Me parece óbvio não? Atrativos naturais/culturais ainda disponíveis em qualidade razoável e em lugares especiais próximos a Capital (CMOP01, Questionário de pesquisa, 2020).

Porque apresentam atrações típicas da região amazônica. Na comunidade indígena, por exemplo, os turistas têm a oportunidade de conhecer brevemente as demonstrações das danças tradicionais indígenas, a origem do povo indígena (conforme cada etnia), a culinária... quanto à interação com os botos cor-de-rosa, em que outro local do mundo isso seria possível? Nadar com os botos enquanto eles estão livres e em habitat natural? É possível que isso aconteça em outros locais da Amazônia, mas a escassez de peixe na região do Rio Negro colabora para que isso aconteça aqui, de modo que o boto se sente atraído pela oferta fácil do peixe. Em relação ao Lago do Janauari e a Comunidade do Catalão, são locais muito típicos da nossa terra, em que as casas flutuantes mostram para os visitantes nossa adaptação à realidade que enfrentamos todos os anos, relativa aos períodos de seca e cheia, em que as casas acompanham o nível do rio. É o retrato da vida cabocla e da vida ribeirinha. Além da incrível experiência culinária que é vivenciada no Janauari, onde o almoço acontece em restaurantes flutuantes de comida típica amazonense (CMOP02, Questionário de pesquisa, 2020).

O Catalão é uma comunidade muito antiga e, em função de se tratar de uma comunidade em que todas as estruturas são flutuantes, torna-se um atrativo regional, principalmente em função de não ter sido construída com finalidade turística. A comunidade indígena é importante, porque para que um turista tenha acesso a uma "tribo-mãe", é extremamente difícil. Então a possibilidade de conhecer uma comunidade indígena relativamente próxima a Manaus, com índios legítimos e não caboclos, torna o atrativo relevante. A interatividade com os botos é incrível para os turistas, porque eles vivem livres e são mamíferos extremamente dóceis, o que torna a interação muito fácil e prazerosa. Quanto ao Janauari, o fato de lá termos passarelas atrás dos restaurantes, que possibilitam a caminhada em alturas de até 12 metros acima do solo e a visualização da floresta alagada, torna o lugar muito especial. Além da chance de degustar comidas regionais, desfrutando de um ambiente de floresta primária de várzea. E por último, mas não menos importante, no período da cheia surge a possibilidade de navegar nos igapós, visualizar pássaros, tocar a copa das árvores... Isso é muito especial (CMOP03, Questionário de pesquisa, 2020).

Rotatividade (CMOP04, Questionário de pesquisa, 2020).

Proximidades da cidade, facilidade de acesso e locais tradicionais no turismo regional (CMOP05, Questionário de pesquisa, 2020).

Tem características amazônicas e chamam a atenção do Turismo (CMOP06, Questionário de pesquisa, 2020).

É possível observar que as comunidades indígenas estão inseridas no passeio por representarem a oportunidade mais próxima a Manaus que o turista tem de ter acesso a um exemplar de “*tribo-mãe*” e “*índios legítimos e não caboclos*”, o que de outra forma, em outras localidades, seria mais complicado e oneroso. A comunidade do Catalão, como pode ser percebido na fala dos participantes CMOP02 e CMOP03, embora não tenha sido criada originalmente para o turismo, suas características arquitetônicas e naturais servem para compor e representar para o turista “*o retrato da vida cabocla e da vida ribeirinha*”. Além disso, como apontado pelo CMOP04, os locais de parada do Safári Amazônico permitem uma maior “*rotatividade*”, ou seja, um trânsito maior de pessoas nesses locais durante o dia, permitindo um turismo de massa.

Ao que se pode perceber, a compreensão dos participantes sobre a importância dos lugares inseridos no Safári Amazônico para atender ao imaginário turístico e se justifica por serem “*atrações típicas da região amazônica*” com “*características amazônicas*” e ainda por representarem “*atrativos naturais/culturais [...] disponíveis em qualidade razoável*”.

Salienta-se que por “*atrações típicas*” e com “*características amazônicas*”, aparenta haver um entendimento reificado e cristalizado sobre os elementos que representam a cultura amazônica, porém, levando em conta a superficialidade do passeio em imergir os turistas na cultura e história local das comunidades, questiona-se: o que significa para esses comercializadores/operadores quando estes dizem se tratar de “*atrações típicas*” e com “*características amazônicas*”? Significa que a Amazônia enquanto destino, em toda sua extensão (que ultrapassa o território brasileiro) pode ser representada por meio da estrutura pensada para esse passeio?

Na expressão “*disponíveis em qualidade razoável*”, não está claro ao que se refere, se a infraestrutura dos lugares; ou ainda se ao elemento “*autenticidade*”, uma vez que por estarem relativamente próximos a cidade, seus modos de vida podem ser encarados com uma falta de “*originalidade*”, para quem idealiza que esses sujeitos vivem em isolamento.

Em outra pergunta feita aos comercializadores/operadores, um relato chama atenção por colocar em dúvida esse aspecto da autenticidade das comunidades indígenas, usando o termo “*aculturadas*” para descrevê-las.

De maneira alguma. Uma valorização cultural focada em comunidades aculturadas, muitas sequer falam a língua mãe, acabam se travestindo de índios nas apresentações, e isso faz bem. A cultura amazônica a ser valorizada é do caboclo ribeirinho, esse é o que é. Agora, não há como ir contra aos conhecimentos dos mais velhos, esses mesmo aculturados têm cultura para passar adiante. Tentam envolver os mais jovens, mas é nítido que ficam ali pelos trocados (CMOP01, Questionário de pesquisa, 2020).

Para o participante CMOP01, o passeio não representa/interpreta a cultura amazônica para os turistas em razão de as comunidades indígenas do roteiro não serem, na opinião desse sujeito,

“autênticas”. Elas são “*aculturadas*”, não falam sua “*língua mãe*” e sabem mesmo é se “*travestirem de índios*”. Em sua fala observa-se que a “*cultura amazônica a ser valorizada é do caboclo ribeirinho*”, no entanto, não é possível identificar se a comunidade do Catalão poderia ser vista (segundo seu ponto de vista) como uma comunidade que representa a cultura amazônica.

O termo “aculturados” utilizado pelo participante pode ser compreendido por alguns autores como um processo decorrente do encontro entre duas culturas ou mais que quando prolongado, pode levar à perda de traços identitários, ocasionar mudanças parciais e até mesmo totais no modo de vida de comunidades (ULLMANN, 1991 apud ASSIS, 2008).

Sobre o uso deste termo, que é feito da junção do prefixo a + a palavra “cultura”, destaca-se que na língua portuguesa o uso do prefixo “a” de origem grega, é utilizado para referir-se à ausência de algo, por exemplo:

acéfalo = ausência de cabeça

anônimo = ausência de identidade

amoral = ausência de moral

anormal = ausência de normalidade

assexuado = ausência de sexo definido

Neste sentido, atribuir a palavra “aculturados” a alguém ou a um coletivo, significa dizer que estes sujeitos são desprovidos de uma cultura, que existe uma ausência dela. Tal afirmação sugere que as identidades culturais são rígidas e devam ser vistas sempre no singular (cultura), para não ter sua “originalidade” ou “autenticidade” contestada, ela precisa permanecer imune aos efeitos do tempo e das transformações sociais. De acordo com Hall (2005) na contemporaneidade tal pensamento já foi superado quando se admitiu que a identidade do sujeito moderno era fragmentada e não homogênea. Para Hall (2005), Geertz (2008), Laraia (2001) e Chauí (2009) a cultura não é um elemento estático e imutável, ela é volátil, plural (culturas), criada e reelaborada pelo ser humano. Negar isso, é negar aos sujeitos sua autonomia para se recriarem frente ao tempo, sua capacidade de resistência e ainda a negação dos processos históricos de luta, usurpação, expropriação, escravização e dominação vivenciados principalmente pelos povos indígenas e africanos que foram a base da “criação” do “povo brasileiro” idealizado por meio de um projeto nacionalista.

De acordo com Santos e Barreto (2006, p. 247) “o turismo apresentar-se-ia como fator de aculturação ou desenvolvimento quando pessoas representando diferentes culturas ou sociedades entram em contato”. No entanto, se o turismo é em si ferramenta de aculturação, como contribui então para valorizar, resgatar ou reafirmar uma identidade cultural? Como os comercializadores/operadores e os turistas podem acusá-los como “índios aculturados”, quando a atividade que executam possui tal efeito?

Para Oliveira (2003, p. 173) a aculturação é um termo que

deve ser amplamente criticado por sua imprecisão e generalidade, homogeneizando situações muito diversas. Contrastando apenas com uma condição irreal e fantasmática [...], não tem qualquer valor operativo e analítico, sua eficácia sendo de outra natureza, funcionando como peça

acusatória em um discurso político de questionamento da condição de indígena. Ou seja, é um conceito cuja validade científica deve ser negada, buscando-se outros instrumentos mais adequados para falar sobre a mudança sociocultural.

Apesar da fala apresentada ser apenas do participante CMOP01, o modo como o mesmo enxerga a situação das comunidades indígenas permite observar que apesar da justificativa sociocultural do passeio que é dada aos turistas que realizam o Safári Amazônico com este comercializador/operador, os mesmos pagam por uma experiência, onde aquele que vende e opera o passeio não acredita na veracidade e na existência de elementos socioculturais suficientemente “autênticos” para fazer parte e representar a cultura amazônica. Desse modo, os indígenas assumem um sentido puramente utilitarista que estão ali para compor o passeio e alimentar os imaginários turísticos daqueles que apostam na experiência ofertada.

Para os outros cinco participantes,

O roteiro não é capaz de traduzir a cultura amazônica, mas possibilita que nossos visitantes tenham um breve contato com itens que fazem parte dela (CMOP02, Questionário de pesquisa, 2020).

Parcialmente. A cultura amazônica é muito vasta e não é possível, após um único dia de passeio, traduzir o que de fato somos (CMOP03, Questionário de pesquisa, 2020).

Sim, eles conhecem outras culturas (CMOP04, Questionário de pesquisa, 2020).

Depende da forma que o profissional irá explicar, pois existem dois modos de vida da cidade junto com a floresta (CMOP05, Questionário de pesquisa, 2020).

Sim. Pelas características dos atrativos (CMOP06, Questionário de pesquisa, 2020).

A fala dos participantes acima, apresentam concepções diferentes umas das outras. O CMOP06 e o CMOP04, afirmam que o Safári Amazônico é sim capaz de apreender para os turistas o que seja a cultura amazônica. Já o CMOP05, entende que isso está condicionado aos conhecimentos daquele que realiza o guiamento do grupo. O CMOP03, diz que parcialmente, pois entende que um único dia de passeio não é suficiente e a cultura amazônica é vasta. Por último, o CMOP02, diz que não, mas entende os locais de parada do passeio como “*itens*” que compõem a cultura amazônica e, por isso, possibilita um vislumbre dela.

Apesar de os dados revelarem percepções diferentes, possibilitam uma visão a respeito de como esses sujeitos e locais são compreendidos pelo mercado. Independente se acreditam que são “*aculturados*” ou “*itens*” capazes de representar/interpretar para o turista o que sejam os modos de vida e as identidades culturais amazônicas, tais elementos são, antes de tudo, compreendidos como comercializáveis. Ou seja, para obter lucros com o passeio é válido, acreditando ou não no valor simbólico e cultural dos modos de vida desses sujeitos.

Considerando os dados acima e os apontamentos de Salazar (2009) sobre a turistificação e como ela afeta principalmente comunidades mais pobres, identifica-se que no âmbito das práticas turísticas desenvolvidas por/em comunidades tradicionais e indígenas, o imaginário turístico tende a uma

mistificação e romantização desses sujeitos, seus modos de vida e até mesmo da própria condição de pobreza. Trata-se de uma forma de enxergá-los que é amplamente utilizada pelo turismo de diferentes formas, onde as comunidades locais podem assumir diferentes papéis, como por exemplo: o primeiro refere-se a uma atuação que seria protagonista, onde os moradores organizam, planejam e gerenciam as atividades nos limites dos territórios que ocupam, incluindo alguns elementos culturais da comunidade como parte da experiência, no entanto, sem permitir uma maior intromissão do turismo na comunidade.

O segundo papel, pode ser aquele em que a comunidade participa como um elemento (ou atrativo/paisagem) que compõe um pacote de atividade (eco)turística, assumindo uma posição de prestadores de serviço para os agentes de turismo, onde os moradores recebem pelos serviços prestados e eles também podem permitir (quando possuem esse poder) um tipo de turismo mais aberto ou restringir o espaço e os elementos aos quais os turistas podem ter acesso, como acontece nas comunidades indígenas do Safári Amazônico. E o terceiro papel, pode ser aquele em que a existência da comunidade é conhecida, avistada, existe uma exploração em torno da sua imagem, histórias, antepassados, no entanto, não se tem nenhum tipo de distribuição da renda obtida com a atividade, como no caso da comunidade do Catalão.

Dessa forma, o papel a ser assumido pelas comunidades está condicionado muitas vezes pela situação de vulnerabilidade socioeconômica em que elas se encontram, pois em muitas situações os empreendimentos turísticos assumem uma posição de poder quanto ao planejamento, organização e gerenciamento das atividades turísticas em seus territórios. E como forma de resistirem às oscilações do turismo e se manterem na atividade de alguma forma, para Gravari-Barbas e Graburn, (2012, p. 5) “os habitantes de um lugar frequentado por turistas apreendem rapidamente a forma como são percebidos pelos próprios turistas, bem como pelos meios de comunicação social”. Isso acontece porque as comunidades locais, além de precisarem “fabricar e comercializar aspectos de suas próprias tradições que podem ser geradoras de imaginário turístico”, precisam também “conhecer e responder às expectativas dos turistas” (Ibid., 2012, p. 4).

De um modo geral, as comunidades assumem um papel importante para o mercado e para aqueles que almejam essa experiência, que é o de conhecer um modo de vida oposto ao da cidade e “autêntico”. Segundo MacCanell (1973) existe um desejo em poder conhecer a rotina “real” das comunidades visitadas, contudo, os arranjos desenvolvidos a fim de atender as expectativas deturpadas e espetacularizadas sobre esses sujeitos que são disseminadas pelas propagandas de *marketing* turístico, utilizadas pelos empreendimentos e pelas mídias em geral, acabam contribuindo para a construção e manutenção de cenários arranjados. Ao encontro desse pensamento, Gravari-Barbas e Graburn (2012, p. 3) afirmam ainda que: “O sistema turístico mantém [...] uma relação estreita com o imaginário, alimentando-o, modelando-o. Este imaginário não se limita [...] à esfera do turismo. Ele transborda [...] para caracterizar e modelar os espaços de referência, as populações que ali vivem e os sentidos que lhes são atribuídos”.

Em síntese, observa-se que a imagem que se tem de um lugar interfere no imaginário turístico,

possibilitando com que eles vejam os destinos, em muitos casos, de forma diferente do que ele realmente é, além de poder recriá-lo. O imaginário turístico parece não acompanhar as transformações vivenciadas pelos lugares e seus sujeitos, de modo que essa involução do imaginário em relação ao tempo presente pode “tornar-se verdadeira armadilha na qual se encontram aprisionados os lugares turísticos” (GRAVARI-BARBAS & GRABURN, 2012, p. 4). No Safári Amazônico, esse aprisionamento no tempo pode ser visto a partir da concepção sobre os indígenas, e sobre como poder encontrar uma Amazônia selvagem e exótica ainda é predominante nas iniciativas dos empreendedores do turismo de Manaus e, por consequência, dos turistas que chegam à cidade com seus imaginários (re)alimentados por essas propostas.

Assim, o próximo tópico versa sobre a construção do imaginário turístico por meio do Safári Amazônico, trazendo as falas dos turistas, experiências e percepções ao realizar o passeio. Também foram usados alguns exemplares do material publicitário e dados do questionário respondido pelos comercializadores/operadores do passeio, a fim de identificar alguns elementos que contribuem para (re)afirmação de uma identidade turística conferida às comunidades do roteiro que parecem precisar ofertar, sobretudo, autenticidade.

4.2 CONSTRUINDO OLHARES A PARTIR DO SAFÁRI AMAZÔNICO

A relação que se busca encontrar entre o imaginário turístico e, conseqüentemente, o olhar do turista sobre o objeto de estudo desta pesquisa, é no sentido de refletir sobre como as imagens construídas e propagadas da Amazônia possuem relação com as idealizações sobre esse destino e suas populações ribeirinhas e indígenas. Salienta-se ainda que muitos elementos utilizados para abastecer tal imaginário – por descender da atuação colonizadora, mas não somente – também podem ser refletidos tendo como pano de fundo outros lugares igualmente exotizados a exemplo da África, considerando que a prática a qual a pesquisa faz referência (o safári) nasceu em territórios africanos.

De acordo com Gondim (2007) os escritos que deram origem a inúmeras lendas sobre a Amazônia, descrevem essa região como um paraíso perdido no Novo Mundo. Para a autora, a Amazônia seria uma invenção criada a partir de relatos fantasiosos e exacerbados não só dos exploradores, viajantes e missionários que estiveram nessa região, mas até mesmo por escritores que nunca vieram ao Brasil, quiçá na Amazônia - como é o caso de Júlio Verne a quem a autora faz referência. Gondim (2007 apud SOUZA, 2018) acrescenta ainda que para esses cronistas a Amazônia possui significado utilitarista, ambíguo, benevolente e selvagem. E o lugar dado aos povos indígenas no transcorrer dessa “invenção”, é um lugar onde tais sujeitos possuem versões antagônicas de si mesmos: ora são vistos como guerreiros, puros; e em outros momentos, são vistos como rebeldes, primitivos e violentos.

Para a autora (2007, p. 79):

Os pontos em comum das cartas que percorreram a Europa e que retrataram a região amazônica

referem-se ao clima invariável, doce e primaveril, da umidade do ar, da enorme quantidade de insetos e répteis gigantescos, dos metais preciosos, da flora magnífica e da falta de animais de porte grande como os africanos, das Amazonas, das guerras, da inexistência de pelos no corpo dos nativos, da antropofagia, da frigeidez e/ou sensualidade, vigor e/ou debilidade do autóctone.

Gondim (2007) comenta ainda que as descrições feitas a despeito da Amazônia traduzem uma postura etnocêntrica daqueles que se julgaram poder interpretá-la por meio de seus escritos. Sobre o turismo, a autora contribui dizendo que os reflexos dessa “invenção” ainda persistem no imaginário ocidental e é responsável, em boa parte, pelo tipo de turismo que se almeja poder desenvolver nesta região. Além disso, Gondim (2007) faz uma relação também utilizada nesta pesquisa no Capítulo II, de que o processo de colonização e o poder exercido pelo ocidente de contar, ditar, descrever, interpretar e representar o que era a Amazônia para o resto do mundo - considerando apenas sua visão limitada e opressora - posicionou as sociedades como aquelas que estão no centro (estabelecidas) e aquelas que estão a margem (*outsiders*).

Não muito diferente da Amazônia, na África, os exploradores, viajantes e missionários também se empreenderam na descrição de seus territórios e habitantes utilizando-se da mesma postura hegemônica e subalternizante. As descrições/interpretações/representações feitas sobre o continente, reverberam ainda nos tempos atuais, onde os grupos étnicos que ainda permanecem no interior das florestas fazem parte de uma narrativa que os considerada como “parte integrante da selva africana, uma imagem que corresponde a uma ideia ocidental estereotipada do africano primitivo, sexual e violento, ou a imagem romantizada do nobre selvagem” (HUGHES, 2006 apud SALAZAR, 2009, p. 53, tradução da autora).

Em uma de suas análises sobre os Maasai na Tanzânia, Salazar (2009) refere-se a força que o *marketing* turístico possui na promoção dos destinos africanos alimentando um fascínio sobre seus grupos étnicos e o modo como se organizam. Os Maasai são considerados atualmente o grupo étnico mais utilizado no turismo de safári para representar os nativos da região e “atender as expectativas dos turistas de ver africanos autênticos e típicos” (Ibid., 2009, p. 58, tradução da autora). O autor afirma que os turistas esperam por

paisagens africanas primitivas com os pitorescos telhados de palha pontilhadas e misturando-se a ele, esperam ouvir os tambores no minuto em que chegam à África, com os africanos dançando ritmicamente ao som de sua cadência contínua. Essa é a África. Essa é a alteridade [...] pela qual eles estão dispostos a pagar dinheiro. Esta é a imagem com a qual os operadores turísticos têm de se relacionar nas suas brochuras para persuadir os clientes / turistas a reservar férias com eles (SALAZAR, 2009, p. 51, tradução da autora).

Observa-se então que como parte de um processo coletivo de representações e significações, o imaginário social concebido sobre os destinos turísticos “em qualquer período histórico, é construído em relacionamento com seu oposto, com formas não-turísticas de experiências e de consciência social” (URRY, 2001, p. 16). Para Gravari-Barbas e Graburn (2012) o imaginário turístico possibilita aos turistas visitar o lugar de forma virtual, despertando desejo, tornando o destino atrativo e permite habituar-se a um suposto “caráter exótico, ao mesmo tempo em que ajuda a construí-lo” (Ibid., 2012, p. 2). Desse

modo, o imaginário tem importância crucial na tomada de decisão quando se escolhe um destino e orienta os turistas, inclusive, a evitar determinados lugares e práticas.

A cidade de Manaus enquanto destino turístico possibilita alimentar, afirmar e propagar no imaginário turístico a história de uma “selva de pedra” que foi construída em meio a floresta amazônica. Ao chegar à cidade é possível conhecer um contexto urbano desenvolvido, com shoppings centers e lojas internacionais, hotéis confortáveis, opções de lazer, programações culturais, um centro histórico com prédios imponentes como o Teatro Amazonas (um símbolo e cartão postal da cidade) dentre outras opções. Ao mesmo tempo, a cidade é a porta de entrada para aqueles que vêm ao destino Amazonas com o intuito de se hospedar em hotéis de selva, fazer cruzeiros fluviais, conhecer formações geológicas, cachoeiras, a fauna, a flora e as comunidades ribeirinhas e indígenas que são vistas como representantes da cultura amazonense.

Essas opções de turismo em áreas de floresta costumam ser mais onerosas e o tempo gasto para chegar até o destino também é maior, uma vez que essas áreas ficam mais distantes e, por vezes, estão localizadas em outros municípios como Iranduba, Novo Airão e Presidente Figueiredo. Em razão disso, o Safári Amazônico surge como possibilidade para aqueles que estão na cidade, mas desejam ter a experiência de entrar em contato com a natureza e com as comunidades ribeirinhas e indígenas próximas a Manaus, sem precisar dispor de um tempo maior e com preços relativamente mais acessíveis (servindo também como opção de passeio para os turistas da temporada de cruzeiros que a cidade recebe).

Mediante a necessidade de atender as expectativas dos turistas que almejam poder conhecer “índios de verdade” e como a população ribeirinha vive, ainda que nas proximidades de Manaus, existe um esforço que pode ser identificado de antemão nos materiais publicitários usados para promover e vender o passeio. Tal mecanismo é utilizado, porque segundo Sant’Anna (1998) citado por Souza (2018) “a publicidade é uma técnica de comunicação de massa, [...] e possui a finalidade de fornecer informações, desenvolver atitudes sobre determinado lugar, serviço [...].

Para os autores, a imagem utilizada para promover um produto

é a grande peça do imenso tabuleiro publicitário, é o meio [...] por excelência para comunicar algo com o propósito de vender serviços ou produtos, criar uma disposição, estimular um desejo de posse ou para divulgar e tornar conhecido algo novo e interessar à massa ou um de seus setores. O anúncio deve basear-se no conhecimento da natureza humana. Para atrair a atenção é imprescindível saber como captá-la; para interessar é necessário conhecer cada uma das reações do ser humano, seus instintos e sentimentos. O publicitário deve ter algo de psicólogo, deve ter uma sólida base técnica, terá que conhecer os princípios da comunicação e saber as limitações que impõem os diferentes meios de comunicação com a massa (SANT’ANNA, 1998, p. 78 apud SOUZA, 2018 p. 60).

Assim, o jogo que é feito entre os anúncios e o imaginário faz parte de um “mecanismo para desvelar como os consumidores são influenciados a fazer parte desta engrenagem por meio do consumismo, sendo conduzidos nas teias que esses discursos fiam” (SOUZA, 2018, p. 60). No turismo, os elementos visuais e verbais de um anúncio funcionam como captadores, condutores e criadores de desejo ao comunicar para o turista a possibilidade de uma experiência exatamente como ele deseja e imagina.

Em um anúncio voltado para um destino ou mais especificamente sobre um passeio turístico, podem estar contidas representações visuais ou ainda afirmações por meio de frases que comunicam para o turista o que ele “pode esperar” e o que ele “irá encontrar”. No conjunto de imagens da figura 24, apresenta-se quatro exemplares de material publicitário utilizados por comercializadores/operadores do Safári Amazônico.

Figura 24. Exemplares de material publicitário do passeio Safári Amazônico.



Fonte: Imagens públicas retiradas da página do Instagram e Facebook das referidas empresas.

Nas imagens acima, é possível observar em três delas a predominância do sujeito indígena e de animais da fauna local, sobretudo, o boto cor-de-rosa. A onça, a floresta em volta, a presença do verde, o rio e os indígenas vestidos com palha e penas dançando em grupo, como no anúncio da empresa CL Turismo (em conjunto com outras), buscam apreender os lugares de parada do roteiro em uma imagem

única que comunique ao turista toda exotividade que ele irá experimentar. No anúncio da empresa Encontro das Águas, o passeio é denominado Safári Ecológico e a prática de alimentar os botos é colocada como pano de fundo principal por ser entendida como atividade (eco)turística.

No anúncio da agência *Amazon Explorers*, observa-se um selo que pretende comunicar aos turistas a qualidade do passeio realizado pela empresa com intuito de se diferenciarem, principalmente, dos pirangueiros. Mesmo assim, é necessário ressaltar que embora se trate de uma empresa com bom histórico no mercado e de referência na cidade, os locais de parada do passeio são os mesmos que o das demais empresas, com exceção apenas da comunidade indígena no Januari e da prática com animais silvestres, onde, até o momento nunca houve registro do envolvimento da empresa. Salvo essa diferença, o roteiro é o mesmo e, por isso, os problemas potencializados por essa forma de turismo também são os mesmos.

No primeiro anúncio, da empresa Olímpio Carneiro Turismo, a imagem de uma jovem indígena com o rosto pintado é utilizada como elemento principal, realizando o que parece ser também uma pintura em outra pessoa. O cenário por detrás da indígena indica estar em uma oca de palha (onde geralmente realizam as apresentações) e logo abaixo ao nome do passeio observa-se uma chamada usando a *hashtag* “passeio pitoresco”. Em todos os anúncios, destaca-se ainda a ausência de quaisquer elementos que possam remeter a cidade.

Em três dos quatro anúncios, identifica-se também o uso do termo “tribo” que de forma recorrente é usualmente associado à palavra “índio”, formando então a expressão “tribo de índios” ou “tribo indígena”. Trata-se de uma expressão equivocada e carregada de estereótipos, reflexo da tentativa dos colonizadores em reduzir as centenas de diferentes povos indígenas que habitavam os “territórios brasileiros” como se ser “índio” estivesse reduzido a uma manifestação cultural.

De acordo com a cartilha educativa *Currículo da Cidade: povos indígenas* (2019) da cidade São Paulo, desenvolvida tendo como base alguns autores como Daniel Munduruku, “ser “índio” é pertencer a quê? É trazer consigo todos os adjetivos não apreciados em qualquer ser humano. Ela é uma palavra preconceituosa, racista, colonialista, etnocêntrica e eurocêntrica” (SÃO PAULO, 2019, p. 16).

Para Oliveira (2003, p. 167-168):

Essa representação sobre o índio como primitivo está muito viva e presente nas mais variadas manifestações discursivas dos brasileiros, inculcada de modo inconsciente nas artes, na literatura, no chiste e na charge política. Dentro dessa perspectiva, os índios são algo apenas relativo ao passado colonial do Brasil. A sua presença no contexto atual é tão extemporânea e fugaz, como a de um mamute, animal pré-histórico que, encerrado por milhares de anos em um bloco de gelo, recuperasse os movimentos com o descongelamento da geleira e iniciasse uma breve existência em um meio ambiente totalmente modificado e adverso (Ibid., 2003, p. 167-168).

De acordo com Oliveira (2003) a categoria “índio” foi criada e consolidada como uma identidade estática que pretende ser imediatamente autoexplicativa sobre a identidade daquele a quem ela é atribuída. O autor explica que tal expressão é sempre utilizada para remeter-se ao passado, a um estágio primitivo desses sujeitos, “é plena, redonda e lisa, saturada de culpas e seduções que o senso comum

repete e consagra incessantemente” (Ibid., 2003, p. 167).

No conjunto de imagens da figura 25, têm-se algumas fotos selecionadas das redes sociais de comercializadores/operadores igualmente utilizadas como material publicitário de promoção do passeio para aqueles que desejam visualizar antecipadamente como é o passeio, os tipos de fotos que poderão tirar e o que eles podem esperar da experiência.

Figura 25. Fotografias das comunidades indígenas disponibilizadas nas redes sociais das empresas.



Fonte: Imagens públicas retiradas do *Instagram* da empresa Encontro das Águas Turismo (@encontrodasaguasturismo).

Pelo exposto, considera-se que algumas expressões, somadas as imagens utilizadas para promover o passeio, acabam por contribuir para a (re)afirmação da existência de um modelo “correto” do que é ser “índio” e viver como “índio”, fazendo recair sobre esses sujeitos uma obrigação de manterem determinados elementos e comportamentos, sob pena de serem considerados “aculturados” e “inautênticos”. Tal olhar pode ser identificado em algumas falas de turistas que realizaram o Safári Amazônico e aceitaram participar da pesquisa, respondendo a uma pergunta que buscava saber a percepção dos mesmos sobre a visita a comunidade indígena. Dentre os quatorze participantes, destaca-se alguns relatos que permitem observações importantes:

Interessante, sei que é uma representação. Mas como representação me deixa um pouco triste, por saber os costumes da comunidade se modificou muito, e isso não por eles, mas pelas leis, sociedade e tudo mais o que envolve esse assunto (TUR09, Questionário de pesquisa, 2020).

A que inclui o safári é bem para turista ver. Não vivem onde se apresentam, mas acho válido para sua própria proteção, ganham e preservam-se de uma visita em massa. É como se fossem ao teatro representar trechos do seu dia a dia. Vale como uma "amostra", especialmente para quem tem o imaginário mais tradicional "do índio" e que espera que seja cumprido (TUR11, Questionário de pesquisa, 2020).

Embora trate-se de índios aculturados, foi interessante, principalmente para a minha família, que nunca tinha estado em uma comunidade indígena (TUR12, Questionário de pesquisa, 2020).

Triste, decadente, forçação de barra, indígenas sendo fotografados como se fossem animais exóticos encontrados em seu habitat. Pior de tudo era eles se colocarem nesta situação (TUR13, Questionário de pesquisa, 2020).

Ouvi que algumas mulheres acabam expondo os seios para o ritual mesmo não se sentindo muito à vontade, o que me deixou um pouco com o pé atrás. Além disso, tenho a impressão de que é uma atividade realizada em massa, em que atendem vários turistas, e não acontece uma real conexão ou imersão na cultura (TUR14, Questionário de pesquisa, 2020).

É possível extrair algumas categorias de todas as falas acima, mas primeiro destaca-se o participante TUR13, quando este aponta um olhar já questionado por essa pesquisa no Capítulo II, ao tratar sobre o significado da palavra safári e a estrutura que compõe essa atividade. Complementar a essa discussão, também se aponta os antigos zoológicos humanos onde “variedades” de grupos étnicos eram feiras e zoológicos como exemplares de “tipos” de humanos, em sua maioria, de origem africana. Visualmente, algumas semelhanças podem ser observadas, como, por exemplo: na figura 6.C (p. 59), onde se tem a foto do grupo *Les Malabares* no zoológico de *d'Acclimatation* em Paris; e a figura 26 (disposta neste capítulo), onde os indígenas do Safári Amazônico aparecem dispostos na mesma formação dos *Les Malabares*.

Tal forma de disposição dos indígenas é facilmente encontrada nas redes sociais dos comercializadores/operadores, bem como, dos turistas que mencionam as empresas em suas publicações. Pode-se apontar ser esta uma das posições principais, utilizadas para fazer fotografias com os indígenas e dos indígenas, onde eles se agrupam um ao lado do outro, caracterizados com suas pinturas e roupas de folha e palha que os identificam como “índios”. No meio deles estão os turistas, com suas vestimentas “normais” e características físicas que os diferem dos indígenas, sendo possível observar uma espécie de contraste que parece ser buscado para que seja possível diferenciar quem é “índio” e quem não é.

Não se quer dizer aqui que o Safári Amazônico busca reproduzir o que os zoológicos humanos da colonização objetivavam, mas aponta-se que existem resquícios sobre a forma de olhar grupos étnicos que perpassam os tempos e cercam os imaginários sociais a respeito desses sujeitos. Padrões visuais e concepções que parecem se repetir, apenas de formas diferentes. Por isso, mantém-se a pergunta: O que significa incluir seres humanos como “atrativos” em uma prática que originalmente é sobre ver animais selvagens e exóticos em seu habitat natural? Qual mensagem é transmitida sobre esses sujeitos quando assimilados em um passeio turístico dessa forma? Não que comunidades não possam participar de

passeios turísticos como um safári, mas entre participar unicamente como “atrativo”, e ter autonomia e controle sobre como tal atividade os incluem e os afetam, existe um abismo.

Para Urry (2001, p. 23) isso acontece porque

[...] os promotores do turismo e as populações nativas são induzidos a produzir exibições cada vez mais extravagantes para o observador de boa-fé que, por sua vez, se afasta cada vez mais da população local. Ao longo do tempo, através dos anúncios e da mídia, as imagens geradas pelos diferentes olhares do turista passam a constituir um sistema de ilusões, fechado, que se autopropaga e proporciona a esse turista uma base para que ele selecione e avalie os lugares potenciais que visitará.

Nos demais relatos apresentados anteriormente, observa-se que os turistas percebem se tratar de uma “representação”, de “índios aculturados”, onde existe uma obrigação das indígenas para expor “os seios para o ritual mesmo não se sentindo muito à vontade”. De ser “uma atividade realizada em massa” que não permite “uma real conexão ou imersão na cultura”, onde o Safári Amazônico é algo “bem para turista ver”, e a compreensão de que a separação mantida pelos indígenas do interior da comunidade e ao que os turistas têm acesso, é algo “válido para sua própria proteção”, pois assim, “ganham e preservam-se de uma visita em massa”. Nos relatos dos demais turistas (01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 10), o sentimento apontado na visita a comunidade indígena foi de satisfação: “incrível”, “experiência muito interessante”, “aprendizado”, “cultural”, “espetacular”.

Os relatos dos turistas participantes, revelam uma “consciência turística [que] é movida por seu desejo de experiência autêntica, [onde] os turistas podem acreditar que estão se movendo nessa direção, mas muitas vezes é muito difícil dizer, com certeza, se a experiência é autêntica de fato” (MacCannell, 1973, p. 596, tradução da autora).

Continuando nessa perspectiva de buscar compreender como o olhar do turista é direcionado sobre os destinos, no quadro 16, estão organizados dados referentes à duas outras perguntas feitas no questionário online, onde se buscou identificar a compreensão de safári que cada turista possui e a primeira impressão quando ouvem a palavra Amazônia.

Quadro 16. Impressão dos turistas sobre o que é um safári e a Amazônia.

Para você, o que é um safári?	Quando você ouve a palavra Amazônia, o que lhe vêm à mente primeiro?
<i>Safari é uma expedição por terra em lugares selvagens</i> (TUR01).	<i>Floresta, natureza e passeios incríveis pelos rios de água doce</i> (TUR01).
<i>Uma expedição para observação, geralmente de animais, em uma mata</i> (TUR02).	<i>Vegetação</i> (TUR02).
<i>Passeio por uma floresta protegida com diferentes vegetações fauna e flora</i> (TUR03).	<i>floresta selvagem, "pulmão do mundo" ambiente hostil, habitada por grandes quantidades por índios</i> (TUR03).
<i>É um passeio incrível flora</i> (TUR04).	<i>O encontro das águas</i> (TUR04).
<i>Um tipo de expedição numa determinada área</i> (TUR05).	<i>Selva</i> (TUR05).

<p><u>É um ambiente no qual habita várias espécies de animais</u> (TUR06).</p> <p><u>Uma experiência na África para avistamento de animais selvagens em seu ambiente natural ou em santuários que atuam para sua preservação naturais</u> (TUR07).</p> <p><u>Uma incursão por áreas naturais</u> (TUR08).</p> <p><u>É um passeio turístico quando envolve animais e natureza, com ou sem interação</u> (TUR09).</p> <p><u>Uma aventura na selva</u> (TUR10).</p> <p><i>Não conheci o passeio com este nome. E fiquei bem incomodada ao descobrir isso lendo na sua pesquisa a descrição do passeio que fiz. Safari, é um roteiro para caça ou exploração. E resolutamente, não foi isso que fizemos. Eu me apaixonei pela cidade. Quero voltar e passei a ter mais curiosidade e vontade de visitar outros estados do norte por causa de Manaus, incluindo minha primeira impressão, que foi este passeio</i> (TUR11).</p> <p><i>Hoje em dia, em tempos de defesa ambiental, é principalmente a observação/ fotografia/filmagem de animais</i> (TUR12).</p> <p><u>Uma expedição</u> (TUR13).</p> <p><u>Um passeio de carro para ver animais na África ou um nome pejorativo para atividades turísticas em comunidades urbanas e tradicionais que são desrespeitosas</u> (TUR14).</p>	<p><u>Rios e florestas</u> (TUR06).</p> <p><u>Vida</u> (TUR07).</p> <p><u>Grandiosidade, natureza naturais</u> (TUR08).</p> <p><u>Floresta</u> (TUR09).</p> <p><u>A floresta... Natureza exuberante</u> (TUR10).</p> <p><u>Verde, mas não um verde único. Diversidade</u> (TUR11).</p> <p><u>Floresta Equatorial e grandes rios</u> (TUR12).</p> <p><u>Floresta</u> (TUR13).</p> <p><u>Floresta e população tradicional</u> (TUR14).</p>
--	--

Fonte: Questionário de pesquisa (2020).
Organização: Oliveira Alano (2021).

No quadro acima, as duas perguntas acabaram revelando elementos que se aproximam. A atividade de safári é enquadrada, em suma, na categoria **atividade de observação da natureza** em que: se “*ver animais*”, “*envolve animais e natureza, com ou sem interação*” para “*observação/ fotografia/filmagem*”, é “*uma aventura na selva*”, “*expedição por terra em lugares selvagens*” e “*para avistamento de animais selvagens em seu ambiente natural ou em santuários que atuam para sua preservação*”. Destaca-se aqui a expressão de surpresa da participante TUR11, que afirma não ter conhecido o passeio por esse nome e diz se sentir incomodada ao saber que o passeio é comercializado como proposta de safári, pois diz que os safáris se trata de “*um roteiro para caça ou exploração*”. Para o TUR14, o safári também pode ser “*um nome pejorativo para atividades turísticas em comunidades urbanas e tradicionais que são desrespeitosas*”. E, embora todos tenham apresentado concepções muito próximas, apenas os participantes TUR07 e o TUR14, mencionam ser uma atividade realizada na África, mas em síntese, todos compreendem o safári como uma atividade de observação da natureza e seus

elementos de fauna e flora, não sendo identificado nenhuma referência do safári como uma atividade que envolva contato ou observação de comunidades locais.

De maneira aproximada, a percepção dos turistas a respeito da Amazônia está concentrada na categoria **Natureza** para os quais a palavra Amazônia, remete imediatamente a: “*Floresta*”, “*Selva*”, “*Natureza exuberante*”, “*população tradicional*”, “*floresta selvagem, pulmão do mundo e ambiente hostil habitada por grande quantidade de índios*”, ao “*Verde*” e aos “*grandes rios*”.

Essa recorrente referência a floresta amazônica como selvagem, grandiosa e exuberante se dá, segundo Gondim (2007), porque desde a colonização essa região foi exaustivamente alvo de estudos e descrições sobre sua hidrografia, fauna, vegetação, geografia e se tornou palco de observação e para fundação das Ciências da Natureza. Mesmo séculos depois, a Amazônia em toda sua extensão territorial parece estar congelada sob uma imagem que comunica os mesmos elementos. É reproduzida e, por vezes, (re)construída, mas o elemento mítico e da natureza selvagem parece sempre permanecer como forma de comunicar a Amazônia e seus habitantes.

Para Pizarro (2012, p. 29 apud LOPES, 2016, p. 96) isso acontece porque:

Como qualquer explorador, chegamos com imagens preconcebidas e com os mitos produzidos sobre ela, como o do território verde com populações indígenas, do paraíso, do pulmão do mundo, entre tantos outros. Como dizíamos, uma consideração ampliada do cultural pode vir a incorporar uma variedade de elementos, mas nossa inquietude se orienta especialmente para o modo como foram construídos, e ainda se constroem, no discurso, os imaginários sobre esta área.

Na Amazônia, Manfredo (2017) salienta por meio de Backzo (1991) que o imaginário social construído e propagado sobre essa região, funciona para o turismo como um dispositivo de poder auxiliando na distribuição de papéis, funções, modelos sociais e definindo/interferindo nas representações sociais e culturais dos sujeitos.

Relacionando as imagens utilizadas como material publicitário do passeio à todas as falas dos turistas apresentadas até aqui - seja sobre a percepção da visita às comunidades indígenas ou ainda sobre a Amazônia, a atividade de safári e outras apresentadas ao longo dos demais capítulos - é possível indicar que não só a identidade visual destes materiais publicitários, mas também a própria caracterização e a estrutura do passeio em si (o roteiro) têm contribuído para reforçar uma imagem estereotipada, cristalizada e simplificada sobre a Amazônia e as comunidades ribeirinhas e indígenas.

Segundo o que aponta Vaz (2002, p. 124 apud KOTLER, 1994) uma imagem estereotipada, refere-se a “uma imagem fortemente associada a um aspecto importante da localidade [que] pode funcionar como um fator de seletividade. As pessoas ligam sempre a localidade a um determinado fator de atratividade e parecem insensíveis aos apelos sobre outros atrativos”. Para Kotler (1994, p. 152) o “estereótipo sugere uma imagem amplamente difundida que é bastante distorcida e simplista, e que provoca uma atitude favorável ou desfavorável em relação à localidade”.

Para Gravari-Barbas e Graburn (2012, p. 3) isso acontece porque a

[...] análise do imaginário turístico não é desprovida de interesses ou de aplicações práticas que dizem respeito a toda cadeia produtiva do turismo. O marketing turístico, que se alimenta do imaginário e contribui desde há muito tempo para realimentá-lo, reflete o fato de que o setor do turismo tem trabalhado essas questões bem antes que elas fossem apreendidas pela pesquisa científica.

Desse modo, no Safári Amazônico, a tentativa de ofertar uma experiência genuinamente autêntica, onde toda a “*exuberância*” e “*grandiosidade*” da Amazônia possa ser representada e apresentada de alguma forma por meio da proposta do passeio, tem colocado principalmente sobre as comunidades indígenas, a obrigação de transparecerem autenticidade.

Para MacCannell (1973) os lugares turísticos são encenados e as experiências ofertadas são baseadas na inautenticidade, superficialidade e servem “como o veículo que transporta o espectador por trás de falsas frentes para a realidade” (Ibid., 1973, p. 599, tradução da autora). Segundo o autor, os cenários turísticos podem ser divididos em regiões de “frente” e regiões de “trás” (ou bastidores).

A região da frente é representada por tudo aquilo ao que os turistas têm acesso, aquilo que é projetado para os seus olhos. E a região de trás ou dos bastidores, é onde se mantém preservado ou ainda, escondido, uma realidade que de algum modo acredita-se não ser aquilo que o turista deseja ver. Pode se tratar de uma manipulação feita de maneira consciente pelos indivíduos, mas também pode ser resultado de uma manipulação inconsciente que é “própria da estrutura social envolvida na construção de mistificações que sustentam a realidade social” (MacCannell, 1973, p. 591).

Considerando a visão do autor, no cenário turístico do Safári Amazônico as apresentações feitas por meio de danças e músicas pelos indígenas nas ocas, seriam na verdade experiências inautênticas porque estariam se baseando em tradições e cenários que foram criados para o turismo. Oposto a essa ideia, ainda que de fato essas comunidades tenham se organizado para o turismo, Grunewald (1999, p. 271) afirma que

essas tradições são autênticas, pois são geradas (criadas, inventadas) por eles, fazendo parte integrante de sua cultura. A questão é que na visão das pessoas em geral, o que deveria ser exibido seria algo não construído para a arena turística com um fim determinado, mas algo naturalizado que existe ancestralmente – pois é assim que o senso comum ainda espera autenticar (ou legitimar) as tradições. A outra questão é que essas tradições geradas na arena turística são ou para venda [...] ou para reforçar, como estratégia de marketing [...]. Se mostrar índio autêntico (e quanto mais autêntico melhor – penso aqui no sentido de os índios fornecerem um contraste às experiências cotidianas dos turistas/viajantes) é chamar a atenção para si como atrativo turístico disponível no mercado.

Neste sentido, concorda-se com Grunewald (1999) ao afirmar que as experiências de turismo desenvolvidas por esses sujeitos devem ser consideradas legítimas. No entanto, questiona-se: quando se fala em autenticidade desses sujeitos, refere-se a quê? Autenticidade para quem? A autenticidade exigida refere-se a presença permanente de elementos e características ancestrais que precisam continuar estáticas para serem consideradas válidas ou se quer falar sobre a necessidade de mostrar aos turistas a realidade dos fatos, como vivem atualmente? Mas aqui também é válido questionar: e se os indígenas não quiserem mostrar seus bastidores, sua forma de fazer turismo será sempre inautêntica?

Para aqueles que acreditam em um modelo correto de ser “índio de verdade”, deixariam os indígenas de serem considerados “índios de verdade” se a experiência nessas comunidades fosse realizada de outro modo, onde o “índio de verdade” seja visto com vestimentas “normais”, com aparelhos eletrônicos de última geração, em moradias que não sejam ocas. Os turistas em suas sociedades etnocêntricas e capitalistas estão preparados e dispostos a aceitarem que o sujeito indígena também pode possuir tudo isso, ser tudo isso e ainda se manter indígena? O *marketing* e o *trade* turístico poderiam trabalhar a situação de vulnerabilidade socioeconômica desses sujeitos sem exotizá-los, sem romantizar a pobreza, sem reforçar estigmas?

De forma contraditória a justificativa sociocultural usada para promover o Safári Amazônico, em linhas gerais, ou a estrutura do passeio tem contribuído, em sua maioria, para que os indígenas sejam vistos como “aculturados”; ou tem contribuído para que a imagem dos “índios do descobrimento” se perpetue. Aliás, o problema está nas apresentações feitas pelos indígenas ou nas exigências dos agentes externos que determinam toda estrutura do passeio, atribuem papéis e não permitem a dominialidade das comunidades sobre a atividade turística da qual fazem parte, assimilados como “atrativos” e prestadores de serviços?

Tais questionamentos foram surgindo no percurso da escrita e não são feitos com o intuito serem respondidos aqui, mas para que futuras pesquisas possam abordá-los por meio de discussões mais aprofundadas. Certamente, o tema da autenticidade, principalmente no que se refere às comunidades indígenas, continuará presente como um dos impactos socioculturais negativos. Em linhas gerais, é possível concluir, por meio dos dados apresentados, que a imagem transmitida aos turistas por meio da estrutura do passeio é feita intencionalmente com o objetivo de (re)alimentar e (re)construir os imaginários turísticos a respeito da experiência que é possível vivenciar por meio do passeio. E ainda que se justifique fazer isso como forma de valorizar os aspectos da cultura, faz-se isso de maneira equivocada.

Neste sentido, o próximo tópico versa sobre os impactos socioculturais do turismo em comunidades a fim de identificar quais podem ser observados no contexto do Safári Amazônico. Para isso, também foram usados dados oriundos do questionário respondido pelos comercializadores, o estudo socioantropológico de Cruz, Auzier e Dias (2019) e alguns autores que tratam sobre essa temática do turismo em comunidades.

4.3 IMPACTOS SOCIOCULTURAIS: AS COMUNIDADES COMO ATRATIVOS TURÍSTICOS

Considerando os dados apresentados até aqui, além da limitação do tempo e da pesquisa, decidiu-se concentrar a discussão sobre os impactos socioculturais decorrentes do passeio a partir da compreensão de que as comunidades inseridas no Safári Amazônico estão reduzidas à condição de atrativos. Tal condição, produz impactos sociais e culturais (relacionando-se até mesmo com os impactos ambientais) importantes por contribuir para definição de papéis que organizam toda a estrutura em volta

do passeio, onde atualmente observa-se um favorecimento dos comercializadores/operadores do Safári Amazônico.

Antes de adentrar nos impactos socioculturais propriamente, faz-se necessário visitar, ainda que brevemente, a noção de atrativo turístico na literatura. Conceitualmente, de acordo com Lohmann e Panosso Netto (2012) uma infinidade de coisas podem ser convertidas em atração turística, por isso, tentar elaborar uma definição fechada do que pode ser ou não considerado um atrativo turístico, não é algo simples. Para a Embratur (1992) e Cerro (1992) um atrativo turístico pode ser um lugar, um objeto, uma festividade, um elemento material ou imaterial com capacidade suficiente para atrair pessoas interessadas. Já Pearce (1991) citado por Lohmann e Panosso Netto (2012, p. 396) “apresentou uma definição operacional de atração turística que compreende um amplo espectro, sendo um dado local com uma característica natural ou construída, que é foco de atenção do turista”. Boniface e Cooper (2001, p. 30 apud LOHMANN & PANOSSO NETTO, 2012, p. 396) afirmam que “atrações são a *raison d'être* do turismo, gerando visitas, aumentando os circuitos de excursões e criando uma indústria própria”.

Do ponto de vista comercial, uma atração turística para se desenvolver e conseguir captar turistas é trabalhada, segundo Wanhill (2005 apud LOHMANN & PANOSSO NETTO, 2012, p. 398) a partir de três aspectos: mercado > localização > imaginário. O autor reforça que independente da ordem como tais aspectos são trabalhados sempre haverá um fluxo de trocas entre eles, onde o elemento “imaginário” é obrigatoriamente acionado em algum momento a fim de gerar motivação necessária em conhecer determinado atrativo. Em linhas gerais Gunn (1988 apud LOHMANN & PANOSSO NETTO, 2012, p. 402) “conceitualizou uma atração turística, considerando-a como um produto”.

Enquanto produto turístico, segundo Middleton (2002, p. 135) este “pode ser definido como um pacote de componentes tangíveis ou não, com base na atividade de um destino. O pacote é percebido pelo turista como uma experiência disponível a um determinado preço”. Partindo dessa compreensão, quando o atrativo turístico envolve ou são aspectos culturais de uma determinada localidade, “a cultura local se transforma numa *commodity* [mercadoria], a fim de que os visitantes possam experimentar, ainda que por meio de um produto comercial, as expressões culturais da região visitada” (LOHMANN & PANOSSO NETTO, 2012, p. 400).

Neste sentido, a adequação de aspectos culturais em elementos turísticos parece transitar em um espaço que procura reunir, em tese, as necessidades das comunidades, expectativas dos turistas e os objetivos do mercado. Segundo Cooper et al. (2001), Dias (2008a) e Lohmann e Panosso Netto (2012) ocorre que, na tentativa de reunir e atender tais interesses uma supervalorização do turista e sua experiência podem causar impactos negativos na dimensão sociocultural da comunidade anfitriã, reduzindo principalmente os elementos culturais a função de atrativos onde o

artesanato, cerimônias e rituais são muitas vezes levados a uma postura de exploração, reduzidos, tornados mais coloridos, mais dramáticos e mais espetaculares para capturar a atenção e a imaginação de uma audiência que, muitas vezes, não possui o conhecimento e a experiência básica que tornaria atraente a versão não-adaptada (COOPER et al., 2001, p. 211).

Para Dias (2008a) quando o turismo chega a uma comunidade, seja por um processo endógeno ou não, ao se tornarem atrativos turísticos criam-se expectativas de um desenvolvimento local que muitas vezes não acontece. Isso porque a maior parte dos recursos advindos da atividade ficam em poder das empresas de turismo, desencadeando um processo de frustração e domínio dos operadores externos sobre as comunidades anfitriãs. No contexto do Safári Amazônico, tais impactos estão evidenciados principalmente nas comunidades indígenas, por serem aquelas envolvidas mais diretamente com a atividade - o que não significa dizer que na comunidade do Catalão alguns impactos também não possam ser apontados.

Baseando-se em tudo que foi exposto na dissertação até aqui, no quadro 17, estão alguns impactos socioculturais positivos e negativos elencados em discussões sobre essa dimensão pelos autores Dias (2008a) e Lohmann e Panosso Netto (2012), a partir dos quais se refletirá sobre a presença e/ou ausência dos mesmos considerando a realidade das comunidades do passeio Safári Amazônico.

Quadro 17. Possíveis impactos positivos e negativos sobre a dimensão sociocultural de comunidades anfitriãs.

Impactos Socioculturais	
Positivos	Negativos
<ul style="list-style-type: none"> ● Possibilidade de inclusão social e reforço dos vínculos sociais entre os residentes; ● Integração e respeito entre turistas e comunidade local, e entre os próprios turistas, minimizando as diferenças sociais entre todos; ● A prática da alteridade e do respeito frente a novos grupos sociais e culturais que se encontram; ● Melhorias na infraestrutura básica; ● Possibilidade de intercâmbio cultural com ganhos para os turistas e os residentes; ● Resgate da cultura local e de grupos minoritários, que se tornam modelos de valorização cultural; ● Valorização da cultura local por meio de programas de conscientização da população. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Ressentimento local resultante do choque de culturas; ● Transformação na estrutura de trabalho; ● Saturação na infraestrutura que afeta instalações e equipamentos; ● Transformações dos valores e condutas morais; ● Modificações nos padrões de consumo; ● Problemas de saúde; ● Etnocentrismo; ● Excesso de padronização; ● Mercantilização; ● Autenticidade encenada; ● Superlotação que prejudica a qualidade da experiência ● Adaptação às demandas turísticas.
Lohmann e Panosso Netto (2012, p. 217 e 2020).	Dias (2008a, p. 130-146)

Fonte: Dias (2008a); Lohmann e Panosso Netto (2012).

Organização: Oliveira Alano (2021).

Admitindo a capacidade inegável do turismo para gerar todos os impactos positivos mencionados pelos autores no quadro acima, nas comunidades do passeio o turismo acontece em meio a discursos contraditórios sobre seus impactos positivos. Ainda assim, tem sido um importante meio de subsistência nas quais as famílias envolvidas, principalmente as indígenas, têm conseguido suprir, de alguma forma, a alimentação, o calçado, a vestimenta, o transporte, o combustível de suas embarcações, de seus geradores de energia, o acesso à água para consumo e dentre outras demandas que possuem.

No Catalão, embora seja apenas para uma minoria, o turismo também se tornou instrumento de trabalho para aqueles que participam da cooperativa de barcos SoliNegro e, principalmente, para os proprietários do viveiro de pirarucu que, como apresentado, é um empreendimento que demanda bastante recursos para sua manutenção, onde, segundo relatos do proprietário, ele também “emprega” jovens da comunidade, no entanto, trata-se de uma relação de emprego informal sem vínculo trabalhista em que os

valores pagos são acertados sem base de horas e piso. Assim, para os trabalhadores/empreendedores da comunidade do Catalão envolvidos no turismo, seu modo de vida contribui para tornar a ida até a comunidade atraente e agrega valor à experiência com os peixes.

Reconhece-se também, que de algum modo, em alguma escala – ainda que pequena – a ida até as comunidades indígenas pode gerar no turista um sentimento de respeito com o outro e de valorização desses grupos minoritários. Nos dados obtidos por meio da participação dos turistas, observa-se também que, embora os comercializadores/operadores do Safári Amazônico não tenham a intenção de deixar transparecer os conflitos que existem por trás dessas práticas. Muitos turistas têm conseguido enxergar situações e aprendem como o passeio esconde uma realidade diferente do que é comercializado. Infelizmente, ainda não se pode dizer que no Safári Amazônico exista um espaço para discussões, trocas, descortinamento de estigmas e emancipação de padrões idealizados. Ao que se pode identificar até aqui nesta pesquisa, os impactos negativos têm se sobressaído em todos os locais de parada do passeio.

De acordo com a percepção dos comercializadores/operadores do passeio no que desrespeito a capacidade do Safári Amazônico em contribuir para sensibilização e valorização do modo de vida das comunidades:

É bem complexo. O recurso que fica é pouco. Devolvo a pergunta - Quem finaliza o passeio, sai com mais ou menos respeito às comunidades visitadas? Quem foi visitado, fica com mais ou menos orgulho de os ter recebido e passado a frente um pouquinho do seu modo de vida? Diria que de certa forma mais respeito e mais orgulho, mas poderia ser muito mais (CMOP01, Questionário de pesquisa, 2020).

Das comunidades ribeirinhas, sim. Porém não das comunidades indígenas. Acredito que o modelo de visita e apresentação que tem sido utilizado não valoriza a cultura indígena e também não permite que os visitantes possam realmente compreender quem são essas populações, tampouco vivenciar seu dia a dia e costumes (CMOP02, Questionário de pesquisa, 2020).

Sim, pois os moradores das comunidades observam como pessoas de todas as partes do mundo estão aqui para ver como eles vivem. O que para nós é comum, em relação à fauna e a flora Amazônica e quanto à nossa cultura, para o turista é algo inédito. E esse encontro traz uma valorização para quem vive nas comunidades (CMOP03, Questionário de pesquisa, 2020).

Sim, as pessoas têm mais respeito (CMOP04, Questionário de pesquisa, 2020).

Sim. Mostrando ao visitante a forma de viver diferenciada da cidade e o respeito das comunidades com o meio ambiente (CMOP05, Questionário de pesquisa, 2020).

Sim. Buscam recepcionar bem os turistas para que retornem aos locais (CMOP06, Questionário de pesquisa, 2020).

Com exceção do participante CMOP06, onde sua resposta parece ser que a boa recepção faz com que os turistas voltem às comunidades e, por meio disso, presume uma valorização. Nas demais respostas, o elemento ineditismo e o fato de turistas virem de todas as partes para conhecê-los, parece configurar em si “valorização” para as comunidades, onde embora o recurso que fica para eles seja pouco os benefícios psicológicos para quem visitou e, principalmente, para as comunidades parecem ser quase suficientes por lhes trazer o sentimento de “respeito” e “orgulho”. Destaca-se também a fala do CMOP02, ao admitir “que o modelo de visita e apresentação que tem sido utilizado não valoriza a cultura indígena e não permite que os visitantes possam realmente compreender quem são essas

populações, tampouco vivenciar seu dia a dia e costumes”. Em síntese, com exceção do participante CMOP02, as respostas parecem admitir que o passeio tem sim contribuído para a valorização do modo de vida das comunidades, mas suas percepções limitam-se aos aspectos culturais.

Entre os impactos socioculturais positivos do turismo apontados por Dias (2008a), Lohmann e Panosso Netto (2012) os negativos devem ser observados com atenção, uma vez que as “mercadorias culturais” do turismo como já apontado no tópico anterior, tendem a precisar provar um certo nível de “autenticidade” que é propagada pelas mídias e comercializada pelo mercado. Dos impactos negativos apresentados no quadro 16, destaca-se aqui aqueles relacionados a: adaptação às demandas turísticas; modificações nos padrões de consumo; excesso de padronização; etnocentrismo; mercantilização e a autenticidade encenada.

Como já mencionado no Capítulo III, por se tratar do destino Amazonas - o destino verde - as comunidades ribeirinhas e indígenas são, de forma quase que instantânea, elencadas como aquelas que representam a cultura amazonense. A partir disso, parece existir a necessidade e exigência de oferecer experiências em que esses sujeitos estejam presentes. Neste sentido, a adaptação às necessidades da demanda turística no Safári Amazônico, acontece, primeiramente, a partir da própria criação/reformulação do produto, pois como já foi apontado anteriormente, esse tipo de passeio já é realidade nessa região desde meados da década de 1960, quando turistas (eco)lógicos já buscavam conhecer as áreas de florestas e suas comunidades próximas a Manaus.

Os elementos que compõem o Safári Amazônico fazem parte de uma narrativa onde se pretende apresentar como é viver na Amazônia, e faz-se isso: observando os rios, as árvores, os animais silvestres, os botos que vivem livremente, fenômenos naturais como o Encontro das Águas e o modo como os ribeirinhos e indígenas interagem e ocupam esses territórios tendo o turismo como alternativa de renda – e tudo isso, ajudando a “conservar o meio ambiente”. Parece ser o produto ecoturístico perfeito, se não fosse pela relação de exploração por detrás de toda essa narrativa.

Outros impactos relacionados à adaptação da demanda e aqui também se pode citar o excesso da padronização, refere-se à necessidade de dispor de um tempo, quase que indeterminado, por parte das famílias indígenas que trabalham com turismo, além da própria comunidade do Catalão onde é possível citar a maneira forçada com que os moradores precisaram aprender a adaptar-se e se acostumar com a presença diária e constante de turistas que acenam e esperam um aceno de volta.

Sobre os impactos nos padrões de consumo das comunidades que possam ser relacionados ao turismo, a partir do estudo socioantropológico realizado nas comunidades indígenas das RDSs Tupé e Puranga Conquista, alguns são facilmente identificados, dentre eles:

Recebimento dos turistas/visitantes a qualquer horário – não há agendamento; Negociação prioritariamente com pirangueiros, fato que leva a preços irrisórios e a realização de muitas apresentações durante o dia, de modo, a “obter uma renda melhor”; Relação assimétrica entre as comunidades e os agentes sociais externos (agências, guias, pirangueiros); Realização de apresentações culturais fiadas, fato relatado na aldeia Tuyuka; Abusos e intromissões de alguns guias e pirangueiros em relação a realização das danças e as mulheres; Falta de transparência na divisão da renda obtida com o turismo, por parte das lideranças indígenas, que centralizam as

negociações com os agentes do turismo, bem como os ganhos obtidos (CRUZ; AUZIER; DIAS, 2019, p. 72).

Ao se colocarem na posição de agentes que detêm o poder de definir como os indígenas devem se apresentar, se vestir, quando, quanto valem e como se paga, os comercializadores/operadores do Safári Amazônico atribuem a esses sujeitos o lugar e a função de serem produtos/atrativos turísticos, tirando-lhes a chance de qualquer protagonismo que se use para justificar a presença do turismo nessas comunidades, incluindo também a comunidade do Catalão que, em síntese, é usada como uma referência de paisagem do caboclo ribeirinho.

Nas comunidades indígenas Cruz, Auzier e Dias (2019, p. 82) ressaltam que:

A ação dos pirangueiros, bem como a de muitos guias, promove a disseminação entre as comunidades da cobrança de preços baixíssimos pelas apresentações culturais, alimentada pelo medo da falta de turistas. Os pirangueiros também exploram a imagem das crianças indígenas, banalizam as práticas culturais indígenas, incentivam (muitas vezes exigem) a presença de animais da fauna local durante a visita dos turistas, e ainda, convencem os indígenas a alimentarem a imagem do “índio da colonização”, cristalizado no tempo, paralisado frente às inúmeras dinâmicas do mundo contemporâneo.

De acordo com Proença (2020, p. 201) citando Neves (2019) para além de encenar e, portanto, comercializar a cultura como uma mercadoria, o turismo também é um importante articulador político que possibilita “reconhecimento” e “prestígio social”. Neste sentido, a adequação de elementos da cultura como o artesanato, apresentações de danças e músicas para o turismo podem ser iniciativas válidas não só para diversificar a fonte de renda, mas como um instrumento político de (re)afirmação identitária que contribui para valorização da cultura e como espaço para discussões que de outras formas não poderiam ser feitas ou não teriam grande alcance. Um espaço de encontro com o outro, de alteridades, contribuindo para a tolerância e respeito ao próximo.

No entanto, a comercialização a qual se questiona aqui, é feita a partir do fato que tais sujeitos são reduzidos a condição de atrativos/produtos turísticos com quase nenhum poder de decisão. Admitindo o caráter comercial inegável da atividade, o turismo que beneficia e proporciona protagonismo às comunidades deve ser aquele em que elas decidem o que comercializar, por quanto e como, onde também é refletido sobre quais impactos tal comercialização irá trazer para a comunidade em vários aspectos, para além dos benefícios econômicos, pois “[...] a excessiva comercialização dos bens culturais, que foge ao controle da comunidade, pode contribuir para a erosão da cultura local e a perda de identidade”, onde as comunidades tentam se adaptar “às necessidades dos turistas, que buscam comprar algo aceitável e que perpetue a memória do local visitado” (DIAS, 2008a, p. 146-147).

De um modo geral, quando se discute sobre o turismo em comunidades tradicionais e indígenas, é preciso reconhecer que esses sujeitos

são frequentemente enfraquecidos por uma história de exploração [...], limitados em recursos e poder, e eles não têm grandes prédios, máquinas, monumentos e maravilhas naturais para desviar a atenção dos turistas para longe dos detalhes íntimos de suas vidas diárias. O moderno turismo de massa está baseado em duas tendências aparentemente contraditórias: a homogeneização

internacional da cultura dos turistas e a preservação artificial de grupos étnicos locais e atrações tais que elas possam ser consumidas como experiências turísticas (MacCannell, 1992d, p. 175-176 apud GRUNEWALD, 2003, p. 152 tradução do autor).

Ao tratar sobre uma suposta “inautenticidade” presente nas atividades turísticas desenvolvidas por esses sujeitos, principalmente indígenas, é necessário cautela e olhar cuidadoso sobre o que se julga ser inautêntico nessas experiências, uma vez que suas identidades são sempre colocadas sob suspeitas desse gênero - como foi possível observar até aqui, tanto no que foi exposto pelos comercializadores/operadores, quanto pelos turistas.

Segundo Oliveira (2003) isso acontece porque tais sujeitos são sempre encarados como se o tempo não tivesse passado, como se os mesmos indivíduos que vivem hoje no presente, fossem os mesmos do momento da invasão dos colonizadores. Para o autor, ser indígena não pode estar relacionado a “uma condição de primitividade ou de pureza cultural a ser comprovada nos índios ou coletividades indígenas atuais”, e a incorporação de elementos externos a cultura indígena não pode ser tomada como base para julgá-los “aculturados” ou “inautênticos” (Ibid., 2003, p. 173).

Para Dias (2008a, p. 150) os diferentes impactos socioculturais causados pelo turismo em um determinado lugar não acontecem de forma isolada, estes estão, na maioria das vezes, interligados aos aspectos socioeconômicos, ambientais, históricos e até políticos. Assim, ressalta-se “que o turismo não é uma atividade inocente”, quando não planejado cautelosamente pode incorrer em impactos negativos não desejados e “haver um recrudescimento das desigualdades”.

Como se pode observar nas discussões apresentadas até aqui, esse entendimento de que os indígenas do Safári Amazônico não sejam “índios de verdade”, seja pela proximidade com a cidade ou pela presença de elementos que devem ser “exclusivos” das sociedades capitalistas, perpetua-se no imaginário turístico ao mesmo tempo em que para outros, a ilusão de um estado original, primitivo e autêntico é (re)afirmado no olhar do turista por meio do passeio. De um modo ou de outro, a justificativa utilizada pelos comercializadores/operadores para legitimar o Safári Amazônico como um veículo capaz de valorizar a cultura e o modo de vida das comunidades envolvidas, precisa ser colocada sob suspeita e discussão, uma vez que o contexto observado em torno de toda estrutura do passeio aponta para uma direção contrária.

A seguir, de modo a complementar a este tópico, apresenta-se a importância que a natureza possui na composição do passeio e, a busca por identificar se é como os aspectos socioculturais e ambientais dos “atrativos” são valorizados no Safári Amazônico. O último tópico deste capítulo buscou retomar alguns impactos ambientais descritos no Capítulo III, sobre os animais silvestres e os “benefícios” da prática de interação com o boto cor-de-rosa e com os pirarucus de cativo na comunidade do lago Catalão.

4.4 IMPACTOS AMBIENTAIS: OS ANIMAIS SILVESTRES NO JANAURI E AS CONTRADIÇÕES DA INTERAÇÃO COM OS BOTOS E OS PIRARUCUS

A partir da necessidade de redirecionar o turismo de massa para práticas turísticas mais sustentáveis, os destinos conhecidos mundialmente pela exuberância de seus ecossistemas passaram a receber um quantitativo cada vez maior de turistas que procuram experiências ecologicamente corretas, configurando-se em algo extremamente contraditório, uma vez que o modelo do turismo de massa acaba sendo reproduzido. O Brasil, como um dos poucos lugares no planeta Terra a possuir uma cobertura vegetativa ainda preservada, sobretudo do bioma amazônico, há algumas décadas têm sido objeto de consumo dos turistas, acarretando impactos ambientais diretos e indiretos que precisam ser observados e analisados.

Quanto aos impactos ambientais observados no Safári Amazônico, a pesquisa limitou-se a discorrer sobre o uso de animais silvestres no Januari, além de apontar algumas situações que colocam sob dúvida os benefícios da atual forma de interação com boto cor-de-rosa e com o peixe pirarucu de cativeiro na comunidade do lago Catalão. Considerando estes, como o impacto ambiental mais evidente e que ocorre, inclusive, dentro de diferentes modalidades de Unidades de Conservação (UC).

O surgimento do turismo envolvendo animais silvestres no Brasil é resultado de uma tendência que vem evoluindo desde os anos 1950, o “turismo de vida selvagem” (DIAS, 2008). Uma prática que se tornou uma das atividades possíveis de serem desenvolvidas dentro do segmento “turismo de natureza” ou o que se passou a chamar, posteriormente, ecoturismo (PIRES, 2002). Os países africanos, Austrália, Canadá e Estados Unidos, são reconhecidos como os pioneiros nesse tipo de atividade, principalmente por meio do turismo de observação nos parques nacionais que possibilitou ultrapassar o campo da observação para a interação (SANTANA, 2008).

Segundo Brumatti (2013, p. 97):

O Cooperative Research Centre (CRC) for Sustainable Tourism (2004) descreve o turismo de vida selvagem como as atividades baseadas na interação entre visitantes e animais não domesticados em seu habitat natural ou em cativeiro, atraídos pelos mais diversos interesses, contemplativos, mercadológicos ou de pesquisa. Incluem mergulhos recreativos, safáris na África, observação de baleias, observação de aves ou até mesmo visitas a zoológicos e a caça e pesca esportiva.

Seguindo essa tendência de interação com a vida selvagem, a busca por experiências com animais silvestres na Amazônia e em outros lugares no Brasil onde o patrimônio natural se destaca, ocupa uma posição importante dentre as modalidades de turismo desenvolvidas no país (SANTANA, 2008). Tal forma de turismo é entendida como ecológica e, por isso, um importante aliado para preservação e conservação.

Concorda-se com Ruschmann (1992) quando aponta que o turismo de vida selvagem em áreas protegidas e entre outras práticas de ecoturismo, passaram a representar novas formas de uso desses territórios, sendo capaz de gerar benefícios e contribuir por meio dos recursos obtidos da atividade para

o investimento em projetos, estrutura, tecnologia, e cuidado com os animais e seu habitat. No entanto, o autor também já chamava atenção para a realidade de que no “Brasil, discute-se a validade e viabilidade do turismo ecológico, muito mais como opção econômica (para atrair as moedas fortes dos turistas de países desenvolvidos) do que como alternativa para a preservação ambiental” (Ibid., 1992, p. 44).

No Brasil, as áreas protegidas estão divididas em particulares e públicas, onde as públicas são denominadas Unidades de Conservação (UC), podendo ser de proteção integral ou uso sustentável, onde as de proteção integral possuem maiores restrições sobre a presença de seres humanos; enquanto as de uso sustentável permitem a permanência das comunidades locais no seu interior e atividades como o turismo. Cada uma dessas duas categorias abarca em si outras subcategorias de UC, como: Área de Proteção Ambiental (APA), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e outras (DIEGUES, 2001).

De acordo com o Artigo 2º da lei que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), classifica-se como UC:

O espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

O primeiro parque nacional do Brasil foi criado em 1937 (o Itatiaia), abrangendo os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Atualmente, o conjunto de áreas protegidas do território brasileiro é composto em grande parte por 2.446 Unidades de Conservação, sendo 777 de proteção integral e 1669 de uso sustentável de acordo com o relatório do Sistema Nacional de Informações Florestais (SNIF/MMA, 2020), onde o turismo é uma atividade econômica que integra boa parte dos planos de manejos das UCs de uso sustentável (DIAS, 2008).

No Amazonas, as primeiras categorias de UC surgiram na década de 1990, e até o momento, tais unidades de conservação estão divididas em: 8 de proteção integral e 34 de uso sustentável totalizando 42 UCs, o que representa 12,13% da extensão territorial do Amazonas de acordo com o relatório da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas (SEMA, 2017).

Como já apresentado em outro momento, o Safári Amazônico acontece em meio a diferentes tipos de Unidades de Conservação de uso sustentável: duas Reservas de Desenvolvimento Sustentável e duas Áreas de Preservação Ambiental. Nessas UCs são desenvolvidas atividades turísticas como trilhas, observação de aves, pesca esportiva, navegação do tipo fluvial e lacustre, interação com as comunidades indígenas e ribeirinhas, com animais, dentre outras.

Levando em conta as dificuldades que parece haver no processo de criação de uma unidade de conservação para elaborar o principal documento que rege o uso do território das diferentes modalidades de UC (o Plano de Manejo), o aumento exponencial das experiências de turismo nessas áreas tem causado preocupações dos pesquisadores pelos impactos do turismo desordenado, a exemplo: a RDS Puranga Conquista e as APAs Encontro das Águas e Paduari/Solimões que não possuem Plano de Manejo. De acordo com Dias (2008) a ocorrência de atividades turísticas em áreas que não possuem planos e

estratégias baseadas nos propósitos da conservação e salvaguarda do patrimônio natural, incorrem em experiências que estão agravando a condição de vulnerabilidade dessas áreas e das comunidades localizadas no seu interior.

Ainda segundo o autor (2008, p. 135 e 137), mesmo em áreas protegidas que já possuem Plano de Gestão e onde as discussões sobre o turismo já são avançadas, “é preocupante a velocidade com que as Unidades de Conservação [...] estão sendo ocupadas pelos diversos empreendedores econômicos vinculados ao turismo e, ao mesmo tempo, incentivados pelos órgãos ambientais federais, estaduais e municipais” que parecem não conseguir cumprir de forma eficaz seu papel enquanto regulador e fiscalizador.

Considerando as tratativas necessárias para a implementação de atividades turísticas no interior de UCs, dentre outras medidas que possam ser apontadas, apresenta-se abaixo alguns elementos básicos elencados por Dias (2008) como importantes:

- Construção e implantação de um centro de atendimento aos visitantes;
- Criação e implantação de estrutura administrativa in loco;
- Contratação e treinamento de pessoal;
- Definição física da área da UC (placas, cercas, ou quaisquer outros meios);
- Abertura e/ou melhoria nas condições físicas das trilhas de visitação;
- Desenvolvimento amplo e bem estruturado programa de comunicação;
- Implantação de sistema de sinalização (dentro e fora da UC);
- Cadastramento de potencialidades turísticas do entorno (patrimônio natural e cultural);
- Incentivo à participação de instituições e pessoas do entorno;
- Criação de material promocional e educativo;
- Promoção de estudos e desenvolvimento de pesquisas;
- Promover cursos de guias em ecoturismo e educação ambiental;
- Melhorar sistema de coleta de lixo e esgotamento sanitário;
- Estudo da área;
- Escolha de atividades compatíveis com a área escolhida;
- Estipular e controlar o número de visitantes, com base em estudos de capacidade de carga;
- Criar fundo para administrar as receitas geradas nas UCs, para sua manutenção;
- Monitoramento contínuo.

Olhando a partir do contexto das UCs nas quais o Safári Amazônico está inserido, é importante ressaltar que ambas as RDSs (Puranga Conquista e Tupé) possuem outras comunidades no seu interior que trabalham o turismo a partir de uma perspectiva de TBC, onde existe uma infraestrutura voltada às necessidades da UC como sinalização das trilhas. No entanto, reduzindo a análise apenas aos locais onde são desenvolvidas as atividades do Safári Amazônico, nenhuma das medidas apontadas podem ser observadas, exceto pela presença de estudos e desenvolvimento de pesquisas, que como já mencionado no Capítulo III, tem acontecido a partir de um trabalho em conjunto com o GT Indígena.

Vale ressaltar que as medidas apresentadas pelo autor, são apenas alguns dos elementos básicos necessários à implementação do turismo em UC. Outros podem ser incluídos e, inclusive, a depender de cada lugar, medidas específicas surgem a partir da elaboração do Plano de Manejo, momento em que o turismo é pensado dentro do contexto da comunidade e do território, por isso o plano é tão importante para balizar como o turismo deverá acontecer e o que será necessário.

Considerando que toda prática turística causa impactos/efeitos no lugar onde ela acontece, nas áreas de UC alguns impactos têm sido identificados e observada a frequência com que se repetem em diferentes localidades, com isso Seabra (2001), Costa (2002) e Dias (2008) elegem alguns efeitos positivos e negativos em suas análises que podem ser comparados a outros espaços que têm vivenciado situações semelhantes. Contudo, nesta pesquisa, foram selecionados apenas aqueles que puderam ser observados pela pesquisadora no contexto do Safári Amazônico, no momento do estudo – organizados no quadro 18.

Quadro 18. Alguns efeitos positivos e negativos do turismo em UC.

Efeitos positivos	Efeitos negativos
<ul style="list-style-type: none"> ● Geração de emprego local; ● Geração de divisas; ● À diversificação da economia local, em especial nas zonas rurais e no entorno, em que o emprego na agricultura é esporádico e insuficiente; ● Ao estímulo do aperfeiçoamento da infraestrutura de transportes e comunicação locais, com consequentes benefícios para a população local; ● À criação de instalações recreativas que podem ser utilizadas tanto por comunidades locais, como por visitantes; ● Difundir o artesanato local, proporcionando desse modo mais uma fonte de renda para a comunidade. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Poluição do ar por meio de emissão de gases e fumaça; ● Poluição da água por resíduos humanos; ● Poluição das águas por derramamento de óleo das embarcações; ● Impactos ecológicos e geológicos associados com a construção de instalações; ● Perturbação nos padrões de alimentação; ● Perturbação do comportamento da vida selvagem; ● Perturbação com a coleta de espécies e caça. ● Utilização indevida de áreas naturais; ● Utilização de áreas naturais para o lazer, sem o mínimo de planejamento; ● Ocorrência de aumento do volume de resíduos de resíduos provenientes dos equipamentos destinados aos turistas; ● Número inadequado e simultâneo de visitantes em relação à capacidade de carga de um lugar; ● Construções de rampas e embarcadouros.

Fonte: Seabra (2001), Costa (2002) e Dias (2008).

Organização: Oliveira Alano (2021).

Dos efeitos positivos apontados no quadro 18, a *geração de emprego local*, de *divisas*, o *estímulo ao aperfeiçoamento da infraestrutura*, a *criação de instalações recreativas* e a *difusão do artesanato local*, podem ser observados nas comunidades do Safári Amazônico, entretanto, com algumas ressalvas.

Não se nega que o turismo tem gerado emprego e divisas para as comunidades, contudo, também se estabeleceu como principal meio de trabalho (que é mal remunerado) e, por isso, a justificativa da *diversificação da economia local* não cabe, uma vez que o turismo é a única atividade remunerada da maior parte das famílias das comunidades indígenas e constitui relação de trabalho diária e rotina exaustiva sem direitos trabalhistas. No caso da comunidade do Catalão, o viveiro de pirarucu, apesar de ter autorização para venda dos peixes, sobrevivem do turismo e o restante da comunidade não se beneficia da renda gerada pela atividade de provisionamento dos pirarucus.

Quanto ao *aperfeiçoamento da infraestrutura e a criação de instalações recreativas*, em ambas as realidades (comunidades indígenas e Catalão) trata-se de uma iniciativa dos próprios comunitários. Nas comunidades indígenas isso pode ser observado principalmente nas ocas de apresentação que são afetadas pelas cheias do rio, fazendo com que os indígenas necessitem construir e mudar as ocas para outros espaços. No Catalão, essa busca pela melhoria na infraestrutura não possui, até o momento, relação com o turismo. Embora a comunidade, como relatado pelos moradores entrevistados, tenha como objetivo a construção de um Centro Social de artesanato para receber turistas, além da própria lixeira comunitária já construída que pode ser vista, na percepção dos moradores, como atrativo na comunidade.

Por fim, o *artesanato local*, apesar de estar presente nas atividades desenvolvidas pelas comunidades indígenas e pelas comunidades ribeirinhas do Januari que vendem os artesanatos na feira Januarilândia, a rotina de trabalho massiva no turismo tem tirado dos indígenas o tempo para produção de seu próprio artesanato, de modo que, as vezes precisam comprar artesanatos prontos na cidade ou de outras comunidades, diminuindo assim, a constância com que podem tecer seus artesanatos com características identitárias e culturais que lhes são próprias.

Dentre os efeitos negativos listados no quadro 18, destaca-se aqui os três principais impactos que puderam ser observados de forma direta no contexto do passeio Safári Amazônico, relacionados a perturbação nos padrões de alimentação, do comportamento da vida selvagem e na coleta de espécies e caça, sendo eles:

- i) a captura e exposição de animais silvestres no lago do Januari;
- ii) as medidas restritivas ineficazes para ordenar a atividade de interação com o boto cor-de-rosa; e
- iii) a superlotação dos tanques de pirarucus e a interação com as varas de madeiras.

No Januari, trata-se de uma prática que já é bastante antiga no local, mas conforme os anos foram passando e a legislação ambiental brasileira foi evoluindo, tal atividade (assim como as demais mencionadas) passou a ser alvo de fiscalizações e investigação pelas autoridades competentes que buscam fazer um trabalho de sensibilização com os empreendimentos turísticos e turistas, a respeito dos danos causados a natureza e aos riscos a que são expostos – tanto os turistas, quanto os animais. Lembrando que o Parque Ecológico do Januari está dentro da APA Encontro das Águas, de poder municipal, e da APA Paduari Solimões, de poder estadual.

No dia 8 de abril de 2016, o Ministério Público Federal (MPF) instaurou o Inquérito Civil Nº 1.13.000.001511/2016-19, que teve como objetivo investigar as práticas ilegais de exploração de animais silvestres no Parque Ecológico do Januari.

O inquérito afirma que

este tipo de turismo "incentiva o tráfico e maus-tratos de animais silvestres", sendo que "os turistas são atraídos para tirar fotos com os mesmos", bem como que "os animais são mantidos pelos ribeirinhos em cárcere, ou soltos nas árvores (porém, fora de seu habitat natural). Muitos morrem estressados, doentes ou de fome", razão pela qual solicita providências contra as agências e a utilização de crianças para a atração dos turistas ao trazerem consigo os animais

(RECOMENDAÇÃO Nº 06, DE 1 JUNHO DE 2018, p. 1).

Na denúncia, o Batalhão de Policiamento Ambiental do Estado do Amazonas considera que "a atividade ilegal ali exercida extrapola o campo penal alcançando a esfera social, [...] e que a propaganda desenvolvida por empresas de turismo, demanda uma ação social planejada" e em conjunto. (RECOMENDAÇÃO Nº 06, 2018, p. 1).

A compreensão de que o turismo no Januari alcança esfera social, significa admitir que tais práticas são desenvolvidas tendo como pano de fundo realidades que precisam ser observadas não somente a partir do ato praticado, mas da situação social e econômica em que se encontram. Somado a isso, as propagandas desenvolvidas para esse passeio também são questionadas pelo órgão, considerando as informações apuradas na denúncia, onde fotos de turistas com animais são utilizados como materiais publicitários nos sites e redes sociais das empresas (algo também já mencionado por essa pesquisa).

De acordo com o inquérito, em 2016, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), informou ao MPF estar realizando incursões nos locais denunciados para flagrar a prática de exposição dos animais e dentre as ações feitas à época, foi constatado pelo órgão a recorrência dessa prática nos flutuantes Rainha da Selva e Bela Vista – ambos restaurantes de parada para o almoço do Safári Amazônico. Tal ação motivou a criação de uma Recomendação Nº 06, de 01 de junho de 2018, onde o MPF apresenta uma síntese das denúncias e faz recomendações em caráter de alerta às pessoas físicas e jurídicas mencionadas no inquérito, sob a possibilidade de medidas punitivas.

De acordo com o Art. 29º da Lei Nº 9.605/98 sobre crimes contra a fauna, é proibido utilizar animais silvestres sem autorização expedida pela autoridade responsável, assim como, é proibido caçar, apanhar, maltratar e manter em cativeiro animais silvestres da fauna local ou de espécies migratórias, causar modificações no fluxo migratório, de procriação e alimentação deles.

Mesmo diante da clareza com que a lei de proteção a fauna proíbe o uso de animais silvestres, além do Inquérito e Recomendação feita pelo MPF em 2018, tais medidas parecem não serem suficientes para inibir essas práticas. Entende-se que em parte, a persistência dessas práticas, sejam reflexo da falta de uma política de fiscalização efetiva e contínua, da ausência de medidas punitivas e mais severas que atualmente prevê pena de reclusão apenas de seis meses a um ano, e/ou multa.

No conjunto de imagens da figura 26, têm-se um registro coletado de um grupo comercial do *facebook* onde o passeio tem sido ofertado por diversas pessoas que não possuem vínculo efetivo com o turismo. São os que estão denominados nesta pesquisa, no tópico 3.4 (Capítulo III), como vendedores terceirizados do passeio.

Figura 26. Turistas manuseando animais durante passeio no Safári Amazônico.



Fonte: Imagem coletada de um grupo comercial do *Facebook* em 21/04/2021.

Na seta em amarelo destaca-se uma mulher manuseando uma cobra sucuri (e atrás dela, circulado de vermelho, outra) de tamanho considerável que pode facilmente representar perigo a turista, levando em conta a força que esse animal possui e a forma como usa o estrangulamento para deixar suas presas desorientadas. O manuseio desses animais que parecem não apresentar nenhum tipo de agressividade, sugere, como aponta a própria Recomendação N°06, que esses animais estejam em sofrimento, sob algum tipo de tortura física.

Sobre a interação com os botos nas plataformas ao longo do baixo rio Negro, a saber aquelas citadas no capítulo III: Flutuante Jacaré Ubal, Recanto dos Botos e o Flutuante dos Botos. De acordo com Alves, Andriolo, Orams e Freitas (2011, p. 16) e pesquisa exploratória, não existe ainda, em nível nacional, uma legislação específica que oriente sobre a interação turística com cetáceos, ou ainda que “proibam a provisão de animais silvestres dentro de unidades de conservação no Brasil”.

Neste sentido, desde 2018, a interação com os botos nesta região é orientada pela Instrução Normativa Resolução/CEMAAM, N°28, de 22 de janeiro de 2018, que buscou regulamentar a atividade de interação turística com os botos vermelhos entendendo que ela pode “constituir-se numa estratégia de uso sustentável e consequentemente favorecer a proteção dessa espécie”, considerando-a como sendo de baixo impacto.

De acordo com os incisos do Art. 2º da Resolução/CEMAAM, N°28, de 22 de janeiro de 2018, entende-se por:

- I – Interação de baixo impacto – interação entre seres humanos, animais e paisagens que visa gerar o mínimo impacto e/ou alterações negativas aos animais e aos ecossistemas onde vivem.
- II - Facilitador de interação – profissional previamente treinado por pessoa capacitada, para alimentar os animais e realizar a interação entre os turistas e os animais. É a pessoa responsável

pele cumprimento das normas de baixo impacto e segurança dos turistas e dos animais no momento de interação entre eles.

IV – Plataforma submersa – estrutura fixa, construída de material que assegure a acessibilidade e segurança aos turistas e com a finalidade de servir para ocorrer a interação de baixo impacto com os animais. Localizada abaixo da lâmina d’água a uma profundidade recomendada de 1,2 metros.

V - Plataforma emersa – estrutura fixa, localizada fora da água, construída de material que assegure a acessibilidade e segurança aos turistas e com a finalidade de servir para ocorrer a interação de observação de animais.

VII - Observação turística – atividade realizada na plataforma emersa **onde não ocorre a entrada dos turistas na água, sendo realizada desta forma uma interação** sem impacto, ou seja, **sem contato direto com os botos, apenas sua observação** (grifos nosso).

Nos incisos do Art.2º, é possível observar algumas situações que deixam margens para interpretações abertas, como, por exemplo: no inciso IV, é informado que a plataforma submersa deve ser usada para interação dos turistas com os botos e o mesmo é dito no inciso V, sobre a plataforma emersa. No entanto, no inciso VII, define-se o que é a observação turística e afirma-se que ela acontece na plataforma emersa, onde os turistas não adentram na água, não possuem contato direto com os botos e, por isso, se trata de uma interação sem impacto, apenas uma observação.

No primeiro momento da leitura do inciso VII, entendeu-se que se tratava de uma diferenciação entre o que é observação turística e interação turística, no entanto, não há nenhum outro inciso posterior a este, artigo ou parágrafo que apresenta essa diferenciação, logo, é possível interpretar que o inciso VII, tenta trazer um resumo do que seja a atividade com os botos. Neste sentido, o inciso se revela contraditório e confuso, uma vez que traz a informação de que a atividade deve acontecer somente na plataforma emersa, onde os turistas não entram na água. Outra confusão observada é o entendimento do que se configura como interação e observação.

No Art.27º, é incumbido ao empreendedor a responsabilidade do cumprimento de todas as normas estabelecidas e, inclusive, no Art.29º, a obrigatoriedade em oferecer uma contrapartida socioambiental, além de relatórios anuais de todas as atividades. Dentre as diretrizes estabelecidas, destaca-se aqui aquelas sobre as quais o poder público mais tem dificuldades em fiscalizar.

Art.15º - Nas estruturas flutuantes, a entrada de turistas na água será permitida somente na plataforma submersa;

Art.17º - As atividades turísticas com os botos **deverão ocorrer no máximo quatro dias da semana em dias intercalados, podendo haver atividades por dois dias seguidos apenas uma vez por semana. Nos outros dias não haverá atividade turística.** Esses dias serão reservados para descanso dos animais, sendo permitido somente o desenvolvimento de pesquisas, atividades filantrópicas de inclusão socioeducativas com escolas ou portadores de necessidades especiais e realização de documentários supervisionados.

Art.18º - Será permitida, como forma de se manter ao máximo as características comportamentais naturais dos animais, a participação diária de até 08 grupos de turistas, num total diário de 80 turistas, observadas as condições:

I - Cada sessão de interação com os botos-vermelhos deverá ter a **duração máxima de 20 minutos;**

II – A quantidade máxima de visitantes por sessão de interação na **plataforma emersa será de duas pessoas por metro linear, até o máximo 10 pessoas.**

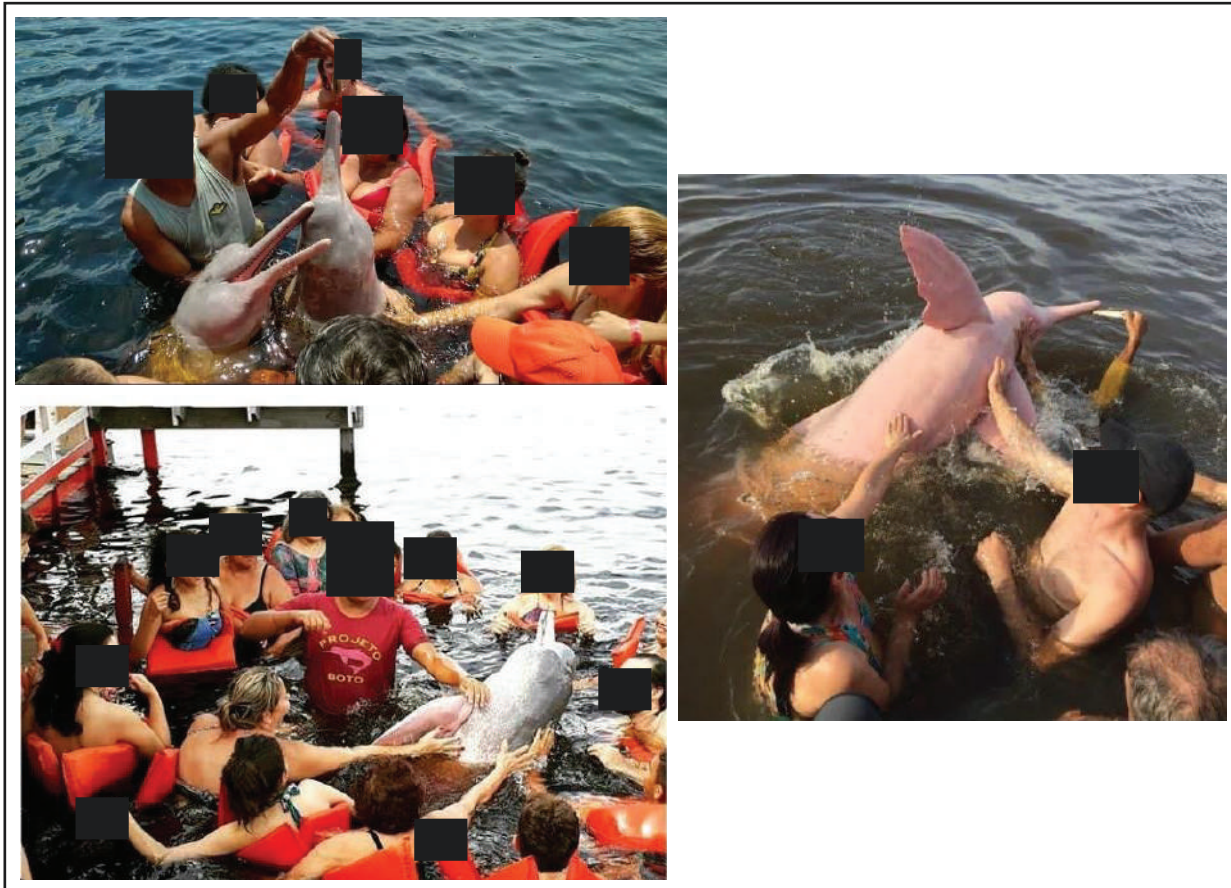
Art.19º - As interações com os botos **na plataforma submersa deverão ser feitas em sessões de no máximo 15 minutos por grupo de visitantes.**

Art.20º - Deverá haver **intervalo de 30 minutos entre cada sessão** de interação na plataforma submersa.

Art.22º - Não é permitido ao turista tocar intencionalmente ou tentar tocar no boto (grifos nosso).

Ressalta-se também que o próprio documento não esclarece a quem compete a fiscalização, se deverá haver o estabelecimento de bases dos órgãos competentes nas plataformas ou próximo a elas e como essa fiscalização deverá ocorrer, ou ainda como e se haverá direcionamento de recursos oriundos do turismo para projetos e monitoramento da saúde dos animais. No conjunto imagens da figura 27, constam mais alguns registros obtidos onde é possível identificar o não cumprimento, principalmente, do Art.22º da Resolução e, também do inciso II, do Art.18º, que prevê a quantidade máxima de 10 turistas por grupo.

Figura 27. Turistas em interação com o boto cor-de-rosa.



Fonte: Imagens públicas retiradas do *Instagram* de empresas e páginas pessoais de turistas.

No Art. 17º, o documento estabelece os dias em que a atividade pode acontecer, devendo ser no máximo quatro dias da semana e em dias alternados, podendo acontecer por dois dias seguidos apenas uma vez por semana. No entanto, em todo momento da pesquisa exploratória e de levantamento de dados observou-se a oferta do passeio, incluindo a atividade com os botos, com saídas diárias por diversas empresas, o que coloca em questionamento o cumprimento por esses comercializadores/operadores do referido artigo.

Nas demais passagens grifadas observa-se algumas incongruências que também deixam os artigos abertos a interpretações. O inciso II do Art. 18º, diz que a quantidade de pessoas na plataforma **emersa** (fora da água) será de até 10 pessoas, mas não estabelece o tempo máximo. Apenas o inciso anterior se refere a um tempo de 20 minutos, mas ao que se pode interpretar, trata-se do tempo total da atividade em si, não esclarecendo se na plataforma emersa ou submersa. Já o Art.19º, traz um outro dado, o de que o

tempo máximo de atividade na plataforma **submersa** é de 15 minutos, não mencionando sobre a quantidade de pessoas permitida na água. Por último, o Art.20º, estabelece um tempo de descanso de 30 minutos **entre cada sessão**, mas não deixa claro se refere ao intervalo de atendimento entre cada empresa, ou se, a cada grupo de 10 pessoas é necessário o intervalo mencionado.

Em linhas gerais, como bem observaram Alves et. al (2011), Romagnoli (2011), Alves (2013) e, mais recentemente, Vidal (2018) a atividade de provisionamento com os botos ainda carece de estudos sobre os efeitos dessa aproximação e, enquanto proposta de ecoturismo, o atual modelo dessa atividade nas plataformas ao longo do baixo rio Negro, precisa ser revista e mais bem fiscalizada. A fim de que sejam assegurados seus benefícios aos animais e minimizados os impactos negativos da atividade que até o momento não aponta como garantir, inclusive, que seja cumprido a recomendação do Art.24º para que os turistas não façam uso de produtos corporais. Ao passo que, também não é assegurado nenhum tipo de monitoramento da saúde que vise observar em que nível e quais os tipos de alteração na saúde desses animais, podem ser decorrentes dessa interação.

Por fim, o último impacto ambiental diretamente observado no contexto empírico da pesquisa ao qual se gostaria de fazer breve referência, é sobre o atual modelo de interação com o peixe pirarucu na plataforma de propriedade privada localizada na comunidade do lago do Catalão.

Como já apontado no subtópico 3.3.1.1, existe uma superlotação dos viveiros se considerado o tamanho dos peixes em relação ao tamanho dos tanques. Além disso, a prática de amarrar iscas na ponta da vara de madeira para forçar a saída do animal dos tanques, também oferece estresse e perigo ao bem-estar do animal que pode se machucar ao debater-se nas laterais, engolir pedaços de corda, além de oferecer risco aos turistas que podem ser puxados para dentro dos tanques - observado por Paschoalini e Barbosa (2016).

No conjunto de imagens da figura 28, estão alguns registros também encontrados nas redes sociais dos comercializadores/operadores do passeio, onde é possível notar a força feita pelos turistas na tentativa de fazer com que os peixes saiam ao máximo da água.

Figura 28. Turistas em interação com o peixe pirarucu.



Fonte: Imagens públicas retiradas do Instagram de empresas e páginas pessoais de turistas.

Ressalta-se também não ter sido identificado nos dois dias *in loco*, a existência de medidas de educação e interpretação ambiental sobre o peixe pirarucu antes que a atividade fosse iniciada, ficando a interação limitada apenas ao provisionamento com iscas. Assim como os demais locais de parada do passeio não possuem um cronograma de agendamento dos dias e horários em que irão receber os turistas. Diferente dos botos que, em tese, possuem um tempo de atividade pré-determinado, assim como, horário de intervalo e dias de descanso para os animais “assegurado” pela Resolução N°28, a atividade com os peixes no viveiro recebe turistas o dia inteiro, todos os dias da semana.

Embora não se tenha encontrado uma legislação específica sobre o tratamento desses animais em atividade turística, salienta-se que no momento em se presume considerar essa interação como uma atividade ecoturística, é necessário assumir que o bem-estar animal precisa ser priorizado, ainda que se trate de animais de propriedade privada. Ademais, relembra-se que no Januári, a existência de um viveiro, que seria ilegal, também serve para a mesma finalidade como alternativa a plataforma localizada na comunidade Catalão.

Apontadas algumas práticas e seus efeitos, na intenção de saber como os comercializadores/operadores enxergam ser a contribuição do passeio para a conservação da fauna e da flora local, bem como, para a educação ambiental, dois questionamentos foram feitos no questionário de pesquisa. As respostas obtidas foram transcritas e apresentadas no quadro 19.

Quadro 19. As contribuições para conservação e educação ambiental de acordo com os comercializadores/operadores do Safári Amazônico.

Identificação	Qual a proposta de educação ambiental praticada no roteiro?	O(a) senhor(a) acredita que o roteiro contribui para conservação ambiental? Como?
CMOP01	A cada atrativo uma orientação. No caso do Januári, por ex. proibimos interação físicas com animais. Nos botos as normativas da atividade e com os índios em geral apenas os comentários de proteção da terra.	Sem dúvida, por pressão do Trade e apoio dos órgãos competentes ainda temos Januári, fato que poderia estar melhor, mas sem esse roteiro já tínhamos condomínios instalados. A interação com botos desperta para seu uso indevido com isca. Melhor então no turismo controlado.
CMOP02	Não há nenhuma proposta de educação ambiental praticada durante o roteiro.	Não necessariamente o roteiro, mas a presença da atividade turística, seja através do roteiro Safári Amazônico ou não. O envolvimento dos trabalhadores das comunidades que são comumente visitadas, evita que eles adotem outras práticas econômicas, como o desmatamento para venda da madeira, apreensão de animais silvestres para venda etc.
CMOP03	Fazer com o turista adquira consciência de que através da atividade turística é possível preservar a Amazônia.	Sim, acredito que sim. Conscientizando os visitantes quanto à poluição dos rios e florestas.
CMOP04	Preservar a natureza e os animais.	Não, muitas vezes tem exploração de animais silvestres nestes passeios, infelizmente ainda existe essa prática.
CMOP05	Observação e conservação da fauna e flora.	Sim, como fator de sustentabilidade.
CMOP06	Conscientização voltada à preservação do meio ambiente.	Sim.

Fonte: Questionário de pesquisa (2020).

Organização: Oliveira Alano (2021).

Em todas as respostas no quadro 19, é possível identificar a ausência de propostas concretas e elaboradas no que concerne à educação e interpretação ambiental praticada por esses comercializadores/operadores durante o passeio. Em geral, as ações educativas parecem ficar apenas na esfera da orientação e da crença de que a própria atividade em si (por ser na natureza) tem capacidade de apelar para a sensibilização dos turistas.

Enquanto instrumento que contribui para a conservação ambiental, o CMOP01 e CMOP02,

afirmam que o passeio é uma alternativa importante aos moradores das comunidades evitando com que eles adotem práticas nocivas como a retirada de madeira e a caça e venda de animais silvestres. Já o CMOP04, reconhece o aprisionamento de animais silvestres como algo contrário às práticas de conservação. Em síntese, embora não apresentem clareza nas propostas de educação ambiental do passeio, acreditam ser o Safári Amazônico um vetor de conservação.

De acordo com os turistas participantes, os resultados apontam que eles não têm essa mesma percepção do passeio, ao menos não acreditam totalmente. No questionário, os resultados apontaram que 71,4% (10), concordam PARCIALMENTE; 21,4% (3) NÃO concordam; e 7,1% (1) concordam TOTALMENTE que o passeio contribua para a conservação ambiental.

Todos os dados apontados ao longo do Capítulo III e nesse Capítulo IV, indicam que o turista do Safári Amazônico não tem consciência antecipadamente sobre as irregularidades do passeio, mas os observa durante. Em um comentário feito pelo participante TUR14, sobre o que aprendeu com essa experiência do Safári Amazônico, revela: *“Aprendi a buscar experiências, agências e operadoras de viagem que considerassem a sustentabilidade no centro de suas ações, que não foi o que encontrei nessa vivência”*. O participante TUR09, diz ter aprendido como *“o turismo disfarça algumas ações que não deveriam acontecer. Concordo plenamente com a realização da atividade, mas acredito ser possível realizá-la com total segurança e respeito para ambos os lados, com intuito de 100% de preservação”*.

A partir das discussões realizadas na dissertação, embora se reconheça o turismo como uma importante atividade capaz de gerar benefícios às comunidades locais e ao seu entorno, “não resta dúvida de que a massificação do turismo contribuiu decisivamente para a expansão dos problemas ambientais nos destinos turísticos tradicionais” (DIAS, 2008, p. 15). Essa afirmação pode ser contextualizada principalmente no cenário das práticas (eco)turísticas empreendidas nos locais de parada do Safári Amazônico que, há pelo menos 30 anos tem recebido um turismo de massa, disfarçado de “sustentável” e “cultural”.

Ressalta-se também como o “atrativo” natureza e sua fauna constituem, junto com as comunidades, no fator primordial para a existência do passeio. Essas possibilidades criadas de interação com os animais, ilegais ou não, revelam a capacidade do turismo para ocasionar reconfigurações no sentido de uso desses territórios, interferindo nas suas formas de representação, apropriação e significação da natureza.

Tal interferência pode ser relacionada a impactos na dimensão sociocultural das comunidades do passeio quando eles conferem à natureza um significado não tão comum: o de mercadoria comercializável, incorporando-se a lógica capitalista que tudo precifica. Não isentando desses sujeitos a responsabilidade ou afirmando que fazem isso sem consciência da nocividade desses atos, mas admitindo que a pressão exercida pelos agentes de turismo, o marketing que alimenta os imaginários turísticos e a situação de vulnerabilidade socioeconômica em que se encontram os moradores dessas comunidades, os levam a considerar certas práticas como possibilidades de ganho.

Por fim, embora não tenha sido o objetivo da pesquisa discutir sobre o turismo em Unidades de

Conservação, os impactos ambientais aqui mencionados receberam destaque por se ter intenção de contribuir e enfatizar o fato de que tais práticas acontecem no contexto do passeio Safári Amazônico e não de forma isolada, em todos os locais de parada do passeio é possível identificar – como foi mostrado em todos os capítulos até aqui – problemas relacionados às práticas de turismo presentes no Safári Amazônico. Ele transita por diferentes modalidades de UC e, por isso, tais impactos ambientais causados pela estrutura do Safári Amazônico e de quaisquer outras variações que ele possua, também precisam ser incluídos nas avaliações dos efeitos do turismo nessas UCs.

CONCLUSÕES

A escolha do Safári Amazônico como objeto de pesquisa se deu, primeiramente, por situações vivenciadas quando funcionária em uma agência de turismo na cidade de Manaus. Por quase dois anos a presente pesquisadora trabalhou em uma franquia que pertencia ao mesmo grupo empresarial vendendo, exclusivamente, pacotes de intercâmbio para o exterior. No entanto, quando os proprietários decidiram fechar a loja física da franquia (em 2018), houve um remanejamento para outra agência do grupo que é especializada em turismo receptivo (e emissivo também). A partir disso, a pesquisadora passou a ter contato com outros tipos de produtos e serviços para além do intercâmbio, incluindo os passeios turísticos regionais.

O Safári Amazônico era de longe um dos passeios mais solicitados e ao longo de mais nove meses em que a pesquisadora continuou trabalhando para na referida agência, pode ter contato direto com os turistas que procuravam pelo passeio, além de ter tido a oportunidade de realizá-lo. Durante o tempo de trabalho neste novo local (maio de 2018 a fevereiro de 2019) os questionamentos feitos pelos turistas sobre as características do passeio e o que iriam encontrar, chamaram atenção à medida em que se observou que tais questionamentos se repetiam como um padrão. Mediante essa observação em 2018, quando a pesquisadora fazia disciplina como aluna especial neste mesmo programa de mestrado (PPGICH), um esboço de um artigo foi escrito a fim de refletir sobre a responsabilidade social e ambiental dos empreendimentos que levam turistas para as localidades inseridas no roteiro.

Após ingressar no mestrado em 2019 como aluna regular, a pesquisadora passou a ter contato com estudos que o grupo de pesquisa Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Cultura Amazônica (Neicam) estava realizando nas comunidades das RDSs Tupé e Puranga Conquista, onde os impactos do turismo eram/são a centralidade dos estudos. Após tomar ciência de determinadas práticas e acontecimentos nessas comunidades o esboço que já havia sido escrito foi transformado em um resumo e a proposta foi apresentada em um evento na cidade de Belém, na Universidade Federal do Pará (UFPA) em agosto de 2019. O projeto de mestrado original da pesquisadora trazia outra temática, mas após a sugestão dos membros da mesa para os quais o trabalho foi apresentado, decidiu-se aceitar o desafio e transformar a proposta do artigo no objeto de pesquisa desta dissertação.

Durante a fase da escrita do projeto sentiu-se a necessidade de investigar sobre **a prática de safári**. Ao pensar sobre essa atividade, de imediato, o que vinha à mente era a África, mas para investigá-la cientificamente, uma busca por pesquisas no banco de dissertações e teses da Capes foi realizada a fim de encontrar estudos que refletissem sobre tal prática, as experiências pelo Brasil e seus efeitos. Durante o levantamento observou-se a ausência de pesquisas com essa finalidade no país e, por isso, foi importante ampliar a busca para pesquisas internacionais nas plataformas *Google Acadêmico*, *Scielo* e *Periódicos Capes* no recorte temporal de 2000 a 2019.

Durante o processo de levantamento, leitura e seleção do material foi possível aprender um pouco sobre a história do continente africano e como o safári é muito mais do que uma prática turística. Ele

invoca um processo de colonização que incluía expor seres humanos como exemplos da “variedade” étnica dos territórios africanos, de como a África era um território “selvagem” e de onde se podia comprar muita mão de obra escrava. O safári com o qual se tem familiaridade atualmente é aquele que enfeita revistas, guias turísticos e comerciais. No entanto, ele é uma reformulação, foi readequado às discussões ambientais contemporâneas e ainda assim têm causado impactos e conflitos. Isso se dá principalmente pelo estabelecimento de grandes empreendimentos turísticos estrangeiros que transformaram o safári - tanto o de caça quanto o fotográfico - em experiências de luxo de alto custo nos países africanos.

Em Botswana, no Delta do Okavango, o Programa de Gestão de Recursos Naturais de Base Comunitária (CBNRM) criado pelo governo para gerir o safári de caça, possibilitou por alguns anos o direcionamento de recursos para construir casas, fornecer bolsas de estudos, financiar projetos voltados à conservação ambiental e manejo do território, empregar moradores das comunidades locais e até mesmo custear serviços sociais como seguro funerário (MBAIWA, 2017). Em contraponto a esses benefícios a ONG *Elephant Without Borders* realizou um estudo apresentado por Chase (2011) ao governo de Botswana à época, que indicava a diminuição de várias espécies sendo o safári de caça um dos causadores direto e indireto dessa causa. No Quênia, Akama, Maingi e Camargo (2011) também apontaram diversos problemas relacionados ao safári de caça, dentre eles a retirada forçada de comunidades locais como os Maasai por possuírem um modo de vida nômade e pastoril.

De acordo com Norton (1996), Akama et al. (2011) e Rogerson et al. (2013) na África do Sul, Tanzânia e Zimbábue, o safári fotográfico tem apenas substituído as armas de fogo por câmeras fotográficas, e a concentração do poder de decisão está nas mãos dos grandes empreendimentos estrangeiros que se instalaram nos países por meio de concessões dos governos. Para Duffy e Moore (2010) existe uma neoliberalização da natureza que busca adequar aspectos não comercializáveis em produtos para o mercado por meio de experiências de luxo, concentradas no objetivo de lucro que envolve a comunidade local atribuindo-lhes empregos servis com remunerações salariais muito baixas. Mbaiwa (2008) também aponta problemas como a prostituição, o aumento de crimes e a modificação nas vestimentas de algumas comunidades.

Observou-se que entre os impactos positivos e negativos, o safári de caça e fotográfico nos destinos africanos citados nesta dissertação, parecem estar direcionados por políticas voltadas ao turismo e conservação. Ainda que, conforme aponta Mbaiwa (2008), muitas vezes tais políticas sejam pensadas a partir de modelos ocidentais. Também observou-se que o safári é um objeto constantemente investigado e observado por pesquisadores e academias locais e internacionais, tendo em vista a importância do patrimônio natural desses países para o mundo.

A leitura de tais dados foi importante para visualizar com mais amplitude a complexidade da prática de safári e assim poder questionar como pode ela ser inserida em outros contextos apenas como uma simples opção de atividade turística; ou mesmo, se a intenção não é buscar adequar o safári a realidade local, o que justifica atribuir tal nome? Seria pelo poder de chamar atenção que a palavra possui? Como afirmam Gravari-Barbas e Graburn (2012) o *marketing turístico* não é desprovido de

intenções, existe uma análise dos efeitos de lançar no imaginário turístico uma proposta como tal - seja por meio de um panfleto, fotografias, comerciais televisivos e quaisquer outro material publicitário - colocando o homem primitivo e a natureza como pano de fundo e como título da experiência, “Safári Amazônico” (ou Safári Ecológico e outros).

Os estudos encontrados nos diversos países africanos também serviram para compreender que embora existam muitos efeitos negativos, também existem iniciativas que buscam direcionar recursos da atividade para projetos de conservação da vida selvagem e para ajudar as comunidades locais para além do emprego servil, possibilitando o acesso a bolsas de estudos, serviços sociais e outros. Pensando na realidade do Safári Amazônico, ainda não é possível visualizar ações que possam apontar os impactos positivos observados nas experiências africanas.

Continuando no raciocínio das discussões concernentes a atividade de safári que é entendida também como uma prática de ecoturismo, a categoria **ecoturismo** foi eleita para compor a pesquisa tendo em vista também a constatação de que o passeio Safári Amazônico é compreendido como (eco)lógico, como atividade (eco)turística, sendo comercializado sob esses rótulos. Diante disso, a revisão de literatura sobre o tema teve como objetivo resgatar algumas reflexões teóricas sobre essa modalidade. Assim, revisitar algumas discussões sobre os movimentos ambientalistas e o rompimento com o “paradigma social dominante” na década de 1970, foi importante para entender a dicotomia do termo e as contradições que permeiam as práticas daqueles que se propõem a empreender nesse meio. Além de poder identificar sob qual perspectiva de ecoturismo o Safári Amazônico se encaixa.

Observou-se que o caráter polissêmico do desenvolvimento sustentável também orienta as concepções de ecoturismo que podem alimentar iniciativas de fato preocupadas com a conservação do patrimônio natural; mas também podem alimentar iniciativas apenas rotuladas de (eco)turismo - estas difíceis de barrar levando em conta as forças do capital. Segundo Pires (2002) colocar em prática o que a compreensão de ecoturismo abarca talvez seja algo “utópico”, mas as diretrizes e princípios criados para o segmento são um caminho para orientar aqueles que apostam nessa modalidade. Em suma, o autor enfatiza que quaisquer ferramentas que visem conservar a natureza em algum grau e busque a divisão equitativa dos lucros com as comunidades locais, bem como, proporcionar o bem-estar dos animais e seus habitats, caminham em uma direção melhor do que aqueles (eco)empreendimentos que só objetivam o lucro.

Relembrando os questionamentos recebidos pela pesquisadora enquanto funcionária na agência, sobre ver “índios de verdade” e poder tirar fotos com cobras e jacarés. A categoria **imaginário turístico** foi acionada neste trabalho pela observação já mencionada e por identificar nos materiais publicitários e fotografias utilizadas para promover o passeio, como o estereótipo do “índio” vivendo em ocas de palha em meio a natureza se apresenta como ícone de *marketing* nesses materiais, onde qualquer elemento que possa remeter ao meio urbano é descartado para manter fiel a proposta de que embora sejam comunidades próximas a capital, ainda são “índios de verdade”. O reforço dessa imagem estigmatizada pode ser percebido também nas falas obtidas por meio dos questionários aplicados aos turistas e aos

comercializadores/operadores que revelaram concepções equivocadas sobre esses sujeitos, compreendendo-os como “aculturados” e “inautênticos”.

Diante das categorias mencionadas teve-se então como problema maior de pesquisa a seguinte pergunta: será que as práticas dos comercializadores do Safári Amazônico contribuem para a valorização dos aspectos ambientais e socioculturais dos locais de parada do roteiro, alinhando-se aos princípios e diretrizes do ecoturismo?

Para direcionamento da pesquisa e alcance da resposta para o problema formulado foram elaborados os seguintes objetivos, geral e específicos: analisar se e como as práticas dos comercializadores/operadores do Safári Amazônico contribuem para a valorização dos aspectos socioculturais e ambientais dos locais de parada do roteiro, alinhando-se aos princípios e diretrizes do ecoturismo. Os específicos, foram: i) contextualizar **a prática de safári** e sua vinculação com os processos de comercialização no turismo; ii) caracterizar o Safári Amazônico no contexto do **(eco)turismo** e quanto aos seus aspectos históricos, de composição e operacionais; iii) compreender as possíveis relações entre as estratégias de promoção e operacionalização do roteiro para a (re)construção do **imaginário turístico** sobre a Amazônia.

Em síntese, a partir da discussão das categorias elencadas junto aos dados da pesquisa e ao olhar dos autores consultados, identificou-se que as práticas dos comercializadores/operadores do passeio do Safari Amazônico não tem contribuído para a valorização dos aspectos ambientais e socioculturais dos locais de parada do roteiro. Pode-se chegar a referida conclusão por meio da identificação dos seguintes impactos:

a) Nos aspectos ambientais identifica-se a presença de captura e manuseio ilegal de animais silvestres. O não cumprimento das medidas apontadas pela Recomendação N° 06 quanto ao uso desses animais. O não cumprimento de diversas normas exigidas pela Resolução N° 28 que regulamenta o nado com os botos. A situação de superlotação dos tanques com os pirarucus de cativeiro submetendo os peixes a uma situação de estresse diário, além do risco que a interação com as varas de madeiras e linhas de corda oferece aos animais que se debatem nas laterais dos tanques fazendo força para abocanhar a isca amarrada na corda e podem com isso engolir pedaços de corda e ainda puxar o turista para dentro do tanque. Salienta-se também que não foi identificado a existência de projetos, pesquisas e iniciativas mantidas com recursos do turismo visando contribuir com o bem-estar de todos esses animais e a conservação dos mesmos e seus habitats.

b) Nos aspectos socioculturais identifica-se, primeiramente, o uso da imagem da comunidade do lago Catalão para apresentar ao turista um modo de vida do caboclo ribeirinho. A pesquisa possibilitou identificar a insatisfação da comunidade com a atual forma que o turismo acontece por lá, frisando principalmente a questão da ocorrência diária e do assédio da imagem. Os comunitários têm consciência da comercialização do seu lugar de vivência em muitos pacotes de turismo e da ausência de qualquer benefício coletivo. No Catalão, a pobreza, as políticas públicas de educação escolar, o acesso à água potável, a regularização do sistema de esgoto, a coleta de lixo e a segurança poderiam ser

amenizados com um turismo bem planejado, mas apesar de os comunitários desejarem trabalhar com turismo faltam parcerias para tal efetivação.

c) Nas comunidades indígenas, conforme apresentam Cruz, Auzier e Dias (2019) no relatório final do Estudo Socioantropológico, os aspectos socioculturais sofrem impactos, primeiramente, pela situação de vulnerabilidade socioeconômica das famílias que possibilita aos agentes externos localizar esses sujeitos na atividade turística como atrativos e prestadores de serviços turísticos. Além de haver intromissão sobre como os indígenas devem se vestir, se apresentar e a sugestão de produtos/serviços que poderiam ofertar como um casamento e um batizado indígena. Ainda com base nos resultados obtidos por Cruz et al. (2019) é possível observar que os problemas sociais vivenciados por essas comunidades são ignorados pelos agentes externos que entendem proporcionar melhoria de vida aos indígenas com os valores pagos pelas apresentações.

Voltando-se para os aspectos históricos do passeio, os dados encontrados revelam que o Safári Amazônico não é uma iniciativa nova de passeio turístico regional, ele é uma reformulação de propostas que decorrem desde os anos 1930, quando os turistas da viagem “*A mil milhas da Amazônia*” já vinham até a cidade de Manaus com objetivo de observarem a fauna, a flora e as comunidades locais, conforme apontado por Pennington (2009), Andrade (2010) e Manfredo (2017). Esse modelo de turismo passou a ser entendido como opções de safáris na década de 1960, e em 1970, já são chamados de “safáris ecológicos na Amazônia” (PIRES, 2002). Sendo, portanto, o Safári Amazônico uma forma de manter vivo esse ideário do tipo de turismo que sempre se almejou poder fazer nesta região.

Embora a presente pesquisa tenha um caráter exploratório e descritivo, ressalta-se que diversos desafios foram encontrados para a realização desta, a começar pela proposta da temática. Os principais sujeitos aos quais se gostaria de ter obtido acesso maior são conhecidos por apresentarem resistência - observada também nesta pesquisa - em participarem de estudos que indiquem ter como alvo suas práticas, principalmente no que concerne aos informais (ou piranguieiros). Em se tratando do Safári Amazônico, algumas dessas práticas, como foi mostrado aqui, são ilegais e configuram-se em um turismo de exploração. Por isso, o receio de fiscalização e registro de algo que possa comprometer a operação do passeio e seus responsáveis faz com que aproximar-se desses sujeitos seja tão difícil.

É importante mencionar e relembrar aqui a situação vivenciada em campo pela pesquisadora e orientadora na plataforma de interação com o peixe pirarucu, ao abordar um guia de turismo que chegou à plataforma com um pequeno grupo de turistas, a fim de saber valores do passeio. Ao questioná-lo, imediatamente o guia tomou uma posição agressiva mostrando imediatamente seu crachá, interpretando a abordagem como algum tipo de fiscalização. Junto a esse ocorrido, no mesmo dia e local, observou-se a situação de outro guia de turismo em serviço, exalando cheiro de bebida alcoólica.

Outra dificuldade da pesquisa em relação aos comercializadores/operadores se deu quando a pandemia de COVID-19 chegou à cidade e impossibilitou a continuação do campo que previa entrevista presencial com tais sujeitos. Pela necessidade de continuar o estudo a entrevista foi transformada em um questionário online e apesar de possibilitar um alcance maior, é comum o não aprofundamento nas

respostas dos participantes. Por outro lado, como o questionário tinha a intenção de saber a percepção e o conhecimento dos comercializadores/operadores a respeito das práticas e de aspectos históricos de um passeio sobre o qual não existem estudos desta ordem, considerou-se não ser aplicável a elaboração de alternativas de respostas por entender que isso poderia, além do risco de elaborar respostas tendenciosas, influenciar nas respostas assinaladas pelos participantes. Ou seja, não se teria um resultado real da percepção e conhecimento dos mesmos e sim um conjunto de respostas elaboradas pela pesquisadora.

Desse modo, considera-se aqui que a dificuldade de aceitação em participar da pesquisa e a falta de aprofundamento também são dados de pesquisa, mostrando o receio de comprometimento em se expor como parte de uma atividade que é permeada por questões éticas e (i)legais. Sobre a falta de aprofundamento nas respostas da maioria dos comercializadores/operadores participantes, revela pelo menos, a falta de comprometimento em contribuir com as pesquisas que objetivam refletir o turismo nessas localidades, não enxergando a academia como parceria necessária.

O questionário online encaminhado aos turistas também foi um desafio. Originalmente a proposta era por meio da autorização dos comercializadores/operadores, ao final do passeio (do qual a pesquisadora também participaria com algumas empresas para observação sistemática) explicar aos turistas sobre a pesquisa e passar uma lista para aqueles interessados em colaborar informarem um meio de contato e, após isso, o link do questionário seria enviado. Contudo, mesmo que muitas empresas tenham continuado (e continuam) a operação do passeio no período da pandemia, foi decidido por questões éticas e para resguardar a saúde das comunidades e da pesquisadora, não realizar o passeio. Com isso, optou-se por disponibilizar o questionário nas mídias sociais como *Facebook* e *Instagram*, pedindo a participação em grupos de viagem dessas plataformas, grupos acadêmicos, e via *WhatsApp* – o que surtiu um bom efeito.

Outra tentativa de contato impossibilitada pela pandemia foi com os manejadores das plataformas de interação com o boto-cor-rosa com os quais se tinha o objetivo de fazer alguns levantamentos sobre a atividade na plataforma. Além disso, embora não fosse o objetivo da pesquisa fazer entrevistas nas comunidades indígenas, algumas idas às comunidades para observação direta também estavam previstas, mas não foram possíveis.

Na tentativa de compreender o papel dos órgãos de turismo e ambientais, durante a etapa de levantamento de dados da pesquisa foram realizadas tentativas de contato com os órgãos Sema, Semmas e Amazonastur por contato telefônico e por e-mail, no entanto, não se obteve retorno para que os questionamentos da pesquisa pudessem ser respondidos. A principal dúvida, refere-se à atribuição dos papéis dos órgãos na fiscalização sobre as práticas de turismo que acontecem nos locais de parada do passeio Safári Amazônico, sobretudo, nas duas diferentes categorias de unidades de conservação.

Em pesquisa exploratória anterior a fase de coleta, a pesquisadora participou de um evento virtual com a presença de um representante de um dos órgãos mencionados acima, onde foi questionado sobre a quem é atribuída a responsabilidade de fiscalizar essas práticas, mas o que se pode observar foi um embate e falta de consenso sobre a quem compete e o que se deve fiscalizar, como por exemplo: nas

comunidades indígenas, por estarem em RDS, as empresas necessitam obter o documento expedido pelo órgão gestor competente para a realização de atividades turísticas e a entrada nas comunidades. Mas quem fiscaliza se as empresas que adentram as comunidades possuem tal documento? É feito diariamente? Existem ações voltadas para esse aspecto?

Outra observação importante refere-se a falta de fiscalização na pandemia de COVID-19, onde em vários momentos durante o ano de 2020 e nos primeiros meses de 2021, a visita as comunidades ficaram proibidas por meio de decreto governamental, mas a verdade é que algumas dessas comunidades nunca deixaram de receber turistas. Em pesquisa pelas redes sociais, observou-se comercializadores/operadores ofertando o passeio com saídas diárias, mesmo estando proibida a entrada nas comunidades. Mediante esse cenário, questiona-se: foi atribuída a alguém a responsabilidade de fiscalizar essa situação? A quem? Por que não aconteceu?

Os questionamentos feitos ao longo de toda dissertação são resultado do percurso da escrita, de dúvidas e ausências que foram sentidas pela presente pesquisadora. Algumas perguntas e reflexões sem respostas, mas se espera por meio delas poder contribuir para o direcionamento de pesquisas futuras. Espera-se também ter contribuído para a visualização da estrutura do passeio e exposição dos impactos (pelo menos alguns) causados em cada um dos quatro locais de parada, a fim de que tais impactos não sejam erroneamente encarados como eventos desconectados, pois resultam das práticas de turismo presentes no referido passeio, independente de qual nome seja usado para promovê-lo.

Desse modo, a presente pesquisa deixa como lacuna para futuros estudos todas as ausências e fragilidades já mencionadas que podem ser mais bem trabalhadas por meio de outra perspectiva, outro recorte, com outras ferramentas de coleta e análise.

Como contribuição para a academia tem-se um estudo inédito que desvela práticas ilegais responsáveis por alguns impactos preocupantes sendo também potencializados pelos empreendedores formais do *trade*. O presente trabalho realizou ainda um levantamento sistemático por estudos nacionais e internacionais, possibilitando o acesso a pesquisas acerca da prática de safári a partir de uma perspectiva teórica, crítica e reflexiva, além de buscar ressaltar como uma prática turística nunca pode ser vista como um simples produto/serviço, um simples nome comercial. Existem práticas que estão vinculadas a um contexto mais amplo – a exemplo do safári - e na tentativa de adequar modelos a uma realidade local subestima-se de maneira equivocada, os impactos negativos que tal atividade pode causar sobre os aspectos ambientais, socioculturais e outros – em alguns casos, até presume-se que tais impactos não irão ocorrer.

Além do exposto, como contribuição para as comunidades chegou-se à conclusão de que seria contraditório tentar propor um novo passeio. Ao fazer isso se estaria aqui retirando das comunidades a oportunidade de protagonismo configurando em mais uma proposta formatada por agentes externos. Sugere-se então, que no processo já iniciado pelo Grupo de Trabalho Institucional para o Ordenamento

Turístico dos Núcleos Indígenas do Baixo Rio Negro (GT Indígenas Tupé/Puranga/PS1²¹) e pelo que foi indicado no Estudo Socioantropológico, que em algum momento haja espaço para essa discussão. Sobre o atual formato e práticas presentes no passeio, sugere-se as seguintes mudanças:

1- No Parque Ecológico do Januari, antes de adentrarem no local, uma parada na feira de artesanato ou mesmo no próprio restaurante onde será servido o almoço para a exibição de vídeos e palestras de curta duração entre 10 e 15 minutos sobre o uso ilegal de animais silvestres e dos impactos negativos causados a eles e ao ambiente, além do perigo que os próprios turistas correm no campo jurídico e integridade física. Sugere-se também uma base de fiscalização com batidas diárias por todos os pontos de parada de turistas dentro do Parque Ecológico. Além de uma revisão dos órgãos responsáveis sobre as categorias de UCs que se sobrepõem no lago Januari, e a construção do Plano de Gestão do território da APA Paduari/Solimões.

2- Nas plataformas de interação com o boto cor-de-rosa também se sugere a exibição de vídeos e palestras de curta duração entre 10 e 15 minutos e o reforço da informação de que caso algum turista tenha feito uso de produtos corporais não adentrem na água. Para além do que já prevê a Resolução N° 28, sugere-se também a fiscalização diária dessas plataformas e a exigência mensal dos registros de turistas recebidos, como forma de atentar para a capacidade permitida. Além disso, para que sejam cumpridas normas como o tempo de atividade, os dias e o tempo de descanso, sugere-se a viabilização e organização dos proprietários das plataformas para que os comercializadores/operadores efetuem um pré-agendamento, reservando com ao menos uma semana de antecedência um número determinado de vagas para ofertar aos turistas uma interação nas condições permitidas pela Resolução N° 28. E em caso de esgotamento das vagas para os dias permitidos, que a atividade se limite apenas a observar na plataforma emersa. Sugere-se também a fiscalização dos peixes fornecidos aos botos e a aproximação (de forma obrigatória) dos responsáveis pela interação e pelas plataformas, de projetos, pesquisas e iniciativas que objetivem estudar esses animais, melhorar sua qualidade de vida, bem como, um esforço para pôr em prática os princípios e diretrizes do ecoturismo.

3- Nas comunidades indígenas, se gostaria aqui de reforçar o que já foi sugerido por Cruz, Auzier e Dias (2019) quanto à necessidade de esclarecimento dos órgãos de turismo e ambientais sobre suas atribuições e a necessidade de um planejamento e atuação integrada para fiscalizar e coordenar as atividades turísticas concernentes a essas comunidades e o cumprimento de itens obrigatórios como a obtenção do documento para adentrar as RDSs, bem como, para fotografarem os indígenas limitando a não exposição de menores de 18 anos e nudez dos homens ou mulheres indígenas.

4- No relatório final do Estudo Socioantropológico é sugerido também um agendamento prévio por parte dos comercializadores/operadores junto às comunidades; ao menos um repasse diário ao final do dia sobre quantas embarcações irão receber e um número estimado de turistas, bem como, o horário para que os indígenas possam se programar sabendo quantas embarcações irão até a comunidade,

²¹A área de atuação do grupo abrange as comunidades indígenas/núcleos criadas na RDS do Tupé, RDS Puranga Conquista e na PS – Paduari Solimões (Área de Proteção Ambiental Margem Direita do Rio Negro).

a quantidade de turistas e o ganho estimado. Podendo até mesmo criar uma espécie de revezamento e escala de folga entre os indígenas que trabalham nas apresentações.

5- Reforça-se também a sugestão de Cruz et al. (2019) para que a atividade não fique limitada apenas as apresentações, mas que possa haver um momento de trocas, de aprendizagem por meio de vídeos explicativos, cartilhas ou ainda falas das lideranças que possibilitem ao turista entender um pouco dos desafios vividos por esses sujeitos.

6- Quanto à interação com o peixe pirarucu sugere-se que antes da atividade também sejam exibidos vídeos e palestras de curta duração com finalidade informativa e educativa sobre o animal e seu habitat. Sugere-se também a substituição da interação com a vara de madeira pela observação, limitando apenas ao ato de jogar as iscas e assim a observação do peixe se dê quando o mesmo vem até a superfície para pegar a isca, evitando assim que o animal faça esforço, se debata nas laterais e engula pedaços de cordas. Destaca-se também a importância de não superlotar os tanques e a necessidade do proprietário do viveiro se aproximar da comunidade para juntos pensarem em meios da Associação da comunidade receber algum valor, pensando talvez na criação de uma taxa de visitação à comunidade.

7- Para a comunidade do lago Catalão, sugere-se inicialmente que a Empresa Estadual de Turismo (Amazonastur) vá até a comunidade juntamente com a Secretaria Municipal de Turismo de Iranduba e outros parceiros, a fim de identificar as demandas da comunidade e iniciar um processo de reconhecimento e compreensão do que é o turismo, o tipo de turismo que desejam desenvolver e suas implicações. Salienta-se que mesmo que a comunidade escolha por não se envolver diretamente no turismo, a cobrança de uma taxa para lanchas de turismo adentrarem a comunidade para fazerem fotografias e observação de seu modo de vida, ainda é cabível. Além disso, ressalta-se a necessidade de orientar os turistas sobre o respeito à privacidade dos moradores, limitando o registro de vídeos, fotos e como eles estão ou não inseridos no turismo.

8- Tomando como base os resultados e sugestões presentes no relatório socioantropológico de Cruz, Auzier e Dias (2019) e nas demais discussões apresentadas nesta dissertação, sugere-se também aos órgãos de turismo e parceiros a elaboração de um código de conduta para os turistas. Pode-se pensar em palestras, oficinas e cursos de reciclagem em caráter obrigatório aos comercializadores/operadores e comunitários - ao menos duas vezes por ano, podendo ser nas semanas de turismo - com finalidade de educar para o ecoturismo. Cursos que tenham como conteúdo não apenas os aspectos técnicos, operacionais e legais, mas de áreas do conhecimento como Antropologia do Turismo, Sociologia do Turismo e Geografia Humana com intuito de contribuir para a (des)construção de empreendedores e profissionais sensibilizados e atentos para não alimentarem, por meio de suas propostas de turismo, um imaginário estigmatizado, equivocado e etnocêntrico a respeito das populações amazônicas, sobretudo dos povos indígenas.

9- Reforçando o que também já foi observado por Cruz, Auzier e Dias (2019), aos órgãos de turismo e seus setores de *marketing* sugere-se também uma reformulação no modo como buscam interpretar o destino Amazonas e Amazônia, estando atentos para não reforçar no imaginário turístico

discursos etnocêntricos por meio de imagens, vídeos e quaisquer meios de comunicação que comumente e, historicamente, orientam os olhares turísticos sobre essa região, de modo que, podem estar “sem perceber”, contribuindo para reforçar a validade de passeios repletos de contradições como o Safári Amazônico, conforme ressalta o relatório final do Estudo Socioantropológico de Cruz et al. (2019).

Por fim, se gostaria de agradecer a participação de todos os sujeitos da pesquisa que se disponibilizaram, em algum grau, para participar do estudo. Espera-se que os apontamentos e os dados aqui apresentados possam contribuir com os comercializadores/operadores do passeio, para reconhecerem a necessidade e urgência em mudar o atual modelo de turismo que está posto e a buscarem em conjunto com as comunidades e aos órgãos responsáveis, meios para isso. Aos turistas, espera-se contribuir para o cuidado na escolha das empresas e dos passeios turísticos que irão realizar em Manaus, bem como, para o início de uma desconstrução sobre a existência de “índios autênticos” na Amazônia, buscando ferramentas adequadas que lhes permitam uma melhor compreensão não só sobre os povos indígenas da Amazônia, mas para a desconstrução de um olhar estereotipado que está presente em lugares onde seus grupos étnicos são igualmente exotizados, como nos países africanos.

REFERÊNCIAS

- AKAMA, John S.; MAINGI, Shem; CAMARGO, Blanca A. Wildlife Conservation, Safari Tourism and the Role of Tourism Certification in Kenya: a postcolonial critique. *Tourism Recreation Research* vol. 36 (3), p. 281-291, 2011. Disponível em: < <https://www.semanticscholar.org/paper/Wildlife-Conservation%2C-Safari-Tourism-and-the-Role-Akama-Maingi/fe1dd449e88309735e031e412baaa9528fa448a1> >
- ALBANO, José Cícero; VASCONCELOS, Eliane Carvalho. Análise de casos de pesca esportiva no Brasil e propostas de gestão ambiental para o setor. *Revista Brasileira de Ciências Ambientais*, n.28, Junho de 2013.
- ALVES, L.C.P.S.; ANDRIOLO, A.; ORAMS, M.B. AZEVEDO, A.F. The growth of ‘botos feeding tourism’, a new tourism industry based on the boto (Amazon river dolphin) *Inia geoffrensis* in the Amazonas State, Brazil. *Sitientibus série Ciências Biológicas* 11(1): 8–15. 2011. Disponível em < <http://periodicos.uefs.br/index.php/sitientibusBiologia/article/view/140> >
- ALVES, Luiz Cláudio Pinto de Sá. **Interações próximas com o boto-da-Amazônia (*Inia geoffrensis*)**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, 2013.
- ANDRADE, Terence K. Da emergência da modernização: os primeiros lugares turísticos de uma cidade Amazônica. *Archive ouverte em Sciences de l'Homme et de la Société*, 2010. Disponível em: < <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00583789/> >
- ARNAUT, K. The human zoo after Abu Ghraib: Performance and subalternity in the ‘cam era’. *Tilburg Papers in Culture Studies*, 11, 1–24, 2011.
- ASSIS, Cássia Lobão; NEPOMUCENO, Cristiane Maria. **Estudos contemporâneos de cultura**. Campina Grande: UEPB/UFRN, 2008.
- BASTOS, Adriano Lucchesi Pires. **Exploração turística e sustentabilidade: as reservas de safári na África do Sul**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação. São Paulo [s/n], 2005.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 2ª reimp. da 1ª edição. São Paulo: Edições, 2011.
- BATISTA E SIQUEIRA, Tarciano. **Impactos socioambientais potenciais da terapia assistida com o boto – cor– de-rosa (*inia geoffrensis*) no município de Iranduba – Am**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (PPGCASA/UFAM). Manaus, 2017.
- BENI, Mário Carlos. **Globalização do Turismo: megatendências do setor e a realidade brasileira**. São Paulo: Aleph, 2001.
- BENI, Mário Carlos; MOESCH, Marutscka. A teoria da complexidade e o ecossistema do turismo. *Revista Turismo - Visão e Ação* - Eletrônica, Vol. 19 - n. 3 - set. - Dez. 2017.
- BRASIL, Ministério do Turismo. **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo**. Brasília: EMBRATUR, 1994.
- BRASIL, Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas**. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Relatório da demanda turística internacional Brasil: estrutura de pesquisa e resultados do turismo receptivo**. Brasília, 2018. Disponível em: < http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-54-03/demanda_tur%C3%Adsticainternacional.html > Acesso em 11 SET 2020.

BRASIL, Sistema Nacional de Informações Florestais (SNIF/MMA). **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação**. Disponível em: < <https://snif.florestal.gov.br/pt-br/conservacao-das-florestass/211-sistema-nacional-de-unidades-de-conservacao> >

BRASIL. Lei Nº 5.197 de 3 de Janeiro de 1967. **Dispõe sobre a Lei de Proteção a Fauna**. Disponível em : < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5197.htm >

BRUMATTI, Paula Normandia. O papel do turismo de observação da vida selvagem para a conservação da natureza. *Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)*, v. 6 n. 4: *Anais do 9º CONECOTUR e do 5º EcoUC*, 2013. Disponível em: < <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6377> >

CAMPOS, Marcus. Turismo na África: A atividade turística como perspectiva de alternativa futura ao Continente. *Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, vol. 6. N.1 págs. 121-127, 2008.

COSTA NOVO, C. B. M. **Turismo amazônico: aprendendo com as experiências no Alto Rio Solimões, Amazonas**. Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia). Centro de Ciências do Ambiente, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

COOPER, Chris et al. **Turismo: princípios e práticas**. 2ªed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**. 2ªed. Salvador: Secretaria de cultura, Fundação Pedro Calmon, 2009.

CRUZ, R. C. A. Desenvolvimento desigual do turismo no Brasil. *Revista Franco-brasileira de Geografia*, n. 36, 2018.

CRUZ, R. C. A. Ensaio sobre a relação entre desenvolvimento geográfico desigual e regionalização do espaço brasileiro. *Geosp – Espaço e Tempo* (On-line), v. 24, n. 1, p. 27-50, abr. 2020.

CRUZ, Jocilene Gomes da; AUZIER, Kátiuscia da Silva; DIAS, Luana Cristina dos Santos. **Relatório final de Estudo Socioantropológico – NEICAM, das atividades turísticas realizadas pelas comunidades indígenas recém-criadas nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável Tupé e Puranga Conquista**. Manaus, 2019.

DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e meio ambiente**. 1. ed. – 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

_____, Reinaldo. **Sociologia do Turismo**. 1. ed. – 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008a.

DIAS, Luana Cristina dos Santos. **Territórios do turismo em territórios protegidos: processos de territorialização e turismo na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Puranga Conquista – AM**. Dissertação de Mestrado. Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas – PPGICH/UEA, Manaus [s.n.], 2019.

DIEGUES, Antônio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada**. 3.ed. Editora Hucitec, São Paulo, 2001.

_____, Antônio Carlos Santana. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. *São Paulo em Perspectiva*, n. 6, 22-29, 1992.

DUFFY, Rosaleen; MOORE, Lorraine. Neoliberalising Nature? Elephant-Back Tourism in Thailand and Botswana. *Journal compilation Editorial Board of Antipode*, vol. 4, N. 3, pp. 742–766, 2010. Disponível em: < https://www.researchgate.net/publication/227929883_Neoliberalising_Nature_Elephant-Back_Tourism_in_Thailand_and_Botswana >

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FARIA, Ivani Ferreira de. **Ecoturismo Indígena, Território, Sustentabilidade, Multiculturalismo: princípios para autonomia**. Tese de Doutorado. Pós-graduação em Geografia Física (Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas) da Universidade de São Paulo, 2008.

FERREIRA, Ana Lúcia. **Espaço e lugar: uma análise fenomenológica da percepção dos moradores de janauari frente à dinâmica do turismo**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Geografia/UFAM. Manaus [s.n.], 2013.

FERREIRA DE SOUZA, Deise Nilciane. **O devir das águas: os modos de vida dos moradores da comunidade do lago do Catalão em Iranduba – Am**. Dissertação de Mestrado. Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas – PPGICH/UEA, Manaus [s.n.], 2020.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Tradução Roberto Cataldo Costa. Coleção Pesquisa Qualitativa (Coordenação Uwe Flick) Porto Alegre: Artemed, 2009.

FLICK, Uwe. **Introdução a pesquisa qualitativa: um guia para iniciantes**. Tradução Joice Elias Costa. 3.ed. Porto Alegre: Artemed, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. 2º edição, Manaus: Editora Valer, 340 p., 2007. (Série: Memórias da Amazônia).

GUEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GUIMARÃES, Roberto Pereira. Desenvolvimento sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas. In: BECKER, Bertha K.; MIRANDA, Mariana (org.). *A geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

GUIMARÃES, Márcia Raquel Cavalcante. **A paisagem urbana como diferencial no turismo em Manaus: uma análise da avenida sete de setembro**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação de Turismo e hotelaria Interinstitucional (UNIVALI/UNINORTE). Manaus, 2012.

GRAVARI-BARBAS, Maria; GRABURN, Nelson. Imaginários turísticos. *Journals Openedition*, 2012. Disponível em: < <https://doi.org/10.4000/viatourism.1189> >

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azevedo. **Os “índios do descobrimento”: tradição e turismo**. – Tese de Doutorado. UFRJ/Museu Nacional. Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: < http://indiosnonordeste.com.br/wp-content/uploads/2012/08/TESE-SOBRE-OS_PATAX%C3%93-BAHIA.pdf >

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Paranorama IDH por Estados e Municípios**. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama> > Acesso em 11 SET 2020.

IRVING, Marta de Azevedo; AZEVEDO, Julia; LIMA, Marcelo Augusto Gurgel de. **Turismo: ressignificando a sustentabilidade**. 1. Ed. Fólio Digital, 2018.

KOTLER, Philip. **Marketing público: como atrair investimentos, empresas e turismo para cidades, regiões, estados e países**. São Paulo: Makron Books, 1994.

LARM, Malin; ELMHAGEN, Bodil; GRANQUIST, Sandra M.; BRUNDIN, Erika; ANGERBJORN, Anders. The role of wildlife tourism in conservation of endangered species: Implications of safari tourism for conservation of the Arctic fox in Sweden. *Human Dimensions Of Wildlife*, 2017.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LOHMANN, Guilherme; PANOSSO NETTO, Alexandre. **Teoria do Turismo: conceitos, modelos e sistemas**. 2º Ed. ampl. e atual. - São Paulo: Aleph, 2012. – (Série turismo).

LOPES, Rafael de Figueiredo. Impressões amazônicas: a relação comunicacional do imaginário romantizado com fragmentos da realidade. *Textos e Debates*, Boa Vista, n.30, p. 95-108, jul./dez. 2016.

MANFREDO, Maria Teresa. **Turismo na Amazônia: elementos culturais, conflitos e imaginários envolvendo a região de Manaus**. Tese de Doutorado. Campinas, SP: [s.n.], 2017.

MINAYO, M. C. de S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. Ed.. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MOLDES, Roosevelt. **Serviço turístico informal: uma reflexão sobre o aspecto ambiental, social e econômico dessa prática na cidade de Manaus - Am**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia - Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2015.

MORIN, Edgar. **O Método I: a natureza da natureza**. 2ª ed. Tradução: M. G. de Bragança. Portugal, Europa – América, 1977.

_____. Edgar. **Culturas de massas no século XX: neursose**. Tradução: Maura Ribeiro Sardinha. 9ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Univsersitária, 1997.

_____. Edgar. **Para além da globalização e do desenvolvimento: sociedade, mundo ou império mundo?**. Tradução: Wanda Maranhão Costa. Porto Alegre: Suna, 2003.

MacCANNELL, D. Staged authenticity: arrangements of social space in tourist settings. *American Sociological Review*, 79:589-603, 1973.

MENEGHETI, João Oldair; BERTONATTI, Cláudio. Fazendas de caça: estratégia válida para uso sustentado da fauna do Pantanal? *III Simpósio sobre Recursos Naturais e Socioeconômicos do Pantanal: os desafios do novo milênio*, Corumbá -MS, 2000. Disponível em: < <https://www.cpap.embrapa.br/agencia/congresso/Bioticos/MENEGHETI-084.pdf> >

MBAIWA, Joseph E. Effects of the safari hunting tourism ban on rural livelihoods and wildlife conservation in Northern Botswana. *South African Geographical Journal*, 2017. Disponível em: < https://www.researchgate.net/publication/315588293_Effects_of_the_safari_hunting_tourism_ban_on_rural_livelihoods_and_wildlife_conservation_in_Northern_Botswana >

_____, Joseph E. The Socio-cultural Impacts of Tourism Development in the Okavango Delta, Botswana. *Journal of Tourism and Cultural Change*, pp. 163-185, 2008. Disponível em: <

https://www.researchgate.net/publication/249024464_The_Sociocultural_Impacts_of_Tourism_Development_in_the_Okavango_Delta_Botswana >

NORTON, Andrew. Experiencing Nature: The Reproduction of Environmental Discourse Through Safari Tourism in East Africa. *Geoforum*, Vol. 27, No. 3, pp. 355-373, 1996. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0016718596000218> >

NOVO, C. B. M. C. **Turismo comunitário: um olhar sobre a Região Metropolitana de Manaus**. Manaus (AM): UEA Edições, 2015.

OLIVEIRA, João Pacheco de. O efeito “túnel do tempo” e a suposta inautenticidade dos índios atuais. *Sociedade & Cultura*, v.6, n.2, p. 167-175. Goiânia. jul./dez. 2003.

ONWTO, Organização Mundial do Turismo das Nações Unidas. **Desempenho do Turismo Global e Regional**. Disponível em: < <https://www.unwto.org/global-and-regional-tourism-performance> > Acesso em 11 SET 2020.

OSMAN, Sônia Maciel da Rosa. **Ciclo de vida, estrutura foli e variações morfoanatômicas influenciadas por diferenças ambientais para Victoria amazônica (POEPP.) J. C. Sowerby (Nymphaeaceae) na Amazônia Central**. Tese de Doutorado. Instituto Nacional de Pesquisa na Amazônia (INPA). Manaus, 2019.

PANOSSO NETTO, Alexandre. **Filosofia do Turismo: teoria e epistemologia**. 2º Ed.re. e ampl. – São Paulo: Aleph, 2011. - (Série turismo).

_____, Alexandre; NECHAR, Marcelino Castillo. **Turismo: perspectiva crítica: textos reunidos**. In: *Epistemologia do turismo: escolas teóricas e proposta crítica*. Triunfal Gráfica e Editora, 2016.

PASCHOALINI, Mariana; BARBOSA, Bruno Corrêa. Exibição Turística de Pirarucus (Arapaima Gigas Schinz, 1822) de cativo na Amazônia, região do Baixo rio Negro. *CES REVISTA*, Juiz de Fora, v. 30, n. 1. p. 69-80, jan./jul. 2016 – ISSN 1983-1625. Disponível em: < <https://seer.cesjf.br/index.php/cesRevista/article/view/835> >

PENNINGTON, David. **Manaus e Liverpool: uma ponte marítima centenária – anos finais do Império – meados do século XX**. Manaus: EDUA, 2009.

PIRES, Paulo dos Santos. **Dimensões do ecoturismo**. 2º ed. Senac: São Paulo, 2002.

PROENÇA, Ana Rosa Guimarães Bastos. **Turismo em territórios indígenas: desenvolvimento e impacto sociocultural na comunidade Indígena Nova Esperança “Pisasú Sarusawa” (Amazonas-Brasil)**. Dissertação de Mestrado (mestrado em Ciências) do Programa de Pós-graduação em Turismo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (USP), 2020.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Ranking IDH Global 2014**. Disponível: < <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idh-global.html> >

_____, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Ranking IDHM Unidades de Federação 2010**. Disponível em: < <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-uf-2010.html> > Acesso em 11 SET 2020.

QUEIROZ, Matheus Silveira de; SOARES, Ana Paulina Aguiar Soares; TOMAZ NETO, Antonio Gomes. Comunidades rurais ribeirinhas e as águas do rio Solimões no município de Iranduba – Amazonas. *Revista Brasileira de Meio Ambiente*, v.4, n.1. 108-119, 2018. Disponível em: <

<https://revistabrasileirademeioambiente.com/index.php/RVBMA/article/view/105> >

ROGERSON, Christian M Rogerson; HUNT, Holly; ROGERSON, Jayne M. Safari lodges and local economic linkages in South Africa. *Africanus* n. 43, pp. 3-17, 2013. Disponível em: < <https://pdfs.semanticscholar.org/b9f6/96880287eeac953fab22bb7d035f96f3db09.pdf> >

RODRIGUES, Adyr Balastri (Org.) **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites**. São Paulo: Contexto, 2003.

ROMAGNOLI, F.C. 2009. **Interpretação Ambiental e Envolvimento Comunitário: ecoturismo como ferramenta para a conservação do boto-vermelho, *Inia geoffrensis***. Dissertação de Mestrado. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). Manaus, 2009.

ROMAGNOLI, F. C.; SILVA, V. M. F.; NELSON, S. P.; SHEPARD Jr, G. H. Proposta para o turismo de interação com botos-vermelhos: como trilhar o caminho do ecoturismo? *Revista Brasileira de Ecoturismo*. V. 4 n. 3: setembro-dezembro, 2011. Disponível em: < <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/5934> >

RUSCHMANN, D. V. de M. Turismo sustentado para preservação do patrimônio ambiental. *Revista Turismo Em Análise*, 3(1), 42-50, 1992. Disponível em: < <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v3i1p42-50> >

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SALAZAR, Noel B. “Imaged or Imagined? Cultural Representations and the “Tourismification” of Peoples and Places”, *Cahiers d’Etudes Africaines*, nº 193-194, 49-72, 2009. Disponível em: < <https://doi.org/10.4000/etudesafriaines.18628> >

SANTANA, Paola Verri de. **Ecoturismo: uma indústria sem chaminé?** São Paulo: Labur Edições, 2008.

SANTOS FILHO, João dos. O turismo em nossa latinidade: uma nova forma de colonização (Final). *Revista Espaço Acadêmico*. v. 2 n. 17, outubro de 2002. Disponível em: < <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/40854> >

SANTOS FILHO, João dos. **Ideologia e o fenômeno do turismo na sociedade contemporânea**. *Anais do V Seminário ANPTUR*, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: < <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/5/167.pdf> >

SANTOS, Luciano Cardenes. Sahu-apé e o turismo em terras e comunidades indígenas. Dissertação (Mestrado) – UFAM / Museu Amazônico/ PPGAS. Manaus: UFAM/Museu Amazônico, 2010. Disponível em: < <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/2880> >

SANTOS, Fernando Alvarenga dos. **Organização socioeconômica da comunidade Nossa Senhora Aparecida do Lago Catalão – Iranduba/AM**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Pós-Graduação em Antropologia. Mestrado Interinstitucional / Universidade Federal de Roraima – UFRR, 2013.

SANSOLO, Davis Gruber.; CRUZ, R. de C. A. da. Geografias do turismo no vasto continente africano. *GEOUSP Espaço E Tempo (Online)*, 15(2), 171-186, 2011.

SANTOS, R. J. dos; BARRETTO, M. Aculturação, impactos culturais, processos de hibridação: uma revisão conceitual dos estudos antropológicos do turismo. *Revista Turismo Em Análise*, 17(2), 244-261, 2006. Disponível em: < <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v17i2p244-261> >

SÃO PAULO, Secretaria Municipal de Educação. Currículo da cidade : povos indígenas : orientações pedagógicas. (Coordenadoria Pedagógica) – São Paulo: SME / COPED, 2019. Disponível em: < <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Portals/1/Files/53254.pdf> >

SEABRA, Giovani de Farias. **Ecoss do turismo: o turismo ecológico em áreas protegidas.** (Coleção Turismo). Campinas: Papyrus, 2001.

SILVA, Glaubécia Teixeira. **Turismo em comunidades tradicionais: políticas, desenvolvimento local e territorialidades humanas na RDS Rio Negro (Iranduba-AM).** Tese (Doutorado) Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, 2016.

SILVA, Raiza Carolina Diniz. **A produção do espaço de lazer: um estudo sobre “turistificação” e “resortificação” a partir do Portobello Resort & Safári (Mangaratiba-RJ).** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Geografia, 2018.

SOUZA, Denise Teresinha Machado Soares de. **A construção de representações discursivas em publicidades turísticas sobre o Estado do Amazonas.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar de Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas. – Manaus: UEA, 2018.

SHEPHERD, Noah. How ecotourism can go wrong: The cases of SeaCanoe and Siam Safari, Thailand. *Journal Current Issues in Tourism*, vol. 5, 2002.

TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia.** 9ªed. Manaus, Editora: Valer/Edições Governo do Estado, 2000.

URRY, John. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas.** Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. 3.ed. São Paulo: Studio Nobel – SESC, 2001.

VASCONCELLOS, Maria José Esteves de. **Pensamento Sistêmico: o novo paradigma da ciência.** 10. ed. rev. e atual. Campinas, SP: Papyrus, 2013.

VIDAL, Marcelo Derzi. **Turismo interativo com botos (Inia geoffrensis) no Baixo Rio Negro, Amazônia Central.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Biodiversidade e Biotecnologia da Rede (Bionorte) - Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2018.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Tradução: Cristian Matheus Herrera. 5. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

APÊNDICE A
QUESTIONÁRIO APLICADO AOS COMERCIALIZADORES/OPERADORES
(GOOGLE FORMS)

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS COMERCIALIZADORES
<u>Identificação</u>
Codinome do entrevistado (a)?
Cargo?
Empresa?
Atua no mercado por meio de CNPJ ou CPF?
Possui Cadastur?
Naturalidade?
Profissão?
Há quanto tempo atua no turismo em Manaus?
<u>Aspectos históricos</u>
O(a) senhor (a) sabe quando as empresas começaram a ofertar esse roteiro?
O(a) senhor (a) sabe por quê o nome do roteiro se chama “Safári Amazônico”?
Tem alguma empresa que o(a) senhor (a) possa indicar como a pioneira na execução desse roteiro?
Quanto tempo de atuação no mercado com roteiros turísticos?
<u>Aspectos Conceituais</u>
O que é um safári para o(a) senhor (a)?
E o que é Ecoturismo para o(a) senhor (a)?
O(a) senhor (a) já ouviu falar do Proecotur? Participou de algum curso ou palestra?
<u>Estrutura</u>
Usam que tipo de embarcação?
Trabalham com quantas?
São próprias ou alugadas?
Qual a capacidade de cada uma?
Costumam trabalhar com capacidade máxima?
Quando é feita a manutenção?
No valor cobrado aos turistas, algum valor é destinado a apólice de seguro?
Em caso de acidentes envolvendo os turistas, qual a estratégia de prestação de primeiros socorros?
Por quem é feito o guiamento do roteiro? Possuem guias próprios ou contratam o serviço de algum guia por fora?
Quais os critérios de contratação dos guias de turismo que executam o passeio?
Costumam exigir/realizar cursos de atualização para atuar como guias?
Possuem o documento de autorização para atuar nas comunidades indígenas das RDS Puranga e Tupé?
<u>Aspectos geográficos</u>
Por que esses atrativos são os escolhidos para compor o roteiro?
A localização dos atrativos influenciou na escolha ?
Em caso de chuva? Algum atrativo costuma ser cancelado, por ficar inviável o deslocamento ou algo parecido?
Existe algum período do ano em que algum atrativo é substituído por outro em função de mudanças como a cheia e a vazante?
<u>Aspectos econômicos</u>
Existe diferença nos valores cobrados na baixa e na alta temporada? Costumam fazer promoções para atrair clientes?
Os valores repassados aos atrativos mudam de acordo com a sazonalidade ou é fechado um valor X independente disso?
Qual o período mais fraco de venda ?
Qual o maior público, turistas nacionais ou estrangeiros?
Existe diferença nos valores cobrados para quem é amazonense, turista de outro estado ou país?
O(a) senhor(a) sabe qual a média de turistas em baixa, alta e na temporada de cruzeiros?
Trabalham com quais modalidades de pagamento?
Com quantos % mais ou menos conseguem ficar, depois de feito o repasse para os atrativos e dos gastos com manutenção ?
Os roteiros turísticos são o carro chefe?
<u>Aspectos ambientais</u>
Qual a proposta de educação ambiental?

O(a) senhor(a) acredita que o nado com os botos contribui para a preservação dos animais?
O(a) senhor(a) acredita que o roteiro contribui para conservação ambiental?
Como controlar o uso de produtos corporais e acessórios pelos turistas?
Aspectos culturais
O(a) senhor (a) acredita que o roteiro traduz para o turista o que é a cultura amazônica?
Por que o(a) senhor (a) acha que o turista se interessa pela visita a uma comunidade indígena?
Por que o(a) senhor (a) acha que o turista se interessa pelo nado com os botos?
Por que o(a) senhor (a) acha que o turista se interessa pelo modo de vida flutuante do Catalão?
O(a) senhor (a) acredita que o roteiro contribui para sensibilização e valorização do modo de vida das comunidades?
O(a) senhor (a) acredita que se os indígenas começarem a receber os turistas com vestimentas normais, eles ainda vão manter o interesse em conhecer a comunidade?
Qual a relação da empresa com os lugares que fazem parte do roteiro?
Sugestão!
A empresa já pensou em cobrar alguma taxa de visitação para repassar a Associação da comunidade do Catalão como contribuição? Já que o modo de vida da comunidade é considerada um atrativo.
A empresa já pensou em convidar a comunidade do Catalão para desenvolver um roteiro específico para que eles se beneficiem do turismo também? Além da empresa, pois seria mais um roteiro que poderiam vender.

Link: <<https://forms.gle/13FyMTDc1ZP43GWaA>>

APÊNDICE B
QUESTIONÁRIO APLICADO AOS TURISTAS
(GOOGLE FORMS)

QUESTIONÁRIO AOS TURISTAS (Plataforma Google Forms)
1. Qual sua idade?
2. Gênero?
3. País/Estado e Cidade em que reside?
4. É/foi a primeira vez que você esteve na Região Norte? Sim () Não ()
5. É/foi sua primeira vez em Manaus? Sim () Não ()
6. Quantos dias irá ficar ou ficou em Manaus?
7. Como conheceu o roteiro “Safári Amazônico”?
8. Para você, o que é um safári?
9. Para você o que é o ecoturismo?
10. Quando você ouve a palavra Amazônia, o que lhe vêm à mente?
11. O que te motivou a conhecer o Amazonas e a cidade de Manaus?
12. O que você achou da visita à comunidade indígena?
13. Para você, o que é ser indígena?
14. O que você achou da visita à comunidade flutuante do Catalão?
15. O que você achou da visita ao Janauari?
16. O que você achou da interação com o boto cor-de-rosa?
17. Você sabia que o boto cor-de-rosa é considerado um animal “com perigo de extinção”? Sim () Não ()
18. Você acredita que a interação com o boto ajuda na preservação dos animais? Concordo totalmente () Concordo parcialmente () Não concordo ()
19. O que você acha da possibilidade de tirar fotos com animais, como: preguiça, cobras, jacarés, araras e outros?
20. Você acredita que o roteiro contribui para a conservação do meio ambiente? Concordo totalmente () Concordo parcialmente () Não concordo ()
21. Você acredita que o roteiro contribui para a valorização da cultura amazônica? Concordo totalmente () Concordo parcialmente () Não concordo ()
22. Você indicaria o roteiro para outras pessoas? Sim () Não ()
23. Com essa experiência, o que você aprendeu?
24. Deixe uma mensagem para a empresa.
25. Sugestões e observações.

Link: < <https://forms.gle/NuyBQMhDztVSGpBd6> >

APÊNDICE C
FORMULÁRIO DE ENTREVISTA COM O PROPRIETÁRIO DO VIVEIRO

VIVEIRO DE PIRARUCU
1. Há quanto tempo o sr recebe turistas na plataforma?
2. Como os turistas podem fazer para chegar até a plataforma? Vocês operacionalizam roteiros ou só recebem as demandas na plataforma?
3. O sr possui outros animais na plataforma?
4. Quais os outros serviços oferecidos na plataforma?
5. Como funciona a captação dos turistas?
6. Qual o perfil dos turistas que vem até a plataforma?
7. Quais os dias de funcionamento?
8. Quanto custa para fazer a interação com o pirarucu?
9. Como é feita essa interação?
10. Como os tanques são feitos e qual o tamanho?
11. Qual o tamanho dos peixes e a quantidade em cada um dos tanques?
12. O sr possui formação para trabalhar com peixes? Possui licença para ter os viveiros?
13. O(a) sr (a) tem conhecimento que o roteiro feito pelos turistas que inclui a sua plataforma é chamado “Safári Amazônico” () Sim ()
14. Para o(a) senhor, o que é um safári?

APÊNDICE D
FORMULÁRIO DE ENTREVISTA NA COMUNIDADE DO CATALÃO

ENTREVISTA NO CATALÃO	
1.	O que o(a) senhor (a) acha da presença de turistas na comunidade?
2.	O que o(a) senhor (a) acha de ter turistas fotografando na comunidade?
3.	O que o(a) senhor (a) acha da possibilidade da comunidade desenvolver um roteiro turístico dentro da comunidade?
4.	Já houve alguma tentativa, algum projeto, proposta de órgãos ou empresas para desenvolver o turismo dentro da comunidade?
5.	O(a) sr (a) acha que o turismo poderia trazer benefícios para a comunidade?
6.	Essa possibilidade já foi discutida pela Associação?
7.	Mesmo que a comunidade não queira se envolver diretamente com o turismo, a associação já pensou em propor uma taxa de visitação a essas embarcações turísticas, para usar o dinheiro em benefício da comunidade?
8.	O(a) sr (a) tem conhecimento que a comunidade faz parte de um roteiro ecoturístico chamado “Safári Amazônico” () Sim () Não Para o(a) senhor, o que é um safári?
9.	Para o(a) senhor, o que é um safári?

ANEXO A
APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)

BRASIL CORONAVÍRUS (COVID-19) Simplifique! Participe Acesso à informação Legislação Canais

principal sair

Público
Pesquisador
Alterar Meus Dados
Alana Patricia Pires de Oliveira Alano - Pesquisador | V3.2

Cadastros Sua sessão expira em: 39min 49

DETALHAR PROJETO DE PESQUISA

DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Processos de resignificação: o "Safari Amazônico" no contexto do ecoturismo, seus comercializadores e o "olhar do turista"

Pesquisador Responsável: Alana Patricia Pires de Oliveira Alano

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 30154920.0.0000.0016

Submetido em: 01/07/2020

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

Situação da Versão do Projeto: Aprovado

Localização atual da Versão do Projeto: Pesquisador Responsável

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

Comprovante de Receção: PB_COMPROVANTE_RECEPCAO_1454031

DOCUMENTOS DO PROJETO DE PESQUISA

- ↳ Versão Atual Aprovada (PO) - Versão 4
 - ↳ Pendência de Parecer (PD) - Versão 4
 - ↳ Documentos do Projeto
 - ↳ Comprovante de Receção - Submissão 0
 - ↳ Cronograma - Submissão 0
 - ↳ Folha de Rosto - Submissão 0
 - ↳ Informações Básicas do Projeto - Subm
 - ↳ Orçamento - Submissão 0
 - ↳ Outros - Submissão 0
 - ↳ Projeto Detalhado / Brochura Investigat
 - ↳ TCLE / Termos de Assentimento / Justi
 - ↳ Apreciação 0 - Universidade do Estado do A
 - ↳ Projeto Completo

Tipo de Documento	Situação	Arquivo	Postagem	Ações

LISTA DE APRECIÇÕES DO PROJETO

Apreciação	Pesquisador Responsável	Versão	Submissão	Modificação	Situação	Exclusiva do Centro Coord.	Ações
PO	Alana Patricia Pires de Oliveira Alano	4	01/07/2020	17/07/2020	Aprovado	Não	

HISTÓRICO DE TRÂMITES

ANEXO B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE
(COMERCIALIZADORES)



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
ESCOLA SUPERIOR DE ARTES E TURISMO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO ACADÊMICO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE
TESTEMUNHAS DIRETAS E INDIRETAS

Convidamos o (a) Sr (a) para participar, como voluntário (a), da pesquisa intitulada: **PROCESSOS DE RESSIGNIFICAÇÃO: O “SAFÁRI AMAZÔNICO” NO CONTEXTO DO ECOTURISMO, SEUS COMERCIALIZADORES E O “OLHAR DO TURISTA”**, sob a responsabilidade da pesquisadora ALANA PATRÍCIA PIRES DE OLIVEIRA ALANO, que está sob a orientação da professora Dra. Edilza Laray de Jesus e coorientação da professora Dra. Cristiane Barroncas M. Costa Novo, vinculadas ao Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – PPGICH/UEA, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM. Temos como objetivo geral analisar como as práticas dos comercializadores do “Safári Amazônico” contribuem para a valorização dos aspectos culturais e ambientais dos atrativos do roteiro, alinhando-se a praxis do ecoturismo. Os específicos pretendem: i) contextualizar a prática de safári e sua vinculação com os processos de ressignificação do turismo; ii) caracterizar o roteiro “Safári Amazônico” no contexto do ecoturismo e quanto aos seus aspectos históricos, geográficos e de composição; e iii) compreender as possíveis relações entre as estratégias de promoção e operacionalização do roteiro e a construção do “olhar do turista” sobre a Amazônia.

Com o seu consentimento, realizaremos uma entrevista que poderá ser por ligação, plataforma virtual ou ainda por formulário de perguntas online, conforme sua disponibilidade. Enfatizamos a garantia de manutenção do sigilo dos dados pessoais e a privacidade dos participantes da pesquisa, durante todas as fases da pesquisa, exceto quando houver sua manifestação explícita em sentido contrário, mesmo após o término da pesquisa.

O(a) Sr(a) possui liberdade de escolha para participar da pesquisa, assim como possui o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer momento da pesquisa, seja antes, durante ou depois da coleta, independente de motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa ou penalidade. O(a) Sr(a) não terá despesas ou remuneração em decorrência da pesquisa.

Caso hajam despesas, é garantido o ressarcimento, tanto para o(a) Sr(a) quanto para seu acompanhante, quando necessário, os itens ressarcidos estão relacionados a transporte, alimentação e tudo aquilo que for necessário a este estudo. Estará assegurado o direito a indenização e cobertura material para reparação de danos, se os mesmos forem causados pela pesquisa.

Sobre os riscos, como as perguntas serão sobre seu trabalho, podem ocorrer desconfortos. No intuito de minimizar os riscos, será tomado todo o cuidado nas abordagens para evitar riscos de ordem física ou psicológica, sendo respeitado seu tempo e interesse em contribuir com a pesquisa. Em caso de abandono da pesquisa, o (a) Sr. (a) terá o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer momento da pesquisa, seja antes, durante ou depois da coleta, independente de motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa ou penalidade.

Sobre os benefícios da pesquisa, estima-se que o (a) Sr. (a) possa contribuir para a construção de um turismo responsável para que todos os agentes envolvidos no processo sejam beneficiados pela atividade e o meio ambiente conservado, além de colaborar para uma nova compreensão do trade e da operacionalização dos passeios turísticos ofertados na cidade, bem como entender como esses passeios podem contribuir para o desenvolvimento local das comunidades ribeirinhas e indígenas no em torno de Manaus, de forma que o turismo e os roteiros ecoturísticos sejam instrumentos de valorização da cultura amazonense e conservação da natureza.

A referida pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da universidade. O CEP, é o departamento responsável pela avaliação dos projetos de pesquisa para garantir que os mesmos estão dentro das normas legais e assegurando todos os direitos dos participantes da pesquisa. O CEP/UEA, fica localizado no 1º andar do prédio administrativo da ESA-UEA, sito à Avenida Carvalho Leal, 1777 Cachoerinha, CEP 69065-001, por telefone (92) 3878-4368, ou via e-mail: cep.uea@gmail.com. Para qualquer outra informação o(a) Sr(a) poderá entrar em contato com o(a) pesquisador(a) via e-mail: alana.ppgich.uea@gmail.com, sob forma de ligação através do contato: (92) 99604-2182 ou no endereço do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas-PPGICH/UEA, no 5º andar do prédio ESAT-UEA, sito à Avenida Leonardo Malcher, 1728, Praça XIV de Janeiro, CEP 69010-170, Manaus-Amazonas, além do e-mail: cienciashumanas@uea.edu.br.

O(a) Sr(a) poderá ter acesso aos resultados ao final da pesquisa e defesa da dissertação, através do site <http://www.pos.uea.edu.br/cienciashumanas/> na aba “Dissertações”. A defesa da dissertação também é aberta à comunidade e a data e horário também serão divulgados na página do site informado. O(a) Sr(a) ficará com uma via deste documento e o(a) pesquisador(a) com outra.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

() Declaro que li e concordo em participar da pesquisa.

Manaus, _____ de _____ de _____

Assinatura do(a) Participante

Assinatura do(a) Pesquisador(a) Responsável

Assinatura do(a) Orientador(a) da Pesquisa

Assinatura do(a) Coorientador (a) da Pesquisa



Impressão do dedo polegar.
Caso não saiba assinar

ANEXO C

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE
(TURISTAS)

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
ESCOLA SUPERIOR DE ARTES E TURISMO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO ACADÊMICO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE
TESTEMUNHAS DIRETAS E INDIRETAS

Convidamos o (a) Sr (a) para participar, como voluntário (a), da pesquisa intitulada: **PROCESSOS DE RESSIGNIFICAÇÃO: O “SAFÁRI AMAZÔNICO” NO CONTEXTO DO ECOTURISMO, SEUS COMERCIALIZADORES E O “OLHAR DO TURISTA”**, sob a responsabilidade da pesquisadora ALANA PATRÍCIA PIRES DE OLIVEIRA ALANO, que está sob a orientação da professora Dra. Edilza Laray de Jesus e coorientação da professora Dra. Cristiane Barroncas M. Costa Novo, vinculadas ao Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – PPGICH/UEA, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM. Temos como objetivo geral analisar como as práticas dos comercializadores do “Safári Amazônico” contribuem para a valorização dos aspectos culturais e ambientais dos atrativos do roteiro, alinhando-se a praxis do ecoturismo. Os específicos pretendem: i) contextualizar a prática de safári e sua vinculação com os processos de ressignificação do turismo; ii) caracterizar o roteiro “Safári Amazônico” no contexto do ecoturismo e quanto aos seus aspectos históricos, geográficos e de composição; e iii) compreender as possíveis relações entre as estratégias de promoção e operacionalização do roteiro e a construção do “olhar do turista” sobre a Amazônia.

Com o seu consentimento, realizaremos a pesquisa por meio de um formulário de perguntas online, que poderá ser respondido conforme sua disponibilidade. Enfatizamos a garantia de manutenção do sigilo dos dados pessoais e a privacidade dos participantes da pesquisa, durante todas as fases da pesquisa, exceto quando houver sua manifestação explícita em sentido contrário, mesmo após o término da pesquisa.

O(a) Sr(a) possui liberdade de escolha para participar da pesquisa, assim como possui o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer momento da pesquisa, seja antes, durante ou depois da coleta, independente de motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa ou penalidade. O(a) Sr(a) não terá despesas ou remuneração em decorrência da pesquisa.

Caso hajam despesas, é garantido o ressarcimento, tanto para o(a) Sr(a) quanto para seu acompanhante, quando necessário, os itens ressarcidos estão relacionados a transporte, alimentação e tudo aquilo que for necessário a este estudo. Estará assegurado o direito a indenização e cobertura material para reparação de danos, se os mesmos forem causados pela pesquisa.

Sobre os riscos, como as perguntas serão sobre sua percepção e satisfação com o roteiro, a pesquisa pode trazer à tona lembranças que causem desconforto, contudo, no intuito de minimizar os riscos, será tomado todo o cuidado nas abordagens para evitar riscos de ordem física ou psicológica, sendo respeitado seu tempo e interesse em contribuir com a pesquisa. Em caso de abandono da pesquisa, o (a) Sr. (a) terá o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer momento da pesquisa, seja antes, durante ou depois da coleta, independente de motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa ou penalidade.

Sobre os benefícios da pesquisa, estima-se que o (a) Sr. (a) possa contribuir para a construção de um turismo responsável para que todos os agentes envolvidos no processo sejam beneficiados pela atividade e o meio ambiente conservado, além de colaborar para uma nova compreensão da operacionalização dos passeios turísticos ofertados na cidade, bem como entender como esses passeios podem contribuir para o desenvolvimento local das comunidades ribeirinhas e indígenas no em torno de Manaus, de forma que o turismo e os roteiros ecoturísticos sejam instrumentos de valorização da cultura amazônica e conservação da natureza.

A referida pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da universidade. O CEP, é o departamento responsável pela avaliação dos projetos de pesquisa para garantir que os mesmos estão dentro das normas legais e assegurando todos os direitos dos participantes da pesquisa. O CEP/UEA, fica localizado no 1º andar do prédio administrativo da ESA-UEA, sito à Avenida Carvalho Leal, 1777 Cachoerinha, CEP 69065-001, por telefone (92) 3878-4368, ou via e- mail: cep.uea@gmail.com. Para qualquer outra informação o(a) Sr(a) poderá entrar em contato com o(a) pesquisador(a) via e-mail: alana.ppgich.uea@gmail.com, sob forma de ligação através do contato: (92) 99604-2182 ou no endereço do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas-PPGICH/UEA, no 5º andar do prédio ESAT-UEA, sito à Avenida Leonardo Malcher, 1728, Praça XIV de Janeiro, CEP 69010-170, Manaus-Amazonas, além do e-mail: cienciashumanas@uea.edu.br.

O(a) Sr(a) poderá ter acesso aos resultados ao final da pesquisa e defesa da dissertação, através do site <http://www.pos.uea.edu.br/cienciashumanas/> na aba “Dissertações”. A defesa da dissertação também é aberta à comunidade e a data e horário também serão divulgados na página do site informado. O(a) Sr(a) ficará com uma via deste documento e o(a) pesquisador(a) com outra.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

() Declaro que li e concordo em participar da pesquisa.

Manaus, _____ de _____ de _____

Assinatura do(a) Participante

Assinatura do(a) Pesquisador(a) Responsável

Assinatura do(a) Orientador(a) da Pesquisa

Assinatura do(a) Coorientador (a) da Pesquisa



Impressão do dedo polegar.
Caso não saiba assinar

ANEXO D
TERMO DE ANUÊNCIA
(COMUNIDADE CATALÃO)

TERMO DE ANUÊNCIA

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
ESCOLA SUPERIOR DE ARTES E TURISMO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO ACADÊMICO

TERMO DE ANUÊNCIA

A Comunidade de Nossa Senhora de Aparecida do Lago Catalão, através do (a) líder comunitário (a) Raimundo Ferreira Viana, inscrito (a) no CPF 280.42.822-04, Fone +55 (92) 9121-4380 está de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado "SAFARI AMAZÔNICO": SEUS COMERCIALIZADORES, O OLHAR DO TURISTA E A PRÁXIS DO ECOTURISMO, devolvido pela mestrandia Alana Patrícia Pires de Oliveira Alano, sob a orientação da professora Drª Edilza Laray de Jesus e coorientação da Dra. Cristiane Barroncas M. Costa Novo, vinculadas ao Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – PPGICH, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM

Temos como objetivo geral **analisar** como as práticas dos comercializadores do "Safári Amazônico" contribuem para a valorização dos aspectos culturais e ambientais dos atrativos do roteiro, alinhando-se a *práxis* do ecoturismo. Os específicos pretendem **caracterizar** o roteiro "Safári Amazônico" quanto aos seus aspectos históricos, geográficos e de composição, **identificar** junto aos comercializadores suas estratégias de promoção, operacionalização do roteiro e sua concepção de ecoturismo, **compreender** a relação entre o roteiro "Safári Amazônico" e as possíveis influências para a construção do olhar do turista sobre a Amazônia

O (a) líder comunitário (a) ficará com este termo de anuência e o (a) pesquisador (a) com outra via, ambas devidamente assinadas. Para qualquer outra informação o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com a pesquisadora e orientadora via e-mail: dma.ppgich@uea.edu.br e através do contato (92) 99604-2182, ou no endereço: Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas-PPGICH/UEA, no 5º andar do prédio ESAT-UEA, sito à Avenida Leonardo Malcher, 1728, Praça XIV de Janeiro, CEP 69010-170, Manaus-Amazonas. Se persistirem dúvidas sobre seus direitos ou da comunidade como participante, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato também com o **Comitê de Ética em Pesquisa- CEP/UEA**, localizado no 1º andar do prédio administrativo da ESA-UEA, sito à Avenida Carvalho Leal, 1777 Cachoerinha, CEP 69065-001, por telefone (92) 3878-4368, ou via e-mail: cep.uea@gmail.com.

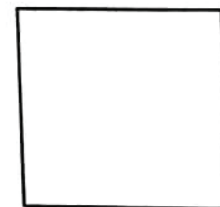
Manaus, 05 de Março de 2010

Raimundo Ferreira Viana
Assinatura do(a) Participante

Alana Patrícia Pires de O Alano
Assinatura do(a) Pesquisador(a) Responsável

[Assinatura]
Assinatura do(a) Orientador(a) da Pesquisa

[Assinatura]
Assinatura do(a) Coorientador(a) da Pesquisa



Impressão do dedo polegar.
Caso não saiba assinar

ANEXO E
RECOMENDAÇÃO Nº 06, DE 01 JUNHO DE 2018

PR-AM-00022658/2018



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Estado do Amazonas
2o Ofício (AMBIENTAL CÍVEL, IMPROBIDADE E CRIMINAL)

RECOMENDAÇÃO Nº 06, DE 01 JUNHO DE 2018

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

CONSIDERANDO a função institucional do Ministério Público de promover o Inquérito Civil Público e a Ação Civil Pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o meio ambiente e o patrimônio público e cultural, conforme a Lei Orgânica do Ministério Público da União (LC nº 75/93, art. 6º, VII, "b"), bem como a propositura das ações de responsabilidade por danos morais e materiais causados ao patrimônio público, ao meio ambiente e a outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da Constituição Federal e art. 1º, I e IV, da Lei nº 7.347/1985);

CONSIDERANDO que o art. 6º, inciso XX, da LC nº 75/1993 autoriza o Ministério Público a expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis;

CONSIDERANDO o que consta do **Inquérito Civil nº 1.13.000.001511/2016-19**, instaurado para apurar a prática de exploração de animais silvestres no Parque Ecológico de Janauari, localizado no Rio Negro, na cidade de Manaus/AM, iniciado por meio de representação dando conta de que este tipo de turismo "incentiva o tráfico e maus-tratos de animais silvestres", sendo que "os turistas são atraídos para tirar fotos com os mesmos", bem como que "os animais são mantidos pelos ribeirinhos em cárcere, ou soltos nas árvores (porém, fora de seu habitat natural). Muitos morrem estressados, doentes ou de fome", razão pela qual solicita providências contra as agências e a utilização de crianças para a atração dos turistas ao trazerem consigo os animais;

CONSIDERANDO que, no mencionado IC, o Batalhão de Policiamento Ambiental do Estado do Amazonas informou que "a atividade ilegal ali exercida extrapola o campo penal alcançando a esfera social, vez que é realizada como fonte de renda dos ribeirinhos ali residentes" e que "a propaganda desenvolvida por empresas de turismo", demanda uma ação social planejada de maneira colegiada;

CONSIDERANDO que no mesmo IC, O IBAMA também informou que tem desenvolvido ações de inteligências para identificar locais envolvidos, com autuações de restaurantes, flutuantes e empresas de turismo, citando como exemplos os Flutuantes Rainha da Selva e Bela Vista, que são locais de cativeiro; bem como que o ecoturismo é o segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentivando sua conservação, a formação de uma consciência ambientalista e o bem-estar das populações envolvidas;

CONSIDERANDO que no Parque Ecológico Janauri existem fotos de turistas manipulando animais silvestres, com risco de sofrerem acidentes, sendo que as agências de turismo se beneficiam da atividade ao oferecerem o contato com animais, o que causa a retirada dos mesmos de seus habitats naturais e maus-tratos; que grande parte dos turistas condena esta prática, tanto é assim que formulam denúncias na Linha Verde do Ibama;

CONSIDERANDO que o turismo deve valorizar a fauna, com observação de aves, turismo científico, programas de conservação e áreas de soltura conservacionista, sendo sempre uma atividade respeitosa com os animais;

CONSIDERANDO que o Ibama vem realizando constantes fiscalizações, mas se trata de uma questão difusa, que requer ações multi-institucionais; que em 2014 realizaram reuniões envolvendo a Manaustur, Amazonastur, Abav/AM (Associação Brasileira de Agências de Viagens), Abih/AM (Associação Brasileira da Indústria de Hotéis), IPAAM, SEMA, SEMMAS de Manaus, Faculdade de Turismo da UEA, Sindegtur/AM (Sindicato Estadual de Guias de Turismo), a partir das quais se elaborou a Campanha de Combate ao Uso Ilegal de Animais Silvestres, visando os turistas que vieram à região por ocasião da Copa do

Mundo;

CONSIDERANDO que o IBAMA encaminhou ainda o Relatório de Fiscalização da Operação Olimpíadas, de 2016, realizada no Município de Iranduba/AM, no Lago do Janauari, onde a atividade de turismo abrange interação com botos, visita a comunidade indígenas, ao Encontro das Águas e ao Lago da vitória-régia, sendo que alguns ribeirinhos levam os animais para apresentar aos turistas no Flutuante Rainha da Selva, e que no Flutuante Bela Vista havia a fotografia de um jogador de futebol da seleção da Suécia com um jacaré, sendo que este local já fora autuado em 2015 pelo Ibama; e que o grande número de empreendimentos demanda um plano de ação com todas as categorias envolvidas - agências de turismo, flutuantes, órgãos públicos, cooperativas de transporte fluvial, etc, visando evitar a atuação repressiva dos órgãos ambientais e estatais;

CONSIDERANDO que o IBAMA juntou ainda o Relatório de Fiscalização da Operação Liberdade, realizada novamente no Janauari, no ano de 2016, com a lavratura dos seguintes autos contra o Flutuante Ipixuna/Bela Vista:

- a) AI n. 9060767E, Termo de Apreensão n. 39062E e Termo de Depósito/Soltura n. S- 23323E pela manutenção de 02 pirarucus em cativeiro;
- b) AI n. 9060768E, Termo de Apreensão n. 39066E e Termo de Depósito/Soltura n. D- 39069E pela manutenção de 01 arara em cativeiro; e
- c) AI n. 9060769E, Termo de Apreensão n. 39067E e Termo de Depósito/Soltura n. S- 23325E pela manutenção de 01 jacaretinga em cativeiro.

CONSIDERANDO ainda que, conforme os Relatórios de Fiscalização ns. 06, 07 e 08/2015 do NUFAUNA/IBAMA/AM, respectivamente, se apurou que: a) no site <http://www.amazingtours.com.br> (empresa Amazing Tours Agency - L. de Lima Mendes - ME) foi possível identificar fotos de turistas com animais silvestres no Flutuante Ipixuna; b) a Cooperativa de Canoeiros de Turismo Motorizado do Porto de Manaus - COOPORTO comercializa pacote turístico com a oportunidade de tirar fotografias com animais silvestres; c) no site <http://amazonventura.blogspot.com.br/p/passeios-economicos.html> consta anúncio da empresa Amazon Ventura Turismo e Eventos Ltda. exibindo fotografias de turistas com animais silvestres no Flutuante Ipixuna; sendo que todos foram alvo de autos de infração lavrados pelo Ibama;

CONSIDERANDO que o IPAAM também realizou fiscalização sobre a atividade, exarando o RTF n. 491/2016 - GEFA, no Lago Janauari, ao final recomendando a realização de ações de educação ambiental, com a elaboração de cartazes e panfletos, etc;

CONSIDERANDO a Operação Teia, realizada pelo IBAMA, no Lago Janauari, em 2016, que resultou na lavratura do Auto de Infração n. 9053987E, Auto de Depósito n. 637227E, Auto de Apreensão n. 637225E e Auto de Embargo/Interdição n. 637226E, contra Evandro Correa da Silva, responsável pelo flutuante onde estão expostos os animais silvestres, ao qual a equipe chegou utilizando embarcação da COOPATUAM - Cooperativa de Passeios Turísticos do Amazonas, alugado no Porto de Manaus, a qual também recebeu o Auto de Infração n. 9053990E, sendo que no bojo desta operação foi ainda autuada a empresa responsável pelo Concurso Miss Brasil pelo uso de animais silvestres em vídeo promocional;

CONSIDERANDO que o Parque Ecológico do Janauri está localizado no Rio Negro (rio federal), atraindo a competência da Justiça Federal para processar e julgar eventuais ações civis ou penais, de acordo com o Enunciado n. 50 da 4^a CCR do MPF, segundo o qual *a persecução penal do crime previsto no art. 29 da Lei n. 9.605/98 é da atribuição do Ministério Público Federal apenas quando o espécime da fauna silvestre estiver ameaçada de extinção ou quando oriundo de área pertencente ou protegida pela União, a exemplo das Unidades de Conservação Federais, das APPs em rios federais e das terras indígenas, dentre outros;*

CONSIDERANDO que, de fato, a utilização de animais silvestres em atividades turísticas pode configurar o crime previsto no art. 29 da Lei n. 9.605/98, na modalidade de utilizar espécimes da fauna silvestre sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida, incorrendo na mesma pena, quem, nos termos do inciso III do mesmo dispositivo legal, guarda, tem em cativeiro ou depósito, espécimes da fauna silvestre, nativa ou em rota migratória, bem como produtos e objetos dela oriundos, provenientes de criadouros não autorizados ou sem a devida permissão, licença ou

autorização da autoridade competente;

CONSIDERANDO que a pena prevista para tais condutas é de detenção de seis meses a um ano, e multa, podendo, no caso de guarda doméstica de espécie não ameaçada de extinção, haver a exclusão da punibilidade, nos termos do § 2º do art. 29 da Lei de Crimes Ambientais;

CONSIDERANDO que a pena é aumentada da metade se o crime é praticado contra espécie rara ou considerada ameaçada de extinção, ainda que somente no local da infração, com abuso de licença, ou em unidade de conservação, dentre outras causas previstas no § 4º do art. 29 da Lei de Crimes Ambientais;

CONSIDERANDO que são espécimes da fauna silvestre todos aqueles pertencentes às espécies nativas, migratórias e quaisquer outras, aquáticas ou terrestres, que tenham todo ou parte de seu ciclo de vida ocorrendo dentro dos limites do território brasileiro, ou águas jurisdicionais brasileiras, nos termos do § 3º do art. 29 da Lei de Crimes Ambientais;

CONSIDERANDO que também é crime a prática de ato de abuso e/ou maus-tratos, assim como ferir ou mutilar animais silvestres, nativos ou exóticos, punido com detenção de três meses a um ano e multa, com aumento de pena de 1/6 a 1/3 se ocorre a morte do animal, nos termos do art. 32 da Lei n. 9.605/98;

CONSIDERANDO que a Amazonastur encaminhou ao MPF a lista de agências de turismo e hotelaria de selva cadastradas no Ministério do Turismo (www.cadastratur.turismo.gov.br), sendo que a Lei n. 11.771/2008 prevê os deveres dos prestadores de serviços turísticos, dentre os quais a estrita obediência à legislação ambiental (art. 34, IV), bem como que o Decreto n. 7.381/2010 estabelece que os empreendimentos de turismo utilizadores de recursos ambientais ou poluidores dependerão de prévio licenciamento ambiental, tendo em vista o desenvolvimento sustentável da atividade (art. 22);

CONSIDERANDO que a Amazonastur encaminhou ao MPF também parecer técnico sobre a reunião realizada com empresários na Reserva Florestal Rio Negro, na qual trataram da aplicação da ABNT - NBR 15401:2006, por meio de uma Lista de Verificação da responsabilidade social, cultural, econômica e ambiental da atividade, podendo vir a certificar os empreendimentos com um selo de sustentabilidade, aplicando um Sistema de Gestão da Sustentabilidade;

CONSIDERANDO que a exploração de animais silvestres em atividades turísticas pode também dar azo à responsabilidade civil objetiva de todos os integrantes da cadeia do turismo, visando a restauração ou reparação dos danos ambientais, consistente no retorno ao *status quo ante*, ou subsidiariamente na compensação dos impactos que não puderem ser evitados, e na indenização dos danos intermediários e/ou residuais, e ainda na conversão das obrigações de fazer/não fazer em perdas e danos, no caso de irreversibilidade do dano ambiental, e outras medidas de tutela civil do meio ambiente, tudo nos termos dos arts. 3º, IV, 4º, VII e 14, §1º da Lei n. 6.938/81;

CONSIDERANDO que a pretensão de reparação civil do dano ambiental é, ainda, integral, não se admitindo as excludentes do nexo de causalidade, como caso fortuito e força maior; imprescritível, considerando a permanência do dano, cuja continuidade e aumento de volume são consequências da não reparação anterior, estando a sociedade continuamente afetada; e solidária quanto à responsabilização de todos que tenham contribuído para o dano ambiental, conforme a Jurisprudência pátria representada, exemplificativamente, pelos seguintes julgados: *STJ - REsp n. 1.114.398 - PR - DJ 16/02/2012, STJ - Resp nº 1.120.117-AC - DJ 19/11/2009 e STJ - Resp nº 1.056.040-GO, 14/09/2009;*

CONSIDERANDO que a utilização de animais silvestres em atividades turísticas pode dar azo, ainda, ao ressarcimento de eventual dano moral coletivo, previsto no inciso V do artigo 1º da Lei nº 7.347/85, uma vez que sendo constatadas agressões ao meio ambiente, direito fundamental de terceira geração e bem difuso de uso comum do povo (art. 225, caput, da CF/88), deverá ser imposto ao agressor o inarredável dever de indenizar os danos extra patrimoniais (difusos) causados à sociedade, pela dor ou sentimento de frustração da sociedade decorrente da agressão ao bem ambiental (neste caso, o bem estar animal), ao qual esta se sinta vinculada por laços de afeição ou algum vínculo de especial respeito;

CONSIDERANDO que em situações de dano ao meio ambiente, a inversão do ônus da prova é possível a partir da interpretação do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor em conjunto com o art. 21 da Lei nº 7.347/1985, sendo esta também a orientação da jurisprudência do STJ, que considera, ainda, que o princípio da precaução pressupõe a inversão do ônus probatório, competindo a quem supostamente promoveu o dano comprovar que não o causou, tendo em vista que neste caso, a hipossuficiência, para fins de inversão do ônus da prova, é aferida a partir da natureza difusa ou coletiva das vítimas (sujeito titular do bem jurídico primário a ser protegido), e não das condições da parte autora da ação (substituto processual);

CONSIDERANDO que as empresas que exploram a atividade de turismo envolvendo animais silvestres podem ser sujeitas a medidas cautelares, no âmbito de ações de responsabilidade civil, a fim de assegurarem eventual futura execução de sentenças condenatórias quanto à reparação integral do dano ambiental, ou seja, a medidas preventivas de garantia da solvência dos devedores, nos termos do art. 14 da Lei n. 6.938/81, consistentes em, por exemplo: a) suspensão ou perda dos benefícios fiscais e perda de eventuais financiamentos em estabelecimentos oficiais de crédito; b) suspensão da atividade lesiva ao meio ambiente, com a apreensão dos equipamentos utilizados na atividade ilegal (inclusive flutuantes, embarcações, etc); e c) bloqueio dos bens de pessoas físicas e/ou jurídicas de direito privado em valores correspondentes ao proveito econômico (mínimo) obtido com a atividade irregular e o valor do dano ambiental correspondente;

CONSIDERANDO que a valoração/quantificação do dano ambiental, nestes casos, pode ser arbitrada em cada caso concreto pelo Poder Judiciário, com base na prova dos autos, analisando-se o dano verificado, sua pendência ao longo do tempo, a natureza dos eventos e do agente degradado, forte no princípio do Usuário-Poluidor-Pagador, segundo o qual quem utiliza ou polui recursos naturais, diminuindo sua fruição para os demais e para as gerações futuras, deve pagar pelo restabelecimento das condições anteriores;

CONSIDERANDO que o eventual sancionamento administrativo, pelos órgãos ambientais (IBAMA ou IPAAM) não isenta o infrator de suas obrigações de recuperar o meio ambiente ao *status quo ante* e de indenizar a coletividade pelos danos materiais e morais causados, cuidando-se de temáticas independentes, por força do art. 225, § 3º da CF/88 que consagra a tripla responsabilização, nas esferas administrativa, civil e criminal;

CONSIDERANDO que pode haver, ainda, a responsabilização dos agentes públicos eventualmente omissos em seus deveres de fiscalização da atividade turística nos termos do art. 37, §6º da CF/88 bem como, que tais agentes podem também ser responsabilizados por eventuais atos de improbidade administrativa nos termos da Lei n. 8.429/92, tanto na modalidade do art. 10 (atos que causam prejuízo ao erário, aqui representado pelo patrimônio público ambiental) como do art. 11 (atos que atentam contra os princípios da Administração Pública);

CONSIDERANDO que a organização não governamental WSPA - World Animal Protection possui estudos sobre as consequências do turismo envolvendo animais silvestres (https://d22bog46bc7ja4.cloudfront.net/cdn/farfuture/LLC5eY4CqWk1mavtVGCkmFhIQrmC_NIJNZb_nrFqPM/mtime:1445468126/sites/default/files/br_files/pone-d-15-19723.pdf), conduzindo uma avaliação profunda dos impactos da indústria do turismo (<http://www.worldanimalprotection.org.br/silvestres-nao-entretenimento/em-foco-industria-cruel>) com animais silvestres em termos globais, publicado pela Universidade de Oxford - Unidade de Pesquisa de Conservação e Vida Silvestre (WildCRU); e

CONSIDERANDO, por fim, as conclusões da Audiência Pública realizada em 18 de maio de 2018, que tratou sobre a exploração de animais silvestres em atividades turísticas no Estado do Amazonas, conforme ata em anexo, por meio da qual foram obtidos os seguintes encaminhamentos: a) a criação do Fórum Amazonense da Fauna Silvestre e Ecoturismo; b) a expedição da presente Recomendação; e c) a notificação de empresas autuadas no bojo do IC para comparecerem a reuniões individuais visando entabular tratativas para a celebração de TACA's,

RESOLVE RECOMENDAR:

a) às pessoas físicas e jurídicas constantes da relação em anexo, referentes às empresas de turismo (agências) e hotelaria (meios de hospedagem) localizadas no Estado do Amazonas, constantes da lista em anexo, e outras similares que porventura venham a ser identificadas, **que:**

I - promovam a regularização de seus cativeiros junto aos órgãos ambientais competentes, no prazo de 30 (trinta) dias;

II - se abstenham, imediatamente, a contar da notificação da presente Recomendação, a promover contato físico entre turistas e animais silvestres, especialmente mediante retribuição pecuniária; e

b) aos órgãos ambientais - IBAMA, IPAAM e Batalhão de Policiamento Ambiental, que:

I - elaborem um planejamento, em conjunto ou isoladamente, de fiscalizações periódicas e por amostragem/aleatórias nos estabelecimentos

que promovem a exploração de animais silvestres em atividades turísticas no Estado do Amazonas, a ser apresentado a este Ministério Público Federal no prazo de 30 (trinta) dias; e

II - apresentem, também no prazo de 30 (trinta) dias, **propostas/projetos de medidas compensatórias**, contemplando justificativas e ações de cunho ambiental, com respectivos custos financeiros estimados, que possam promover precipuamente a orientação e educação ambiental para os turistas; e, separadamente, destinados a reforçar a fiscalização desse tipo de ilícito ambiental cível e criminal.

Nos termos do artigo 23, §1º, da Resolução nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, **ficam estabelecidos os prazos acima indicados para que sejam informadas as providências adotadas em relação ao cumprimento da presente Recomendação.**

Encaminhe-se cópia à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal para ciência e providências a seu cargo.

Determino que a Assessoria deste 2º Ofício da Procuradoria da República no Amazonas publique Edital voltado à formação do Fórum Amazonense de Fauna Silvestre e Ecoturismo, com composição paritária e reuniões periódicas mensais.

Manaus, Estado do Amazonas, data e hora da assinatura eletrônica.

(assinado eletronicamente)
Leonardo de Faria Galiano
PROCURADOR DA
REPÚBLICA

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

Trabalho: 18.122.0001.2001.0001; **Natureza Despesa:** 33903915; **Fonte Recurso:** 01600000, tendo sido emitida pela CONTRATANTE, em 01/11/2017, a Nota de Empenho nº 2017NE00343, no valor de R\$ 739,28 (setecentos e trinta e nove reais e vinte e oito centavos). Gabinete da SEMA, em Manaus, 29 de janeiro de 2018.


MARCELO JOSÉ DE LIMA DUTRA
Secretário de Estado do Meio Ambiente – SEMA

- 0915

**Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA
RESOLUÇÃO/CEMAAM Nº. 28, DE 22 DE JANEIRO
DE 2018.**

Estabelece diretrizes e procedimentos a serem observados na autorização e desenvolvimento de atividades de interação de baixo impacto que envolva seres humanos e botos vermelhos (Inia geoffrensis e Inia boliviensis) no Estado do Amazonas.

Considerando a Lei Estadual nº 2.985, de 18 de outubro de 2005, que regulamenta o Art. 220, § 1º e § 2º da Constituição Estadual, que institui o Conselho Estadual de Meio Ambiente do Estado do Amazonas - CEMAAM e dá outras providências;

Considerando a Lei nº. 5.197, de 03 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências;

Considerando a Lei Estadual nº 3.785, de 24 de julho de 2012, que dispõe sobre o Licenciamento Ambiental no Estado do Amazonas, revoga a Lei nº. 3.219, de 28 de dezembro de 2007, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº. 7.643, de 18 de dezembro de 1987, que proíbe a pesca ou qualquer forma de molestamento intencional de todas as espécies de cetáceos nas águas jurisdicionais brasileiras;

Considerando a Lei nº. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, regulamentada pelo Decreto Federal nº. 6514, de 22 de julho de 2008 e Decreto Federal nº. 6.686, de 10 de dezembro de 2008;

Considerando a Lei Complementar nº. 140, de 08 de dezembro 2011, que fixa normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício de competência comum relativas à proteção das paisagens naturais e à proteção do meio ambiente;

Considerando a Lei Estadual nº 3.785, de 24 de julho de 2012, que dispõe sobre o Licenciamento Ambiental no Estado do Amazonas, revoga a Lei nº. 3.219, de 28 de dezembro de 2007, e dá outras providências;

Considerando a necessidade atual de se regulamentar a atividade de turismo interativo de baixo impacto entre seres humanos e botos vermelhos;

Considerando a necessidade de se dinamizar e fortalecer a produção de conhecimento científico e tecnológico de geração de emprego e renda através do convívio pacífico entre seres humanos e animais silvestres;

Considerando que a atividade de turismo de baixo impacto com botos vermelhos pode ser uma atividade com retorno socioambiental para as populações humanas e a biodiversidade amazônica;

Considerando que a atividade de turismo de baixo impacto com botos vermelhos pode constituir-se numa estratégia de uso sustentável e consequentemente favorecer a proteção dessa espécie;

RESOLVE

SEÇÃO I

Das Disposições Preliminares

Art.1º - Esta Resolução estabelece diretrizes e procedimentos a serem observados para a autorização de atividade de interações entre seres humanos e botos vermelhos (*Inia geoffrensis* e *Inia boliviensis*), no turismo de baixo impacto no Estado do Amazonas.

Art.2º - Para efeitos desta Resolução, entende-se por:
I - Interação/turismo de baixo impacto - interação entre seres humanos, animais e paisagens que visa gerar o mínimo impacto e/ou alterações negativas aos animais e aos ecossistemas onde vivem.

II - Facilitador de interação - profissional previamente treinado por pessoa capacitada, para alimentar os

animais e realizar a interação entre os turistas e os animais. É a pessoa responsável pelo cumprimento das normas de baixo impacto e segurança dos turistas e dos animais no momento da interação entre eles.

III - Estrutura flutuante - embarcação, plataforma ou moradia de qualquer forma de construção, sujeitas a inscrição na autoridade marítima e susceptíveis a se locomoverem na água, por meios próprios ou não, podendo transportar pessoas e cargas, e serem fixas ou rebocadas;

IV - Plataforma submersa - estrutura fixa, construída de material que assegure a acessibilidade e segurança aos turistas e com a finalidade de servir para ocorrer a interação de baixo impacto com os animais. Localizada abaixo da lâmina d'água a uma profundidade recomendada de 1,2 metros.

V - Plataforma emersa - estrutura fixa, localizada fora da água, construída de material que assegure a acessibilidade e segurança aos turistas e com a finalidade de servir para ocorrer a interação de observação dos animais.

VI - Interação lúdica - atividade de natação e recreação com os animais, realizada por profissional treinado, sem a utilização de qualquer tipo de alimento, que tem como objetivo produzir deslocamento, prazer, interação e diversão aos animais.

VII - Observação turística - atividade realizada na plataforma emersa onde não ocorre a entrada dos turistas na água, sendo realizada desta forma uma interação sem impacto, ou seja, sem contato direto com os botos, apenas sua observação.

VIII - Área de influência do empreendimento - locais passíveis de percepção dos efeitos potenciais, em seus meios físico, biótico e/ou socioeconômico, decorrentes de sua implementação e/ou operação;

IX - Molestamento - ação ou efeito de molestar, alterando o comportamento natural da espécie por interferir no deslocamento dos indivíduos; fragmentar proposadamente grupos e separar adultos acompanhados de filhotes; causar incômodo ou sofrimento físico, atacar, forçar o contato físico e causar dano ou prejuízo ao animal. Utilizar qualquer estratégia, com ou sem o auxílio de alimento, para provocar ou estimular os botos vermelhos a projetarem seus corpos para fora da água.

X - Boia de interação - Boia que delimita a área de interação com os animais dispostas em raio de até 20 metros do flutuante.

XI - Boia de sinalização - boia que delimita a área de segurança em um raio de 30 metros a partir da boia de interação.

SEÇÃO II

Dos procedimentos para a autorização da atividade

Art.3º - São elegíveis para a obtenção da autorização para realizar a atividade de turismo de baixo impacto com os botos-vermelhos, quaisquer pessoas, física ou jurídica que apresente junto ao órgão ambiental competente os seguintes requisitos:

§1º. Quando tratar-se de pessoa física:

I - Apresentar Registro Geral (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

II - Apresentar projeto técnico, contendo todas as características a serem implantadas no empreendimento e devidamente assinado pelo Responsável Técnico, com a respectiva ART.

III - Comprovante de participação própria e de todos os funcionários que irão exercer ou participar de alguma forma da atividade, no Curso de Boas Práticas Ambientais, incluindo noções de segurança, para o turismo de baixo impacto com botos-vermelhos, ministrado por pessoa física ou jurídica habilitada, e cadastrada no órgão ambiental competente ou por técnicos de órgãos integrantes do SISNAMA.

IV - Ato administrativo emitido pelo órgão competente, que estabeleça as condições, restrições e medidas de controle ambiental e de segurança que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, para localizar, instalar, ampliar e operar as atividades previstas no local;

V - Registro ou inscrição no Cadastro Técnico Federal.

§2º. Quando tratar-se de pessoa jurídica:

I - Apresentar Registro Geral (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF) do dirigente da empresa;

II - Apresentar Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da empresa, cujos objetivos conttenham atividades afins e correlatas;

III - Ato administrativo emitido pelo órgão competente, que estabeleça as condições, restrições e medidas de

controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, para localizar, instalar, ampliar e operar as atividades previstas no local;

IV - Apresentar projeto técnico, contendo todas as características a serem implantadas no empreendimento e ART, devidamente assinados pelo Responsável Técnico do empreendimento.

V - Comprovante de participação de Curso de Boas Práticas para o Turismo de Baixo Impacto com Botos-Vermelhos de todos os funcionários que irão exercer ou participar de alguma forma da atividade de interação, ministrado por profissional de competência comprovada ou por técnicos de órgãos integrantes do SISNAMA.

VI - Registro ou inscrição no Cadastro Técnico Federal.

§3º. A regularização de estruturas flutuantes seguirá as normas estabelecidas pela autoridade marítima.

Art.4º - O projeto técnico a ser apresentado ao órgão ambiental competente deverá obrigatoriamente conter os seguintes itens:

I - Croqui de acesso ao local da atividade;

II - Projeto da estrutura flutuante, contendo: planta de localização, planta baixa, projeto elétrico, projeto sanitário, projeto hidráulico;

III - Projeto da plataforma submersa;

IV - Plano de trabalho contendo: dieta oferecida aos animais (qualitativo e quantitativo), quadro funcional do empreendimento, modelo de registro para o controle de entrada e saída de turistas no empreendimento; dias e horários em que se pretende realizar a atividade de interação com os animais, forma de balizamento e marcação a ser utilizado no local da atividade.

V - Métodos utilizados para realizar a orientação prévia sobre aspectos da biologia e comportamento dos botos-vermelhos e sobre a normatização da atividade;

Parágrafo Único - O projeto técnico deverá ser elaborado e assinado por profissional habilitado no respectivo conselho de classe, com a ART.

SEÇÃO III

Dos locais e estrutura para a interação entre turistas e animais

Art.5º - A atividade de interação de baixo impacto com botos-vermelhos não deverá ser realizada em áreas de intensa atividade humana (como por exemplo, tráfego de embarcações, empreendimentos sujeitos a vazamento de derivados de petróleo, ou ruídos acima de 60db), devendo ser em locais calmos e seguros aos animais e às pessoas e em águas livres de esgotos domésticos, industriais e portuários.

Art.6º - As atividades de interação com botos-vermelhos poderão ocorrer ao longo do ano em estruturas flutuantes devidamente preparadas pelo requerente e autorizadas pelos órgãos competentes, devendo atender as seguintes exigências:

I - Inscritos junto à Marinha do Brasil;

II - Ter plataformas emersas e/ou submersas, ancoradas, revestidas de material antiderrapante, com suas extremidades revestidas por material que amortecia o contato dos botos com sua superfície e adequadas para as observações e interações com segurança dos turistas e dos botos;

III - Dispor de estrutura e pessoal que garantam a acessibilidade universal.

preparo de alimentos destinados à venda, sendo permitida somente a comercialização de alimentos prontos;

V - Possuir somente banheiros e cozinha com tratamento de efluentes ou banheiros secos;

VI - Não permitir o acesso de pessoas portando alimentos e bebidas às plataformas de observação;

VII - É proibido o exercício da pesca a partir do flutuante e em toda a área de influência da interação;

VIII - Ter o controle diário de atividades, constando o número de visitantes, a relação dos botos presentes a cada interação, e a quantidade de peixes fornecida e a atividade desenvolvida, que será repassado trimestralmente ao órgão ambiental competente.

Art.7º - Durante a estação de águas baixas, as atividades de interação poderão ocorrer nas praias com lamina d'água de no máximo um metro de profundidade, considerados os demais critérios do Artigo 6º.

Art.8º - O local determinado para a realização da atividade de interação entre os turistas e os animais, deve ser devidamente sinalizado, por meio de bóias balizadoras e sinalizadores que indiquem a presença de pessoas na água. Essa sinalização deve guardar uma distância mínima de 30 metros da plataforma de interação.

Art.9º - A distância entre um flutuante de observação de botos e outro de atividades diversas deve ser de no mínimo 500 metros.

Art.10 - A instalação de novos empreendimentos de interação deverá respeitar a distância mínima de 50 quilômetros, considerada a data de publicação da presente norma.

Art.11 - É proibida a navegação em um raio de 50 metros da boia de sinalização se este for acessado por terra. Caso o flutuante seja acessado apenas por água, a aproximação e a ancoragem das embarcações só poderão ocorrer pelo lado oposto ao das plataformas de observação. A velocidade das embarcações num raio de 50 metros do empreendimento não deve ultrapassar 10 km/hora.

SEÇÃO IV

Da interação de baixo impacto entre turistas e animais

Art.12 - Antes do início da atividade de interação na água, o turista deve receber orientação sobre aspectos da biologia e comportamento dos botos-vermelhos e sobre a normatização da atividade. Isso é responsabilidade do empreendedor e pode ser feito através de material diverso como filmes, cartilhas, palestras e demais materiais informativos.

Art.13 - A interação com os botos, na plataforma submersa ou na praia, somente poderá acontecer acompanhada de um profissional habilitado e treinado para a atividade (facilitador). O facilitador é o responsável por prestar o devido atendimento e orientação aos visitantes;

Art.14 - As atividades de interação com botos-vermelhos poderão ocorrer somente em praias devidamente sinalizadas e balizadas e/ou estruturas flutuantes devidamente preparadas e autorizadas pelos órgãos ambientais competentes.

Art.15 - Nas estruturas flutuantes, a entrada de turistas na água será permitida somente na plataforma submersa;

Art.16 - O facilitador de interação tem o direito e o dever de interromper a atividade sempre que as normas de segurança/interação não estiverem sendo obedecidas pelos turistas ou os animais apresentarem comportamento agressivo pela competição alimentar e estresse.

Art.17 - As atividades turísticas com os botos deverão ocorrer em no máximo quatro dias da semana e em dias intercalados, podendo haver atividades por dois dias seguidos apenas uma vez por semana. Nos outros dias não haverá atividade turística. Esses dias serão reservados para descanso dos animais, sendo permitido somente o desenvolvimento de pesquisas, atividades lúdicas com os animais, atividades filantrópicas de inclusão sócio-educativas com escolas ou portadores de necessidades especiais e realização de documentários supervisionados.

Art.18 - Será permitida, como forma de se manter ao máximo as características comportamentais naturais dos animais, a participação diária de até 08 grupos de turistas, num total diário de 80 turistas, observadas as condições:

I - Cada sessão de interação com os botos-vermelhos deverá ter a duração máxima de 20 minutos;

II - A quantidade máxima de visitantes por sessão de interação na plataforma emersa será de duas pessoas por metro linear, até o máximo de 10 pessoas.

Art.19 - As interações com os botos na plataforma submersa deverão ser feitas em sessões de no máximo 15 minutos por grupos de visitantes.

Art.20 - Deverá haver intervalo de 30 minutos entre cada sessão de interação na plataforma submersa.

Art.21 - Não é permitido oferecer/lançar qualquer objeto na água e/ou aos botos; salvo nas atividades de interação lúdica e/ou terapêutica.

Art.22 - Não é permitido ao turista tocar intencionalmente ou tentar tocar nos botos.

Art.23 - Só poderá ser ministrada a quantidade máxima de um quilo de peixe por dia para cada boto.

§1º. O peixe fornecido durante a interação deverá estar em bom estado de conservação, resfriado ou fresco, e não congelado;

§2º. Não é permitido o oferecimento de alimentos a filhotes ou a adultos acompanhados de filhotes.

Art.24 - Não é permitido ao turista despejar qualquer tipo de detrito, substância ou material na água ou na margem do rio, sendo recomendado inclusive que não se faça uso de protetor solar ou demais produtos químicos pelos turistas no momento da atividade.

Art.25 - Não é permitido produzir ruídos excessivos no local onde se desenvolve a atividade de turismo de baixo impacto com botos vermelhos. Entende-se por ruídos excessivos aqueles acima de 60 db já que podem trazer prejuízos ao animal, interferindo na comunicação com seus pares e alterações comportamentais.

SEÇÃO V

Da interação entre animais e turistas em embarcações

Art.26 - Durante a operação de turismo a bordo de embarcações para avistagem de botos, ficam proibidas as seguintes atividades:

I - Aproximar-se de estruturas flutuantes que realizam interações entre turistas e botos-vermelhos a uma distância inferior a 200 metros.

II - Mergulhar ou nadar em distância inferior a 50 metros dos botos, com ou sem auxílio de equipamentos, salvo se os animais se aproximarem por livre e espontânea vontade;

III - Despejar qualquer tipo de detrito, substância ou material a partir da embarcação;

IV - Fornecer qualquer tipo de alimentação, com ou sem a intenção de atrair os botos;

V - Produzir ruídos excessivos de qualquer tipo, que excedam 60 db, além daqueles gerados pela operação normal da embarcação;

VI - Tentar, alterar, interromper, dirigir ou adentrar intencionalmente o curso de deslocamento de grupos de botos;

VII - Navegar em velocidade superior a cinco nós (aproximadamente 10 km/h) ou realizar mudança brusca de direção ou velocidade na presença de botos a menos de 50 metros da embarcação;

VIII - Acompanhar os botos por mais de 15 minutos, ainda que respeitadas as distâncias estipuladas;

IX - Acompanhar e interagir com fêmeas acompanhadas de filhotes.

X - Aproximar-se a uma distância menor que 100 metros de botos, utilizando embarcações com propulsão por hidrojet (jet ski e jetboats), bem como utilizando reboques (pranchas, bóias e banana boat) e motonetas aquáticas (scooter scuba).

SEÇÃO VI

Das considerações finais

Art.27 - O Empreendedor é o responsável pelo cumprimento das normas, horários, dias de interação, pela manutenção da estrutura inclusive cuidados veterinários como avaliações periódicas e tratamentos necessários assim como os demais procedimentos estabelecidos nesta resolução.

Art.28 - Em caso de empreendimentos realizados em unidades de conservação, a atividade de interação de baixo impacto com botos-vermelhos só poderá acontecer com prévia anuência do órgão gestor e/ou do conselho deliberativo da unidade de conservação, que definirá o número máximo de flutuantes de observação de botos e demais normas restritivas.

Art.29 - O empreendimento deve oferecer uma contra partida sócio-ambiental.

Art.30 - O empreendedor deve encaminhar relatório anual de atividades, contendo todas as informações necessárias sobre as atividades desenvolvidas de acordo com as instruções do órgão ambiental competente. O relatório deve ser assinado pelo responsável técnico do empreendimento.

Art.31 - Nas situações de filmagens profissionais, documentários e decisões importantes que visem manter a atividade de baixo impacto com os animais, o Responsável Técnico pelo empreendimento deve estar presente, para orientar corretamente a atividade.

Art.32 - Cabe ao órgão ambiental competente determinar o cadastramento de embarcações que operem com o turismo de avistagem de botos, devendo constar o seu registro competente junto à Marinha do Brasil e ao Cadastro Técnico Federal;

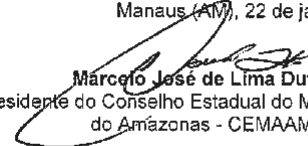
Art.33 - O empreendimento envolvido na prestação de serviços relacionados ao turismo com botos deverá desenvolver ações de Educação Ambiental nas comunidades adjacentes ao empreendimento.

Art.34 - Fica estipulado o prazo de 180 dias para que os empreendimentos que já desenvolvem a atividade de turismo de baixo impacto com botos-vermelhos se adequem às normas constantes nesta Resolução.

Art.35 - Os casos omissos nesta Resolução serão resolvidos pelo CEMAAM.

Art.36 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus (AM), 22 de janeiro de 2018.


Marcelo José de Lima Dutra
Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente
do Amazonas - CEMAAM

- 0916

SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO- SETRAB

Resenha de autorização da Secretaria de Estado do Trabalho, de que trata o artigo 4º do decreto nº 26.337, de 12 de dezembro de 2006.

O Secretário de Estado do Trabalho Autoriza o deslocamento, das servidoras abaixo:

NOME e CARGO: Claudia Regina Oliveira Monteiro – Assistente Técnico; **NOME e CARGO:** Terezinha

Socorro Lira Ribeiro ARTESÃ e **NOME e CARGO:**

Emerson Firmo Pacheco-Artesão.

Destino e Período: Mao/BH/Mao – de 03 A 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

Objetivo: Representar o Estado do Amazonas via Programa do Artesanato na 28ª Feira Nacional de Artesanato a ser realizada no período de 03 a 11 de dezembro de 2017, em Belo Horizonte/MG.

Nome e CARGO: Adonay Gomes Dias – Assessor Técnico/Colaborador

Destino e Período: Mao/BSB/Mao – de 05 A 06 DE DEZEMBRO DE 2017.

Objetivo: Participar de uma Reunião Técnica para Tratar de Assuntos Relativos aos Convênios do SINE/AM, Com Pendências.

Nome e CARGO: Rômulo Brandão de Oliveira – Assessor Técnico/Colaborador.

Destino e Período: Mao/BSB/BH/Mao – de 05 A 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

Objetivo: Participar de uma Reunião Técnica para Tratar de Assuntos Relativos aos Convênios do SINE/AM, Com Pendências e Representar o Estado do Amazonas via Programa do Artesanato na 28ª Feira Nacional de Artesanato, EM BELO HORIZONTE/MG

Órgão de Origem: SETRAB

Gabinete do Secretário de Estado do Trabalho,
Manaus, 15 de janeiro de 2018.


Manoel Oliveira
Secretário de Estado do Trabalho
- 0917

As Escolas IDAAM, Reconhecido pelo Parecer. 039/16 – CEE/AM divulga a 7ª lista dos concludentes do Ensino Médio do ano letivo de 2017.

TURMA 23 "C"

Luiz Henrique Albuquerque Coelho,
Robson Araújo Silva.

TURMA 23 "E"

Marcia Renata Costa Figueiredo

Manaus, 24 de Janeiro de 2018.


Dania Diniz Fregapani
Diretor Geral – Escolas IDAAM

X0022X



**Acesse Diário
Oficial Eletrônico**
www.imprensaoficial.am.gov.br